



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,**  
**CULTURA E FRONTEIRAS**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

**SANDRA REGINA SEVERO KASPER**

**A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM**  
**EDUCAÇÃO: um estudo sobre os sindicatos em educação pública da**  
**fronteira Brasil-Paraguai-Argentina**

**FOZ DO IGUAÇU – PR**  
**2017**

**SANDRA REGINA SEVERO KASPER**

**A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM  
EDUCAÇÃO: um estudo sobre os sindicatos em educação pública da  
fronteira Brasil-Paraguai-Argentina**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza

**FOZ DO IGUAÇU – PR**

**2017**

Catálogo na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UNIOESTE

Kasper, Sandra Regina Severo

K19L A luta internacional dos trabalhadores em educação: um estudo sobre os sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. / Sandra Regina Severo Kasper. – Foz do Iguaçu, 2017.  
230 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza.

Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu, 2017.

1. Sindicatos - Professores. 2. Educação - Brasil. 3. Educação - Paraguai 4. Educação - Argentina. I. Souza, Silvana Aparecida de. II. Título.

CDD 20. ed. – 331.880981

Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

SANDRA REGINA SEVERO KASPER

**A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: um estudo sobre os sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu.

---

Presidente: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri  
Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA

---

Prof. Dr. Sebastião Rodrigues Gonçalves  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

---

Prof. Dr. Fernando José Martins  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 09 de maio de 2017

À **Geronima Bilhalva e José Severo** (*in memoriam*) que acompanharam o início da elaboração dessa dissertação, e ensinaram a dura lição de respeitar que a vida de quem amamos também se finda. E diante do exemplo da intensidade com que viveram a vida, mostraram que é imprescindível erguer a cabeça e continuar.

## AGRADECIMENTO

Agradeço a esse sentimento intenso denominado: fé, seja em algo superior ou fé si mesmo. Sentimento que nos proporciona tirar forças de onde não temos, e nos motiva seguir em frente, mesmo com inúmeras dificuldades.

Ao esposo, Carlos Alberto Kasper (Beto), que propiciou suporte, nos 2 (dois) sentidos que essa palavra tem: sustentáculo e apoio. Sustentáculo nas horas mais difíceis, momentos em que pareceu faltar o chão. Apoio as escolhas, decisões e concepção de mundo, enfim pelo seu amor incondicional.

Os mais sinceros agradecimentos a querida orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza, que diante de tantas e pacientes correções textuais, ensinou a importância do rigor metodológico. Pela sua contribuição para com o meu crescimento intelectual, demonstrando na sua práxis a capacidade que educação tem de transformar vidas. Que é necessário exigir o máximo do ser humano e respeitá-lo o máximo possível. Obrigada pela sua compreensão em relação aos problemas da materialidade, que aparecem quando uma proletária resolve estudar. Agradeço também ao amigo Ivan Akselrud de Seixas, que com sua história de vida e seu conhecimento contribuiu com informações valiosas para a construção dessa dissertação.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu – Sociedade, Cultura e Fronteiras-Nível Mestrado e Doutorado, a todos docentes que contribuíram com a formação, em especial Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza, Prof. Dr. Sebastião Rodrigues Gonçalves, Prof.Dr. Fernando José Martins, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Rosana Moraes. E secretarias do programa Vania Valle e a Fátima Ruiz de Oliva.

Especial agradecimento aos amores que partiram em 2015 vó Geronima Bilhalva e pai José Severo (*in memoriam*). Vó obrigada pela sua histórica batalha de vida, pelo zelo, educação e amor que dedicou as/aos filhas/os e netas/os. A sua presença foi mais uma prova de que educar uma criança vale a pena, pois a sua existência imprimiu em nós os mais elevados valores que o ser humano pode ter. Nos educou a seu modo, com a sua simplicidade. Porém, com muita sabedoria de vida. Pai “Zé Severo” homem simples e sabio, que ensinou o valor pela terra e tudo que ela produz, amigo de todos. De ti ficou a marca da importância da amizade, esta que ora sonho que possa se expandir, que seja entre todos os povos e nações do mundo. Enfim, ambos são as nossas referências e nos deixaram um precioso legado: a honestidade, a disposição para o trabalho e a luta em meio as adversidades.

À minha doce e guerreira mãe Leopoldina Ramirez, a quem enfrentou preconceitos da sociedade de 30 anos atrás, que a culpabilizava por ter um nível socioeconômico baixo e mesmo

assim ter dado à luz a 8 (oito) filhos. Entretanto, com muita responsabilidade trabalhou, educou e auxiliou na formação intelectual de 8 (oito) cidadãos críticos, e hoje com muita garra enfrenta e supera os problemas de saúde que apareceram após tanta labuta. Só tenho a dizer obrigada por tudo que enfrentou por nós mãe, por me acompanhar e me dar apoio, tenho orgulho de ser sua filha. De ti carrego a perseverança e o enfrentamento.

Aos irmãos Ramirez e “Severos” que mesmo com todas as divergências, comum entre irmãos que se amam demais (Leni Ramirez), sempre estiveram presentes. Provendo apoio e amizade e companheirismo (Roseni Ramirez, Angelita Ramirez e Luiz Carlos Ramirez), e com seus exemplos de trabalho e estudo (Marcio Ramirez), abriram um caminho de superação, frente as mazelas do sistema capitalista, para que os “caçulas” (Sandra Regina Severo Kasper, Marcos Ramirez e Thaisnara Ramirez Severo) pudessem ter as condições materiais necessárias para estudar e se desenvolver. A todos vocês obrigada de coração, ainda mais pela compreensão diante da minha ausência nas reuniões de família para dedicação ao mestrado.

À Jocemara Horst e Vera Horst pela compreensão, pela disposição para escutar, pelo apoio material e emocional diante das dificuldades que ocorreram nesses últimos 24 meses. Ao grande amigo Lucas Libert Wechinewsky pelo apoio com a análise da forma textual.

O mais singelo agradecimento aos sindicatos em educação da fronteira e seus respectivos dirigentes: Oscar Villar, Zenilda Marreco Villar, Juan Reinaldo Figueredo Irigoitia, Eladio Benitez e Noemi Alvares da UNE-SN, Fabiano Pereira Severino, Tanea Maria Costa de Jesus, Marcia Cristina e Nelson Spiers da APP, Orlando Bischels, Norma Jost e Celso Pepe Bogado da U.D.P.M. sem os quais, a construção dessa dissertação não seria possível, pois todos nos receberam de braços abertos como *hermanos que nosotros somos*, abriram as portas de suas organizações e forneceram todos os dados necessários para construção da presente pesquisa. Destes destacamos o convite de Oscar Villar (UNE-SN-CDE) para participação no *Congreso Nacional de Delegados de la UNE-SN* realizado em 2016 em Assunción/Paraguai, evento em que conhecemos os dirigentes a nível nacional e a dimensão do trabalho que a UNE-SN realiza. Também destacamos o convite do Orlando Bischels e da Norma Just da U.D.P.M. para participação no *Primer Congreso Extraordinario del Sindicato U.D.P.M.* realizado em 2016 em Posadas/Argentina, neste evento conhecemos a sede central, o Albergue Capital-U.D.P.M. (Casa do Professor) e também participamos da inauguração do Complexo de Lazer: *ECO-LODGE U.D.P.M. Salto de la Gloria* localizado em Cerro Azul, Misiones.

As amigas mestradas da turma de 2015, em especial Francielli Rubia Poltronieri e Noemi Ferreira Felisberto Pereira pelo companheirismo, trocas de informações e trabalho coletivo nas atividades inerentes ao mestrado.

Talves um dia, não mais existam aramados  
E nem cancelas, nos limites da fronteira  
Talvez um dia milhões de vozes se erguerão  
Numa só voz, desde o mar as cordilheiras  
A mão do índio, explorado, queimado e aniquilado  
Do Camponês, mãos calejadas, e Sem Terra  
Do peão rude que humilde anda changueando  
E dos jovens, que sem saber morrem nas guerras

América Latina, Latina América. Amada América, de sangue e suor

Talvez um dia o gemido das masmorras  
E o suor dos operários e mineiros  
Vão se unir à voz dos fracos e oprimidos  
E as cicatrizes de tantos guerrilheiros  
Talvez um dia o silêncio dos covardes  
Nos desperte da inconsciência deste sono  
E o grito do sepé na voz do povo  
Vai nos lembrar que esta terra ainda tem dono

E as sesmarias, de campos e riquezas  
Que se concentram nas mãos de pouca gente  
Serão lavradas pelo arado da justiça  
De norte a sul, no Latino Continente

Dante Ramon Ledesma



SEVERO, SANDRA REGINA KASPER. A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: um estudo sobre os sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Número de páginas, 230. Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu.

## RESUMO

Nesta dissertação de mestrado delimitamos o estudo na comparação das estruturas de organização formal de sindicatos em educação da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, com o objetivo geral de verificar se há indícios de articulação internacionalista dentre sindicatos dos trabalhadores da educação pública nesta região. O recorte do estudo comparado se deu nas estruturas de organização formal da *Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional, Comité de Base Ciudad del Este-Alto Paraná-Paraguai* (doravante denominada UNE-SN-CDE), da APP-Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná-núcleo sindical de Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil (doravante denominada APP-FI) e da *Unión de docentes de la provincia de Misiones* (doravante denominada U.D.P.M.-PI) *Departamento Sindical de Puerto Iguazú-Misiones-Argentina*. Os questionamentos centrais deste estudo foram: as estruturas formais desses sindicatos revelam indícios de iniciativas internacionalistas entre sindicatos de trabalhadores em educação da fronteira Foz do Iguaçu-Brasil, *Ciudad del Este-Paraguai* e *Puerto Iguazú-Argentina*? Quais as semelhanças e quais as diferenças nas estruturas organizativas formais desses sindicatos? A compreensão inicial é que estes sindicatos tinham em comum à proximidade territorial, dada pela fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Elegemos como método de pesquisa o Materialismo Histórico Dialético, as categorias gerais que nortearam o estudo foram a práxis, a totalidade e a contradição. Analisamos mediante uma revisão de literatura, as categorias de conteúdo: nacionalismo, internacionalismo proletário, as I, II, III e IV edições da Associação Internacional dos Trabalhadores (1º capítulo), a produção científica brasileira sobre internacionalismo proletário, na atualidade (2º capítulo). Através dos recursos metodológicos de entrevistas e análise documental, realizamos a análise comparativa: das histórias orais, das estruturas de organização formal e de documentos dos sindicatos UNE-SN-CDE, APP-FI e U.D.P.M.-PI evidenciando as articulações internacionalistas encontradas (3º capítulo). Os resultados do estudo demonstraram que existem poucas, eventuais, individualizadas, descontínuas e esparsas iniciativas de articulação internacionalista, materializadas na forma de reuniões, encontros e participação em seminários e congressos.

**Palavras-chave:** Nacionalismo, Internacionalismo Proletário, Sindicatos, Educação.

SEVERO, SANDRA REGINA KASPER. *THE INTERNATIONAL FIGHT OF WORKERS IN EDUCATION: a study on the unions in public education of the Brazil-Paraguay-Argentina border. Number of pages, 230. Master thesis. Master in Society, Culture and Borders - State University of the West of Paraná - UNIOESTE - Campus of Foz do Iguacu.*

### **ABSTRACT**

*This máster thesis delimits the comparative study of the structures of formal organization of unions in education of the Brazil-Paraguay-Argentina border, with the general objective of verifying if there is evidence of internationalist articulation among unions of public education workers in this region. The cut of the comparative study occurred in the formal organizational structures of the National Union of Educators, National Union, Ciudad del Este-Alto Paraná-Paraguay Base Committee (hereinafter UNE-SN-CDE), APP- Union of workers in education (hereinafter referred to as APP-FI) and the Union of Teachers of the Province of Misiones (hereinafter UDPM-PI), the Trade Union Department of Puerto Iguazú-Misiones-Argentina. The central question of this study was: do the formal structures of these unions reveal evidence of internationalist initiatives among workers' unions in the education of the Foz do Iguazú-Brazil, Ciudad del Este-Paraguay and Puerto Iguazú-Argentina frontiers? What are the similarities and differences in the formal organizational structures of these unions? The initial understanding is that these unions had in common the territorial proximity, given by the Brazil-Paraguay-Argentina border. We chose as method of research the Historical Dialectical Materialism, the general categories that guided the study were praxis, totality and contradiction. We analyze the categories of content: nationalism, proletarian internationalism, I, II, III and IV editions of the International Workers' Association (1st chapter), the Brazilian scientific production on proletarian internationalism, currently (2nd chapter). Through the methodological resources of interviewing and documentary analysis, we performed the comparative analysis of oral histories, formal organization structures and union documents UNE-SN-CDE, APP-FI and UDPM-PI evidencing the internationalist articulations found (3rd chapter). The results of the study show that there are few, occasional, individualized, discontinuous and sparse internationalist articulation initiatives, materialized in the form of meetings, meetings and participation in seminars and congresses.*

**Keywords:** *Nationalism, Proletarian Internationalism, Trade Unions, Education.*

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da busca nos repositórios BDTD, CAPES e SciELO sobre Internacionalismo proletário e Internacionalismo.	109
Quadro 2 – Síntese da busca por articulações internacionalista nos Estatutos da UNE-SN, APP, U.D.P.M. março de 2017.	174
Quadro 3 – Síntese das articulações internacionalista encontradas na história e na estrutura de organização formal da UNE-SN/APP-FI/U.D.P.M.-PI	191

## LISTA DE SIGLAS

A.do.mis: Asociación de Docentes Misioneros
AEDE: Asociación de Educadores del este
AFL-CIO: Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais
AIT: Associação Internacional dos Trabalhadores
APLP: Associação dos Professores Licenciados do Paraná
APMP: Associação do Pessoal do Magistério do Paraná
APP: Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná
APP-FI: Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná, núcleo sindical de Foz do Iguaçu-Paraná
BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID: Banco Interamericano de desenvolvimento
BM: Banco Mundial
BSI: Buró Socialista Internacional
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC: Comitê Central
CCSCS: Centrais Sindicais do Cone Sul
CE: Comitê Executivo
CEI: Comitê Executivo Internacional
CEN: <i>Comité Ejecutivo Nacional de la Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional</i>
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CGE: <i>Consejo General de Educación de la Provincia de Misiones</i>
CGT: Confederación General del Trabajo
CIDSEP-UC: Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política, de la Universidad Católica
CIPLA: Companhia Internacional de Plástico
CLAD/CLT: Contrato de Trabalho pelo Regime de Consolidação das Leis Trabalhistas
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas
CNM/CUT: Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CNT: Central Nacional de Trabalhadores
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Contraf/CUT: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro

COPEA: Centro Organizador Perfeccionamiento Educativo Americano
CSA: Confederação Sindical das Américas
CSI: Confederação Sindical Internacional
CTERA: Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina
CUT: Central única dos trabalhadores
EGB: Educação Geral Básica
EUA: Estados Unidos da América
FITIM: Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos
FLATEC: Federação Latino Americana de Trabalhadores da Educação e Cultura
FMI: Fundo Monetário Internacional
HIID: Harvard Institute for International Development
IC: Internacional Comunista
IEAL: <i>Internacional de la Educación para América Latina</i>
JOC: Juventude Operária Católica
LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC: <i>Ministerio de la Educación y Ciencias del Paraguay</i>
MEC-BID: Programa de Melhoria da Educação Primária
MECES: Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Secundária
MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra
MTE: Ministério do Trabalho
NEP: Nova Política Econômica
OEA: Organização dos Estados Americanos
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OMS: Seção para os contatos Internacionais da Internacional Comunista
OTEP: Organizacion De Trabajadores de la Educacion Paraguaya
PC: Partido Comunista
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
PEAD: Funcionários Contratados pela Empresa Terceirizada Paraná Educação
POSDR: Partido Operário Social-Democrata Russo
PS: Partido Socialista
PSS: Processo Seletivo Simplificado
PUC-MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
QFEB: Quadro dos Funcionários da educação básica

QPM: Quadro Próprio do Magistério
QPPE: Quadro próprio do poder executivo
SciELO: Scientific Eletronic Library Online
SI: Secretariado Internacional
SINTE: Sindicato dos Funcionários de Escola
SS: Seguridade Social
U.D.P.M.: <i>Unión de docentes de la província de Misiones</i>
U.D.P.M-PI: <i>Unión de docentes de la província de Misiones, Departamento Sindical de Puerto Iguazú-Misiones</i>
UFPR: Universidade Federal do Paraná
UNE: <i>Unión Nacional de Educadores</i>
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNE-SN: <i>Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional</i>
UNE-SN-CDE: <i>Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional, Comité de Base Ciudad del Este/Alto Paraná</i>
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
Unioeste: Universidade Estadual do Oeste do Paraná
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO I - Entrevista sobre o histórico dos sindicatos: UNE-SN-CDE/APP-FI/U.D.P.M-PI.

ANEXO II - Entrevista sobre a estrutura de organização formal UNE-SN-CDE, APP-FI e U.D.P.M.-PI.

ANEXO III - Seminário Internacional da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná.

ANEXO IV - Encontro Internacional para Reflexões Sindicais (APP e U.D.P.M.).

ANEXO V - Reportagem da RPC-Rede Paranaense de Comunicação sobre o 1º Encontro de Internacional para Reflexões Sindicais (APP e U.D.P.M.).

ANEXO VI - Convite da APP-FI direcionado a U.D.P.M.-PI.

ANEXO VII - Reportagem da APP-FI sobre a tentativa de organização do evento que I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

ANEXO VIII - Reportagem sobre a participação da U.D.P.M. no XI Congresso Estadual da APP: Seminário “Os desafios dos/as Trabalhadores/ as em Educação frente a Integração Regional no Âmbito do Mercosul”.

ANEXO IX - Informativo especial da APP-Sindicato/núcleo de Foz do Iguaçu – Março/Abril de 2009.

ANEXO X - Folder de divulgação da II Jornada Internacional de Rememoração da 1º Associação Internacional dos Trabalhadores.

ANEXO XI – Mapa geográfico demonstrando a abrangência dos Sindicatos UNE-SN/APP/U.D.P.M.

ANEXO XII – Termo de consentimento livre esclarecido da Professora Noemi Alvarez da UNE-SN-CDE

ANEXO XIII – Termo de consentimento livre esclarecido do Professor Nelson José Spiers da APP-FI

ANEXO XIV – Termo de consentimento livre esclarecido da Professor Celso Pepe Bogado da U.D.P.M.-PI

ANEXO XV – Termo de consentimento livre esclarecido do Professor Oscar Villar da UNE-SN-CDE

ANEXO XVI – Termo de consentimento livre esclarecido do Professor Fabiano Pereira Severino da APP-FI

ANEXO XVII – Termo de consentimento livre esclarecido do Professor Orlando Bischels da U.D.P.M.-PI



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1 NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO .....</b>	<b>26</b>
<b>1.1 AS ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DOS TRABALHADORES (AIT).....</b>	<b>38</b>
<b>1.2 A I AIT E A PARTICIPAÇÃO DE KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS .....</b>	<b>39</b>
<b>1.3 A II AIT E A PARTICIPAÇÃO DE FRIEDRICH ENGELS, ROSA LUXEMBURGO E VLADMIR ILICHT LENIN .....</b>	<b>51</b>
<b>1.4 A III AIT E A PARTICIPAÇÃO DE VLADMIR ILICHT LENIN.....</b>	<b>60</b>
<b>1.5 A IV AIT E A PARTICIPAÇÃO DE LEON DAVIDOVICH TROTSKY .....</b>	<b>69</b>
<b>1.6 CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>76</b>
<b>2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO .....</b>	<b>81</b>
<b>2.1 CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>110</b>
<b>2.2 RESULTADO DA BUSCA DE LIVROS PUBLICADOS SOBRE INTERNACIONALISMO .....</b>	<b>112</b>
<b>3 COMPARATIVO DA ESTRUTURA DE SINDICATOS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI-ARGENTINA E A ARTICULAÇÃO INTERNACIONALISTA .....</b>	<b>120</b>
<b>3.1 HISTÓRICO DA UNE-SN-UNIÓN NACIONAL DE DOCENTES, SINDICATO NACIONAL: COMITÉ DE BASE DE CIUDAD DEL ESTE-ALTO PARANÁ- PARAGUAI.....</b>	<b>120</b>

<b>3.2 HISTÓRICO DA APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ-NÚCLEO SINDICAL DE FOZ DO IGUAÇU-PARANÁ-BRASIL .....</b>	<b>128</b>
<b>3.3 HISTÓRICO DA U.D.P.M.-UNIÓN DE DOCENTES PROVÍNCIA DE MISIONES-COMITÉ DE BASE PUERTO IGUAZÚ-MISIONES-ARGENTINA.....</b>	<b>134</b>
<b>3.4 CONSIDERAÇÕES COMPARATIVAS SOBRE A HISTÓRIA DOS SINDICATOS E AS ARTICULAÇÕES INTERNACIONALISTAS .....</b>	<b>141</b>
<b>3.5 COMPARATIVO DAS ESTRUTURAS DE ORGANIZAÇÃO FORMAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA (BRASIL-PARAGUAI-ARGENTINA) E AS INICIATIVAS DE INTERNACIONALISMO .....</b>	<b>146</b>
3.5.1 Entrevista com o atual dirigente da UNE-SN-CDE: procurando indícios de internacionalismo .....	147
3.5.2 Entrevista com o atual dirigente da APP-FI: procurando indícios de internacionalismo .....	150
3.5.3 Entrevista com o atual dirigente da U.D.P.M.-PI: procurando indícios de internacionalismo .....	154
<b>3.6 CONSIDERAÇÕES COMPARATIVAS SOBRE AS ESTRUTURAS DE ORGANIZAÇÃO FORMAL DOS SINDICATOS PESQUISADOS E A ARTICULAÇÃO INTERNACIONALISTA. ....</b>	<b>156</b>
3.6.1 Regimes de trabalho que o sindicato representa.....	156
3.6.2 Modelo de composição da gestão sindical .....	157
3.6.3 Licença para mandato sindical .....	158
3.6.4 Contratação de funcionários (as) para o trabalho sindical.....	159
3.6.5 Estrutura física e material .....	159
3.6.6 Suporte de transporte .....	160

3.6.7	Formação da base .....	160
3.6.8	Formação de Base com temática Internacionalista.....	162
3.6.9	Unicidade com trabalhadores de outras categorias e eventos internacionais .....	162
3.6.10	Filiação sindical em nível nacional e internacional.....	163
3.6.11	Secretaria de Assuntos Internacionais .....	164
3.6.12	Articulação internacional entre UNE-SN, APP-SINDICATO e UNE-SN .....	164
<b>3.7</b>	<b>DOCUMENTOS SINDICAIS SOBRE ARTICULAÇÃO INTERNACIONALISTA</b> .....	<b>167</b>
3.7.1	Documentos impressos da APP-FI: Atas, Informativo Especial e Banner .....	167
3.7.2	Estatutos da UNE-SN, APP-FI e U.D.P.M.-PI e a articulação internacionalista.....	170
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>176</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>193</b>
	<b>REFERÊNCIAS CONSULTADAS .....</b>	<b>200</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo delimita-se na pesquisa comparada das estruturas formais de sindicatos em educação da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, com o objetivo geral de verificar se há indícios de iniciativas internacionalistas dentre sindicatos dos trabalhadores da educação pública nesta região.

Para realização do estudo comparado o recorte de estudo se deu nas estruturas de organização formal da *Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional* (doravante denominada UNE-SN-CDE), *Comité de Base Ciudad del Este-Alto Paraná-Paraguai*, da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná-núcleo sindical de Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil (doravante denominada APP-FI) e da *Unión de docentes de la provincia de Misiones* (doravante denominada U.D.P.M.-PI) *Departamento Sindical de Puerto Iguazú-Misiones-Argentina*, a fim de levantar possíveis indícios de iniciativas de articulação internacionalista entre estes sindicatos.

As perguntas que motivaram a realização deste estudo foram: As estruturas formais desses sindicatos revelam indícios de iniciativas internacionalistas entre sindicatos de trabalhadores em educação da fronteira Foz do Iguaçu-Brasil, *Ciudad del Este-Paraguai* e *Puerto Iguazú-Argentina*? Quais as semelhanças e quais as diferenças nas estruturas organizativas formais desses sindicatos? Ambas perguntas nortearam a busca de respostas no decorrer da pesquisa. A princípio o que os três sindicatos tinham em comum é estarem inseridos em uma realidade de fronteira internacional, portanto próximos territorialmente.

Para respaldar o estudo definimos como método de pesquisa o Materialismo Histórico Dialético, que segundo o conceito de Carvalho (2008, p. 164) é “[...] essencialmente um método que procura compreender a história materialista e dialeticamente como ciência – explica as articulações, as passagens, a transformação de umas formações em outras, etc [...]”. Esse método analisa os fenômenos em suas contradições, considerando as categorias de método gerais do modo de produção econômico capitalista. Esse sistema se transforma ao longo do tempo para garantir a sua perpetuação, muda as relações de trabalho e todas as esferas da vida social, inclusive a educação e, por consequência, a atividade sindical que representa esta categoria de trabalhadores.

Diante disso, este estudo se norteou pelas categorias gerais do método dialético propostas por Kuenzer (1998, p.63), quais sejam, “práxis, totalidade e contradição”. Essas categorias de método sustentaram de modo implícito todo o desenvolvimento da pesquisa.

Em relação a categoria práxis, Kuenzer (1998, p.57) a compreende “como já afirmavam Marx e Engels nas teses de Feuerbach (II), o critério de verdade da teoria é seu caráter, sua eficácia para a compreensão e para a intervenção na realidade”. Desse modo entende-se práxis como a ação, o movimento ao qual o homem age sobre o mundo, e o transforma com uma intencionalidade, a satisfação de suas necessidades. “O problema de se ao pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é um problema teórico e sim, um problema **prático**. É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o caráter terreno de seu pensamento” (MARX e ENGELS, 1970, p.208, grifos do autor). Nesse sentido, há necessidade de colocar a realidade do objeto pesquisado sob a luz da teoria e vice-versa, perfazendo um movimento de contrários. Kuenzer *in* Frigotto, (1998, p.64) descreve o conceito de “Práxis: mostrando que o conhecimento novo será produzido através do permanente e sempre crescente movimento do pensamento que vai do abstrato ao concreto pela mediação do empírico; [...]”. Por meio da movimentação da teoria para a prática e para a teoria novamente, procurando suplantar o aspecto fenomênico, a aparência do objeto, em busca da concreticidade, a buscamos continuamente a produção teórica de modo contínuo a partir das necessidades apontadas pela experiência, entendida sempre como ponto de início e temporário, que pode ser reconstituído e modificado na sua correlação com objeto de pesquisa.

Sendo assim, a mediação entre teoria e prática leva a passagem do aspecto fenomênico a essência do objeto pesquisado, ou seja, conhecimento transformado e transformador. “A coincidência da transformação das circunstâncias e da atividade humana ou auto-transformação só pode ser concebida e racionalmente entendida como práxis revolucionária” (BOTTOMORE, 2013, p. 293). Portanto, o presente estudo parte da realidade do objeto pesquisado para produção teórica que diz respeito ao recorte de estudo: a comparação das estruturas formais de sindicatos em educação da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, (UNE-SN-CDE, APP-FI e U.D.P.M.-PI) com o objetivo geral de verificar se há indícios de iniciativas internacionalistas dentre sindicatos dos trabalhadores da educação pública nesta região.

Sobre a categoria geral do método totalidade Kosik (2010, p. 50) expõe que “A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo”. Mas, entende-se que a pesquisa baseada neste método tem um movimento de contrários, de ida e volta, do todo para parte e da parte para o todo, por isso, há necessidade de realizar um recorte na realidade para a análise. Sendo este recorte visto sob múltiplas determinações, ou seja, sob a sua totalidade. O citado autor complementa que “[...] o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes”. Por fim, argumenta que o método

Materialismo Histórico Dialético analisa o fenômeno (como ele se apresenta) buscando a sua essência (a verdade, a realidade), desse modo a pesquisa científica não se finda com os resultados alcançados, estes podem ser constantemente revistos, em decorrência das transformações da realidade.

A categoria contradição, segundo Bottomore (2013, p. 80) está relacionada à dialética, no movimento de polos contrários. O todo e a parte, o fenômeno e a essência, a tese, a antítese e a síntese. Elementos que oscilam de modo inverso. Desse modo compreendemos que esse movimento de contrários é essencial em uma pesquisa científica, para que a análise seja realizada sob diferentes prismas. De acordo com a categoria contradição “[...] a pesquisa deverá buscar captar a todo momento o movimento, a ligação e unidade resultante da relação dos contrários, que ao se opor dialeticamente, um incluindo-se/excluindo-se no/do outro, [...]” (KUENZER *in* FRIGOTTO, 1998, p.65), se desconstroem e se suplantam, o concreto pode superar o abstrato e vice versa, movendo-se “[...] entre pólos dialeticamente relacionados, buscando compreender onde e como se incluem/excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade; internacionalização/nacionalização, globalização/regionalização; [...]” (KUENZER *in* FRIGOTTO, 1998, p.65). Desse modo a contradição compreende os movimentos complexos da realidade nas suas diversas disposições e demonstrações.

Contudo, entende-se que no método materialismo histórico dialético, toda pesquisa científica deve passar pelo crivo da refutação e afirmação e vice e versa, pois, nesse método o conhecimento, assim como história não ocorrem de maneira linear e sim na luta de contrários, na luta de classes antagônicas.

O estudo é de abordagem qualitativa, pois, esse tipo de abordagem garante uma visão totalizante sobre as especificidades do objeto pesquisado. Esse tipo de pesquisa, segundo Oliveira (2008, p. 37) “É um processo de reflexão e de análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. Desse modo, esse enfoque permite conhecer os meandros, as particularidades do objeto pesquisado em contraponto a pesquisa quantitativa que considera somente dados palpáveis matematicamente.

Após análise das metodologias de pesquisa existentes, de acordo com os referenciais: Severino (2007), Gil (2002) e Demo (2000) a metodologia adotada para esta pesquisa é a comparativa, pois, corrobora-se com o discurso de Carvalho (2008, p. 1) onde “comparação significa cotejar, confrontar, igualar, equiparar a fim de conhecer as semelhanças e diferenças ou as relações”. Assim sendo, a análise comparativa permite padronizar os dados que podem tanto buscar as similaridades do objeto pesquisado como vislumbrar suas singularidades. Em

um estudo comparativo Oliveira (2008, p.1) argumenta, “a comparação é um processo de perceber as diferenças e semelhanças e de assumir valores nessa relação de mútuo reconhecimento. Trata-se de entender o outro a partir dele mesmo e, por exclusão, se perceber na diferença”. Assim implicando em reconhecimento, conhecimento mutuo, valorização e aproximação pelas condições em comum.

No primeiro capítulo realizamos a revisão de literatura, iniciando a pesquisa conforme orientação de Kuenzer (1998) abordando as “categorias de conteúdo” específicas deste estudo: nacionalismo, internacionalismo proletário, as I, II, III e IV edições da Associação Internacional dos Trabalhadores (1º capítulo), a produção científica brasileira sobre internacionalismo proletário, na atualidade (2º capítulo). Desse modo, iniciamos buscando a compreensão da categoria nacionalismo para então aprofundar a compreensão da categoria internacionalismo proletário. O estudo dessas categorias foi necessário para compreender os fundamentos conceituais e também para entender sob quais aspectos o internacionalismo proletário vem sendo discutido na atualidade.

Ainda no primeiro capítulo também realizamos essa revisão de literatura com objetivo de entender o contexto histórico, os fundamentos teóricos, as práticas, enfim as primeiras experiências de internacionalismo proletário que foram engendradas no interior das I, II, III e IV Associação Internacional dos Trabalhadores (denominada sob a sigla AIT) e pelos escritos de juventude de Karl Marx, Friedrich Engels, (como em “O Manifesto do Partido Comunista” em 21 de fevereiro de 1848), também nas contribuições teóricas de alguns intelectuais como: Rosa Luxemburgo, Vladimir Ilitch Ulianov Lenin e Leon Davidovich Trotsky, nas quatro primeiras edições da Associação Internacional dos Trabalhadores (doravante denominadas no plural sob a sigla AITs). Para tanto buscamos compreender o processo de organização internacionalista das AITs e a colaboração desses intelectuais para estas organizações. Desse modo, sintetizamos as ocorrências das quatro edições das AITs. Expondo também as contribuições teóricas dos seguintes autores, na seguinte ordem: Karl Marx, Friedrich Engels na I AIT. Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo e Vladimir Ilitch Ulianov Lenin na II AIT, (destaca-se que Lenin teve divergências com ideais da II AIT, o que lhe incentivou a criar a III AIT). Em relação à III AIT também realizamos um levantamento das contribuições teóricas de Lenin. E por fim se analisou as principais contribuições de Leon Davidovich Trótsky na IV AIT.

No segundo capítulo realizamos um levantamento acerca dos estudos recentes produzidos no Brasil sobre internacionalismo proletário, realizou-se a busca de teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos e livros sobre essa categoria. Para tanto

realizamos um levantamento no repositório Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o período da busca foi desde o ano de criação da BDTD em 2002, até 2015. Realizamos também a busca no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois, esta concentra teses e dissertações defendidas a partir do ano de 2011, e parcialmente de anos anteriores, por esse motivo delimitamos para a busca o período de 2011 até 2015. Buscamos também artigos científicos no portal da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Delimitamos a busca de 1998, ano de sua criação, até 2015. Elegeu-se os bancos de teses da BDTD e da CAPES, visto que nestes são depositadas teses e dissertações produzidas em todo o Brasil, uma vez que possuem campos de busca avançada, viabilizando uma consulta unitária sobre os títulos, assuntos, instituições, por áreas do conhecimento. Pesquisamos também no SciELO, pela necessidade de complementar o levantamento de produções científicas sobre as categorias de conteúdo internacionalismo proletário escolhidas, pois, na busca nos repositórios BDTD e CAPES, foram verificadas poucas produções científicas sobre internacionalismo proletário evidenciando uma lacuna na produção de conhecimento sobre estas categorias. Nesse capítulo também abordamos sobre os referenciais bibliográficos encontrados na atualidade sobre diferentes enfoques de internacionalismo.

No terceiro capítulo discorremos sobre a pesquisa de campo, através de 2 (dois) conjuntos de entrevistas, no primeiro conjunto enfocamos o levantamento histórico e no segundo conjunto as estruturas de organização formais dos sindicatos *Unión Nacional de Educadores*, *Sindicato Nacional* (UNE-SN-CDE), *Comité de Base Ciudad del Este-Alto Paraná-Paraguai*, da APP-Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná-núcleo sindical de Foz do Iguacu-Paraná-Brasil (APP-FI) e da *Unión de docentes de la provincia de Misiones Departamento Sindical de Puerto Iguazú-Misiones-Argentina* (U.D.P.M.-PI). O objetivo geral da realização das entrevistas foram a busca de indícios de articulação internacionalista entre os referidos sindicatos em educação da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Destacamos que as entrevistas foram realizadas mediante autorização dos entrevistados e assinatura do termo de consentimento livre esclarecido.

No primeiro conjunto de entrevistas foi realizado o levantamento da história oral, o contexto, os princípios e os objetivos iniciais de fundação dos sindicatos, as primeiras estruturas de organização formal. Conforme os dados levantados na pesquisa de campo (escritório dos sindicatos e conversa com dirigentes sindicais), o uso das entrevistas se justifica pela inexistência de documentos arquivados sobre as histórias das: *Unión nacional de educadores*, *sindicato nacional* (UNE-SN-CDE), *Comité de Base de Ciudad del Este-Alto Paraná-Paraguai*



e da *Unión de docentes de la provincia de Misiones (U.D.P.M.-PI) Departamento Sindical de Puerto Iguazú-Misiones-Argentina* e também porque na APP-Sindicato núcleo sindical de Foz do Iguacu foram encontrados documentos fragmentados que não contemplam a história como um todo. Então, a fim de obter as histórias orais desses sindicatos as entrevistas foram padronizadas em forma de questionário aberto com perguntas iguais para as três instituições, obtendo assim uniformidade na realização das perguntas, facilitando a exposição da história das entidades.

Os entrevistados para o levantamento das histórias orais<sup>1</sup> dos sindicatos UNE-SN-CDE, APP-FI e U.D.P.M.-PI foram indicados pelos atuais dirigentes, sendo que indicaram 1 (um) sindicalizado antigo e de intensa atividade em cada sindicato, para que, através de suas memórias, pudéssemos realizar a reconstrução histórica e levantar se houve indícios de articulação internacionalista na história de cada um dos sindicatos pesquisados. Ao final da apresentação dos dados levantados nas entrevistas realizamos considerações comparativas sobre os resultados encontrados nas histórias orais dos sindicatos.

O segundo conjunto de entrevistas teve com o objetivo verificar se havia indícios de iniciativas de articulação internacionalista nas estruturas de organização formal, estrutura física, recursos materiais atuais (suas sedes, meios de transporte e equipamentos de suporte ao trabalho sindical, e recursos humanos), formações sindicais e principalmente possíveis relatos dos dirigentes de sobre a articulação sindical internacional. Para isso, foi entrevistado 1 (um) dirigente atual de cada sindicato<sup>2</sup>, sob a forma de questionário aberto com perguntas iguais aos três sindicatos pesquisados.

---

<sup>1</sup> A entrevistada da UNE-SN-CDE foi a professora Noemi Alvares ex-dirigente sindical da entidade. Mestre em Educação, Especialista em Educação, Licenciada em Ciência da Educação e graduada em Direito. Foi diretora da escola do Centro Regional de Educação Dr. Gaspar Rodrigues de França em *Ciudad del Este*, concursada desde 1980 e aposentou-se em 2014.

O entrevistado da APP-FI foi o professor aposentado Nelson Jose Spiers, ex-dirigente sindical da referida organização. Graduado em História e pós-graduado em Organização Social Política Brasileira e Estudos Sociais e História e em Didática Moderna e Novas Práticas de Ensino, com aproximadamente 30 (trinta) anos na carreira de professor em sala de aula, Diretor de escola por 5 (cinco) vezes e o primeiro Chefe do Núcleo Regional de Educação em Foz do Iguacu.

O entrevistado da U.D.P.M. foi o professor Celso Pepe Bogado, ex-dirigente sindical da entidade. Estudou Engenharia Aeronáutica, curso no qual se capacitou em Matemática, Física e Química, disciplinas que leciona na cidade de *Puerto Iguazú-Misiones-Argentina*.

<sup>2</sup> O entrevistado da UNE-SN-CDE foi o atual dirigente sindical Oscar Villar, é licenciado em Ciência da Educação, possui especialização em Administração, Avaliação e Guarani. Atualmente é professor aposentado no ensino público do Paraguai e estudante de Direito. Atua na UNE-SN-CDE desde o ano de 2005, e na exerce a função de Presidente da UNE-SN-CDE, desde 2007 terminando a primeira gestão em 2012, porém, nesse mesmo ano fora reeleito para mais um mandato de cinco anos, gestão 2012-2018).

O entrevistado da APP-FI foi dirigente sindical Fabiano Severino. Licenciado em Pedagogia e professor Pedagogo pelo Estado do Paraná, pertencente ao Quadro do Próprio do Magistério. Atua na APP-Sindicato desde o ano de 1999 e é o atual Presidente da APP-Núcleo de Foz do Iguacu gestão 2015-2017.

Ainda no terceiro capítulo também foram realizadas as análises aprofundadas dos documentos encontrados na pesquisa de campo realizada na sede da APP-Sindicato núcleo sindical de Foz do Iguaçu, documentos que tratam de sua história e retratam as atividades internacionais que o sindicato realizou. Foram analisados documentos impressos como: atas, programação de eventos (congressos, conferências, jornadas) pautas de reuniões, convites formais e reportagens sobre a realização ou participação em eventos entre a e UNE-SN-CDE, APP-FI e U.D.P.M.-PI. Ressaltamos que conforme a pesquisa de campo nos sindicatos UNE-SN-CDE e U.D.P.M.-PI. não foram encontrados documentos escritos e arquivados que retratassem as suas histórias.

Em relação a documentos impressos, o único documento que os três sindicatos possuem em comum são os: Estatutos de funcionamento, documentos que regem a organização estrutural formal dos mesmos. Nesses Estatutos realizamos as análises de forma padronizada, para possibilitar a comparação entre eles, em que se buscou na seção introdutória destaques sobre o internacionalismo, no conteúdo do documento observamos a constituição, a natureza, os princípios, os objetivos e fins de cada um dos sindicatos, a estruturação dos sindicatos em secretarias e as suas atribuições, se há por exemplo, Secretarias de Relações Internacionais ou similares. Ou ainda, se dentre outras como: Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria de Administração e Patrimônio, Secretaria de Organização, Secretaria de Aposentados, Secretaria de Assuntos Municipais, Secretaria Educacional, Secretaria de Formação Política Sindical, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Sindicalizados, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Políticas Sindicais, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Funcionários, Secretaria de Gêneros e Relações étnico-raciais e Direitos LGBT, Secretaria de Saúde e Previdência, Secretaria Gremial, Secretaria Executiva e de Atos, Secretaria de Organização e de Escritório, Secretaria do Tesouro e Finanças, Secretaria de Imprensa, Cultura e Comunicação, Secretaria de Ação Social, Secretaria de Ensino Secundário e Superior, Secretaria de Procedimentos Especiais, Secretaria de Educação, Formação e Estatística, Secretaria de Educação Técnica, Secretaria de Nível Inicial, Secretaria para os Direitos Humanos, Secretaria Geral Adjunta e de Seguridade Social, Secretaria de Atas e Documentos, Secretaria de Finanças e Projetos, Secretaria de Relações e Imprensa, Secretaria de Assuntos Laborais, Jurídicos e Mediação de Conflitos, Secretaria de Organização, Secretaria de Formação, Secretaria de Gestão Social, Secretaria da Juventude, Igualdade de Gênero e

---

O entrevistado da U.D.P.M.-PI foi Orlando Bishels professor de Matemática, Física e Cosmografia. Atualmente é diretor da Escola Número 875, *Doña Mercedes Garcia Taratuty*. Atua na U.D.P.M. *Puerto Iguazú* desde o ano de 2003, e como *Delegado Departamental* desde 2008, sendo que em 2016 fora reeleito para ocupar o cargo até 2018.

Indígena. Enfim, verificamos se nas referidas secretarias havia a possibilidade de existirem atribuições que dissessem respeito a articulação com trabalhadores em educação de outros países, ou com outras categorias de trabalhadores, enfim, indícios de que houve alguma iniciativa, preocupação, planejamento ou proposição de organização ou de realização de ações no sentido de articulação internacional evidenciados nos Estatutos dos sindicatos pesquisados.

Após a apresentação dos dados levantados nas entrevistas e documentos realizamos considerações finais das estruturas de organização formal dos três sindicatos pesquisados e os resultados sobre as iniciativas de articulação internacionalista.

Por fim, apresentamos os anexos evidenciando os documentos que apontam as iniciativas de articulação internacionalistas encontradas com os levantamentos de dados.

## 1 NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

De acordo com a categoria totalidade o sistema capitalista atua em todo o planeta, o todo não é a junção de suas partes, as nações e seus processos de acumulação e consumo de bens materiais, bem como a luta de classe internacional não é junção das lutas nacionais. Ambas se constroem, como um todo e a seu próprio modo de desenvolvimento, diferenciam-se das características dos elementos que a compõem. Na visão dialética da totalidade “uma situação local ou nacional não pode ser entendida na teoria e transformada na prática, caso se ignore como ela se articula com o todo, ou seja, com a evolução mundial econômica, social e política”. (LÖWY, 2000 p. 81).

Sob este ponto de vista, que se adentra ao conceito, os fundamentos teóricos do internacionalismo proletário, e de acordo com as categorias totalidades e contradição do método Materialismo Histórico Dialético, faz-se necessário entender, inicialmente, aquilo que é a sua base, até mesmo antagônica: o conceito de nacionalismo e seus fundamentos teóricos.

Primeiramente nos detemos na categoria nacionalismo, que tem sua origem na palavra nação que, por sua vez, tem etimologia no latim *natio*, de *natus* (nascido), que indica origem e descendência de um determinado povo. Segundo Hobsbawm (1990) o conceito passou por diversas transformações no decorrer da história, por isso há, uma certa imprecisão conceitual.

Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país, ou de um reino” e também “um estrangeiro”. Mas agora era dada como “um estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e também “o território constituído por esse estado e seus habitantes, considerados como um todo” – e, portanto, o elemento de um estado comum e supremo é central a tais definições, pelo menos no mundo ibérico. A *nación* é o “conjunto de los habitantes de un país regidos por un mismo gobierno” (grifos meus). Na recente Enciclopédia Brasileira Mérito, a nação é “a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, *subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo* (grifos meus); o povo de um estado, excluindo o poder governamental”. A além disso no Dicionário da academia Espanhola, a versão final de “nação” não é encontrada até 1925, quando é descrita como “a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e, em geral falam a mesma língua e possuem uma tradição comum”. (HOBSBAWM, 1990, p. 27-28).

Considerando o conceito descrito pelo autor acima, e que a palavra nacionalismo é uma derivação da palavra nação, podendo ser compreendida, portanto, como sendo uma consciência ideológica de unicidade política de um povo que possua características de etnia, de tradição, de linguagem e de origem em comum, entretanto os elementos coletivos que distinguem um povo, passam por transformações e nunca estão acabados.

O nacionalismo possui, sobretudo, uma definição política que visa a preservação do próprio Estado-nação enquanto entidade, mas neste ponto somente quando uma nação transforma o corpo jurídico em estado de organização política. Nesse sentido, o nacionalismo objetiva por inúmeras vezes a defesa do território soberano em conflitos armamentistas. Diferencia-se do patriotismo pois este é mais comumente ligado a valorização dos símbolos de um Estado (Hino, Bandeira, Instituições Públicas, etc) e também ao exercício da fidelidade e defesa da pátria sob estes símbolos, enquanto o nacionalismo possui uma ligação mais estreita com a própria etnia e cultura de um grupo.

Entendida a questão conceitual de nação e nacionalismo, destaca-se sobre o surgimento da ideologia nacionalista, que conforme Löwy (2000):

Não é fácil indicar com precisão como e quando nasceu o nacionalismo. Certos autores pensam que ele surge paralelamente à emergência do Estado-nação, nos séculos XV e XVI (Maquiavel!). Outros, como Hans Kohn, se remetem às grandes revoluções burguesas; na Inglaterra, no século XVII, e na França, em 1789, o Estado, pela primeira vez, “deixou de ser o Estado real: ele se torna o Estado do povo, um Estado nacional, uma pátria”. Mais recentemente, Tom Nairn tentou demonstrar que o nacionalismo emergiu no século XIX (como resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo) nos países periféricos (Alemanha, Itália e Japão), e apenas mais tarde nas “regiões do centro” (Inglaterra e França). Essa bizarra cronologia, no entanto, peca por sua arbitrariedade e parece ignorar fatos históricos bem conhecidos, como a dimensão patriótica da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas.... Em todo caso, é certo que, durante longos séculos, a referência política não era a nação ou o Estado-nação, mas uma outra forma de organização social e política: o clã, o Estado-cidade, o senhor feudal, a igreja, o reinado de dinastia e o império multinacional. (LÖWY, 2000, p. 79).

De igual modo, Anderson (2005) acrescenta ainda que:

As origens do sentimento moderno de nacionalismo como força secular podem ser remontadas ao século XVIII. Foi nesse período que estouraram as duas maiores revoluções que originaram a primeira concepção ideológica da nação tal como a compreendemos hoje – a rebelião das colônias norte-americanas contra a Grã-Bretanha e a derrubada do absolutismo na França. (ANDERSON, 2005, p. 17).

Desse modo, destacamos especialmente o período da Revolução Francesa como o ápice para o surgimento desta consciência de nacionalismo. Neste mesmo raciocínio, Lenin (1981, p. 57) expõe que o período compreendido entre 1789 e 1871 foi a época dos movimentos nacionais e de criação dos Estados nacionais e ao final desta época havia se consolidado na Europa sistemas de estados conduzidos pelas burguesias nacionais. Sendo que “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e que empregam trabalho assalariado” (MARX e ENGELS, 2012, p.38).

Portanto, através do incentivo da aliança entre os burgueses e trabalhadores, ocorre nesse período a exaltação a intensificação de sentimentos nacionalistas e patrióticos nos movimentos de massas populares em geral. Pois, havia o desejo de acabar com privilégios das minorias que detinham o poder, ou seja, destruição das monarquias absolutistas. Entretanto, com a derrubada dos regimes monárquicos absolutistas, a burguesia assume o poder político dos Estados-nacionais recém-criados.

Como consequência do sentimento exacerbado de nacionalismo ocorreram muitos conflitos no interior das nações (como o exemplo da Revolução Francesa) e ainda se observa que a torrente nacionalista aliada ao imperialismo se fixaram na ascendência de nações sobre outras. E sob esta prerrogativa muitas nações foram submetidas ao comando de outras, promovendo rivalidades que até mesmo viriam, posteriormente, a influenciar o início da I Guerra Mundial (1914-1918) e a criação dos movimentos de extremo nacionalismo como o nazismo e o fascismo.

Segundo Löwy (2000) é nesse contexto histórico que

Marx e Engels, dois revolucionários alemães, viviam numa época ainda marcada pela formação dos Estados-nação na Europa (Alemanha, Itália, Polônia\*, Hungria), e esse dado influenciou forçosamente sua concepção. A partir de seus escritos, podemos deduzir um conceito de nação que remete a uma formação histórica ligada ao crescimento do modo de produção capitalista e cristalizado numa superestrutura política: o Estado-nação. (LÖWI, 2000, p. 34).

Na mesma linha, o referido autor acrescenta que é com o desenvolvimento de análises críticas de Marx e Engels, ao modo de produção capitalista e no apontamento de que a nação representava um estágio de desenvolvimento histórico da sociedade humana, partindo também compreensão de que o capital estava implantado em todo o planeta. Deste ponto nasce o conceito e os fundamentos teóricos do internacionalismo proletário.

Ressalta-se, neste ponto, que na tentativa de se conceituar e levantar os fundamentos teóricos do internacionalismo proletário, iniciar-se-á com a definição etimológica da palavra Internacional, que é o núcleo da palavra internacionalismo, e tem origem etimológica comum com o nacionalismo, sendo que a diferenciação ocorre com a utilização do prefixo “inter” que se traduz como “entre”. Sendo assim, pode-se conceituar que internacional é aquilo que é comum a duas ou mais nações ou aquilo que se realiza entre nações. Seu caráter não se limita a uma única nação, pode ser, a exemplo, uma política de cooperação entre as nações, o estado de relações internacionais ou um sistema socialista que preconiza a associação internacional dos trabalhadores e a aliança internacional do proletariado. Sabendo que o capitalismo é uma

organização internacional, logo, a forma dos trabalhadores se defender, também deveria ser uma organização internacional.

É na definição de um sistema socialista que preconiza o movimento de internacionalismo proletário, através da associação internacional dos trabalhadores e da aliança internacional do proletariado que se centraliza esta revisão de literatura.

A partir da definição geral de internacionalismo, aponta-se o conceito e fundamentos de internacionalismo proletário, a palavra “proletário” foi um termo comumente utilizado pelos intelectuais Karl Marx e Friedrich Engels, tem origem etimológica na Roma antiga que denominava como *proletarii* os plebeus, aqueles que não tinham quaisquer propriedades e cuja função era engrossar o exército imperial através da geração de filhos (proles), destinados a venda de sua força de trabalho para a garantia de sua sobrevivência. Na conceituação de Marx e Engels (2012, p. 38) “por proletário entende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (Nota de Engels à edição inglesa de 1888)”. Desse modo, observa-se que o proletariado é quem produz as riquezas materiais através da cessão de sua força de trabalho ao detentor dos meios de produção, a burguesia. Portanto, a existência da classe proletária é condição *sine qua nom* para permanência da classe burguesa no poder e para a manutenção do sistema capitalista de produção.

Os termos internacionalismo e proletário ao serem combinados constituem um novo significado, o qual encontra sua origem na série de escritos de juventude de Karl Marx e Friedrich Engels entre os anos de 1845 a 1848, em que o pensamento de ambos “deram uma base de classe (o internacionalismo proletário) à idéia da fraternidade humana proclamada pela Revolução Francesa”. (BOTTOMORE, 2013, p. 199). De acordo com os referidos intelectuais, entendemos o internacionalismo proletário como concepção que tem como objetivo a solidariedade, a fraternidade e a cooperação dos proletários mediante interesses comuns e contra o jugo do capital.

Dos escritos de juventude de Karl Marx e Friedrich Engels destacamos as primeiras reflexões teóricas que explicitam sobre a origem da concepção de internacionalismo proletário: “O Festival das Nações em Londres” (1845), crítica ao livro do economista alemão Friedrich List “o sistema nacional de economia política” iniciado por Marx em 1845, porém tal a obra não foi terminada, “A Ideologia Alemã” (1845-1846) e o “Manifesto do Partido Comunista” (1848).

Do artigo “O Festival das Nações em Londres” (1845), exposto no Dicionário do Pensamento Marxista editado por Bottomore (2013), ressaltamos trecho da produção teórica de Engels sobre o internacionalismo proletário:

Engels, em 1845, publicou um artigo em *The Northern Star*, intitulado “The Festival of Nations in London” (“O Festival das Nações em Londres”), no qual contrastava “a fraternidade das nações, tal como está hoje sendo posta em prática em toda parte pelo partido proletário extremista”, com “o velho egoísmo nacional instintivo e com o cosmopolitismo hipócrita privatista e egoísta do livre comércio”. Enquanto a burguesia de cada país possui seus interesses próprios específicos, “os proletários de todos os países têm um único e mesmo interesse o único e mesmo inimigo, e a única e mesma luta”. Marx e Engels achavam que esse interesse comum estava não apenas na cooperação através das fronteiras em defesa dos interesses imediatos de classe, mas também no projeto de provocar “uma grande revolução social (que) se apropriará destas realizações da época burguesa – o mercado mundial e as modernas forças de produção -, sujeitando-as ao controle comum dos povos mais adiantados [...]”. (BOTTOMORE, 2013, p. 199).

Ou seja, nesse trecho Engels crítica solidariedade entre nações praticadas e fundamentadas no nacionalismo burguês e aponta que os proletários tinham em comum a exploração de seu trabalho pelo modo de produção capitalista. E desse modo, e este interesse similar aos trabalhadores de todos os países, poderia levá-los a unificação e construção de uma revolução mundial. Pois conforme já exposto, Marx e Engels entendiam nação como fase da evolução histórica da humanidade, capaz de alcançar uma posição superior universal como “uma grande revolução social”. No esboço do artigo sobre o livro do economista alemão Friedrich List “O Sistema Nacional de Economia Política”, Marx aponta que

O que as nações fizeram enquanto nações, elas fizeram pela soiedade humana; todo seu valor consistiu apenas isso, que cada nação transmitiu para as outras uma determinação principal (um ponto de vista principal) no interior da qual a humanidade se desenvolveu; após a indústria ser criada na Inglaterra, a política na França, a filosofia na Alemanha, elas são elaboradas para o mundo e seu significado histórico mundial, como o das nações, termina por aí. (MARX *apud* LÖWI, 2000, p. 21).

Para Engels a partir do momento que as nações chegaram a um determinado grau de desenvolvimento, deveriam dar espaço a constituição do denominado por ele “cosmopolitismo comunista”, termos que faz analogia ao internacionalismo proletário. “Engels, evidentemente, toma o cuidado de distinguir esse cosmopolitismo comunista do “cosmopolitismo hipócrita, egoísta-privado, do livre comércio” e do pseudocosmopolitismo de um “socialista patriota” [...]” (LÖWI, 2000, p.17). Para ele o “cosmopolitismo comunista” tinha um sentido “universalmente humano” e “livre de preconceitos nacionais” (LÖWI, 2000, p.18), ou melhor, tratava-se



[...] do desaparecimento das demarcações e antagonismo nacionais. Uma primeira observação se impõe: parece tratar, aos olhos de Marx e Engels, de um processo já amplamente iniciado pela burguesia, que o proletariado deve, sobretudo, completar ou terminar. É uma tese que realça o otimismo de livre mercado espantoso e um método bastante “economicista”, na medida em que “a uniformização da produção industrial e as condições de existência correspondentes” são consideradas como condutoras ao declínio dos conflitos nacionais. Entretanto é preciso acrescentar que, em outros escritos contemporâneos, tanto Marx quanto Engels insistem na impossibilidade de uma solução das contradições nacionais dentro do modo capitalista de produção. (LÖWI, 2000, p.14).

Essa lógica de raciocínio remete a união da classe trabalhadora pelo fim do modo de produção capitalista, ou seja, ao internacionalismo proletário. Em *A Ideologia Alemã* (1845-1846) Marx e Engels apontaram que o desenvolvimento das forças produtivas no interior das nações, suprimiram os impedimentos nacionais de unificação da classe trabalhadora:

Uma passagem de *A Ideologia Alemã* (1845-1846), permite esclarecer melhor essa contradição: não é a burguesia como tal, mas a grande indústria, que elimina as barreiras nacionais, pela gestão de uma nova classe, o proletariado, radicalmente internacional: “Enquanto que a burguesia de cada nação ainda mantém interesses nacionais separados, a grande indústria criou uma classe na qual todas as nações têm o mesmo interesse e onde a nacionalidade já foi abolida”. Isso remete, evidentemente, à celebre formulação “os proletários não têm pátria”, que não é apenas tirada irônica, mas que corresponde a uma concepção de conjunto, de Marx e Engels, a saber. (LÖWI, 2000, p.15).

Sob este ponto de vista, destacamos o “Manifesto do Partido Comunista” (1848). Documento em que se encontra o princípio central da concepção de internacionalismo proletário: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX e ENGELS, 2012, p. 67). Essa frase exortou a luta conjunta de todos os proletários, sem distinção de raça ou nacionalidade. As reflexões do manifesto também contribuíram para tomada de consciência da classe proletária dos diversos países sobre porque deveriam se unir, sobre o que tinham em comum: a exploração de sua força de trabalho pelo modelo econômico de produção capitalista. Pode-se entender que esse ideal se encontra fundamentado nos seguintes trechos:

[...] os comunistas foram acusados de querer abolir a pátria, a nacionalidade. Os operários não têm pátria não se pode tirar deles o que não têm. Como o proletariado de cada país deve em primeiro lugar conquistar o poder político, erigir-se em classe nacional, tornar-se ele próprio nação, com isso ele é ainda nacional, embora de forma alguma no sentido burguês do termo. Os limites nacionais e os antagonismos entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as condições de existências que deles decorrem.

A dominação do proletariado fará com que desapareçam mais ainda. A ação comum, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições de sua emancipação.

A medida que se procede à abolição do homem pelo homem, procede-se igualmente à abolição da exploração de uma nação por outra.

No dia em que desaparecer o antagonismo das classes no interior da nação, desaparece a hostilidade das nações entre si. (MARX e ENGELS, 2012, p.53).

Do trecho acima destaca-se a frase “Os operários não têm pátria não se pode tirar deles o que não têm”, pois conforme Löwy (2000, p. 15) esta frase corresponde a duas concepções de Marx e Engels: “1º) O Estado Nacional não pertence ao proletariado, mas à burguesia. 2º). As condições materiais, econômicas, sociais e políticas dos proletários são as mesmas em todos os países (industriais) ”. Conforme já explicitado, após a Revolução Francesa a burguesia assumiu o poder de comando dos Estados-nacionais e, aos proletários, que haviam auxiliado na conquista da vitória, restou somente a venda de sua força de trabalho aos burgueses em troca de um salário. Por esse motivo, Marx e Engels apontaram que em qualquer país industrializado da época, as circunstâncias do proletariado eram as mesmas. Um fragmento do Manifesto Comunista (1848) relata a situação dos proletários perante

O desenvolvimento das máquinas e a divisão do trabalho, ao levarem o trabalho dos proletários a perder todo o caráter de autonomia, levam também o operário a perder todo o atrativo pelo trabalho. Ele se torna mero acessório da máquina, exigindo-se dele somente a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Em decorrência, o custo do operário se reduz praticamente ao que lhe custa para se manter e para perpetuar sua descendência. Ora, o preço do trabalho, como aquele de toda mercadoria, é igual a seu custo de produção. Logo, à medida que aumenta o tédio do trabalho, diminui o salário. Mais ainda, a soma do trabalho aumenta com o desenvolvimento da maquinaria e da divisão do trabalho, quer pelo aumento das horas de trabalho, quer pelo acréscimo do trabalho exigido num tempo determinado, pela aceleração do movimento das máquinas etc. (MARX e ENGELS, 2012, p. 44).

Diante desse relato, entende-se que quanto mais se desenvolviam as estruturas mundiais do sistema capitalista, maior era a necessidade da ação em comum, ou solidariedade internacional entre os proletários, pois, o aumento da exploração não era pontual, ocorria em todos os países. Diante disso, pode-se compreender em Marx e Engels a importância do internacionalismo proletário destacado por Löwy (1998, p. 97-98)

Para Marx e Engels, o internacionalismo era ao mesmo tempo uma peça central da estratégia de organização e luta do proletariado contra o capital global, e a expressão de uma perspectiva humanista revolucionária para a qual a emancipação da humanidade era o valor ético supremo e o objetivo final do combate. Eram “cosmopolitas” comunistas, na medida em que o mundo inteiro, sem fronteiras nem limites nacionais, era tanto o horizonte de seus pensamentos e de suas ações, assim como o conteúdo de sua utopia revolucionária. (LÖWY, 1998, p. 97-98).

Por isso, Löwy (2000, p.171) afirma “Nesse sentido, a consideração do proletariado como classe internacional e a consideração do papel internacionalizante da economia burguesa em escala mundial são apontamentos importantes”. Pois “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX e ENGELS, 2012, p.41). Desse modo, entende-se que o objetivo da concepção internacionalista é o reconhecimento mútuo dos trabalhadores, não só em condições de igualdade na questão da exploração do seu trabalho, mas também em posição de igualdade de potencial revolucionário, que tem como objetivo o fim do sistema capitalista de produção. Nesse sentido, Löwy (2000) destaca que no relatório do encontro internacionalista de Londres (1845), Engels desenvolveu a seguinte tese

Os proletários possuem, em todos os países, um único e mesmo interesse, um único e mesmo inimigo, um único e mesmo combate: em sua massa, os proletários já são, por sua própria natureza, desprovidos de preconceitos nacionais e toda a sua formação cultural [*Bildung*] e seu movimento são essencialmente humanistas [*humanitarish*], antinacionais. Somente os proletários podem abolir a nacionalidade, somente o proletariado consciente pode conduzir à fraternização das diversas nações. (LÖWY, 2000, p. 16).

Desse modo, a ação comum é assinalada como a condição necessária para a iniciar a luta contra o capitalismo e a conquista da emancipação humana, no sentido de libertação da classe proletária das opressões do trabalho alienado do capital. Em outras palavras o internacionalismo proletário poderia se tornar base para encaminhar a revolução mundial.

Após os falecimentos de Karl Marx (1883) e Friedrich Engels (1895), Rosa Luxemburgo (1871-1919), Vladimir Ilich Ulianov Lenin (1870-1924) e Leon Davidovich Trotsky (1879-1940) continuaram a desenvolver em suas teorias e práticas à perspectiva internacionalista, no período de início do século XX na Europa, Ásia e América do Norte.

Rosa Luxemburgo ao tratar de seu posicionamento sobre o internacionalismo proletário, destaca que este possui intrínseca relação com a questão nacional. Porém, nesse posicionamento Luxemburgo apresenta pontos de divergência com Lenin, que surgiram na atuação de Lenin e Luxemburgo na II Associação Internacional dos Trabalhadores (II AIT), quando ambos lutavam contra as práticas reformistas<sup>3</sup>, no interior dessa associação. Os posicionamentos divergentes de Luxemburgo e Lenin segundo Kriegel (1986, p.32) são:

---

<sup>3</sup> Segundo Bottomore (1983, p. 313) “é a confiança “na possibilidade de alcançar o socialismo pela reforma pacífica e gradual dentro do quadro de um Estado parlamentar neutro” (Anderson, 1980: 176-177) que constitui a definição do caminho reformista para o socialismo”.

primeiro na concepção de partido e suas relações com a classe; segundo na questão das Alianças na estratégia revolucionária e terceiro o problema nacional e suas relações com a revolução proletária. Destes, destacamos o terceiro ponto de divergência: Rosa Luxemburgo defendia que a criação de pequenos Estados nacionais contrariava o desenvolvimento natural do capitalismo, se constituía em um retrocesso, e que reivindicações nacionais obstruíam a união internacional do proletariado.

O contexto em que viveu Luxemburgo, início do século XX, foi marcado por conflitos que tinham como objetivo a separação de territórios para a criação de pequenos e novos países. Esses novos países buscavam autodeterminação, ou seja, soberania nos direitos políticos e autonomia em relação a influências de outros países.

Rosa Luxemburgo na obra “A Questão Nacional e a Autonomia” (1988) apresenta posicionamento contrário à autodeterminação desses países, pois, apontava que a luta pela autodeterminação das nações na Europa (século XX) eram organizadas pelas burguesias nacionais, utilizando-se da exaltação do sentimento de nacionalismo. Entendia que a autodeterminação dos países diminuía a força do movimento socialista internacional e aumentava a força da burguesia nacional em países recém-criados. Além disso, Rosa Luxemburgo afirmava que os estados nacionais imperialistas subjugariam as nações recém-surgidas, portanto estas estavam fadadas ao fracasso. Já Lenin defendia que o movimento de independência nacional seria capaz de colaborar para com a vitória da revolução proletária mundial.

Para Lenin (1988, p. 323), em outras palavras, o internacionalismo se consubstancia na solidariedade fraternal dos proletários de todos os países, incidindo na luta conjunta contra a opressão do capital de fato. Nesse sentido, Lenin explicita sobre o seu entendimento conceitual de internacionalismo proletário

O socialista, o proletário revolucionário, o internacionalista raciocina de outra maneira: o caráter da guerra (como é reacionária ou revolucionária) não depende de quem tenha atacado nem do território que esteja o “inimigo”, mas da classe que sustenta a guerra e da política continuada por essa guerra especificamente. Sim se trata de uma guerra imperialista reacionária, isto é, de uma guerra entre dois grupos mundiais da burguesia imperialista, despótica, expoliadora e reacionária, toda burguesia (inclusive a de um pequeno país) se faz cúmplice do roubo, e eu, representante do proletariado revolucionário, tenho o dever de preparar a revolução proletária mundial como única salvação dos horrores da matança mundial. Não devo raciocinar do ponto de vista do “meu” país (porque esta é a maneira de argumentar do pequeno burguês nacionalista, desgraçado cretino que não compreende que é um brinquedo nas mãos da burguesia imperialista), mas do ponto de vista da minha participação na preparação, propaganda e aproximação da revolução proletária mundial.

Isso é o internacionalismo, esse é o dever do internacionalista, do operário revolucionário, do verdadeiro socialista. (LENIN, 1980, p.144, tradução livre da autora).

Conforme o pensamento de Lenin, de que o internacionalismo proletário estava além do sentimento de nacionalismo burguês, de defesa da sua própria pátria. Destacava que ele como internacionalista tinha o dever preparar a revolução proletária em seu próprio país e buscar aliança com o proletariado de outros países. Nesse sentido, Lenin (1981, p. 1) continua expondo que “Nosso dever é lutar contra a cultura nacional dominante, ultra-reaccionária e burguesa, dos grandes russos, desenvolvendo exclusivamente em um espírito internacional em estreitíssima aliança com os trabalhadores de outros países [...]”.

Observamos que para Lenin o dever do internacionalismo era lutar contra o nacionalismo estabelecido na época na Rússia e nas demais nações burguesas, buscando a defesa do interesse do proletariado internacional. Para Lenin (1988, p. 36) “Há um só internacionalismo de facto: o trabalho abnegado pelo desenvolvimento do movimento revolucionário e da luta revolucionária no seu próprio país, o apoio (pela propaganda, a simpatia e a ajuda material) a esta luta, a esta linha, e só a *esta*, em *todos* os países sem exceção”.

Há que se destacar que Lenin, aceita a ideia de separação e independência de novas nações perante a sua libertação em relação à subjugação dos países imperialistas e de sua própria burguesia nacional. Lenin (1980, p. 56) em outras palavras, defende a ideia de que o internacionalismo não é ser antinacional, sendo que indica inclusive ser partidário do direito das nações à autodeterminação, do direito das nações oprimidas se libertarem das nações opressoras, dispendo que não vê outra salvação para a maioria das nações do mundo, que não seja a ação revolucionária conjunta do proletariado das nações imperialistas e das nações oprimidas.

Nesse sentido, para Lenin o objetivo principal de toda a política internacionalista devia ser o de unificar o proletariado de todos os países na luta conjunta contra a burguesia mundial e contra o imperialismo, considerados por ele os principais inimigos do proletariado.

Após o falecimento de Lenin, abordamos os apontamentos sobre internacionalismo proletário elaborado por Leon Davidovich Trotsky. No entanto, com a sucessão de Lenin dada pela ascensão de Josef Stalin ao comando da Rússia, as divergências teóricas e práticas entre Trotsky e Stalin passaram a se tornar mais latentes. Por isso, Trotsky foi exilado pelas divergências com o novo líder. Mesmo no exílio continuou a desenvolver atividades políticas e teóricas, e dentre seus escritos interessa para esta revisão de literatura o terceiro ponto de sua teoria sobre a revolução permanente, no qual discorre sobre o internacionalismo proletário.

Em seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente. (TROTSKY, 1985, p. 24).

Neste trecho o autor destaca que a revolução proletária inicia no domínio dos Estados-nacionais, entretanto essa conquista do poder pelo proletariado tem um caráter provisório, deve estar aliada a luta proletária de vanguarda das nações mais desenvolvidas. Caso contrário, na visão do autor, o isolamento das nações que implantaram uma ditadura do proletariado, poderia sucumbir diante de suas próprias contradições internas. Trotsky, afirma que a chegada ao poder “[...] nos quadros nacionais representa, na essência, não o ato inicial mas sim o ato final da revolução: em seguida se abre o período de reformas que culmina na sociedade socialista nacional”. (1985, p. 25).

Trotsky foi fundador da IV Associação Internacional dos Trabalhadores (IV AIT) em 1938 na França, (mesmo ainda com o funcionamento da Internacional Comunista na Rússia até o ano de 1943) se fundamentava em Marx e Engels para tratar do caráter internacional da economia e da política imperialista capitalista. Para tanto, Trotsky indica que era necessário um Projeto Internacional de combate ou ação conjunta em prol da libertação da classe proletária.

Contudo, trazendo a discussão sobre nacionalismo e internacionalismo proletário para a atualidade, encontramos a obra de Ferreira (2014) que faz a seguinte conceituação de

O internacionalismo foi a tentativa mais acabada de questionamento, pois se contrapunha ao triunfalismo comercial burguês e ao nacionalismo e aos particularismos existentes. Essa analítica legou a ideia da emancipação internacional e do protagonismo universal dos subalternos como alternativa à libertação nacional. (FERREIRA, 2014, p. 286).

E contra esse nacionalismo burguês Löwy (2000) aponta que há na atualidade, outro tipo de nacionalismo:

Além do nacionalismo imperialista, um outro tipo de nacionalismo emancipador desenvolveu-se na América Latina no decorrer dos últimos anos: O debate a respeito dos 500 anos da “descoberta” das Américas e o Prêmio Nobel atribuído a Rigoberta Menchu (Guatemala) deram maior visibilidade às lutas indígenas em defesa de suas comunidades, suas terras e sua cultura nacional contra a opressão das oligarquias de origem espanhola ou mestiça. (LÖWY, 2000, p. 111).

Ainda segundo o autor, esse novo tipo de nacionalismo junta os grupos indígenas de cada país, e “eles desenvolvem uma crítica radical da civilização ocidental e de seus valores – a propriedade privada, o individualismo, a mercadoria [...]” (LÖWY, 2000, p.111). Ou seja, o “nacionalismo emancipador”, também pode contribuir com a concepção de internacionalismo proletário, na medida que une diferentes povos em situação comum de opressão contra a bases do sistema capitalista.

Contudo, considerando o desenvolvimento do capitalismo e as mudanças nas relações de trabalho atuais, compreendemos que as reflexões sobre conceito e fundamentos teóricos do internacionalismo proletário, se faz cada vez mais necessárias para auxiliar as lutas da classe trabalhadora contra a exploração do trabalho. Em síntese, dos conceitos já expostos entende-se que a concepção principal é a união dos trabalhadores de todos os países buscando elementos em comum e a partir deles construir caminhos para a superação do modelo de sociedade capitalista.

Entretanto, assinalamos que na atualidade existem semelhanças e diferenças entre os proletários dos séculos de XIX e os trabalhadores da contemporaneidade. As semelhanças estão na definição de trabalhadores como aqueles indivíduos que só tem a sua força de trabalho para vender em troca de um salário,

A diferença entre os trabalhadores atuais e os trabalhadores do século XIX está na complexificação das relações de trabalho. Já que existem agora, além do trabalho fabril e industrial, inúmeras áreas, subáreas ou categorias de trabalho formal (como por exemplo: os trabalhadores em educação pública), e ainda há os trabalhadores informais, terceirizados, autônomos, parciais, por tarefa, por meta e voluntários, todos inseridos na divisão pormenorizada do trabalho e/ou na reprodução ampliada do capital. A esse respeito, no Manifesto Comunista (1848) Marx e Engels apontaram que: o capital criou uma gradação entre os resultados do desenvolvimento científico e este produziu uma hierarquia na própria classe trabalhadora dificultando a organização em conjunto.

Ou seja, a divisão técnica e científica do trabalho pode também se refletir na organização dos trabalhadores, fator que pode também colaborar para a um aumento da dificuldade da organização internacionalista desses trabalhadores. Assim, apontamos o

laborioso desafio que representam as tentativas de organização dos trabalhadores com vistas à articulação internacional.

Desse modo, a concepção de internacionalismo proletário coloca-se na prática como um desafio para os trabalhadores. Pois até mesmo os sindicatos que representam os trabalhadores, parecem estar constituindo suas lutas de forma distintas, buscando sanar reivindicações pontuais, específicas de cada categoria de trabalho. Talvez esse seja um dos sintomas de uma crise da organização dos trabalhadores no momento atual.

Nesse sentido, buscando trazer mais elementos teóricos para reflexão sobre o internacionalismo proletário realizamos nos itens que se sucedem a abordagem de forma bastante sintética sobre o contexto histórico, os princípios, os fundamentos teóricos, as práticas, enfim a primeiras experiências de internacionalismo proletário que foram engendradas no interior das I, II, III e VI edições da Associação Internacional dos Trabalhadores e as contribuições teóricas gerais de seus principais idealizadores.

### 1.1 AS ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DOS TRABALHADORES (AIT)

Para compreendermos o processo de organização internacionalista da I Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), seu contexto histórico, seus princípios, seus fundamentos teóricos e as principais contribuições teóricas de Karl Marx e Friedrich Engels, utilizamos como referencial teórico as obras: “Trabalhadores Uni-vos! Antologia política da I Internacional” de Marcelo Musto (2014) e a obra “Marx, Engels e a luta de partido na primeira internacional (1864-1874)” do autor Ariovaldo dos Santos (2002). Também para dar suporte a contextualização histórica sobre as revoluções e o desenvolvimento do capitalismo no século XIX, utilizamos a obra “A era do capital - 1848-1875” do autor Eric Hobsbawm (1977) pois em meio a esse período que a I AIT foi criada.

Iniciamos as análises com o levantamento do contexto histórico, quem foram fundadores da I Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e a participação de Karl Marx e Friedrich Engels na elaboração da mensagem inaugural, dos estatutos e dos princípios e suas principais contribuições teóricas, sobre o internacionalismo proletário, até o processo de dissolução da I edição da AIT.

Para apreendermos sobre o processo de organização internacionalista da II Associação Internacional dos Trabalhadores, seu contexto histórico, princípios, fundamentos teóricos e as principais contribuições teóricas de Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo e Vladimir Ilich Ulianov Lenin. Utilizamos como referencial teórico o livro *Las Internacionales Obreras* (1864-



1943) da autora Annie Kriegel (1986), obra que retrata em sua obra trajetória das três primeiras edições da AIT. Também utilizamos a obra: História do Marxismo: O marxismo na Época da Segunda Internacional do autor Eric Hobsbawm (1982).

Em continuidade buscamos levantar o processo de organização da III AIT, seu contexto histórico, princípios, fundamentos teóricos, utilizamos como referenciais: *Sobre El Internacionalismo Proletario* de Vladimir Ilich Lenin (1980) e os seguintes textos de Lenin I Congresso da Internacional Comunista, III Congresso da Internacional Comunista, IV Congresso da Internacional Comunista, descritos na coletânea Obras escolhidas, Vol. III (2004) e ainda no livro escrito em língua espanhola: *Las Internacionales Obreras* (1864-1943) da autora Annie Kriegel (1986), a qual realiza sua abordagem até a III edição da AIT.

Também abordamos sobre o processo de organização internacionalista da IV Associação Internacional dos Trabalhadores, enfocando, especificamente, seus princípios, fundamentos e principais contribuições teóricas de Leon Davidovich Trotsky durante o período de 1938 até 1940, ano de seu falecimento. Utilizamos como referencial o livro “Documentos de Fundação da IV Internacional Congresso de 1938” traduzido por Marcos Margarido (2008). Destacamos desta obra os itens que tratam do “Programa de Transição” e os “Estatutos da IV Internacional”, documentos produzidos por Trotsky para orientação das atividades de criação e funcionamento da IV Internacional.

## 1.2 A I AIT E A PARTICIPAÇÃO DE KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

Para compreensão do contexto que antecede a criação da I Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864, voltamos ao ano de 1848, ano em que a classe trabalhadora europeia havia passado por derrotas. Segundo Hobsbawm (2009, p. 34) “1848 aparece como a revolução da moderna história da Europa que combinou a maior promessa, a maior extensão, o maior sucesso inicial imediato e o mais rápido e retumbante fracasso”. A tal “grande promessa” diz respeito aos trabalhadores que lutaram juntamente com a burguesia para a derrubada dos regimes monarquistas e do domínio político da religião católica. O objetivo era a substituição de ambos pela república democrática social.

Entretanto, de acordo com Hobsbawm (1977)

Dos principais grupos sociais envolvidos na revolução, a burguesia, como já vimos, descobriu que preferia a ordem à chance de pôr em prática todo o seu programa, quando diante da ameaça à propriedade. Diante do confronto com a revolução "vermelha", os moderados liberais e os conservadores marchavam ombro a ombro. (HOBSBAWM, 1977, p.35)

Ou seja, a burguesia utilizou a força dos trabalhadores para a sua vitória na revolução, mas, logo após essa vitória, assumiu o controle social, excluindo os trabalhadores dos ganhos da revolução. Os burgueses entenderam que o plano dos principais intelectuais da classe trabalhadora da época poderia ser encaminhar a revolução para à abolição da propriedade privada. De acordo com Santos (2002):

Vitoriosa, a burguesia tratou de destruir, “pela força bruta”, todas as organizações de partido” e todos os jornais de partido da classe trabalhadora”. Buscava, desse modo, assentar as bases de sua dominação, consolidando-a em definitivo, garantindo assim o caminho para que pudesse efetivar com tranquilidade a produção e reprodução do capital. (SANTOS, 2002, p. 5).

Mesmo com a derrota e traição da burguesia em 1848, a classe trabalhadora continuou a se organizar de forma independente, porém, dentro dos limites nacionais. Com a ascensão da sociedade burguesa moderna ao poder, ocorreram mudanças significativas nas relações e na intensificação da exploração da força de trabalho. Se antes, no regime feudal ou no período pré-capitalista o trabalho era braçal e já havia um descontentamento dos servos e aprendizes com direcionamento de maior parte da produção ao senhor feudal ou ao mestre de ofício. Agora, com o advento da sociedade burguesa moderna, e com a introdução da maquinaria na produção dos bens materiais, o trabalhador se viu obrigado a submeter-se a um processo de confinamento do seu trabalho no interior das fábricas. Tendo que vender a sua força de trabalho ao burguês em troca de um salário, que muitas vezes era insuficiente para manter as suas necessidades básicas.

Musto (2014) destaca que a introdução das máquinas provocou um acirramento da exploração dos trabalhadores fabris, pois, ocorreu a redução dos salários mediante a dispensa de trabalhadores e iniciou a concorrência entre os próprios trabalhadores. No entanto, Musto (2014, p.129) argumenta que “A sociedade, considerada em seu conjunto, ganharia com a introdução das máquinas, que lhe permitem produzir mais trabalho com o mesmo número de trabalhadores e no mesmo espaço de tempo”. E continua:

Mas o fenômeno ocorre numa sociedade composta de dois grupos em perpétuo antagonismo, um deles muito numeroso, *os explorados*, e o outro relativamente pequeno, porém todo-poderoso, *os exploradores*, e ambos empenhados na concorrência. (MUSTO, 2014, p.129).

Segundo Musto (2014) o problema não era a introdução da maquinaria, considerada um avanço para humanidade, mas sim a sua posse nas mãos dos exploradores. Vale ressaltar

que as máquinas reduziram o dispêndio de força física dos trabalhadores, porém, esses meios de produção por estarem em posse da burguesia, se tornaram mais um motivo de espoliação dos trabalhadores. A esse respeito Musto (2014) explica:

Em resumo a introdução das máquinas gera, para os exploradores, a retenção de uma fração dos salários por meio da dispensa dos trabalhadores e da concorrência mútua entre estes últimos, a redução dos preços dos produtos que eles podem comprar e o aumento dos lucros resultante de um aumento da demanda; para os *explorados*, a perda de uma parte de seus salários mediante a dispensa e a concorrência de seus companheiros, o desfrute parcial da redução do preço dos produtos e, com o passar do tempo, uma compensação parcial por meio de um aumento da demanda, prejudicada pela situação miserável das massas. (MUSTO, 2014 p.130).

Esse era o retrato da entrada da maquinaria nos ambientes de trabalho, inversamente, Musto (2014) apontava que:

[...] no dia em que as máquinas a vapor deixarem de ser monopólio do capital e passarem – com todos os instrumentos de trabalho – as mãos dos trabalhadores constituídos em associações agrícolas e industriais, os trabalhadores serão liberados, a paz será alcançada e a justiça reinará. (MUSTO, 2014, p. 127).

Desse modo, o autor relata que havia a necessidade de uma organização maior, que vinculasse a luta dos trabalhadores de todo o mundo, pois, a força de luta dos trabalhadores de forma desconexa era insuficiente contra as relações de exploração no trabalho. De acordo com Santos (2002):

Necessidade tanto mais pressentida face ao “fracasso comum” resultante das “investidas isoladas” realizadas pela classe operária de cada país no período pós 48. É à luz desta “convicção” que os trabalhadores dos diferentes países tomaram a decisão de fundar a **Associação Internacional**. (SANTOS, 2002, p. 4).

Por todo o exposto, alguns trabalhadores ingleses, reconhecendo a fragmentação e a fragilidade das lutas da classe trabalhadora, buscaram unificação com trabalhadores de outros países fundando a I Associação Internacional dos Trabalhadores (I AIT) em 1864. Esse acontecimento representou um avanço da consciência de classe dos trabalhadores. Santos (2002, p. 4) expõe que “A AIT nasceu da “ligação fraternal entre os trabalhadores dos diferentes países, a fim de prepara-los para fazer uma frente conjunta em suas lutas pela emancipação”. Desse modo, partiram das condições reais de trabalho e iniciaram uma tentativa de alinhamento político com trabalhadores de diferentes países, conforme Santos (2002, p.8) a I AIT foi “fundada pelos próprios operários e para operários [...] foi fundada pelos trabalhadores e para eles”. Ou seja, não foi uma organização criada pelo Estado, de cima para baixo, também não foi criada por intelectuais que estavam fora da realidade dos trabalhadores. “Por outras palavras,

ela é criação dos operários mais conscientes”. Marx observa que a AIT é, na “realidade [...], o laço internacional” que une “ os operários mais avançados dos diversos países do mundo civilizado”. (SANTOS, 2002 p.13).

A primeira participação que Karl Marx e Friedrich Engels tiveram na I AIT, foi a aceitação de um convite para fazer o discurso da mensagem inaugural da organização. Logo após esse discurso, Marx e Engels iniciaram uma participação mais efetiva no Conselho Geral da AIT, e seus estudos contribuíram para a formação dos trabalhadores e aumento contínuo da consciência de classes dos trabalhadores que participaram da I AIT:

Neste sentido, é incorreto afirmar, como faz Engels, que Marx foi o criador da AIT. Principalmente na medida em que o próprio Marx ressalta que a AIT representa uma “criação natural do movimento proletário”, nascido, por sua vez, “das tendências normais e irresistíveis da sociedade moderna”, a sociedade burguesa. (SANTOS, 2002, p.7).

De acordo com Santos (2002) nota-se que o nível de conhecimento dos representantes dos trabalhadores na I AIT se distinguiu dos demais, e seu trabalho era necessário para levar a massa menos esclarecida a entender o funcionamento do sistema social que os oprimia.

Cumprir observar que as individualidades revolucionárias das quais fala Marx haviam saído do próprio mundo do trabalho, sendo a sociedade burguesa responsável pelo seu aparecimento. Mais uma vez, é o caráter contraditório do desenvolvimento das relações entre capital e o trabalho que voltam à tona. Por outras palavras, é certo que a miséria das massas e o embrutecimento do trabalho se acentuam à medida em que o capital progressivamente se desenvolve. Porém, também, é verdadeiro que o processo objeto de desenvolvimento do capital cria, no campo da subjetividade, a possibilidade de determinadas individualidades tornarem-se cada vez mais conscientes “da sua situação como proletários e de seu antagonismo histórico-econômico com o capital” utilizando-se desta compreensão para despertar, no conjunto da classe, a consciência da “tarefa histórica do proletariado”. (SANTOS, 2002, p. 15).

Ainda nas palavras do referido autor, foram estes movimentos contraditórios do capital e sua brutalidade nas relações de trabalho para com os proletários, que produziram sujeitos conscientes de sua realidade. Santos (2002, p. 5) acrescenta ainda que “o capital criou as condições para o acirramento das lutas sociais e de classe” e as respectivas condições para a criação de organizações que representassem o interesse dos trabalhadores. E sobre o início e desenvolvimento das organizações de trabalhadores dessa época destacamos os apontamentos de Antunes (1980):

Foi de grande importância para esse avanço a lei votada em 1824 pelo Parlamento inglês, onde se conquistou o direito que até então era restrito às classes dominantes: a livre associação. Na verdade, as associações sindicais já existiam na Inglaterra desde

o século anterior, mas eram violentamente reprimidas no desempenho de suas atividades, o que dificultava a organização dos trabalhadores. Conquistado o direito de livre associação as uniões sindicais – *trade unions*, como as chamam os ingleses – desenvolveram-se por toda a Inglaterra, tornando-se bastante poderosas. Em todos os ramos industriais, diz ainda, Engels, formaram-se *trade – unions* com o objetivo de fortalecer o operário na luta contra a exploração capitalista. As *trade – unions* passaram então a fixar os salários para toda a categoria, evitando com isso que o operário atuasse isoladamente na luta por melhores salários. Passaram também a regulamentar o salário em função do lucro, obtendo aumentos que acompanhavam a produtividade industrial e nivelando-o a toda categoria. (ANTUNES, 1980, p. 17- 18).

Ainda em conformidade com Antunes (1980, p.18) a partir do direito à livre associação, os trabalhadores passaram a reunirem-se em associações com as diversas “categorias de uma região numa federação”. Tanto que em 1830 foi fundada uma associação geral de operários ingleses – a “Associação Nacional para a Proteção do Trabalho – cujo objetivo era atuar como central de todos os sindicatos”.

Diante do esclarecimento de Antunes (1980) sobre as primeiras organizações dos trabalhadores no século XVIII, em associações sindicais – *Trade-Unions* e a aglutinação destas em federações, destacamos que na criação da I Associação Internacional dos Trabalhadores (I AIT) foram reunidas delegações de associações sindicais Inglesas e uma delegação Francesa. De forma detalhada Musto (2014 p.19) aponta que a data de criação da I AIT foi 28 de setembro de 1864 no St. Martins Hall, salão situado ao centro de Londres na Inglaterra, em uma assembleia onde compareceram aproximadamente duas mil pessoas, entre homens e mulheres. Segundo Santos (2002, p.7, grifos no original) as lideranças que convocaram esse evento eram: [...] “Odger (Sapateiro, presidente do conselho local de todas as **Trade-Unions** Londrinas e também da **Trade’s Unions Subbrage Agitation Society**, que estava vinculada a Bright) e por Cremes, pedreiro e secretário da União dos Pedreiros [...]”.

Parafrazeando, Musto (2014, p. 21), dentre as duas mil pessoas que participaram e compuseram, posteriormente, as fileiras da I AIT, estavam grupos que se diferenciavam ideologicamente, sendo eles: reformistas, mutualistas, anarquistas (seguidores de Pierre-Joseph Proudhon ou de Mikhail Bakunin), cooperativistas e os comunistas.

Os trabalhadores franceses, especificamente “Os parisienses, da sua parte, enviaram uma delegação, à sua frente estava um operário de nome **Tolain**, o **Verdadeiro candidato dos operários nas últimas eleições de Paris**, um jovem combativo”. (SANTOS, 2002, p. 6, grifos no original).

Conforme Musto (2014, p. 19) o discurso de um dos representantes dos trabalhadores franceses foi direcionado à resposta ao convite feito pelos dirigentes das *trade – unions* inglesas no sentido realizarem um plano comum, de estreitamento dos laços entre os trabalhadores da

França e da Inglaterra e também no sentido de chegar a um consenso de solidariedade e apoio a Polónia que fora ocupada pelo Império Russo. A resposta dos delegados franceses na reunião no St. Martins Hall foi positiva para criação de um plano em comum. O conteúdo do convite dos delegados das *trade - unions* inglesas, encaminhado aos franceses dizia:

A fraternidade entre os povos é altamente necessária para a causa do trabalho, pois constatamos que sempre que tentamos melhorar nossa condição social por meio da redução das horas de trabalho, ou pelo aumento dos salários, nossos empregadores ameaçam trazer franceses, alemães, belgas e outros para realizarem nosso trabalho por salários mais baixos. E lamentamos dizer isso tem ocorrido, embora não em razão de um desejo de nos prejudicar da parte de nossos irmãos do continente, mas pela falta de uma comunicação regular e sistemática entre classes trabalhadoras de todos os países. Nosso objetivo é elevar os salários dos operários pior remunerados, aproximando-os o máximo possível daqueles dos melhor remunerados, e não permitir que nossos empregadores nos joguem uns contra os outros e nos empurrem, assim, para a condição mais baixa possível, adequada a sua busca avarenta pelo lucro. (MUSTO, 2014, p. 19- 20).

As lideranças das associações sindicais inglesas entenderam que cada vez que organizavam um movimento pela redução das horas de trabalho, aumento no salário entre outras reivindicações, os patrões buscavam e contratavam mão de obra barata em outros países. Desse modo, forçavam o movimento a retroceder e voltar ao trabalho, pois seus integrantes poderiam ficar desempregados e não ter a garantia da própria subsistência. Então, para que isso não continuasse a ocorrer viram a necessidade de criar um canal de diálogo com os trabalhadores de outros países.

As organizações operárias que fundaram a Internacional eram muito distintas entre si. O centro motor foi o sindicalismo inglês. Seus dirigentes, quase todos reformistas, interessavam-se sobretudo por questões de caráter econômico. Lutavam pela melhoria das condições dos trabalhadores, sem, contudo, colocar o capitalismo em discussão. Assim, conceberam a Internacional como um instrumento favorável a seu objetivo, impedindo a importação da mão de obra estrangeira durante as greves. (MUSTO, 2014, p. 21).

Compreendemos que inicialmente a essência da AIT nasce da tentativa de solucionar demandas concretas dos trabalhadores, ou seja, melhoria nas condições de trabalho, entre elas acabar com a concorrência entre os próprios trabalhadores de outros países na questão de greves. Em princípio não era discutida a origem dos problemas que enfrentavam: o sistema econômico capitalista. Nesse sentido, a participação ativa de Marx e Engels têm um papel fundamental em levar a classe proletária ao entendimento da origem dos problemas daquela época. Já na mensagem inaugural da I AIT, Marx explica:

Trabalhadores:

É um fato notável que a miséria das massas trabalhadoras não tenha diminuído de 1848 a 1864, não obstante ter sido este um período sem igual para o desenvolvimento da indústria e o crescimento do comércio. Em 1850, um órgão moderado da classe média britânica, de informação superior à média, previa que as exportações e importações do país aumentariam 50% e que a miséria inglesa cairia a zero. Pois vejam! Em 7 de abril de 1864, o ministro das Finanças britânico [*Chancellor of the Exchequer*] deleitava sua audiência parlamentar com a declaração de que em 1863 a importação e exportação total da Inglaterra havia aumentado “a 443.995.000 libras esterlinas! Uma soma impressionante, cerca do triplo do comércio do ano relativamente recente de 1843!” Mas, apesar de tudo isso, o tema predominante em seu discurso foi a “pobreza”.

“Pensai”, exclamou, “nos que se encontram à margem dessa região”, nos “salários... que não aumentaram”; “vida humana... que em 90% dos casos se resume a uma luta pela existência! ”. (MUSTO, 2014, p. 93).

O discurso retrata a crescente acumulação de riquezas da Inglaterra. Mesmo com todo o progresso econômico do país, a classe trabalhadora não obteve aumento de seus salários, ou melhoria nas condições de trabalho, vivia na mais degradante situação. Ainda, conforme Musto (2014) na mensagem inaugural Marx, ilustra o estado de vida dos proletários com seguinte narrativa:

O dr. Smith, o médico encarregado, assegurou que 28 mil moléculas de carbono e 1330 moléculas de nitrogênio eram a quantidade semanal necessária para manter um adulto médio... bem pouco acima do nível de doenças de desnutrição; além disso, concluiu que essa quantidade era muito próxima à escassa nutrição a que os operários algodoeiros haviam sido reduzidos sob condições extremamente aflitivas. Mais ora vejam! Mais tarde, o mesmo estudado doutor recebeu do *Privy Council* à incumbência de investigar a nutrição das classes trabalhadoras mais pobres. Os resultados de sua investigação estão reunidos no *Sixth report on Public Health* [Sexto Relatório sobre Saúde Pública], publicado por ordem do Parlamento no curso deste ano. O que o doutor descobriu? Que tecelões de seda, as costureiras, os luveiros, os tecelões de meias etc. sequer recebiam, em média, a ração miserável dos operários algodoeiros, nem mesmo a quantidade de carbono e nitrogênio “apenas suficiente para prevenir as doenças de desnutrição”. (MUSTO, 2014, p. 94).

O trecho do discurso de Marx relatava que os trabalhadores ganhavam o mínimo, mal para satisfazer suas necessidades físicas de alimentação, alguns recebiam abaixo da quantidade mínima considerada necessária para repor parte da energia gasta no trabalho. Nesse sentido, Marx realizou a comparação da condição de miserabilidade do povo com o elevado crescimento econômico da Inglaterra naquela época, demonstrando a crescente desigualdade social e a necessidade de organização dos trabalhadores para o enfrentamento desses problemas.

Marx, a partir desse discurso

[...] em íntima colaboração com Engels, passou rapidamente à condição de protagonista, marcando decisivamente os rumos daquela organização, seja em seu processo de constituição ou de dissolução. Mais ainda, o engajamento que estabelecem em relação à AIT estava acompanhado pela compreensão de que havia um caráter totalmente novo daquela organização. (SANTOS, 2002, p.7).

O caráter renovador dessa organização era que enquanto as outras organizações de trabalhadores foram fundadas por individualidades conscientes oriundas da classe burguesa, a I AIT se diferenciava por ter sido fundada por membros da própria classe proletária. Conforme Santos (2002, p. 8) com a criação da I AIT, Marx e Engels perceberam que “Sua importância estava em outra dimensão, isto é, no fato de apresentar-se como organização mais avançada em relação a todas as outras iniciativas que até então haviam existido”. Marx e Engels compreenderam que como os membros se distinguiam em relação a suas concepções de mundo e a organização precisava de um programa teórico que levasse a classe a uma maior unidade, de modo que mesmo com as divergências ideológicas, compartilhassem dos mesmos objetivos.

Iniciando uma participação mais intensa na I AIT, Marx e Engels redigiram um programa teórico para a organização, ou seja, os Estatutos Gerais:

1. Esta Associação está estabelecida para proporcionar um meio central de comunicação e cooperação entre sociedades operárias de diferentes países e que visam a mesma finalidade, isto é a proteção, o avanço e a completa emancipação das classes trabalhadoras.
2. O nome da Sociedade será “Associação Internacional dos Trabalhadores”.
3. Um Congresso Geral de Trabalhadores deverá ser realizado anualmente com a participação de delegados de todos os ramos da Associação. Caberá ao congresso proclamar as aspirações comuns da classe trabalhadora, tomar as medidas necessárias para a atuação bem-sucedida da Associação Internacional e eleger o Conselho Geral da Sociedade.
4. Cada Congresso determinará a data e o lugar de realização do próximo evento. Os delegados se reunirão na data e no local determinados, sem qualquer convite especial. O Conselho Geral pode, em caso de necessidade, mudar de sede, mas não tem o poder para adiar a realização anual do congresso. O Congresso escolhe a sede e elege os membros do Conselho Geral anualmente. O Conselho Geral assim eleito terá o poder de aumentar o número dos seus membros. Em suas reuniões anuais, o Congresso Geral deve receber uma prestação de contas das transações anuais do Conselho Geral. Este último pode, em casos de emergência, convocar o Congresso Geral para antes do prazo anual regular.
5. O Conselho Geral deve consistir de trabalhadores dos diferentes países representados na Associação Internacional. Ele deve, dentre os próprios membros, eleger os oficiais necessários para suas atividades, tais como um tesoureiro, um secretário-geral, secretários correspondentes para os diferentes países, etc.
6. O Conselho Geral deve formar uma agência internacional entre os diferentes grupos nacionais e locais da Associação, de modo que os operários num país sejam constantemente informados dos movimentos de sua classe em qualquer outro país; que um levantamento sobre o estado social dos diferentes países da Europa seja feito simultaneamente e sob uma direção comum; que as questões de interesse geral surgidas numa sociedade possam ser discutidas por todas as outras e que, quando medidas práticas imediatas precisem ser tomadas - como, por exemplo, em caso de desavenças internacionais -, a ação das sociedades associadas seja simultânea e uniforme. Sempre que parecer oportuno, o Conselho Geral tomar a iniciativa de propostas a serem apresentadas perante diferentes sociedades nacionais ou locais. A fim de facilitar as comunicações, o Conselho Geral deve publicar relatórios periódicos.
7. Como o sucesso do movimento dos operário em cada país não poderá ser assegurado, por um lado, senão pelo poder da união e da combinação, enquanto, por



outro, a utilidade do Conselho Geral da Internacional depende grandemente da circunstância de saber se ele tem de lidar com poucos centros nacionais de associações de operárias ou com um grande número de pequenas e desconectadas sociedades locais; os membros da Associação Internacional devem usar todos os seus esforços para combinar as sociedades de operários desconectadas de seus respectivos países em corpos nacionais, representados por órgãos nacionais centrais. É autoevidente, porém, que a aplicação desta regra dependerá das leis peculiares de cada país e que, excetuando os obstáculos legais, nenhuma sociedade local independente será impedida de se corresponder diretamente com o Conselho Geral.

8. Toda secção tem o direito de escolher seu próprio secretário, que se corresponderá diretamente com o Conselho Geral.

9. Qualquer pessoa que reconheça e defenda os princípios da Associação Internacional dos Trabalhadores pode ser eleita como membro dessa sociedade. Cada seção é responsável pela integridade do membro que admite nos quadros da Associação.

10. Todo membro da Associação Internacional, ao mudar de domicílio de um país para outro, receberá o apoio fraternal dos Trabalhadores Associados.

11. Embora unidas num elo perpétuo de cooperação fraternal, as sociedades de operários que se filiarem à Associação Internacional preservarão intactas as suas organizações existentes.

12. As presentes normas podem ser revisadas a cada Congresso, contanto que dois terços dos delegados presentes sejam a favor de tal revisão.

13. Tudo aquilo não especificado no presente estatutos será matéria de regulações especiais, sujeitas à revisão de cada Congresso. (MUSTO, 2012, p. 294).

Com a elaboração desse documento, Marx e Engels conseguiram aglutinar as diversas ideologias a seguir o mesmo rumo. Na estrutura de organização da I AIT, destacamos o papel atribuído ao Conselho Geral. Paraphrasing Santos (2002, p. 14), foram as individualidades mais conscientes que compuseram o Conselho Geral da I AIT. A preocupação dos intelectuais era a formação da massa trabalhadora inserida na organização, devido ao seu baixo nível de instrução. O trecho a seguir retrata a necessidade, a função do Conselho Geral, diz Musto (2014):

Devemos, cidadãos, abandonar a todo custo as regiões da pura teoria, devemos nos esquecer de nós mesmos e pensar que as massas são ignorantes, obstinadas e inertes, em razão de sua grande quantidade de preconceitos. E é sua educação, sua transformação, sua emancipação, no fim das contas, que a Associação Internacional tem a missão de realizar.

A federação deriva da autonomia, e a autonomia só pode oferecer garantia social e política se baseada na noção de direitos e deveres. [...]

Para cumprir essa tarefa é necessária uma organização central, que discipline a ação da classe trabalhadora e a distribua por toda a parte. O Conselho geral tem, portanto, de ser uma agência para difundir os princípios e os anseios gerais do proletariado. (MUSTO, 2014, p. 317).

Conforme Musto (2014, p.317), como agência difusora dos “princípios e anseios do proletariado” o Conselho Geral tinha a função de obter uma relação intensa com as seções ou federações compostas pelas *Trade-Unions* ou associações sindicais organizadas em cada país.

Essa relação ocorria por meio de relatórios, nos quais realizavam troca de informações referentes a situação da classe trabalhadora de cada estado nacional, visto que:

Isto implicava por sua vez, uma estreita relação ligação desde as seções e ramos até o Conselho Geral, passando pelas ocasiões nas quais se realizavam os Congressos ou Conferências. Cada setor da vida da organização deveria estar permanentemente em contato com os demais, de tal modo a manter-se informado das questões gerais da sociedade. Marx observa que dois “meses antes do encontro do Congresso [...] todo ramo ou federação de ramos” deveria “transmitir para o Conselho Geral” um detalhado relatório de suas sessões e atividades” e, de posse do material, ser obrigado a “elaborar estes elementos sob a forma de um único relatório [...] para ser lido no Congresso. Além disto, por ocasião dos Congressos, dispunha o documento ser direito dos delegados, legítimos representantes das bases da organização, exigir uma explicação [...] das atividades [...] do Conselho Geral” caso este não tomasse iniciativa neste sentido. (SANTOS, 2002 p.58-59).

Em outras palavras, Marx e Engels e os demais membros do Conselho Geral da I AIT se preocupavam em organizar a estrutura de funcionamento com o cuidado para tornar as relações internas democráticas, para que todas as seções pudessem ter voz através dos relatórios. “Expressiva também é a iniciativa contida de fazer com que as decisões do Conselho Geral fossem sempre submetidas à avaliação dos Congressos, podendo ser alteradas ou mantidas de acordo com a posição adotada pelo conjunto dos delegados presentes” (SANTOS, 2002, p. 156). O objetivo era garantir que tanto o Conselho Geral como as seções mantivessem transparência em suas atividades. “A preparação que os cercava evidencia a exigência de que fossem representativos, participativos, e eficazes no que concerne às respostas ao movimento operário como um todo”. (SANTOS, 2002, p.59).

Segundo Musto (2014) em 1868 no Congresso em Bruxelas, Marx e Engels apresentaram e contribuíram com a aprovação de resoluções voltadas para um modelo de sociedade coletiva, tais como:

[...] as pedreiras, as minas de carvão e outras minas, assim como as ferrovias devem pertencer à comunidade representada pelo Estado, um Estado submetido ele mesmo às leis da justiça.

[...]

Considerando que as estradas e outros meios de comunicação requerem uma direção social comum, o congresso acredita que devem permanecer como propriedade comum da sociedade.

[...] a sociedade tem o direito de abolir a propriedade individual do solo e de dá-lo à comunidade [...]. (MUSTO, 2014, p. 40-42).

De acordo com Musto (2014) a aprovação das resoluções representou uma enorme conquista, era a primeira manifestação de princípios socialistas, voltados para bem do coletivo e visando a mudança da organização social. No entanto, as aprovações desses princípios

abalaram os ânimos da tendência anarquista, principalmente na pessoa de Mikhail Bakunin, esse intelectual havia fundado uma organização chamada Aliança da Democracia Socialista, e solicitou a adesão da mesma à internacional. No entanto, o Conselho Geral respondeu rejeitando-a pelo motivo de que seus princípios eram contrários aos da I AIT. Enquanto que os princípios da Aliança da Democracia Socialista era a igualdade de classes, a internacional lutava pela abolição das classes.

Como relata Musto (2014), Mikhail Bakunin fez modificações nos princípios da Aliança da Democracia Socialista e esta foi aprovada pelos membros da I AIT. Rapidamente, Bakunin com sua figura carismática conseguiu influenciar vários delegados nas votações dos congressos e também uma parte dos trabalhadores filiados à internacional. Iniciando um período de desentendimentos internos entre as seções adeptas de tendência ideológica de Bakunin e as seguidoras de Marx e Engels no Conselho Geral da Associação.

Em conformidade com Musto (2014), entre os anos de 1869 a 1872 a AIT se viu abalada pela Guerra Franco-Prussiana, pela derrota da Comuna de Paris e pela onda de repressão que sofreu após a queda da Comuna de Paris. Os integrantes da I AIT passaram por perseguições por parte das forças governistas, acusados de organizar o povo para realizar a tomada do poder.

Destacamos, conforme Musto (2014, p.325), que no ano de 1871 o compositor Eugène Pottier (1816-1887), para celebrar a Comuna de Paris, compôs o Hino da Internacional, melodia que viria a se tornar famosa no mundo inteiro, sendo cantada pelos que lutavam e lutam pela transformação do sistema capitalista.

Desse modo somente em 1872 a I AIT consegue reunir novamente seus membros em congresso e verificar o seu crescimento em relação ao número de membros, mesmo após a derrota da Comuna de Paris, conforme o relato

Nos países em que havia se firmado mais recentemente, ela se expandiu graças ao entusiasmo dos dirigentes sindicais e dos operários mais ativos, rapidamente conquistados e motivados por suas palavras de ordem. O ano de 1872 foi, de fato, aquele em que a organização conheceu o momento de maior expansão na Itália, na Dinamarca, em Portugal e na Holanda. Inversamente, porém, ela fora desmantelada na França, na Alemanha e no Império Austro-Húngaro. Enquanto isso, a maior parte de seus militantes ignorava a gravidade dos conflitos internos que acirravam os ânimos no grupo dirigente. (MUSTO, 2014, p.61).

Com a expansão do número de membros na I AIT, passou a ocorrer muitas divergências internas entre as tendências, de um lado Bakunin e número considerável de seções

adeptas da concepção anarquista e de outro Marx e Engels, o Conselho Geral, a seção de Paris entre outros, alinhadas a concepção comunista.

Em meio ao conflito de concepções ocorreu o Congresso de Haia de 02 a 07 de setembro 1872, foi um dos mais importantes congressos da I AIT. Como já haviam se passado oitos anos da criação da AIT, Marx e Engels avaliaram que a classe proletária havia adquirido consciência crítica e estava pronta para elevar seu nível de luta. Para tanto, apresentaram no Congresso de Haia a principal deliberação política para apreciação e votação, a inserção do inciso “7 a” aos Estatutos Gerais da I AIT, o qual tratava:

Artigo 7a – Em sua luta contra o poder reunido da classe possuidoras, o proletariado só pode se apresentar como classe quando constitui a si mesmo num partido político particular, o qual se confronta com todos os partidos precedentes formados pelas classes possuidoras.

Essa unificação do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e de seu fim último – a abolição das classes.

A união das forças dos trabalhadores, que já é obtida mediante a luta econômica, precisa se tornar, nas mãos dessa classe, uma alavanca em sua luta contra o poder político de seus exploradores. Porque os senhores da terra e do capital se servem de seus privilégios políticos para proteger e perpetuar seus monopólios econômicos, assim como para escravizar o trabalho. A conquista do poder político converte-se assim numa grande obrigação do proletariado. (MUSTO, 2014, p.293-294).

Os autores Santos (2002) e Musto (2014) convergem na descrição dos problemas que permearam o Congresso de Haia a partir da apresentação do inciso “7 a” para inserção nos Estatutos Gerais da I AIT. Desse modo, a polêmica tomou conta do Congresso, pois, tocava no ponto crucial das divergências entre Marx e Bakunin: a conquista do poder político pelo proletariado. Bakunin alegava que a conquista do poder político como transição do sistema capitalista passaria a criar uma nova classe, a de intelectuais acima do povo. Portanto, Bakunin exigia que a luta dos trabalhadores deveria se direcionar para a revolução, abolição das classes e extinção imediata do Estado por completo. Já Marx colocava que era necessário tomar o poder político do Estado e instaurar uma organização democrática, e esta deveria ser um meio para a derrubada do sistema capitalista e não uma integração ao sistema capitalista. Mesmo diante da polêmica, o inciso “7 a” do estatuto foi aprovado.

Entretanto, outra discussão que também, obviamente, acirrou os ânimos no Congresso de Haia, foi a aprovação da decisão do Conselho Geral de expulsar da I AIT, a seção 12 de Nova York, Mikhail Bakunin e James Guillaume. Estes últimos foram expulsos por meio da apresentação de um relatório aos congressistas, em que eram acusados de fundar uma organização secreta no interior da associação, com estatutos totalmente opostos aos da I AIT. Diante desses conflitos ocorreram cisões entre a tendência anarquista e comunista nesse

Congresso. “Aprofundando suas reflexões observa Engels que o “globo estourou em Haia” para decepção daquela cuja imaginação fazia supor “que na Internacional encontrariam o ideal da fraternidade e a reconciliação universais” (SANTOS, 2002 p. 33).

Conforme Santos (2002) com a “cisão” da I AIT, e para não ver seus princípios serem modificados com o tempo pelas tendências que haviam aderido a ela, foi colocado em votação no Congresso de Haia a mudança do Conselho Geral da I AIT para Nova York, resolução que foi aprovada. O congresso de Haia (1872) marca também a saída de Marx e Engels da I AIT. Segundo Santos (2002), logo após, as cisões de tendências, já relatadas, e com a situação agravada por essas disputas internas, em 15 de julho de 1876 na Conferência da Filadélfia Estado Unidos da América (EUA) ocorre a dissolução da I AIT. Por fim, descreve-se o trecho de uma declaração que retrata o sentimento dos dirigentes na dissolução daquela organização:

Camaradas,

A conferência geral dos delegados reunida na Filadélfia dissolveu o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores e o vínculo exterior da Associação deixou de existir.

“A Internacional está morta”, gritará novamente a burguesia de todos os países, e trompeteará seu desdém e sua alegria em relação às decisões da conferência, considerando-as como prova da derrota do movimento internacional dos trabalhadores. Não nos deixemos confundir pelos gritos de nossos inimigos! Levando em conta a situação política na Europa, dissolvemos a organização da Internacional, mas em seu lugar vemos seus princípios reconhecidos e defendidos pelos trabalhadores progressistas em todo o mundo civilizado. (MUSTO, 2014, p. 323).

Compreendemos que, mesmo com sua dissolução, a I AIT marcou a história como uma iniciativa prática de constituição de uma organização que englobou trabalhadores de diversos países do mundo em um projeto em comum. Portanto, sob o exemplo do que representou a I AIT para organização unificada do proletariado em nível mundial, houve (no final do século XIX e início do século XX na Europa e Rússia) outras tentativas de reorganização da Associação Internacional dos Trabalhadores, como a que se tratará a seguir: a II Associação Internacional dos Trabalhadores ou “Internacional Socialista”.

### 1.3 A II AIT E A PARTICIPAÇÃO DE FRIEDRICH ENGELS, ROSA LUXEMBURGO E VLADMIR ILICHT LENIN

De acordo com Kriegel (1986, p. 18) os anos que se seguiram após a dissolução da I AIT foram marcados pela expansão do movimento socialista, organizando-se em partidos na Europa e esparsamente nos Estados Unidos, pela ampliação do número de trabalhadores industriais e também pelo aumento do número de sindicatos por ramo de produção.

Em meio a esse contexto de crescimento dos movimentos socialistas e sindicais na Europa, Kriegel (1986) destaca que no período entre os anos 1876 a 1888 os socialistas incitavam a necessidade de reorganização da Associação Internacional dos Trabalhadores. Entretanto, Karl Marx e Friderich Engels se posicionavam contra essa reorganização, pois, entendiam que I AIT havia sido superada e a partir dela era necessário fundar, no interior das nações, partidos fortes da classe trabalhadora. Segundo Kriegel (1986, p.19, tradução livre da autora) esses partidos deveriam ser criados “[...] nos três países decisivos da Europa ocidental, Inglaterra, Alemanha e França: “Se os franceses e os ingleses se uniram com os alemães, sinceramente seria atingido então o objetivo sem união formal (Engels) ”. No entanto, nesse período destaca-se o falecimento Karl Marx em 14 de março de 1883, em Londres.

Friedrich Engels continua o trabalho de Marx e segue hesitante em recriar a AIT. Conforme Kriegel (1986, p.19, tradução livre da autora) o primeiro motivo de Engels era por que com a experiência da derrota da Comuna de Paris, ele havia entendido que a revolução não aconteceria em curto prazo. O segundo motivo era porque os movimentos de trabalhadores socialistas na maior parte dos países europeus “em vias de industrialização adquiriam um caráter de massa que acentuava a necessidade de adaptar para cada um deles, segundo a própria conjuntura nacional na qual evoluía, sua tática política”. E ainda o real motivo

[...] era sobretudo a pluralidade das escolas socialistas na presença e discordância dos programas que dela resultavam, que envolvia o risco de forçar de novo os dirigentes do marxismo a lutarem pela direção do movimento, como nos tempos da I Internacional. (KRIEGEL, 1986, p. 19, tradução livre da autora).

Desse modo, Engels receava que a organização de uma nova internacional resultasse em um embate de tendências socialistas, em seu interior, no sentido de assumir a direção da organização.

Entretanto, no ano de 1889 foi organizado o Congresso de Paris, no qual Engels cede a pressões dos socialistas, e resolve colaborar com a reorganização da Segunda Associação Internacional dos Trabalhadores (II AIT) que ficou denominada “II Internacional” ou “Internacional Socialista”. Esta funcionou, anteriormente a I Guerra Mundial, no período de 1889-1916.

Para Gonçalves (2015, p.189) a II Internacional ficou marcada pela reivindicação do dia 1º de maio como dia do trabalhador, pois três anos antes da criação da II AIT, em 1886, trabalhadores de uma indústria de Chicago (Estados Unidos) fizeram uma greve e foram massacrados pelas forças policiais. Ainda de acordo com o mesmo autor, no Congresso de Copenhague em 1910, a II AIT estabeleceu o dia 8 de março como o dia Internacional da

Mulher “[...] também como resposta para um massacre sofrido por mulheres trabalhadoras”, quando reivindicavam por melhores condições de trabalho em uma fábrica têxtil em Nova York.

Kriegel (1986, p. 20) destaca alguns pontos que antecederam o Congresso de Paris, as rivalidades e os obstáculos entre tendências adversárias empurrava para a retomada dos contatos internacionais. No ano de 1888 ocorreram duas iniciativas internacionais, um congresso voltado para a ocasião do centenário da tomada da Bastilha, foi realizado pelo partido alemão e imediatamente aprovado pelo Partido dos Trabalhadores franceses (Guesdist). O outro foi uma convocação para uma conferência internacional em Paris organizada pela Federação dos Trabalhadores Socialistas da França adeptos do posibilismo<sup>4</sup> e tinham o apoio dos sindicatos ingleses. Então entre 14 e 21 julho 1889 essas duas tendências, uma adepta do marxismo (chamado de "sala de Petrelle") e outra adepta do posibilismo (chamado “Rua de Lancry”) se encontraram em Paris e

No Congresso da sala de Petrelle, organizado em comum pelos guesdistas e os blanquistas dirigidos por E. Vaillant e a Federação das Câmaras Sindicais de Paris, foi onde se criou a II Internacional: reunidos pela primeira vez depois de dezesseis anos, os delegados de vinte e três países, após exporem na tribuna o balanço dos progressos realizados em seus respectivos países, exaltaram a vocação internacionalista do movimento: "Todos são irmãos e só têm um inimigo, o capital privado, seja prussiano, inglês ou chinês ", declara Lafargue. (KRIEGEL, 1986, p.20, tradução livre da autora).

No início os partidos socialistas tiveram intrínsecas relações com o movimento sindical e com a ampliação do número de sindicatos. Em meio a esse contexto, foram organizadas as primeiras federações gerais dos trabalhadores. As federações foram formadas pela base, porque os trabalhadores perceberam a fragilidade da luta quando esta era organizada de forma separada, em cada ramo de trabalho industrial. Nesse sentido, as federações representaram a tentativa de unificação dos trabalhadores da época. Segundo Kriegel (1986).

O aumento das forças de trabalho se traduz, antes de tudo, no aumento do número de sindicatos: na Alemanha, as organizações profissionais, sob a influência social-democrática que em 1879 só tinham 50.000 membros, alcançaram em 1900, a cifra de 700.000 adeptos. No entanto, o desenvolvimento do movimento sindical não é somente quantitativo, senão também qualitativo, pois as federações começaram a se formar sobre a base, não só do comércio, senão da indústria em geral. O fato de que o desenvolvimento econômico condicionou o desenvolvimento sindical dos trabalhadores acarretou, em função dos ritmos de industrialização e de suas formas de organização, diferenças nos ritmos nacionais e das formas de sindicalização. (KRIEGEL, 1986, p.17, tradução livre da autora).

---

<sup>4</sup> Corrente reformista pequeno-burguesa, que surgiu nos anos 80 do século XIX no movimento socialista francês e procurava desviar o proletariado dos métodos revolucionários de luta.

Sobre a questão da expansão do movimento socialista e sua relação com II AIT, Hobsbawm (1982) destaca 3 (três) períodos importantes da “época da Segunda Internacional”, os quais descreveremos a longo desse texto de acordo com cada momento histórico que marcaram as atividades da II AIT. O primeiro situado entre os anos 1880 e início de 1895, o segundo período entre 1895 a 1905, e o terceiro período de 1905 a 1914. Sendo que:

Uma primeira fase abrange os anos 80 e o começo dos anos 90; caracteriza-se pelo nascimento de uma série de partidos socialistas e operários de orientação mais ou menos marxista, caracteriza-se sobretudo pelo avanço realizado pelos movimentos efetuados nos primeiros cinco ou seis anos de vida da Internacional. O que é mais importante nessa fase não é tanto a força organizativa, eleitoral ou sindical dos movimentos socialistas e operários (embora em diversos casos tal força tenha sido notável), mas o súbito irrompimento deles na cena política de seus respectivos países e no plano internacional (através de iniciativas como a da comemoração festiva do dia 1º de maio); e também é de excepcional importância a impressionante onda de esperanças (às vezes carregadas de utopia) que se espalhou pela classe operária, em conexão com os referidos movimentos. O capitalismo estava em crise, seu colapso parecia iminente, embora os acontecimentos que assinalava o fenômeno não fossem analisados e nem ordenados na forma específica de uma teoria. Tanto a penetração do marxismo nos movimentos operários (o partido social-democrático alemão adotou-o, oficialmente, em 1891) como a sua irradiação positiva ou negativa fora dos movimentos realizaram progressos extraordinários em vários países. (HOBSBAWM, 1982, p.79).

Conforme Hobsbawm (1982, p.71) houve uma significativa “expansão e empobrecimento, difusão e esquematização, ampliação e sistematização” do marxismo em nível internacional no início do século XX, através do aumento na quantidade de editoras que se dedicaram a traduzir e publicar as obras de Marx e Engels em várias línguas. Essa difusão também permitiu que esses escritos fossem introduzidos nas universidades, além dos partidos e sindicatos, e conseqüentemente aumentou o interesse geral pelo marxismo. “Reconhece-se que Marx criou um movimento, conseguiu reunir em torno de suas doutrinas milhões de homens”. (HOBSBAWM, 1982, p. 70).

De acordo com Kriegel (1986, p. 19, tradução livre da autora), no primeiro período das atividades da II AIT “[...] em torno de Engels e dirigidos por ele se agrupam jovens teóricos que conduzem uma ardente polémica doutrinal: K. Kautsky, E. Bernstein na Alemanha, A. Labriola, F. Turati na Itália, J. Guesde, P. Lafargue, G. Sorel na França e G. Plekhanov na Rússia”. E ainda militantes advindos da I AIT. Conforme Kriegel (1986, p. 20) este grupo formava a tendência que defendia o marxismo na II AIT e fazia oposição:

[...] as ideologias e grupos procentes da esquerda republicana e contra as ideologias e grupos socialistas não-marxistas: em particular contra os anarquistas e neobakuninistas — localizados, sobretudo, nos países latinos (Itália, França, Espanha), na Rússia (populismo), na Holanda (Dómela Nieuwenhuis) —, que, dispondo de uma audiência internacional, buscavam reforço próximo de aliados



ocasionais, tais como o trade-unionismo inglês ou o possibilismo francês. (KRIEGEL, 1986, p. 20, tradução livre da autora).

Segundo Kriegel (1986) Engels tinha um papel fundamental na II AIT, pois contribuía para o aprofundamento do marxismo e das ideias revolucionárias, também articulava nos bastidores os princípios e táticas marxistas contrariamente à concepção anarquista. Nesse sentido Kriegel (1986, p.21) ressalta que os anarquistas eram contrários à participação dos trabalhadores na ação legislativa e parlamentar, também condenavam a organização e participação de partidos políticos na II AIT. Devido a referidas posições, a tendência anarquista foi expulsa da II AIT no Congresso de Bruxelas em 1891, e no Congresso Zurich em 1893 os representantes da tendência anarquista da Alemanha também foram expulsos. No Congresso de Londres em 1896 também se travou uma intensa discussão que resultou “explicitamente na expulsão dos anarquistas que rejeitavam a ação legislativa e parlamentar como um dos meios de combate na luta anticapitalista”. (KRIEGEL, 1986, p.21, tradução livre da autora)

Sob a intensa atividade de Engels na II AIT, realizou-se o Congresso de Bruxelas em 1891, momento que conforme Kriegel (1986), foi marcado pela consolidação da nova estrutura de organização II AIT:

Com o Congresso de Bruxelas, fica reconhecido de agora em diante o renascimento da Internacional. Porém sua concepção e seu funcionamento se impuseram em uma nova forma. Em efeito, ao contrário da AIT, ela nega dar-se uma estrutura centralizada e inclusive se afirma como uma organização permanente. Federação de partidos e de grupos nacionais autônomos, assegura as relações internacionais entre os movimentos dos diversos países em forma de Congressos internacionais — cada três anos —, que se denominam "futuro Parlamento do proletariado". Os dirigentes socialistas do mundo inteiro encontram nestas assembleias representativas uma tribuna na qual podem levantar os problemas de movimento em termos europeus, resolver as questões de princípio e extrair, através de um esforço conjunto de síntese, soluções políticas e métodos de ação. As resoluções que se adotam são consideradas como normas de ação socialista e exercer um poder decisivo, ainda que de ordem moral, na definição do programa e a política dos partidos filiados. Mas os congressos internacionais evitam escrupulosamente intervir nos assuntos internos das seções nacionais o que conservam sua competência exclusiva em matéria de tática. É, portanto, a pertinência a uma mesma instituição de representantes de todas as tendências socialistas e sua preocupação de respeitar a autonomia das seções nacionais o que constitui o traço próprio da II Internacional e determina, em ampla medida suas possibilidades e os limites de seu funcionamento. (KRIEGEL, 1986, p.20, tradução livre da autora).

Porém, de acordo com Kriegel (1986, p.21) outra questão que marca o primeiro período de reorganização da II AIT é a manutenção da tradição originada na I AIT, de que os socialistas, até o final do século XIX, mantinham a expectativa de que a revolução proletária poderia ocorrer rapidamente e de forma inevitável, e o proletariado seria vitorioso. Nesse sentido, o papel do socialismo seria de organizar o proletariado para a revolução e a tarefa da

II AIT seria de acordo com Kriegel (1986, p.21, tradução livre da autora) “coordenar uma batalha cujos episódios se desenvolvem a escala de cada país”.

Outro ponto importante do primeiro período de reorganização da II AIT é a sua composição concentrada em partidos políticos, e não mais somente com os sindicatos, conforme Kriegel (1986)

Quaisquer que foram as modalidades das relações estabelecidas com o sindicalismo, o socialismo alcançou um desenvolvimento numérico da mesma ordem. Em todos os lugares, de acordo com as conclusões da Conferência de Londres da AIT, o socialismo tendeu a cristalizar-se em partidos políticos autônomos. A noção de partido foi aceita de tal modo que seções locais ou organizações regionais se denominaram abusivamente partidos, até que se impôs a necessária distinção entre a noção de partido a escala nacional, e que todos os grupos socialistas disseminados se fundiram em partidos nacionais (KRIEGEL, 1986, p.18, tradução livre da autora).

Conforme relata Kriegel (1986), os sindicatos tiveram um papel secundário na II AIT, e a autora cita como exemplo o “*Congreso Internacional Socialista y de las Cámaras Sindicales*” realizado em Londres em 1896, no qual tinha sido efetivado um compromisso passageiro com os sindicatos. No entanto, “Depois de 1900, no plano internacional se consumou o divorcio institucional entre o movimento socialista e o movimento sindical, embora os Congressos da Internacional continuaram a discutir regularmente sobre a “questão sindical” (KRIEGEL, 1986, p. 22, tradução livre da autora).

Ainda no primeiro período da criação da II AIT, Kriegel (1986, p.24, tradução livre da autora) destaca a morte de Engels em 5 de agosto de 1895. Com isso “desaparece o homem que goza no movimento socialista de uma autoridade universal e indiscutível”.

A partir desse período Hobsbawm (1982) aponta o início do segundo período da “época da Segunda Internacional”.

A segunda fase data de meados dos anos 90, quando se tornou evidente a retomada da expansão capitalista em escala mundial. Nos países onde existiam, os movimentos de massa socialistas e operários continuaram a se desenvolver em ritmo acelerado, apesar de algumas flutuações e reflexos; em determinados países, nessa mesma fase, surgiram movimentos de massa ou outros movimentos organizados em bases mais ou menos permanentes. Por outro lado, nos países nos quais esses movimentos eram legais, ficava cada vez mais claro que o objetivo imediato deles era nem a revolução nem a transformação radical da sociedade. A “crise no marxismo”, que observadores situados do lado de fora tinham começado a notar sobretudo a partir de 1898, não se limitava ao debate sobre a significação que deveria ter para o marxismo o fato de o capitalismo manter-se fecundo e mostrar sua vitalidade (o debate “revisionista”); era, também, consequência do aparecimento de grupos com interesses muito diversos no interior daquilo que até pouco antes aparecia como fonte unívoca do socialismo (recordemos as cisões ocorridas nos movimentos da Áustria, Polônia e Rússia). Tudo isso modificava profundamente tanto a natureza dos debates internos do marxismo e dos movimentos socialista com a influência do marxismo fora deles. (HOBSBAWM, 1982, p. 79-80).

Desse modo, o segundo período, já sem a presença de Engels, foi marcado pela criação do *Buró Socialista Internacional (BSI)*, órgão que funcionava como um Comitê Central da II AIT:

No Congresso Internacional de Paris (1900) decidiu-se a criação do *Bureau Socialista Internacional (BSI)*: constituído por dois delegados por país, com sede em Bruxelas, e dispendo de um secretariado permanente, enquanto que a delegação belga—Vandervelde—, Servy— assume a função do Comitê Executivo. Ao princípio, o BSI foi apenas uma engrenagem modesta, mas depois da nomeação de Camille Huysmans para o cargo de secretário (1905), o Comitê assegurou as Atividades da Internacional no intervalo dos congressos (KRIEGEL, 1986, p.23, tradução livre da autora).

O BSI tinha a função de garantir o funcionamento e organizar reuniões nos intervalos dos congressos da II AIT. Outro ponto que marcou o segundo período da II AIT como observa Kriegel (1986, p.24) foi o início das ideias de Eduard Bernstein e da crise revisionista<sup>5</sup> do marxismo, Bernstein que defendia a tese de que o marxismo estaria ultrapassado diante da sociedade moderna era necessário revisar as teorias marxistas.

A autora relata que esses ideais revisionistas passaram a embasar as discussões da tendência reformista no interior da II AIT. Os reformistas propunham que o proletariado deveria lutar pela melhoria das condições econômicas para depois lutar pela tomada do poder político via parlamento, para daí alcançar emancipação. Em síntese segundo Kriegel (1986, p.25, tradução livre da autora) para os reformistas o “[...] socialismo passa a ser um objetivo que se alcançará não pela via de uma revolução sangrenta, senão por um processo de reformas: Um trabalho cotidiano e paciente desde o interior para transformar sociedade capitalista”.

Contrários ao revisionismo e reformismo, entre os defensores do marxismo se destacam os grupos que seguiam Vladimir Ilich Ulianov Lenin e Rosa Luxemburgo. Segundo Kriegel (1986, p. 31, tradução livre da autora) junto a eles “[...] se agrupou uma corrente heterogênea que tratou de fundar uma prática autenticamente revolucionária tanto na fidelidade

---

<sup>5</sup> O revisionismo bernsteiniano se define negativamente por sua renúncia aos princípios filosóficos e as consequências políticas do marxismo; positivamente, pelo desejo de restabelecer “a unidade da teoria e a unidade entre teoria e prática”. No terreno filosófico, Bernstein se alinha a corrente neokantiana: para ele, a filosofia não é um sistema de conceitos, senão uma ciência cujo produto não pode ser a política. Ao colocar em causa os mecanismos de sociedade capitalista, propõe uma revisão das teorias marxistas da mais-valia, da concentração capitalista e da lei de acumulação que implica a polarização da riqueza. Insiste na capacidade de adaptação, na flexibilidade e maleabilidade surpreendente da sociedade capitalista. A crise em particular, não é inelutável, o que significa rejeitar a teoria do colapso automático. Bernstein defende um novo tipo de socialismo, cuja pedra angular é o estabelecimento de relações pacíficas entre nações e classes, um socialismo fundado sobre a crença de que o capitalismo deve evoluir de forma gradual e pacífica para o socialismo. Conclui-se, em última análise, é necessário ter “a coragem de emancipar-se de uma fraseologia ultrapassada pelos fatos e aceitar ser um partido de reformas socialistas e democráticos”. É isso que o leva a recusar que o proletariado reivindique a exclusividade do poder [...] (KRIEGEL, 1986, p.24, tradução livre da autora).

ao marxismo e na análise de novas premissas do capitalismo”. A oposição entre reformistas e revolucionários resultaram na

[...] luta entre as tendências constituiu a trama dos debates da Internacional: os termos esquerda e direita foram utilizados oficialmente. Ao princípio, pudera-se acreditar que somente se tratava era apenas uma controvérsia sobre os meios de alcançar um objetivo comum. De fato, as discussões sobre os problemas táticos revelaram a natureza das divergências que separavam os reformistas, os ortodoxos, os radicais e os sindicalistas revolucionários acerca da significação da reivindicação proletária do socialismo. (KRIEGEL, 1986, p.26, tradução livre da autora).

Porém, mesmo que houvesse convergência em defesa do marxismo e contra as práticas reformistas na II AIT, como já foi exposto, Lenin e Luxemburgo divergiam especificamente em três pontos:

No primeiro ponto, Lenin, basendo-se na experiência de um partido restrito à clandestinidade ou à imigração, defende a ideia de um partido de tipo novo, de vanguarda disciplinada composta de revolucionários profissionais. Rosa Luxemburg, desde 1904, apoiando-se no elevado grau de consciência do proletariado alemão, enfatiza pelo contrário a espontaneidade criativa da classe trabalhadora.

No segundo ponto, Lenin, consciente do potencial revolucionário do campesinato nos países de estrutura agrícola, insiste na necessidade de aliança entre o proletariado e os camponeses sob a hegemonia do primeiro, de onde segue sua tese sobre a passagem da revolução democrática-burguesa à revolução proletária. Para Rosa Luxemburg, pelo contrário, a única força revolucionária até o final é o proletariado industrial, o único com que se há de contar, portanto, se trata de cortar radicalmente os laços com todas as categorias da pequena burguesia. No terceiro ponto, Rosa Luxemburg entra em luta contra o PS polaco, sustenta que a criação de pequenos Estados nacionais, contrária à evolução natural do capitalismo, constituía uma utopia retrógrada, e que a reivindicação nacional só poderia dificultar a manutenção da unidade internacional do proletariado revolucionário. Lenin enfatizou que o movimento da independência nacional pode contribuir para a vitória da revolução proletária mundial. (KRIEGEL de 1986, p.32, tradução livre da autora).

Esses pontos de divergência entre Lenin e Luxemburgo acabaram por agravar ainda mais a crise de tendências no interior da II AIT. As diferenças teóricas que se acirraram quando “em 1912, o BSI apresenta a questão da unificação da social-democracia russa. ” (KRIEGEL, 1986, p.32-33, tradução livre da autora). Esse fato ocasionou o rompimento desses intelectuais e marcou a cisão e o fim da tentativa de organizar um grupo de esquerda em nível internacional que fizesse frente às tendências reformistas na II AIT.

Em 1914, com o início da I Guerra Mundial, a II AIT se divide ainda mais. De um lado estava a tendência marxista de Rosa Luxemburgo, que era contra a entrada da classe trabalhadora na guerra, pois, entendia que era uma guerra do capitalismo imperialista. De outro lado estavam as tendências reformistas a favor da entrada dos trabalhadores na guerra, que lutassem em defesa de suas nações.

De acordo com Hobsbawm (1982) esse contexto de conflitos evidenciou o terceiro período da “época da segunda Internacional”.

A terceira fase é inaugurada pela revolução russa de 1905 e seu encerramento e pode ser situado em 1914. É uma fase caracterizada pela reanimação de amplas ações de massa - primeiro na esteira da revolução de 1905 e, em seguida, nas agitações operárias dos anos que precederam a primeira guerra mundial – e a tais ações correspondeu uma reativação da esquerda revolucionária, tanto no interior dos movimentos marxistas como fora deles (sindicalismo revolucionário). Ao mesmo tempo, continuavam a crescer as dimensões dos movimentos operários de massa organizados: entre 1905 e 1913, as inscrições nos sindicatos social-democráticos, nos países ligados à Internacional Sindical de Amsterdam, quase duplicaram, passando de 3 para quase 6 milhões, enquanto os social-democratas, com 30% ou até 40% dos votos, tornavam-se os maiores partidos existentes na Alemanha, na Finlândia e na Suécia. (HOBSBAWM, 1982, p.80).

Após o ano de 1914 II AIT ainda organizou duas conferências, a de Zimmerwald em 1915 e de Kienthal em 1916, ambas tiveram como objetivo traçar estratégias contra a adesão da classe trabalhadora a I Guerra Mundial. As estratégias foram:

A primeira — a da maioria zimmerwaldista — apontava a que a retomada de suas relações internacionais, colocaram o movimento socialista em situação de representar um papel de mediador cujo êxito debilitaria ao imperialismo. Esta estratégia tinha a vantagem de não apresentar a questão da defesa nacional: e pressionar a todos os povos que exigissem conjuntamente a paz forçaria a todos os governos a negociar. A segunda estratégia, da "esquerda de Zimmerwaldiana", baseava-se na ideia de que o proletariado conseguiria mais facilmente desencadear uma revolução, resultado de uma luta de classes a nível nacional, para impor a paz que, do ponto de vista marxista, constitui o fruto de uma luta de classes internacional. Esta perspectiva de replicar à guerra imperialista com uma revolução, concebida como uma empresa mundial, mesmo que pudesse começar em um só país, explica o slogan central lançado por Lenin: transformação da guerra imperialista em guerra civil. (KRIEGEL de 1986, p.36, tradução livre da autora).

Entretanto, essas estratégias só tomaram forma de projeto de negociação geral sobre a I Guerra Mundial no ano de 1917 na conferência em Estocolmo. Porém, segundo Kriegel (1986, p.37, tradução livre da autora), “[...] O projeto fracassou porque veio tarde demais: No verão de 1917, a chegada de reforços norteamericanos dava aos aliados a certeza da vitória final. O momento da negociação havia passado”.

Sendo assim, a II AIT se viu cindida em decorrência da adesão da maioria de seus membros à I Guerra Mundial, em defesa de suas nações. Nesse período, a II AIT encerrou suas atividades.

A Segunda Internacional existiu de 1889 até 1914, até a guerra. Este foi o período de desenvolvimento mais tranquilo e pacífico do capitalismo, um período que nele não houve grandes revoluções. Durante este tempo, o movimento dos trabalhadores foi robustecendo e amadurecendo em vários países. Mas a maioria dos partidos, dos

dirigentes trabalhadores, acostumados aos tempos de paz, perderam sua capacidade de lançar-se na luta revolucionária. Em 1914 quando a guerra eclodiu durante quatro anos inundou o mundo com sangue, uma guerra entre os capitalistas sobre a divisão dos lucros, pelo domínio sobre os povos pequenos e fracos, esses socialistas passaram para o lado dos seus governos, traíram os trabalhadores, e ajudaram a prolongar a carniceira, se converteram em inimigos do socialismo e se colocaram do lado dos capitalistas. (LENIN, 1980, p.166, tradução livre da autora).

Passado o período da I Guerra Mundial, no ano de 1920 a II AIT foi reorganizada. Porém alguns partidos socialistas Europeus se recusaram a continuar na II AIT, devido a sua inclinação reformista. Fundaram então a União de Partidos Socialistas para a Ação Internacional (UPSAI) que foi denominada "Segunda Internacional e Meia". Em 1923 a UPSAI volta se fundir com a II AIT, formando a Internacional Operária e Socialista que funcionou até o ano de 1940, em meio ao período da II Guerra Mundial (1939-1945), passada a referida guerra no ano de 1953 a organização voltou a se reestruturar, adotando como nomenclatura Internacional Socialista (IS), funcionando até os dias atuais. Orienta-se pela tendência reformista, e é composta por partidos socialistas, social-democráticos e trabalhistas.

Vale ressaltar que os membros da II AIT que se mantiveram fiéis aos princípios do marxismo, consideraram a II AIT perdida para o grupo reformista. Os membros da tendência revolucionária eram contrários à entrada da classe trabalhadora na I Guerra Mundial, foram perseguidos e presos, como Rosa Luxemburgo<sup>6</sup> presa em 1915 até 1916. Nesse contexto, e considerando a abertura provocada pela Revolução Russa em outubro de 1917, intelectuais como Vladmir Ilich Ulianov Lenin passaram a defender a criação de uma III Associação Internacional.

#### 1.4 A III AIT E A PARTICIPAÇÃO DE VLADMIR ILICHT LENIN

Na compreensão de Lenin (1980) alguns partidos e seus dirigentes que compuseram a II AIT traíram a classe trabalhadora aderindo a correntes reformista, social chovinista<sup>7</sup> e centrista<sup>8</sup>. A crítica central de Lenin (1980) a essas correntes era devido a sua adesão a I Guerra

---

<sup>6</sup> Destacamos que Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram assassinados em 15 de janeiro de 1919, pelas tropas paramilitares Freikorps, devido a sua militância comunista e liderança da liga Spartakus.

<sup>7</sup> Os sociais-chauvinistas, isto é, os socialistas de palavra e chovinistas na ação são os que admitem a “defesa da pátria” na guerra imperialista (e, sobretudo, na guerra imperialista atual). (LENIN, 1980, p.105, tradução livre da autora).

<sup>8</sup> O “centro” é o reino das bondosas frases pequeno burguesas, do internacionalismo de palavra, do oportunismo pusilânime e da complacência servil perante os sociais-chauvinistas de fato. (LENIN, 1980, p. 106, tradução livre da autora).

Mundial (1914-1918), denominada por Lenin (1980, p.192) “guerra imperialista”. Em decorrência disso a II AIT foi cindida e abandonada pelos socialistas revolucionários, que defendiam a não adesão da classe trabalhadora à guerra.

Por outro lado, o sucesso da revolução Russa de 1917 e sua decorrente abertura democrática proporcionaram a reunião e o debate entre os que haviam deixado a II AIT, de modo a impulsionar a criação de uma nova tentativa de união internacional dos trabalhadores. A esse respeito Lenin (1980) afirmava:

É preciso romper imediatamente com esta Internacional, permanecendo em Zimmerwald somente com fins de informação.

Somos obrigados, nós precisamente, e agora mesmo, sem perda de tempo, fundar uma nova Internacional revolucionária, proletária, melhor dizendo, devemos reconhecer sem temor, abertamente, que essa internacional já existe e atua. (LENIN, 1980, p.113, tradução livre da autora).

Desse modo, Lenin apontava que o elemento necessário para a fundação da III Internacional já estava posto: seria formada pelos membros contrários a tendência reformista da II AIT. Segundo Kriegel (1986, p.40) havia a necessidade de reunir o proletariado internacional em uma organização comprometida com os princípios do comunismo de instalação da ditadura do proletariado, imposição do Estado durante o processo de transformação do sistema capitalista para o socialista e para tanto comprometida com a revolução proletária mundial. Então, em conformidade com Kriegel, no período de 2 a 6 de março do ano de 1919 na Rússia foi realizada a *Conferencia Comunista Internacional*. Na qual, houve:

Em seguida, em 4 de março, a proposta do Rakovski, Grüber, Grimlund, Roudnianski, afirma a necessidade de uma “organização comum, unificada e internacional”, em que “os elementos revolucionários proletários seriam separados dos elementos social traidores”, “a Conferência Comunista Internacional decide constituir-se em III Internacional e adotar a denominação de Internacional Comunista” por unanimidade e com somente a exceção do delegado Alemão. (KRIEDEL, 1986, p.40, tradução livre da autora).

De acordo com autora, a III Associação Internacional dos Trabalhadores foi denominada Internacional Comunista (IC), também chamada de *Komintern* (do alemão *Kommunistische Internationale*) ou *Comintern*. Segundo Kriegel (1986) a III AIT era compreendida

Como partido, a IC é uma instituição estruturada e hierarquizada, cujo aparelho central funciona graças aos seguintes órgãos:

- 1º O Congresso mundial. — “Órgão supremo” que deve se reunir pelo menos a cada dois anos, encarregado, depois de ter resolvido as questões mais importantes do programa, das táticas e da organização, de eleger os mais altos escalões da direção comunista internacional. A composição de cada Congresso—número de delegados, porcentagem de funcionários dos aparelhos nacional e internacional, antiguidade de pertencimento ao PC do país de origem—reflete a situação do comunismo no mundo.
- 2º O Comitê Executivo. — “Dirige a IC no intervalo dos Congressos”. Se apoia nas seções de trabalho (informação, agitação e propaganda – Agitrop -, organização, assuntos do oriente), envia seus delegados, aproxima-se das seções nacionais, no decurso das reuniões mensais, toma todo tipo de decisões especialmente no que diz respeito à exclusão e admissão. No seu interior se elege:
- a) Um Presidium, organismo permanente que dirige o trabalho do CE no intervalo de suas seções.
  - b) Uma comissão de organização.
  - c) Um secretariado, órgão administrativo do CE, do Presidium e da Comissão de organização. Em dezembro de 1926, a comissão de organização e Secretariado foram substituídos por um Secretariado Político.
- 3º A Plenária Ampliada do Comitê Executivo. — Trata-se de verdadeiros pequenos Congressos que reúnem os membros do Comitê Executivo e aos representantes das seções nacionais, mas que, no princípio, não podem renovar aos órgãos dirigentes da Internacional. (KRIGEL,1986, p.63-64, tradução livre da autora).

As atividades da IC foram realizadas na Rússia no período de 1919 a 1943 sendo que esse período pode ser dividido em duas etapas. O primeiro momento foi marcado pela realização de 5 (cinco) congressos da IC entre os anos de 1919 a 1923, que sob a orientação de Lenin ocorreram de forma anual. Nesses congressos foram delineados o programa e as táticas que IC adotaria perante a conjuntura nacional da Rússia e internacional. O segundo momento inicia após a morte de Lenin em 1924, tendo como sucessor Josef Vissariónovitch Stalin no cargo de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e do Comitê Central. Nesse período ocorreram mais dois congressos da IC, um 1928 e outro em 1935 e a dissolução da IC em 15 de março de 1943.

Do primeiro momento das atividades da Terceira Internacional destacamos o I, II, III e IV Congressos Mundiais da IC e suas principais resoluções com o objetivo de compreender o desenvolvimento do programa de atividades e o papel que Lenin desempenhou na orientação da organização da IC.

O I Congresso Mundial além da criação da IC tratou da necessidade do afastamento da tendência reformista da internacional recém-criada, dos fundamentos teóricos dos socialistas revolucionários em oposição à entrada da classe trabalhadora na I Guerra Mundial, também discutiu a resolução proposta por Lenin que expõe as primeiras orientações a nortear as atividades da IC. A resolução abordou três pontos:

*Primeiro:* Uma das tarefas mais importantes para os camaradas dos países da Europa ocidental consiste em explicar às massas o significado, a importância e a necessidade do sistema dos Soviéticos. Verifica-se que não existe suficiente compreensão deste problema.



[...]

*Segundo:* Sobre a difusão do sistema dos Sovietes. Quando ouvimos como se difundiu rapidamente a ideia dos Sovietes na Alemanha e mesmo na Inglaterra, para nós isto é importantíssima prova de que a revolução proletária vencerá.

[...]

*Terceiro:* devemos dizer que a conquista duma maioria comunista nos Sovietes constitui a tarefa principal em todos os países em que o Poder Soviético ainda venceu. (LENIN, 2004, p.87-88).

Nesse sentido, estas resoluções tratavam de uma nova estratégia de organização do movimento socialista nos diversos países, em que os sujeitos políticos mais avançados deveriam trabalhar no sentido de conscientizar as massas sobre os problemas acarretados pelo desenvolvimento do capitalismo imperialista e a necessidade de levar ao conhecimento do povo em que consistia o sistema de Sovietes da Rússia<sup>9</sup> e o comunismo, para assim construir as bases que levariam à revolução proletária em outros países, além da Rússia.

Segundo Bottomore (2013, p.315) no II Congresso Mundial da IC, que ocorreu de 9 de julho a 7 de agosto de 1920 compareceram representantes de partidos e organizações de 41 nacionalidades, além dos quadros (representantes) do Partido Socialista Francês e do Partido Social-Democrata Independente Alemão, que somente assistiam o congresso, sendo que naquele mesmo ano esses dois partidos resolveram vincular-se a IC.

Havia uma preocupação com a adesão da tendência reformista à nova internacional, e na tentativa de barrar essa adesão os delegados do II Congresso da IC debateram e criaram 21 (vinte e uma) condições, as quais os partidos deveriam seguir para integrar a IC, são elas:

1) A propaganda e a agitação cotidiana deve ter um carácter comunista (segue uma explicação especificando que devem apontar ao mesmo tempo à burguesia e o reformismo); 2) Depuração dos cargos de responsabilidades no movimento dos trabalhadores, inclusive os reformistas, mesmo se são militantes experientes, devem ser substituídos por comunistas, mesmo procedente da base; 3) A ação legal deve ser combinada em todos os lugares com a ação ilegal; 4) Propaganda das ideias comunistas no exército; 5) Propaganda e agitação no campo por trabalhadores comunista; 6) Denunciar tanto o socialpatriotismo como socialpacifismo (de arbitragem internacional, da redução de armamentos, da liga de nações); 7) Ruptura completa e definitiva com os reformistas “rivais”, tais como Turati, Kautsky, Hilferding, Hillquit, Longuet, Mac Donald, Modigliani e outros; 8) Apoio “não em palavras e sim em ações”, a todo movimento de emancipação nas colônias; 9) Formação de núcleos comunistas subordinados ao conjunto do partido nos sindicatos; 10) Combater a Internacional Sindical “amarela” de Amsterdam; 11) Depurar a fração parlamentarista; 12) Estabelecer a organização dos PC sobre a base de uma “centralização democrática” mediante uma “disciplina férrea próxima a disciplina militar”; 13) Depurações periódicas de elementos pequenos burgueses nos PC legais; 14) Apoio incondicional as

<sup>9</sup> Órgãos do poder na URSS eleitos por todo o povo; as organizações mais representativas e de massas que unem em si as características próprias de órgãos estatais e de organizações sociais; a encarnação mais completa do carácter democrático do Estado Socialista. Os Sovietes surgiram em 1905 como órgãos da insurreição armada, concebidos pela criatividade revolucionária das massas populares, "como expressão da criação do povo, como manifestação da iniciativa do povo" (Lenin).

Repúblicas soviéticas em sua luta contra a revolução; 15) Estabelecer um novo programa comunista adaptado as condições especiais do país; 16) Reconhecer o caráter obrigatório das decisões da IC, “partido mundial único”; 17) Denominar os partidos “PC” em vez de “PS”; 18) Publicar em todos os órgãos de imprensa comunistas todos os documentos importantes oriundos do C.E e da IC; 19) Convocar um Congresso dentro dos quatro meses depois do II Congresso da IC para debater as condições de admissão; 20) Eleger o novo C.C considerando que dois terços dos seus membros devem ter sido anteriormente comunista; 21) Excluir do Partido todos que rejeitem as condições de adesão. (KRIEGEL, 1986, p.42, tradução livre da autora).

Tais condições, segundo Kriegel (1986), apresentadas aos participantes do II Congresso da IC foram postas em votação e incorporadas no Estatuto da terceira IC para que houvesse um afastamento da tendência reformista dos partidos que desejassem compor a IC. Segundo Bottomore (2013, p.315) em seus Estatutos, o Comintern declarava que “rompia de uma vez por todas com as tradições da Segunda Internacional”. Segundo Hobsbawn (1985)

Entre o I e o II Congressos, ocorreu assim a primeira verdadeira “virada” entre as muitas que caracterizaram a história da internacional Comunista. Se, antes, se considerar – para usar a terminologia que depois se tornou corrente nas discussões no seio do Comintern – que o elemento “objetivo” (isto é, o caráter revolucionário da crise pós-belica) podia gerar do seu seio o elemento “subjetivo” (isto é, a direção política consciente) agora a atenção se deslocava cada vez mais para os elementos que tinham obstaculizado e retardado o amadurecimento no tempo oportuno para a necessidade de eliminá-los ou corrigi-los. Tal foi o sentido das vinte e uma condições para a adesão à Internacional Comunista, sancionadas pelo II Congresso. (HOBSBAWM, 1985, p.79).

Conforme o autor, essa “virada” nas características da IC evidenciou um endurecimento na disciplina revolucionária, em que os membros que aderissem a IC deveriam seguir, ao mesmo tempo também afastava grupos ou tendências consideradas reformistas.

O III Congresso da IC ocorreu em Moscou de 22 de junho a 12 de julho de 1921. Os pontos principais das discussões desse congresso foram o reconhecimento da força que representou a luta conjunta entre o proletariado e campesinato para a consolidação da Revolução Russa

Dada esta situação interna da Rússia, a tarefa principal do momento do seu proletariado, como classe dominante, consiste em determinar e aplicar acertadamente as medidas necessárias para dirigir o campesinato, para estabelecer com ele uma firme aliança, para realizar uma longa série de transições graduais para a grande agricultura colectiva mecanizada.

[...]

A base das relações justas entre o proletariado e o campesinato na Rússia Soviética foi criada pela época de 1917-1921, quando a invasão dos capitalistas e latifundiários, apoiados por toda a burguesia mundial e por todos os partidos da democracia pequeno-burguesa (socialista-revolucionários e mencheviques), criou, consolidou e formalizou

a aliança militar do proletariado e do campesinato em defesa do Poder Soviético. (LENIN, 2004, p.527).

Doutro modo, acerca da correlação de forças com a burguesia nacional Russa e internacional Lenin expôs que:

As divergências de interesses entre os diferentes países imperialistas agravaram-se e agravam-se de dia para dia. O movimento revolucionário cresce com uma força notável entre as centenas de milhões de homens dos povos oprimidos do oriente. Em resultado de todas estas condições, o imperialismo internacional não foi capaz de estrangular a Rússia Soviética, apesar de ser muito mais forte do que ela, e viu-se obrigado temporariamente a reconhê-la ou semi-reconhê-la, a negociar tratados comerciais com ela. (LENIN, 2004, p. 525).

As discussões sobre a estrutura, os métodos e ação dos partidos comunistas (PCs), orientavam que os partidos deveriam ser dirigidos pelos sujeitos mais conscientes do proletariado, deveriam adotar táticas de luta flexíveis de acordo com as características e especificidades de cada país e que deveriam manter uma relação estreita com as massas, garantindo-lhes as condições necessárias para a construir as bases da revolução proletária no interior dos países.

As discussões e análises do III Congresso alertaram também sobre a tática do partido comunista da Rússia e sobre a ação de março sobre o partido comunista unificado da Alemanha. Trataram das divisões ou frações no interior do partido comunista da Alemanha, entendendo que isso se constituía em uma ameaça para o conjunto do movimento. Desse modo uma das resoluções do congresso solicitava o empenho em prol da unicidade do Partido Comunista Alemão.

Nesse congresso também foram expostas questões sobre a organização da internacional comunista. A esse respeito Lenin (2004) avaliava que a Rússia não conseguiria fazer frente aos países imperialistas. Também alertava sobre as tentativas de aliança da burguesia nacional Russa com a burguesia internacional na tentativa de fazer fracassar a revolução e reaver o poder no país. Portanto, ainda segundo Lenin (2004) era necessária uma organização internacional em prol do comunismo, consistindo em levantar, orientar e fortalecer a organização dos partidos comunistas nos diversos países, utilizando como base os quadros com nível de consciência mais elevado, a chamada vanguarda do proletariado.

O IV Congresso da Internacional Comunista ocorreu entre 5 de novembro e 5 de dezembro de 1922 na Rússia, e foi o último congresso com a presença e orientação de Lenin, já com a saúde fragilizada. Lenin realizou o discurso de abertura do IV Congresso da IC e a apresentou a introdução do principal tema discutido no evento: Cinco anos da revolução russa

e perspectivas da revolução mundial, discurso que evidenciou a vitória da revolução e consolidação da Rússia para a então denominada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O trecho a seguir consiste no início do discurso de Lenin:

Camaradas! Na lista de oradores figuro como o relator principal, mas compreendereis que depois da minha longa doença não esteja em condições de apresentar um grande relatório. Não poderei fazer mais que uma introdução às questões mais importantes. O meu tema será muito limitado. O tema Cinco anos da revolução russa e perspectivas da revolução mundial é demasiado amplo e grande para esgota-lo em um só discurso. (LENIN, 2004, p. 618).

No tocante à Nova Política Econômica (NEP) da Rússia, Lenin explica que após o fim do comunismo de guerra e/ou guerra civil, travada entre os comunistas e a burguesia nacional e por vezes com a burguesia internacional, era necessária uma política que fortalecesse a economia e ajudasse a reconstruir o país, que havia sido sofrido com os intensos combates. Desse modo, a NEP estava baseada no desenvolvimento da indústria leve e pesada e da agricultura sob a administração centralizada do Estado.

Com todas essas ponderações em seu discurso, Lenin (2004, p. 627) faz um apanhado geral sobre a economia na Rússia após a revolução socialista e apresenta aos delegados da IC que para manter a NEP era necessária parceria de investimentos de outros países em forma de empréstimos. Porém, para Lenin, seria difícil conseguir empréstimos de outros países, devido ao contexto de término recente da I Guerra Mundial e por ser a única experiência socialista do mundo, portanto atacada pelos países capitalistas.

Contudo, Lenin termina seu discurso reconhecendo que a IC até aquele momento havia se centrado mais nas questões da manutenção da revolução socialista na Rússia, porém, também reconhece que a IC orientou a organização de partidos comunistas no mundo todo. E a esse respeito Lenin também demonstra a preocupação com a compreensão dos delegados da IC sobre as resoluções debatidas e desenvolvidas nos III e IV Congressos, no sentido de que entendessem e as repassassem integralmente aos diversos partidos comunistas que compunham a IC. Lenin (2004) também orientava que os delegados deviam aprofundar os estudos sobre as resoluções da IC e sobre a revolução socialista levando em consideração a conjuntura de cada país:

Estou convencido de que, neste sentido, devemos dizer não só aos camaradas russos, mas também aos estrangeiros, que o mais importante no período que agora começa é o estudo. Nós estudamos em sentido geral. Mas eles devem estudar num sentido especial, para chegarem a compreender realmente a organização, a estrutura, o método e o conteúdo do trabalho revolucionário. Se isto for realizado, então estou convencido de que as perspectivas da revolução mundial serão não apenas boas, mas excelentes. (LENIN, 2004, p.628).

Tais questões levantadas por Lenin orientaram e centralizaram as posteriores discussões e resoluções abordadas no IV Congresso da IC. Porém, segundo Kriegel (1986, p.47) com o falecimento de Lenin em janeiro de 1924, inicia-se um período de divergências entre Josef Vissarionovitch Stalin e Leon Davidovich Trotsky, relacionadas aos encaminhamentos da IC e aos encaminhamentos políticos da URSS. Em relação aos encaminhamentos da IC conforme Hobsbawn (1985) no IV Congresso houve mudanças na organização estrutural da IC

Uma reviravolta nesse sentido foi representada pelo IV Congresso (dezembro de 1922), que enfrentou sistematicamente os problemas da estrutura organizativa da IC e deu ao aparelho uma configuração quase definitiva, criando ao lado do presidium um Birô Organizativo (Orgbiuro), dotado de poderes bastante amplos, e dando origem a uma série de departamentos que pouparam cada vez mais aos membros dos órgãos dirigentes da IC as tarefas de administração corrente: entre esses, os mais conhecido foi o Departamento de Agitação e Propaganda (o famoso Agit-Prop”), porém o mais importante foi provavelmente a Seção para os contatos Internacionais (OMS, das iniciais da denominação russa), que se ocupava de todos os problemas de ordem prática (passaporte, documentos falsos, refúgios) colocados pela circulação clandestina, através das diversas fronteiras, de homens, diretrizes, fundos, material de propaganda e, certamente, também armas. Como observou F. Svátek, a crescente demanda de pessoal qualificado gerada pela proliferação de todos esses serviços “não podia ser satisfeita apenas pelos membros do Partido Comunista Russo, razão pela qual – depois do V Congresso – desenvolveu-se uma tendência no sentido de internacionalizar esse aparelho, recrutando esse enorme corpo de funcionários em todas as seções do Comintern”. Portanto, antes mesmo que se concluísse a “bolchevização” dos singulares partidos comunistas nacionais, já se pode dizer que o processo de burocratização dos organismos dirigentes da IC estava bastante avançado (HOBSBAWM, 1985, p.120).

O V Congresso da IC foi realizado de junho a julho de 1924 e marca o período inicial da direção de Stalin no cargo de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. Nesse contexto, Kriegel (1986) relata que Stalin passa a difundir a ideia de socialismo em um só país. Entretanto, essa ideia é contraposta por Leon Davidovich Trotsky, que defendia a ideia da revolução permanente. Essas divergências causaram uma cisão profunda entre eles no interior da IC e no Partido Comunista da União Soviética (PCUS), culminando entre os anos de 1928 e 1929 na expulsão de Trotsky das referidas organizações e também da Rússia, vindo a organizar um bloco de oposição fora da URSS, os chamados dissidentes da política soviética.

Em meio a esse contexto, entre 17 de julho e 1 de setembro de 1928 em Moscou, ocorreu o VI Congresso Mundial da Internacional Comunista. Segundo Kriegel (1986, p.61) dos sessenta e seis partidos convidados, compareceram cinquenta e oito. Neste cenário é apresentada de forma clara e adotada uma nova organização da IC, vinculada às perspectivas de Stalin. As discussões do VI Congresso da IC afirmavam que a URSS era uma só nação e a manutenção de suas vitórias dependia do auxílio da organização do proletariado internacional. Nesse sentido “o fator essencial de sua liberação internacional, tem o dever de contribuir ao

êxito da edificação do socialismo na URSS e defendê-la por todos os meios contra os ataques das potências capitalistas”. (KRIEGEL, 1986, p.50, tradução livre da autora).

Assim sendo, a tese principal convocava aos delegados da IC que auxiliassem na propagação das resoluções aprovadas no VI Congresso, ou seja, que se difundisse a ideia de proteção a nível internacional da URSS para que esta pudesse seguir avançando no desenvolvimento do socialismo. Conforme Kriegel (1986): “Em consequência, o Congresso convidava aos C.C de todos os partidos a preparar imediatamente uma “Jornada internacional de luta contra a guerra imperialista e defesa da União Soviética”: a primeira teve lugar no dia 1º de agosto de 1929”. (KRIEGEL, 1986, p.51, tradução livre da autora).

Desse modo, conforme autora a partir desse momento a luta contra a guerra imperialista se tornou o lema principal de difusão das seções da Internacional Comunista “e se concretizou na organização de um “movimento de massas” conhecido pelo nome de Amsterdã-Pleyel (o I Congresso foi realizado em Amsterdã, o segundo na sala Pleyel de Paris) (KRIEGEL, 1986, p.51, tradução livre da autora).

O VII Congresso Mundial da Internacional Comunista foi realizado 7 (sete) anos depois da realização do VI, de 25 de julho a 21 de agosto de 1935 em Moscou. Esse congresso foi marcado pela baixa na participação dos delegados da IC, segundo Kriegel, (1986, p.61, tradução livre da autora) “[...] das 67 seções da IC nos países capitalistas, somente 22-(das quais 11 na Europa) podem atuar legal ou semi-legalmente, 45 (das quais 15 na Europa) foram forçadas a atuar na mais estrita ilegalidade”.

Gonçalves (2015, p. 315) aponta que no ano de 1943, sem a realização de outros congressos, a Internacional Comunista foi dissolvida, em decorrência das circunstâncias impostas pela II Guerra Mundial, ou melhor, como exigência dos países imperialistas dirigidas a Stalin.

Dado o crescimento e maturidade política dos PC e dos seus quadros dirigentes nos países, visto o fato de que no percurso da presente guerra certo número de partidos membros levantaram a questão de que a IC fosse dissolvida tanto que o centro dirigente do movimento operário, o Presidium do C.E. da IC, impossibilitado de convocar um Congresso da IC por causa das condições de guerra, está autorizado a submeter à aprovação das seções da IC a seguinte proposta:

Dissolver a IC como centro dirigente do movimento operário internacional dispensando assim as seções da IC das obrigações derivadas dos estatutos e dos Congressos da IC... (KRIEGEL, 1986, p.59-60, tradução livre da autora).

Diante da dissolução da IC em 1943, retornamos ao ano de 1938, ano em que destacamos a criação de uma nova organização dos trabalhadores a nível internacional a: IV Associação Internacional dos Trabalhadores (IV AIT), organizada por Leon Davidovich

Trotsky, exilado na França, e por opositores a política de Stalin. A IV Internacional funcionou em concomitância com o período de funcionamento da IC, porém de forma contrária ao programa da IC. Explicitamos sobre a organização da IV AIT no item que se segue.

### 1.5 A IV AIT E A PARTICIPAÇÃO DE LEON DAVIDOVICH TROTSKY

Leon Trotsky, após a sua expulsão da URSS e partida para o exílio em 1929, começou a formar um grupo denominado “Oposição de Esquerda Internacional” (DOCUMENTOS..., 2008, p. 12), esse grupo fazia oposição ao então secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, Josef Vissarionovitch Stalin. Partindo dessa oposição, Trotsky, em suas produções teóricas, passou a tecer duras críticas à política social e econômica implantada por Stalin na URSS.

Em meio a esse contexto, Trotsky elaborou o “Programa de Transição” que tinha como objetivo ser referência programática para orientar seus seguidores na construção de um movimento revolucionário mundial. Esse documento também forneceu as bases para a realização da conferência de fundação da IV Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou “IV Internacional”. Ao ser apresentado nessa conferência, o “Programa de Transição” foi aprovado e passou a ser o documento orientador dos princípios e os procedimentos adotados pela organização.

Segundo exposto em Documentos..., (2008, p. 17), o grupo de Trotsky “Quando se reúne a Conferência de Fundação da IV, em setembro de 1938” em Paris na França, “[...] estava reduzido praticamente aos quadros da Oposição de Esquerda Internacional, os “trotskistas” [...]. “Estavam presentes delegados da URSS, Inglaterra, França, Alemanha, Polônia, Itália, Grécia, Holanda, Bélgica, EUA e Brasil (Mario Pedrosa). Conforme o primeiro artigo do Estatuto a “organização recebeu o nome de “IV INTERNACIONAL (PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA)”.

De acordo com os Documentos de fundação, a IV Internacional nasceu de grandiosos eventos históricos: “as maiores derrotas do proletariado na História. A causa dessas derrotas é a degenerescência e a traição da velha direção. A luta de classes não tolera interrupções”. (DOCUMENTOS..., 2008, p. 85). Sob essa bandeira destacamos um trecho do discurso gravado por Trotsky para a inauguração da IV AIT, pois, estava “impedido de estar presente” (DOCUMENTOS..., 2008, p.17). Nesse discurso ele afirmava que a III Internacional não representava mais os ideais revolucionários, e era, portanto, necessária uma nova AIT comprometida com objetivo da:

[...] total libertação, material espiritual, dos trabalhadores e dos explorados por meio da revolução socialista. Se nós não o fizermos ninguém a preparará nem a dirigirá. As velhas internacionais estão completamente podres... Sim, nosso partido nos toma por inteiro. Mas em compensação nos dá a maior das felicidades, a consciência de participar na construção de um futuro melhor, de levar sobre nossos ombros uma partícula do destino da humanidade e de não viver em vão. (ALMEIDA *in* DOCUMENTOS..., 2008, p. 17).

Em conformidade com esse documento, a IV AIT alegava ter como princípio seguir integralmente a concepção marxista, para Trotsky, a única concepção de mundo capaz de compreender o modo de produção capitalista e de levar à conscientização dos trabalhadores sobre a necessidade de organização da revolução socialista mundial. Sobre os objetivos da organização “*A IV Internacional não esconde seus objetivos. Seu programa é conhecido pela classe operária. É o programa classista da oposição irreconciliável à injustiça, à exploração e à opressão*”. (DOCUMENTOS..., 2008, p. 92, grifos do autor). O trecho a seguir ilustra parte da linha de pensamento à qual a organização se propôs ser conduzida.

A IV Internacional não procura inventar nenhuma panaceia. Mantém-se inteiramente no terreno do marxismo, única doutrina revolucionária que permite compreender o que existe; descobrir as causas das derrotas e preparar conscientemente a vitória. A IV Internacional continua a tradição do bolchevismo, que mostrou pela primeira vez ao proletariado como conquistar o poder. A IV Internacional arrasa os mágicos, os charlatães e os importunos professores de moral. Em uma sociedade fundamentada sobre a exploração, a moral suprema é a moral da revolução socialista. Bons são os métodos e os meios que elevam a consciência de classe dos operários, sua confiança em suas próprias forças, sua disposição à abnegação na luta. Inadmissíveis são os métodos que inspiram nos oprimidos o medo e a submissão diante dos opressores; sufocam o espírito de protesto e revolta e substituem a vontade das massas pela vontade dos chefes, a persuasão pela pressão, a análise da realidade pela demagogia e a falsificação. Eis por que a social-democracia, que substituiu o marxismo, e o stalinismo - antítese do bolchevismo - são os inimigos mortais da revolução proletária e de sua moral. (DOCUMENTOS..., 2008, p.81).

Sob essa perspectiva, a seguir apresentamos os “Estatutos da IV Internacional” que regimentaram as suas atividades:

1

Todos os militantes proletariados e revolucionários do mundo que aceitam e aplicam os princípios e o programa da IV internacional estão juntos numa única organização mundial, sob uma direção internacional centralizada e uma disciplina única. Esta organização tem o nome de IV INTERNACIONAL (PARTIDO COMUNISTA MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA) e é governada pelo presente estatuto.

2

Os membros da IV Internacional de todos os países estão organizados em partidos ou ligas, que constituem as seções nacionais da IV Internacional (Partido Mundial da Revolução Socialista).

3

As seções nacionais são formadas com base na plataforma e na estrutura organizacional definidas pelo Congresso de Fundação da IV Internacional (setembro



de 1938). Em sua plataforma, a IV Internacional concentrou a experiência internacional do movimento marxista revolucionário, especialmente aquela que surgiu das conquistas socialistas da revolução de outubro de 1917 na Rússia. Ela assimila e se baseia em todas as experiências sociais progressivas da humanidade, que levaram à expropriação da classe capitalista e à definitiva abolição das classes.

4

O regime interno da Internacional, em escala local, nacional e mundial, é determinado pelos princípios e pela prática do centralismo democrático.

Exige-se que as seções observem as decisões e resoluções da Conferência Internacional e, em sua ausência, do Comitê Executivo Internacional, representado nos intervalos entre suas reuniões pelo Secretariado Internacional – porém retendo o direito de apelar às instâncias superiores seguintes até a próxima Conferência Internacional.

5

As seções nacionais devem pagar à tesouraria do Secretariado Internacional cotas regulares (mensais ou quadrimestrais), destinadas ao funcionamento dos organismos internacionais, que serão proporcionais ao número de seus membros.

6

Em cada país deve existir apenas uma seção da IV Internacional, isto é, uma única organização em cada país pode ser regularmente filiada à IV Internacional.

Os procedimentos e medidas práticas para formação ou reconhecimento de novas seções nacionais em países onde ainda não existam serão estabelecidos pelo Comitê Executivo Internacional e cada caso particular e submetidos à ratificação pelas direções nacionais, organizados pelo Secretariado Internacional e submetidos à decisão do Comitê Executivo Internacional.

7

A instância suprema da IV Internacional em escala mundial é a sua Conferência Internacional, que determina a política da Internacional e de suas seções em todas as questões políticas importantes, adota resoluções e decide questões organizacionais e de conflitos internos em última instância.

A Conferência Internacional deve reunir-se pelo menos a cada dois anos. Será ordinariamente convocada pelo CEI e será composta pelos delegados ou por representantes autorizados de todas as seções. Ela pode ser convocada, extraordinariamente, pela solicitação de mais de um terço das seções nacionais.

8

Durante os intervalos entre as conferências internacionais, a direção internacional é confiada ao Comitê Executivo Internacional, composto por quinze membros pertencentes às seções nacionais mais importantes e eleitos pela Conferência.

O CEI reúne-se pelo menos a cada três meses, para examinar o trabalho do Secretariado Internacional e decidir sobre os problemas mais importantes. Apenas ao CEI ou à Conferência Internacional pode-se apelar das decisões do Secretariado Internacional. O CEI pode ser convocado extraordinariamente pela decisão majoritária do SI, ou pela solicitação de pelo menos três Conferências Internacionais [sic. N. do T.]. A fusão entre uma organização desenvolve [texto cortado aqui – N. da Transcrição].

O CEI é responsável, perante toda a Internacional, pela implementação das decisões e pela aplicação da linha política adotada pela Conferência Internacional.

9

Uma seção nacional pode propor a revogação ou substituição de um de seus membros pertencentes ao CEI. Esta medida deve ser aprovada pelo voto majoritário dos membros do CEI.

10

A administração e o trabalho político rotineiros, bem como o contato regular com as seções, é destinado ao Secretariado Internacional, composto por cinco membros que residam no país-sede do Secretariado, escolhido em sua maioria entre os membros do CEI, e pelo CEI.

O SI terá pelo menos um camarada permanente cuja atividade será inteiramente dedicada ao trabalho do SI e cujo salário será garantido pelas contribuições das seções. O SI publica um boletim mensal regular em, pelo menos, francês, inglês e alemão, em nome do CI.

11

Os membros do SI podem ser substituídos por decisão majoritária do CEI, que terá também o direito de admitir colaboradores qualificados para seu trabalho.

12

Para o propósito de assegurar uma conexão melhor e uma maior coesão política e organizacional entre os países de continentes distantes do país-sede do SI, deve-se prever a formação de subsecretariados encarregados dos mesmos deveres que o SI, mas sob a jurisdição do SI.

A formação destes subsecretariados é determinada em cada caso concreto por decisão da Conferência Internacional ou, se esta não está em seção, pelo CEI.

13

O CEI tem o direito, depois de uma apreciação e consulta aos partidos interessados, de pronunciar a expulsão de seções ou de membros individuais da IV Internacional. Decisões de expulsão são imediatas, apesar de os partidos interessados terem o direito de apelar à Conferência Internacional. (DOCUMENTOS..., 2008, p.95-98).

Dos artigos deste estatuto, destacamos o artigo 2 (dois) que trata que a IV Internacional foi composta por partidos ou ligas que formavam as seções nacionais. Ressaltamos também o o artigo 3 (três) que trata sobre como foram formadas essas seções nacionais:

As seções nacionais são formadas pela base na plataforma e na estrutura organizacional definidas pelo Congresso de Fundação da IV Internacional (setembro de 1938). Em sua plataforma, [...] concentrou a experiência internacional do movimento marxista revolucionário, especialmente aquela que surgiu das conquistas socialistas da revolução de outubro de 1917 na Rússia. Ela assimila e se baseia em todas as experiências sociais progressivas da humanidade, que levaram à expropriação da classe capitalista e à definitiva abolição das classes. (DOCUMENTOS..., 2008, p.94).

Com base no artigo 2 (dois) e 3 (três) do estatuto e conforme o “Programa de Transição” descrito nos Documentos...(2008) os partidos e seções da IV AIT eram orientados ao rompimento com todos os partidos que tinham ligação com a burguesia, pois, alegava que os experimentos na Rússia, Espanha e França demonstraram que mesmo em condições propícias, os partidos da democracia pequeno-burguesa (socialistas-revolucionários, sociais democratas, stalinistas, anarquistas etc.) são incapazes de criar um governo independente da burguesia, um governo operário e camponês. Desse modo, as resoluções da IV AIT postulavam “Exigimos de todos os partidos e organizações que se apoiam nos operários e camponeses e falam em seu nome que rompam politicamente com a burguesia e assumam o caminho da luta pelo governo operário e camponês”. (DOCUMENTOS..., 2008, p.67).

Ao mesmo tempo, a IV Internacional rejeita e condena resolutamente todo fetichismo próprio aos sindicalistas:

a) Os sindicatos não têm e não podem ter programa revolucionário acabado, em virtude de suas tarefas, de sua composição e do caráter de seu recrutamento. Por isso eles não podem substituir o partido. A edificação de partidos revolucionários em cada país, como seções da IV Internacional, é a tarefa central da época de transição.

b) Os sindicatos, mesmo os mais poderosos, não congregam mais de 20 a 25% da classe operária que, aliás, são suas camadas melhor qualificadas e melhor remuneradas. A maioria mais oprimida da classe operária só é levada à luta episódicamente, em períodos de excepcional ascenso do movimento operário. Nesses momentos, é necessário criar organizações ad-hoc que congreguem toda a massa em luta: os comitês de greve, os comitês de fábrica e, enfim, os sovietes (conselhos).

c) Como organização representativa das camadas superiores do proletariado, os sindicatos – como o testemunha toda a experiência histórica, incluindo-se a recente experiência dos sindicatos anarco-sindicalistas da Espanha - desenvolvem poderosas tendências à conciliação com o regime democrático-burguês. Nos períodos agudos das lutas de classes, os aparelhos da direção dos sindicatos esforçam-se para tornarem-se senhores do movimento de massas, a fim de neutralizá-lo. Isso já acontece em simples greves, sobretudo quando há greve de massas com ocupação de fábrica, que abala os princípios da sociedade burguesa. Em tempo de guerra, ou de revolução, quando a burguesia está imersa em dificuldades excepcionais, os dirigentes sindicais normalmente se tornam ministros burgueses. (DOCUMENTOS..., 2008, p.48).

Considerando essas ressalvas, o programa da IV Internacional orientava que seus membros se empenhassem em modificar as direções dos sindicatos, que apontassem novas lideranças, e que realizassem debates críticos sobre a atuação dos sindicatos, e até mesmo que rompessem com sindicato se o considerassem reacionários ou conservadores. Enfim, a IV Internacional compreendia que o “sindicato não é um fim em si, mas, somente um dos meios ao longo da marcha para a revolução proletária” (DOCUMENTOS, 2008, p.49).

Outros meios de luta dos trabalhadores que o “Programa de Transição” da IV Internacional apontava eram a realização de “greves com ocupação de fábricas” e a organização de comitês de fábrica, já que “O principal significado dos comitês de fábrica é o de se tornarem estados-maiores de combate para as camadas operárias que o sindicato, geralmente, não é capaz de atingir” (DOCUMENTOS, 2008, p.50). Todavia, estes poderiam coincidir de modo formal com os sindicatos, e poderiam inovar a composição das direções sindicais e expandir suas atribuições.

Tão logo surja o comitê, estabelecer-se-á de fato uma *dualidade de poder* na fábrica. Por sua própria essência, essa dualidade de poder é transitória, porque contém em si dois regimes inconciliáveis: o regime capitalista e o regime proletário. O principal significado dos comitês de fábrica reside precisamente no fato de abrir, senão um período diretamente revolucionário, ao menos um período pré-revolucionário - entre o regime burguês e o regime proletário. As ondas de greves com ocupação de fábrica que irromperam em vários países demonstram amplamente que a propaganda sobre os comitês de fábrica não é prematura nem artificial. Movimentos deste gênero são inevitáveis num futuro próximo. É necessário começar a tempo uma campanha em favor dos comitês de fábrica, para não mais sermos surpreendidos. (DOCUMENTOS..., 2008, p.50).

Com isso, o programa da IV Internacional propunha que os comitês de fábricas, as greves e piquetes<sup>10</sup>, as ocupações de fábricas, a constituição de destacamentos operários de autodefesa<sup>11</sup> e a aliança com os camponeses poderiam fazer parte de um conjunto de lutas, de um movimento de massa amplo a fim de se unir pela construção da revolução proletária.

É somente graças a um trabalho sistemático, constante, infatigável e corajoso na agitação e propaganda, sempre em relação com a experiência das próprias massas, que se podem extirpar de sua consciência as tradições de docilidade e passividade; educar destacamentos de combates heróicos, capazes de dar o exemplo a todos os trabalhadores; infringir uma série de derrotas táticas aos bandos da contra-revolução; aumentar a confiança em si mesmos dos explorados e oprimidos; desacreditar o fascismo aos olhos da pequena burguesia e abrir o caminho da conquista do poder pelo proletariado. (DOCUMENTOS..., 2008, p.57).

Partindo dessa diretriz de organização das massas o “Programa de Transição” também alertava sob a possibilidade de uma nova guerra imperialista (II Guerra Mundial) e como os membros da IV Internacional deveriam proceder caso a iniciasse a guerra. Segundo o programa, no começo da guerra, a IV Internacional ficaria isolada, pois, os governos recrutariam parte dos trabalhadores em defesa da pátria. Desse modo, o programa propunha que os internacionalistas deveriam “nadar contra a corrente”, contra a guerra, porque na medida que a violência da guerra se acirrasse, os trabalhadores adquiririam a consciência necessária para lutar contra a burguesia e contra a guerra. Com isso,

As seções da IV Internacional encontrar-se-ão à cabeça do fluxo revolucionário. O programa de reivindicações transitórias adquirirá uma candente atualidade. O problema da conquista do poder pelo proletariado será sentido em toda sua plenitude. Antes de exaurir ou afundar a humanidade em sangue, o capitalismo polui a atmosfera mundial com os vapores venenosos do ódio nacional e racial. O *anti-semitismo* é atualmente uma das convulsões mais malignas da agonia mortal do capitalismo. A denúncia intransigente das raízes do preconceito racial e de todas as formas e nuances da arrogância e do patriotismo nacionais, em particular do anti-semitismo, deve fazer parte do trabalho cotidiano de todas as seções da IV Internacional como principal trabalho de educação na luta contra o imperialismo e contra a guerra. Nossa palavra-de-ordem fundamental continua sendo “Proletários de todos os países, uni-vos! ”. (DOCUMENTOS..., 2008, p.64-65).

De acordo com o “Programa de Transição” a função principal da IV Internacional compreendia na libertação do “proletariado da velha direção, cujo conservantismo se encontra em contradição completa com a situação catastrófica do capitalismo em desintegração e

<sup>10</sup> Segundo o Documentos (2008, p.56) “Os *piquetes de greve*” são as células fundamentais do exército do proletariado.

<sup>11</sup> “Engels definia o Estado como “destacamentos de pessoas armadas”. O *armamento do proletariado* é o elemento constituinte indispensável de sua luta emancipadora. Quando o proletariado o quiser, encontrará os caminhos e os meios de se armar. Também neste domínio, a direção recai naturalmente sobre as seções da IV Internacional”. (DOCUMENTOS..., 2008, p.57).

constitui o principal obstáculo ao progresso histórico”. (DOCUMENTOS..., 2008, p.66).  
 Conclamava ainda que

A crise atual da civilização humana é a crise da direção do proletariado. Os operários avançados, reunidos no seio da IV Internacional, mostram à sua classe o caminho para sair da crise. Propõem um programa baseado sobre a experiência internacional da luta emancipadora do proletariado e de todos os oprimidos do mundo. Propõem-lhe uma bandeira sem mácula alguma.

Operários e operárias de todos os países, organizem-se sob a bandeira da IV Internacional!

É a bandeira de sua próxima vitória. (DOCUMENTOS..., 2008, p.85).

Sob estes ideais o “Programa de Transição” serviu como documento orientador das atividades da IV Internacional em mais uma tentativa prática de organizar o proletariado a nível mundial a lutar pela superação do sistema capitalista. Destacamos que no último item que compôs os Documentos... (2008, p. 85) denominado: “Sob a bandeira da IV Internacional”, Leon Trosky considera que havia uma crise da direção do proletariado e reconhecia a fragilidade do movimento naquele momento, porém, entendia que era formada pelos quadros mais conscientes e capazes de dirigir o movimento revolucionário da época.

A IV Internacional não tem necessidade de ser proclamada. *Ela existe e luta.* É fraca? Sim, suas fileiras são ainda pouco numerosas, pois ela ainda é jovem. Ela se compõe sobretudo de quadros dirigentes. Mas esses quadros são a única garantia do futuro. Fora desses quadros, não existe neste planeta uma só corrente revolucionária que mereça este nome. Se a nossa Internacional ainda é fraca em números, ela é forte pela doutrina, pela tradição, pela têmpera incomparável de seus quadros. Aquele que não vê isto hoje, continuará afastado, por enquanto. Amanhã isto será mais visível. (DOCUMENTOS..., 2008, p.85).

A fragilidade da IV Internacional reconhecida por Trotsky foi agravada com a sua morte, dois anos depois da criação da organização, em 20 de agosto de 1940, acirrando ainda mais a crise da direção daquele movimento. Conforme os Documentos...(2008, p.19) após a morte de Trotsky ocorreram divisões dos movimentos que comporam a IV AIT. Ao final da II Guerra Mundial, varias correntes trotskistas tentaram reunificar a IV AIT, sem grande êxito para organização dos trabalhadores a nível mundial. Em um contexto mais geral, a partir do fim da II Guerra Mundial iniciou pelo menos na América Latina um período de ditaduras militares e um crescente incentivo ao sentimento exacerbado do nacionalismo e a sobreposição do internacionalismo.

## 1.6 CONSIDERAÇÕES

Conforme a categoria totalidade o todo não está separado das partes, ambos se complementam em um movimento dialético, portanto, no início do primeiro capítulo dessa dissertação buscamos compreender a aquilo que é a base contraditória do internacionalismo, o nacionalismo. Após compreensão das categorias nacionalismo e internacionalismo, investigamos o conceito e os fundamentos teóricos do internacionalismo proletário.

Compreendemos que o nacionalismo deriva inicialmente da palavra nação, que está ligada a origem, a descendência de um povo. O termo sofreu alterações no decorrer do desenvolvimento da sociedade, havendo certa indefinição na sua conceituação. Conforme Hobsbawm (1990, p. 27-28) a definição mais aceita de nação é “a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e, em geral falam a mesma língua e possuem uma tradição comum”. Quando a nação se transformou em corpo jurídico, o nacionalismo também passou a desempenhar um papel ideológico: o sentimento de nacionalismo, de preservação do país em defesa da soberania em conflitos armamentistas.

Conforme a pesquisa verificamos na história que o auge do sentimento de nacionalismo ocorreu no período da Revolução Francesa, momento histórico em que a burguesia se uniu ao proletariado para a derrubada das monarquias absolutistas. Após a vitória contra as monarquias absolutistas, a burguesia tomou o poder de comando dos Estados-nacionais, recém-criados, em detrimento dos interesses dos proletários. Em relação a esse contexto, o estudo de Löwi (2000, p.34) aponta que Marx e Engels, entenderam o “[...] conceito de nação que remete a uma formação histórica ligada ao crescimento do modo de produção capitalista e cristalizado numa superestrutura política: o Estado-nação”. Ambos intelectuais apontaram que o modo de produção capitalista havia se expandido a níveis mundiais, e se fazia necessário que houvesse também uma organização da classe trabalhadora em nível mundial. Desse modo, Marx e Engels realizaram a reflexão teórica sobre os fundamentos filosóficos e concepção do internacionalismo proletário.

Acerca da explicitação dos termos internacionalismo proletário, compreendemos de acordo com Marx e Engels, “como proletários os trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX E ENGELS, 2012, p. 38). Sobre a palavra internacionalismo verificamos que tem etimologia na palavra internacional, e esta tem origem comum com nacionalismo. No entanto, a diferenciação ocorre com utilização do prefixo “inter” que significa “entre” nações, aquilo que é comum a 2 (duas) ou mais nações, política de cooperação entre nações, relações

internacionais ou sistema socialista que preconiza a associação internacional dos trabalhadores e a aliança internacional do proletariado. Desse modo, a junção dos termos internacionalismo proletário se configura em uma concepção que tem como objetivo a solidariedade, a fraternidade e a cooperação dos proletários mediante interesses comuns e contra o jugo do capital. A obra “Manifesto do Partido Comunista” (1848) aponta o princípio central do internacionalista proletário: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX e ENGELS, 2012, p. 67).

Com a revisão de literatura (itens 1.1 ao 1.5) compreendemos o contexto histórico, os princípios, os fundamentos teóricos e as orientações dos principais intelectuais que orientaram as I, II, III e IV Associação Internacional dos Trabalhadores. Constatamos as dificuldades e os êxitos que marcaram as iniciativas de organização dos trabalhadores em nível internacional.

Em relação a I Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876) destacamos o contexto iniciado com a ascensão da burguesia ao poder e a introdução da maquinaria nas fábricas. Ambos acontecimentos culminaram com o acirramento da exploração dos trabalhadores, que passaram organizar movimentos contra a exploração, porém, no interior de seus países, de forma separada, fragmentada. E desse modo cada vez que organizavam um movimento de greve, os patrões buscavam força de trabalho em outros países, fato que colocava um grande desafio aos movimentos grevistas.

A esse respeito ressaltamos como êxito a iniciativa dos trabalhadores mais conscientes da Inglaterra e da França na resolução de criar a I AIT. O sucesso das atividades da organização também foi marcado pelas contribuições de Marx e Engels que observaram a importância dessa organização para a época, e orientaram os trabalhadores sobre o funcionamento do sistema de produção capitalista. Desse modo, auxiliaram na elevação da consciência dos trabalhadores, com o intuito de que deixassem a luta puramente econômica e iniciassem um período de organização da classe trabalhadora em nível mundial na luta pela superação do sistema de produção capitalista.

Todavia, destacamos como dificuldades enfrentadas pela I AIT, a disputa entre tendências no seu interior, que apesar de Marx e Engels preconizarem a constituição de uma organização que unificasse os trabalhadores de todos os países, a disputa entre tendências culminou por inviabilizar a organização.

Apesar disso, a I AIT marcou a história da organização dos trabalhadores deixando a lição da práxis do internacionalismo proletário, ou seja, uma tentativa relevante de reunir organizações de trabalhadores (associações sindicais) de todo os países contra a exploração do

trabalho e pela superação do capitalismo, tornando-se modelo de inspiração para outras iniciativas de organização a nível mundial dos trabalhadores.

Sobre o contexto histórico da II AIT (1889-1916) destacamos o movimento de expansão do socialismo na Europa e a criação de partidos políticos socialistas. Esses acontecimentos de certo modo impulsionaram Engels, após o falecimento de Marx, a tentar reorganizar os trabalhadores de forma internacional. Destacamos que a II AIT foi composta inicialmente por sindicatos e por partidos políticos, porém com o crescimento da organização em partidos políticos ocorreu a exclusão dos sindicatos da organização.

Durante o seu período de participação na II AIT, Engels procurou levar os participantes ao aprofundamento teórico sobre o internacionalismo proletário e as ideias revolucionárias. Entretanto, com o falecimento de Engels, Luxemburgo e Lenin tentaram continuar esse trabalho, colocando em prática os ideais marxistas. No entanto, a II AIT tornou-se novamente um espaço de disputas entre as tendências reformista e revolucionária. A tendência reformista havia crescido consideravelmente, e estes acreditavam que não era necessário realizar a revolução porque se poderia chegar ao socialismo por meio de reformas no sistema capitalista. Já os revolucionários, utilizando a concepção de internacionalismo proletário, propunham a união de todos os trabalhadores do mundo em prol da revolução e ruptura do sistema capitalista.

As divergências no interior da II AIT foram agravadas pelo debate sobre entrada ou não da classe trabalhadora na I Guerra Mundial e também pelas discordâncias teóricas entre Lenin e Luxemburgo, culminado com a cisão da tentativa de organizar um grupo que poderia fazer frente à tendência reformista no interior da II AIT. Nesse período de guerra, ressaltamos a prisão Rosa Luxemburgo, entre 1915 e 1916, devido a sua militância. Já Lenin abandona a II AIT, pois este entendia que a mesma não atendia mais os interesses da classe trabalhadora em nível mundial, e que era necessário fundar uma III AIT.

Em relação à III AIT (1919-1943) também conhecida como Internacional Comunista (IC), destacamos a influência da revolução Russa (1917). Sob a orientação de Lenin, foi organizada com o objetivo geral de retornar aos ideais da I AIT: de união do proletariado internacional na tentativa de construir a revolução proletária mundial, em favor da instalação da ditadura do proletariado, centralização do Estado durante o processo de transição do sistema capitalista para o socialista.

Destacamos que Lenin participou ativamente da organização, e orientou a realização dos 5 (cinco) primeiros congressos mundiais da IC, nos quais foram elaborados o programa, as táticas e as condições disciplinares que os partidos deveriam seguir para compor as seções. Em síntese as resoluções dos congressos trataram: do afastamento e rompimento com a tendência



reformista na IC, do trabalho que os partidos comunistas (PCs) deveriam desenvolver em todos os países, da ampliação do processo de conscientização do proletariado sobre o acirramento da exploração no capitalismo imperialista, da difusão do sistema dos soviets, da difusão do comunismo, reconhecimento da luta conjunta do proletariado e do campesinato para o sucesso da revolução, do trabalho em defesa da revolução Russa e da recém criada URSS (1922), da necessidade de criação de uma vanguarda dirigente no interior dos PCs, da Nova Política Econômica (NEP), de reconstrução e fortalecimento da Rússia e sobre um balanço dos cinco primeiros anos da revolução Russa. Salientamos que o objetivo geral perante os temas tratados na IC durante a participação de Lenin era a organização do proletariado mundial na tentativa de construção da revolução proletária em nível mundial e também em defesa do socialismo da URSS.

Em 1924 com o falecimento de Lenin, inicia-se um novo período da IC, sob o comando Stalin na URSS. Nesse período, foram realizados mais dois congressos da IC, em 1928 e em 1935, que em termos gerais trataram da difusão da ideia de socialismo em um só país, da tarefa dos PCs no auxílio da defesa da URSS e da luta contra a guerra imperialista. Assinalamos que estes temas foram alvo das principais divergências entre Stalin e Trotsky, que se acirraram, culminando com expulsão de Trotsky da IC e da URSS. Após esses congressos não houve organização de outros eventos da IC, e em 1943 a IC foi dissolvida devido a questões relacionadas à II Guerra Mundial.

Sobre a IV Associação Internacional dos Trabalhadores destacamos que foi fundada por Trotsky em 03 de setembro de 1938 na França, em meios às divergências com Stalin na condução da Internacional Comunista. Destacamos que houve e há divergências no movimento internacionalista sobre o reconhecimento ou não da IV Internacional, pois a IC (III AIT) ainda não havia sido dissolvida para se criar uma IV AIT.

Em meio as essas divergências a IV internacional reuniu os simpatizantes da teoria da revolução permanente de Trotsky, em torno de um grupo denominado “Oposição de Esquerda Internacional”, os quais fundaram a organização alegando o princípio da integralidade da teoria marxista e a necessidade de organização da revolução socialista mundial. Todavia, com a morte de Trotsky em 1940 e início da II Guerra Mundial, iniciou-se uma crise de direção na IV AIT. Ocorreram tentativas de reorganiza-la após a guerra, porém, sem grande impacto para organização dos trabalhadores de forma internacional.

Com os estudos das quatro edições da Associação Internacional dos Trabalhadores compreendemos como se estruturaram, o papel dos intelectuais que as orientaram, a luta pela união dos trabalhadores de diversos países, conquista de direitos trabalhistas, a relação dessas

organizações com o mundo do trabalho capitalista, os conflitos de concepções no interior das AITs, as cisões em decorrência desses conflitos, e também a relação das AITs com a I e II Guerra Mundial. Em suma, esses apontamentos evidenciaram os movimentos complexos e os desafios enfrentados por aqueles que ousaram no decorrer da história a organizar os trabalhadores em nível internacional.

Contudo, conforme os estudos realizados, após a IV AIT não encontramos um movimento sólido de criação de uma V Associação Internacional dos Trabalhadores ou uma organização internacional com outra denominação, a não ser organizações por segmentos, como a Via Campesina, no caso dos trabalhadores do campo e as internacionais sindicais como a AFL-CIO-Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais, CSI-Confederação Sindical Internacional, CSA-Confederação Sindical das Américas, IEAL-Internacional da Educação para América Latina, entre outras. Evidencia-se assim, uma crise da organização dos trabalhadores a nível internacional nesse início do Século XXI.

Os estudos sobre nacionalismo, internacionalismo proletário e as trajetórias das I, II, III e IV edições das Associações Internacionais dos Trabalhadores fornecem o embasamento teórico necessário para discutir a temática sobre o internacionalismo proletário na atualidade. Para tanto, foi realizada uma busca de produções científicas (dissertações, artigos e livros) que tratam do tema no Brasil com o objetivo de levantar sob quais enfoques os pesquisadores tem conceituado e discutido sobre o internacionalismo proletário, lembrando que muitas vezes os estudos envolvem também o seu oposto, o nacionalismo. Explicitamos que objetivo geral da busca foi levantar possíveis trabalhos relacionados ao recorte deste estudo, e também a fim de exteriorizar o que tem sido produzido cientificamente na atualidade sobre tão importante temática para a classe trabalhadora.

## **2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO**

Para revisão de literatura sobre a categoria internacionalismo proletário realizamos um levantamento da produção científica escrita sobre o tema. Para tanto, as consultas ocorreram nos seguintes espaços eletrônicos de pesquisa: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e na busca de artigos científicos da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). As produções científicas procuradas nestes bancos foram: teses de doutorado, dissertações de mestrado (BDTD e CAPES) e artigos científicos (SciELO).

Na BDTD enfocou-se especificamente na busca de trabalhos na área de ciências sociais e humanidades, também se considerou alguns trabalhos da área de ciências sociais aplicadas relacionado ao assunto. Escolheu-se a BDTD porque o sistema é composto por publicações de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas nos programas de pós-graduação de todo o país, o que possibilita uma noção geral e unitária do que está sendo produzido, na atualidade sobre a categoria em questão.

A BDTD foi criada no final do ano de 2002, sendo assim, considerou-se para este levantamento as teses e dissertações publicadas desde seu ano de criação até 2015. A busca ocorreu nos dois ícones: “busca” em “todos os campos” e “busca avançada” em “todos os campos”, para que se pudesse evidenciar o maior número de produções sobre o internacionalismo proletário. Mesmo com a pesquisa nesses dois ícones, foi encontrado somente um trabalho científico, sendo a dissertação de mestrado: “Entre a classe e a não: O internacionalismo de Gramsci”, do autor Daniel de Oliveira Rodrigues Gomes, porém, não fora selecionado, por que o objeto da referida dissertação trata das reivindicações históricas dos trabalhadores da Itália sob a perspectiva teórica de Antonio Gramsci, assim sendo este estudo difere do objetivo proposto para essa busca: levantar produções científicas brasileiras sobre o internacionalismo proletário. Diante disso, resolveu-se fazer a pesquisa nos ícones “busca” em “todos os campos” somente com a palavra internacionalismo, e, como resultado, foram encontrados 26 (vinte e seis) trabalhos científicos, dos quais, sob o critério de leitura de seus resumos, selecionou-se 3 (três) dissertações de mestrado: “O internacionalismo e as fábricas recuperadas” da autora Maria Alejandra Paulucci Bosh (2007) da área de Sociologia Política, “A negociação coletiva supranacional e os conflitos sociais contemporâneos: do novo internacionalismo operário às lutas emancipatórias contra-hegemônicas” autora Anneliese Ferreira de Albuquerque (2009) e “a greve político-revolucionária e a emancipação social: do

novo internacionalismo operário ao estado-novíssimo-movimento-social” da autora Fernanda Lira (2006), sendo que essas duas últimas dissertações são da área de direito, porém abordam sobre o internacionalismo e seus desdobramentos na atualidade.

No banco de teses de doutorado e dissertações de mestrado da CAPES foram realizadas pesquisas sem delimitação de área de conhecimento, na tentativa levantar o número máximo de teses ou dissertações. Conforme as informações no site da CAPES, esta concentra teses e dissertações defendidas a partir do ano de 2011, e parcialmente de anos anteriores, por esse motivo delimitou-se a busca de produções científicas sobre Internacionalismo Proletário, a partir de 2011 até o início de 2015. A escolha deste banco ocorreu por ser também um repositório nacional, que agrupa teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em todo o país.

Utilizamos o descritor “busca básica” com as palavras-chave “Internacionalismo Proletário”, porém, não foi encontrado nenhum registro. Por esse motivo, realizou-se a procura no descritor “busca avançada” em “todos os campos” utilizando-se das mesmas palavras-chave, o que resultou em 10 (dez) dissertações de mestrado, no entanto, conforme a leitura de seus resumos, não foram selecionadas nenhuma destas, pelo motivo de não abordarem sobre a categoria investigada. Diante da pouca produção encontrada, ainda no ícone “busca avançada” em “todos os campos” decidiu-se fazer a busca utilizando a palavra-chave “Internacionalismo”, o que resultou em 3 (três) trabalhos científicos, dos quais, conforme a leitura do resumo, selecionou-se a dissertação de mestrado sob o título “O sindicato reinventado: possibilidades de construção do sindicalismo cosmopolita no século XXI” de Maira Neiva Gomes (2012).

Desse modo, partimos para a busca no portal de periódicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), que, conforme informações na sua página eletrônica, é um banco de revistas científicas periódicas que concentra artigos científicos publicados desde 1998, ano de sua criação. Sendo assim, delimitamos o período busca do ano de 1998 até o ano de 2015. Elegemos o SciELO para pesquisa porque concentra publicações de artigos científicos periódicos, a nível nacional, e também porque seu sistema está interligado com várias revistas científicas na área das ciências humanas e sociais.

Delimitamos a busca por publicações do “SciELO Brasil”, nas áreas de ciências sociais e ciências humanas, a fim de que o repositório pudesse apresentar toda a publicação armazenada sobre a categoria Internacionalismo Proletário. No ícone de busca “Entre com uma ou mais palavras” empregou-se as expressões Internacionalismo Proletário e optou-se pelo o ícone “busca em todos os índices”. Porém não houve nenhum resultado. Então, ainda nos ícones “Entre com uma ou mais palavras” utilizou-se somente a palavra-chave Internacionalismo,

optando ainda pela “busca em todos os índices”. O qual apresentou como resultado 11 (onze) artigos científicos. Após a leitura dos resumos apresentaram relação com a categoria procurada, os artigos de: Andrey Cordeiro Ferreira (2014) e Ângela Lazagna, Michel Löwy e Michel de Cahen (2008).

A busca realizada no banco de teses e dissertações da BDTD e da CAPES, resultou em 4 dissertações de mestrado relacionadas com o Internacionalismo. E no repositório SciELO Brasil foram selecionados ao todo 2 (dois) artigos.

Iniciando a exposição das produções científicas recentes encontradas no banco de teses BDTD em relação ao internacionalismo proletário, apresentamos a dissertação de mestrado de María Alejandra Paulucci Bosh (2007) sob o título: O INTERNACIONALISMO E AS FÁBRICAS RECUPERADAS, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Nesse trabalho científico a autora faz a análise sócio histórica da CIPLA (Companhia Industrial de Plástico), fábrica recuperada pelos trabalhadores em decorrência de um “processo pré-falimentar” (BOSH, 2007, p.15), situação na qual os direitos trabalhistas e principalmente a garantia de continuidade do emprego dos trabalhadores estava sob forte ameaça. Então os trabalhadores buscaram auxílio de movimentos sociais nacionais e internacionais para manter a fábrica funcionando.

Em meio a esse processo pré-falimentar os trabalhadores da CIPLA decidiram ocupá-la, conforme relata Bosh (2007)

Deste modo, o processo de recuperação das fábricas se apresenta como uma alternativa, convertendo-se em uma conquista dos trabalhadores que descobrem e colocam em ação o seu poder de decidir, defendendo seus direitos sociais e políticos. Os trabalhadores tomam decisões, dividem, reinventam, se organizam, debatem sobre o controle operário e compartilham experiências, vinculando-se coletivamente com outras organizações e associações de outros 16 setores em luta nacional e internacionalmente. (BOSH, 2007, p.15-16).

De acordo com essa autora o vínculo coletivo com outros movimentos de luta ocorreu com a inserção da fábrica recuperada CIPLA a “um movimento social e político, articulando-se com outras fábricas recuperadas do Brasil e outros países de América Latina, e também com outros movimentos sociais em luta, como o MST” (BOSH, 2007, p.100), sigla que representa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A autora ainda cita como exemplo de articulação internacional os movimentos de fábricas recuperadas da Argentina, Uruguai e Venezuela.

Parafraseando Bosh (2007 p. 11) a ligação entre os movimentos de fábricas recuperadas do Brasil e da América Latina, aliado a outros movimentos sociais nacionais e internacionais, apontam para um novo significado ao “projeto político internacionalista”. Pois, fortalece os trabalhadores no enfrentamento e resistência aos desafios para manter uma fábrica funcionando e os postos de trabalho. A autora relata que essa articulação também auxilia na elevação da consciência de classe dos trabalhadores e que “propõe um modelo de sociedade alternativo ao sistema capitalista”. (BOSH, 2007, p.100).

Entretanto mesmo com o auxílio de movimentos sociais nacionais e internacionais, os trabalhadores, ao ocuparem e recuperarem a fábrica CIPLA, encontraram dificuldades para manter o seu funcionamento, sendo um dos principais dilemas a adesão ou não “a formação de cooperativas que se integram ao sistema capitalista” ou “por outro lado, a proposta contra-hegemônica de estatização com o intuito de modificar as relações sociais de produção”. (BOSH, 2007, p.41). Sobre essas duas tendências a autora discute

Além da necessidade de sobrevivência das empresas, existe o risco das cooperativas serem subsumidas pela lógica do mercado e da concorrência e, conseqüentemente, gerarem condições de auto-exploração, oprimindo o trabalhador com baixos salários e com condições insalubres. Deste modo, as cooperativas se apresentam como alternativas limitadas de luta da classe trabalhadora, com épocas de auge e de declínio, e tendo que lidar com todos os desafios e contradições que resultam da situação de sobreviver no seio do sistema capitalista de produção. (BOSH, 2007, p.36).

Ou seja, a autora aponta que o cooperativismo tem um limite no modo de produção capitalista e que não é capaz de transcendê-lo, pois, está imbricado nesse modo de produção, apresentando-se como um braço do sistema capitalista e “aparecendo como um setor auxiliar das grandes empresas, geradora de emprego e renda, e assim, útil para amortecer as tensões da luta de classe”. Bosh (2007) ainda argumenta

[...] que, em termos gerais, os diferentes estudos realizados sobre o desenvolvimento das cooperativas no Brasil confirmam que a organização das cooperativas prolonga a jornada de trabalho, intensifica o ritmo de trabalho, reduz os salários para garantir concorrência no mercado, e também reduz o número de associados. Assim, a própria economia solidária e o cooperativismo são colocados em questão, pois não estariam servindo de instrumentos de transformação das relações de trabalho. (BOSH, 2007, p.39).

Devido a toda essa crítica ao cooperativismo, os trabalhadores da fábrica recuperada CIPLA, após diversas reflexões, entendendo que não queriam simplesmente repetir as relações de gestão e organização do trabalho capitalista, decidiram aderir a tendência de estatização da

fábrica e passaram a reivindicar que esta proposta fosse implantada pelo governo. Sobre o significado da proposta de estatização Bosh (2007) aponta que a:

[...] proposta de estatização que se configura como uma luta política e social que abrange tanto o espaço nacional quanto internacional, firmando alianças e parcerias com diferentes entidades e organizações. Nesse sentido, podemos dizer que estas experiências estão inseridas no contexto mais amplo dos movimentos sociais em luta, ao mesmo tempo em que possuem uma problemática interna própria, que resulta de uma preocupação sobre a forma que deve assumir as empresas recuperadas: ou tomam forma de cooperativa, ou de empresas estatais sob o controle obreiro. (BOSH, 2007, p.39, p.16).

Sobre a adesão dos trabalhadores da CIPLA à defesa da estatização Bosh (2007) aponta que foram sob três perspectivas:

[...] a recusa da administração sindical dentro da fábrica, a transparência das contas da empresa, e escolha de estar fora do sistema capitalista. Estas três características se apresentam nas experiências das fábricas recuperadas que reivindicam ao governo a estatização. Nesse sentido, devemos relacionar “o problema da expropriação à questão da tomada do poder pelos operários e camponeses” e devemos compreender a proposta de “estatização” no processo atual das fábricas recuperadas como uma reivindicação transitória e preparatória do proletariado para a expropriação completa da burguesia, o que pressupõe que não haja nenhum tipo de indenização. (BOSH, 2007, p.42).

Bosh (2007) relata em seu estudo a resistência dos trabalhadores da fábrica CIPLA para manter seus postos de trabalho ao tomarem o poder de gestão da fábrica e também a elevação do nível consciência de classe desses trabalhadores ao aderirem à tendência de estatização da fábrica, reivindicando a responsabilização do governo como órgão mantenedor. Porém, Bosh (2007) assinala que no período de realização de seu estudo os trabalhadores da fábrica CIPLA haviam realizado várias mobilizações. Entre elas uma marcha para Brasília composta por diversos movimentos sociais e uma carta com mais de 70 (setenta) mil assinaturas foi encaminhada ao governo federal solicitando a estatização da fábrica CIPLA.

Os trabalhadores da CIPLA obtiveram a resposta de que a estatização de fábricas não era prioridade do governo da época, mas, que o governo se comprometeria em procurar uma saída para que a fábrica continuasse a funcionar.

Diante das inúmeras tentativas de estatização da fábrica recuperada CIPLA e também diante das negativas a essa reivindicação por parte do governo. Bosh (2007) assinala que

Contudo, a continuação do funcionamento da fábrica não depende só do governo, sendo um movimento que abrange um projeto político e ideológico que busca conscientizar ao trabalhador na luta, tomando como referência elementos da IV internacional. Por isso, além dos pedidos e negociações com as diferentes entidades

governamentais, o movimento de fábricas recuperadas ao longo de todos os anos de luta buscou articulação com outras entidades sociais e políticas, regionais, nacionais e internacionais para ampliar o movimento. (BOSH, 2007, p. 93).

E nesse sentido, a autora apresenta o papel fundamental da coordenação da fábrica CIPLA, a qual é formada por uma comissão de trabalhadores que são eleitos em assembleia para estar a frente da administração da fábrica, e atuar de forma combativa em busca de alternativas aos entraves impostos pelo governo para a continuação do funcionamento dessa fábrica. Pois

A experiência histórica destas fábricas é dificultada pelas ações do governo, que utiliza todos os seus recursos e instrumentos para frear, desviar e afastar o processo de recuperação. Nesse sentido, a coordenação age de forma solidária com as lutas dos trabalhadores contra a exploração nacional ou internacional, estimulando e ajudando na discussão dos projetos novos levados adiante por trabalhadores de outras empresas em processo falimentar. (BOSH, 2007, p. 94).

Enfim, destacamos que a relevância do estudo de Bosh (2007) para presente pesquisa é a compreensão da proposta de “estatização” no processo atual das fábricas recuperadas “como uma reivindicação transitória e preparatória do proletariado para a expropriação completa da burguesia, o que pressupõe que não haja nenhum tipo de indenização” (BOSH, 2007, p. 97) aos ex-proprietários da fábrica. O estudo demonstra na prática como trabalhadores da fábrica recuperada CIPLA, através da resistência de sua luta, estão interessados em ampliar os espaços políticos de lutas, sob orientação da concepção de mundo marxista, aliando-se a uma “programação política internacional”, articulada com movimentos de fábricas recuperadas da Argentina, Uruguai, Venezuela, e também com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ainda no banco de teses BDTD foi levantada a dissertação de mestrado de Anneliese Ferreira de Albuquerque (2009), intitulada “A negociação coletiva supranacional e os conflitos sociais contemporâneos: do novo internacionalismo operário às lutas emancipatórias contra-hegemônicas”, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Recife/Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco. Este trabalho científico se enquadra na área do Direito, porém, possui relação com o internacionalismo e com o sindicalismo categorias que são amplamente discutidas nesta pesquisa. No estudo de Albuquerque (2009) o conceito de negociação coletiva é entendido conforme a OIT (Organização Internacional do Trabalho) dispõe



O termo negociação coletiva se estende a todas as negociações que têm lugar entre um empregador, um grupo de empregadores ou uma ou mais organizações que têm lugar entre um empregador, um grupo de empregadores ou uma ou mais organizações de empregadores, de um lado, e uma ou mais organizações de empregadores, de um lado, e uma ou mais organizações de trabalhadores, de outro, para: a) estabelecer termos e condições de trabalho e/ou; b) regular as relações entre empregadores e trabalhadores e/ou; c) regular as relações entre empregadores ou as organizações dos trabalhadores. (ALBUQUERQUE, 2009, p.55-56).

A autora busca entender a história da formação operária no contexto do individualismo contratualista forjado no estado liberal, especificamente, em quais momentos históricos surge a negociação coletiva. Para tanto, inicia a discussão perpassando o período da escravidão. Em que destaca os meandros das relações de trabalho, envolvendo a exploração da força de trabalho humana como um objeto em posse dos detentores de propriedades e bens acumulados.

Logo após, Albuquerque (2009) aborda o período do feudalismo discutindo as mudanças nas relações de trabalho em relação ao período da escravidão, em que o denominado servo da gleba já não era visto como um objeto possuidor de força de trabalho, mas, como homem livre. Porém, não podia cultivar a terra livremente, pois, a maior parte da produção do trabalho do servo devia ser encaminhada ao senhor feudal. Este, por sua vez, em troca do trabalho do servo lhe fornecia proteção em relação a possíveis invasores, como os denominados bárbaros.

Sobre o período do pré-capitalismo Albuquerque (2009) aborda o surgimento das primeiras corporações, e discute como ocorreram as primeiras negociações individuais entre mestres (patrões) e aprendizes (empregados), ou seja, por meio de contratos individuais de trabalho os aprendizes se submetiam a uma relação hierárquica e autoritária, em que num período de 2 (dois) a 12 (doze) anos os aprendizes estariam sob a tutela de seu mestre, e este se comprometia a fornecer ao aprendiz a moradia, a alimentação e os ensinamentos de um ofício. Entretanto, a autora destaca que as normatizações desses contratos individuais de trabalho eram redigidas em contrariedade aos anseios dos aprendizes, pois estes deveriam passar por um longo processo de aprendizagem e exploração do trabalho, até se tornarem mestres de ofício.

Após as exposições sobre as relações de trabalho nos períodos históricos já descritos, Albuquerque (2009) discorre sobre o início do capitalismo (na Europa do século XIX) e o estado liberal (sob os ideais de Adam Smith) enfocando o desenvolvimento da industrialização e as relações de trabalho (entre patrões e empregados).

A autora relata ainda que devido às relações de exploração exacerbada do trabalho de homens, mulheres e crianças, os trabalhadores começaram a se organizar coletivamente constituindo o movimento operário e posteriormente os sindicatos. E estes, por sua vez,

forçaram o Estado a criar o Direito do Trabalho e conseqüentemente a legislação em defesa dos trabalhadores.

A autora Albuquerque (2009) também cita movimentos e concepções importantes que pressionaram e impulsionaram a criação do Direito do Trabalho como o Ludismo<sup>12</sup>, Cartismo<sup>13</sup>, Socialismo Utópico<sup>14</sup>, Anarquismo<sup>15</sup> e o Socialismo Científico<sup>16</sup>. Destes movimentos e concepções de mundo Albuquerque (2009, p.26-27) destaca o Socialismo Científico e sua reflexão sobre o “princípio de pauperização progressiva do proletariado que apareceu ligada à acumulação do capital” originado das reflexões de Karl Marx. Esse princípio contribuiu para estimular a construção da consciência coletiva e reconhecimento da força coletiva da classe trabalhadora, ou seja, os trabalhadores passaram a entender sua força quando se uniam em prol de objetivos de interesse comum.

---

<sup>12</sup> Na Inglaterra, no início do século XIX, surgiu o Ludismo, tendo recebido esse nome face de seu idealizador Ned Ludd. Os operários vítimas de jornadas exaustivas de labor, com duração de quatorze horas, chegaram a ter problemas psicológicos e neurológicos, em consequência do estresse da velocidade da produção nas fábricas e da repetição ininterrupta de movimentos durante a jornada.

[...]

Uma parte da população começava a ser substituída pelas máquinas, que produziam maior quantidade a menor custo. Nesse instante, o sentimento de terrores de miséria levou Ludd e seus discípulos a destruírem as máquinas, tidas como seus principais inimigos, responsáveis pelo desemprego e pelo pagamento de baixos salários.

Os seguidores do movimento tinham um sentimento de revolta enorme, o movimento se espalhou pela França, Bélgica e até pela Suíça, onde os trabalhadores unidos destruíram máquinas, aos gritos “Quebrai as máquinas! ”. Foi importante pelo fato de ter sido um marco inicial em se falando de revoltas, mesmo que inconscientemente, da força operária contra o sistema capitalista. (ALBUQUERQUE, 2009, p.31-32).

<sup>13</sup> Quanto ao movimento Cartista, originário na Inglaterra, berço do industrialismo, teve o seu estopim quando o governo inglês baixou medidas para garantir a ordem social e abafar as manifestações em todo [o] país em face de normas desumanas de trabalho impostas pela burguesia. O auge da crise culminou com a concessão do direito de voto pelo Parlamento Inglês à pequena burguesia e aos pequenos proprietários rurais, em 1832, fruto da pressão realizada com Revolução Liberal de 1830, que aconteceu na França.

Em 1832 o parlamento britânico também aprovou o “Reform Act”, lei que privou os operários do direito de voto. Reagiram a tal atitude os operários por meio do documento chamado “Carta do Povo”, elaborada por William Lovett. Por meio desta carta, teve origem o movimento cartista, tido como o primeiro movimento revolucionário da classe operária, cujo programa continha dentre várias reivindicações, o sufrágio universal, direitos eleitorais homogêneos, voto secreto e eleição parlamentar anual. O proletariado chegou à conclusão de que não podia votar pois sua força política se constituía em uma ameaça para a ordem social. (ALBUQUERQUE, 2009, p 32-33).

<sup>14</sup> Segundo Albuquerque (2009, p.34) O Socialismo Utópico caracterizou-se, assim, como versão do socialismo porque apresentava uma alternativa idealista. Desprezava a importância das condições de vida na sociedade e seu histórico desenvolvimento, enquanto mecanismos de atrelamento a sociedade capitalista. Apesar de ter desempenhado um papel importante no desenvolvimento do próprio socialismo, em razão de manter uma crítica cerrada às contradições do capitalismo, não delimitava as razões das mazelas desse modelo de sociedade e não tinha uma proposta teórica bem sedimentada para justificar a ruptura com ele. Criticando a sociedade e o Estado da Época, os utopistas apresentam um modelo de Estado que não existe em lugar nenhum (*utopos* = lugar nenhum).

<sup>15</sup> Conforme Albuquerque (2009, p. 36) A ideologia anarquista prega a vida societária sem presença do Estado. Para esta, o Estado, além de nocivo, é absolutamente desnecessário. Os anarquistas não reconhecem os partidos políticos, nem a democracia representativa. Para essa doutrina o Estado é a fonte de maior parte dos problemas sociais, existindo outras formas alternativas viáveis de organização voluntária.

<sup>16</sup> De acordo com Albuquerque (2009, p.38) a teoria de Marx, chamada de socialismo científico, considera que a luta de classe é o que move a história, e que o Estado é um órgão a serviço da classe dominante, cabendo a classe operária, como classe revolucionária de vanguarda, lutar pela conquista do Estado da Ditadura do Proletariado.

Albuquerque (2009, p. 39) aponta ainda que estas conjunções dos trabalhadores deram origem às primeiras organizações sindicais. E através das lutas travadas pelos sindicatos (no século XIX), iniciaram-se as negociações coletivas entre patrões e empregados, que resultaram diversas conquistas de direitos trabalhistas, como por exemplo a redução da jornada de trabalho para 8 (oito) horas por dia.

A partir da relevância histórica da organização e união dos trabalhadores em sindicatos no Século XIX, Albuquerque (2009) ressalta que nesse período houve a prevalência das relações sindicais de negociação coletiva sobre as negociações individuais. E partir desse ponto a autora traz a discussão sobre a organização dos sindicatos na atualidade, e faz o seguinte apontamento:

Exige-se “uma reestruturação organizacional para o sindicalismo contemporâneo. Deve haver, primeiro, uma ruptura com o sistema industrial, a fim de permitir o surgimento de outras entidades, líderes e representantes das novas e atípicas categorias – informalizadas, precárias, o terceiro setor, os autônomos, os sem-terra, os sem-teto, os marginalizados, e os excluídos de todo gênero – e promover o fortalecimento dos já existentes. (ANDRADE *apud* ALBUQUERQUE, 2009, p.44).

Desse modo, Albuquerque (2009, p.120) tece algumas críticas ao modelo de organização sindical corporativo<sup>17</sup> ou neocorporativo<sup>18</sup>. Sobre as corporações dos sindicatos na contemporaneidade, Albuquerque (2009, p.119) assinala que “Os sindicatos não se encontram devidamente estruturados para representar o novo (e precário) mundo do trabalho que surge com a mundialização do capital”. Assim sendo, as críticas são relacionadas à adoção de negociações coletivas tripartites - entre empregadores, trabalhadores e governo. Em que esse modelo de negociação acaba por subordinar o trabalho a negociações coletivas transnacionais e propostas de articulações globais. Outra crítica é que ao invés de acolher os desempregados, os sindicatos realizam a desfiliação quando não se tem mais vínculos trabalhistas ou recursos para o pagamento da taxa sindical. Albuquerque (2009, p. 133) também faz a crítica à exclusão

---

<sup>17</sup> Relativo ou pertinente a corporação; relativo ao sistema político sob o qual as principais funções econômicas, tais como os bancos, as indústrias e a mão-de-obra são organizadas em corporações. Corporação: é um grupo de pessoas que agem como se fossem um só corpo, uma só pessoa, buscando um resultado comum.

<sup>18</sup> Explicando o autor a estratégia, defende que procura-se cultivar o espírito de parceria com o capital, desenvolvendo estratégias sindicais pró-ativas – ou então propositivas – compatíveis com a lógica do toyotismo, que tende a promover a confusão, no plano da consciência necessária de classe, dos interesses dos trabalhadores com os da empresa na qual trabalham. Abandona-se, assim, em maior ou menor proporção, o sindicalismo de classe, de massas e de indústria, com suas ações e práticas de greves generalizadas. É tipo de estratégia sindical que se ajusta à natureza contingente do sindicalismo (e de seus “limites”) em períodos de crise capitalista, adapta-se meramente à conjuntura de crise do mundo do trabalho, que hoje assume dimensão estrutural. (ALBUQUERQUE, 2009, p.113).

pelos sindicatos das pessoas submetidas ao “trabalho clandestino, os subcontratados, os autônomos e os não empregáveis”.

Albuquerque (2009) após a crítica ao modelo sindical contemporâneo, alude a organização de um novo sindicalismo e uma nova reconfiguração da negociação coletiva o que possibilitaria segundo a mesma autora (2009, p.99) a “fundamentação e apresentação de outros novos princípios para o Direito do Trabalho”, pois, em outras palavras relata que o Direito do Trabalho ainda está voltado para as relações individuais em detrimento das relações coletivas (sindicais). Para que isso seja possível em sua conclusão Albuquerque (2009), aponta para um “novo internacionalismo”, fundamentado na obra “Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário”, de Boaventura de Souza Santos (2005), no qual o autor afirma que:

Chega-se à conclusão de que o novo internacionalismo operário afasta-se da visão espacial limitada ao Estado-nação; congrega todas as formas de atividades produtivas e todas as alternativas de trabalho e rendas; articulando-se com diversos movimentos e também instituições que não estão necessariamente vinculadas ao mundo do trabalho. Portanto, deve ser neste novo conjunto e no âmbito destas relações sociais que a greve, instrumento utilizado pelos obreiros para fazer pressão perante os empregadores, deve recuperar o seu caráter político-revolucionário e que a negociação coletiva deve ser vista. (ALBUQUERQUE, 2009, p.86).

Nesse sentido, destacamos no estudo de Albuquerque (2009, p.122) a sua proposta de busca de alternativas de articulação entre os diversos movimentos sociais no interior das nações e seus apontamentos sobre necessidade de construir movimentos vinculados em nível planetário, com ideias de solidariedade internacional, sem deixar de realizar as lutas no plano nacional. Finalizando sobre as contribuições de Albuquerque (2009) para o presente estudo, destacamos a reflexão sobre a reorganização dos sindicatos em relação aos trabalhadores informais ou precarizados, em que a autora propõe

[...] uma configuração teórica original compatível com os estudos contemporâneos acerca do novo internacionalismo operário – suas estratégias, articulações e lutas sindicais contra-hegemônicas – e propostas concretas para efetivação de um diálogo supranacional dirigido à resolução de conflitos e à formação normativa no âmbito das relações coletivas de trabalho. (ALBUQUERQUE, 2009, p.120).

As reflexões de Albuquerque (2009) sobre o novo internacionalismo operário fundamentado por Boaventura de Souza dos Santos (2005) propõe a articulação com os movimentos sociais de forma nacional e internacional, com instituições não vinculadas ao trabalho e uma nova forma de organização sindical que rompa com corporativismo ou

neocorporativismo agrupando em seu interior todos tipos de trabalho formais ou informais, o trabalho precarizado, os autônomos, o terceiro setor, ou seja, propõe a constituição de representações sindicais de novas e atípicas categorias, que envolva todos os de trabalhadores do novo e (precário) mundo do trabalho. Desse modo também aponta as greves como espaços de luta capaz de reunir todas essas novas e atípicas categorias de trabalhadores juntamente com as categorias já existentes.

Em continuidade à busca por trabalhos científicos no Banco de teses BDTD que tivessem relação com a categoria Internacionalismo Proletário, levantamos a dissertação de mestrado de Fernanda Barreto Lira, defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Recife/Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco, da área do Direito do Trabalho. O título da dissertação é “A greve político-revolucionária e a emancipação social: do novo internacionalismo operário ao estado-novíssimo-movimento-social”.

A autora Lira (2006, p.25) fundamenta seu estudo na área do Direito do Trabalho, sendo que “[...] o foco do Direito do Trabalho é o trabalho humano, mesmo que ainda se restrinja, em termos teóricos, legislativos e doutrinários, ao modelo dependente. Assim vem a ser imprescindível identificar as diversas formas de exploração do homem por meio do trabalho”. E com o entendimento da luta contra a exploração do trabalho, a autora especifica seu estudo no direito sindical. Tendo como objeto da pesquisa a greve como “grande expressão de lutas e conquistas” (p.12), como um “movimento coletivo dos trabalhadores” (p.13) e ainda ressalta “o fenômeno da greve e seu caráter político-revolucionário enquanto parte integrante da luta emancipatória apontada pela teoria social crítica” (p.15). Para tratar dessa temática Lira (2006) dividiu a pesquisa em 4 (quatro) partes.

Na primeira parte, Lira (2006, p.16) busca levantar os pontos principais da origem e diferentes configurações da exploração do trabalho humano, partindo da escravidão, as corporações de ofício, até a idade moderna. Tendo como fim, “identificar no tempo e no espaço, o surgimento das classes capitalista [burguesa] e proletária [...]” (p.17) e a história do surgimento das greves.

Em seguida a autora relata as concepções de mundo: o anarquismo, marxismo, liberalismo<sup>19</sup> e Doutrinas Sociais Extra proletárias<sup>20</sup>, as suas correlações com as organizações dos primeiros sindicatos, das greves no século XIX na Europa. Também Lira (2006, p.13) faz uma síntese da relação dessas correntes de pensamento com os desdobramentos do sindicalismo e das greves na atualidade, dos quais destaca precedência das greves a criação de sindicatos, de instituições vinculadas ao trabalho e das normas jurídicas.

Na segunda parte, Lira (2006, p.16) discute “a greve na doutrina da OIT e na dogmática jurídica, seus vínculos com o Trabalho Subordinado e o Sindicalismo Operário”. Aborda a trajetória da greve como um fenômeno coletivo, evidenciando os conceitos e denominações sob o prisma jurídico. Também ressalta a passagem da greve considerada delito ao direito fundamental do trabalhador. Relata que ainda que as greves

[...] tinham, na sua essência, uma perspectiva eminentemente política – ruptura com o poder dominante – e eram desencadeadas de forma violenta – muitas vezes com quebras de máquinas, boicotes, atentados – o Estado Moderno tratou também de enquadrá-las nos alicerces – legislativo e político - que o inspiraram. Como fato histórico e sociologicamente explicável, reconhecível e impossível de ser evitado, melhor, então, seria discipliná-lo. (LIRA, 2006, p.63).

Nesse sentido, a autora discute a natureza jurídica da greve, quanto as finalidades, classificações e métodos. Logo após, Lira (2006, p.16), busca analisar o fenômeno da greve nos “Estados da América do Sul, nos Estados Unidos, Europa e em países que vivenciaram o socialismo real. Ao final da segunda parte de seu estudo, a autora retrata especificamente o fenômeno “A greve no Brasil”, para tanto, realiza uma reflexão histórica da greve, que culmina pelo destaque na força da unicidade dos trabalhadores brasileiros, em um território composto por “nativos e estrangeiros”.

Destacamos a terceira parte do estudo de Lira (2006, p.17), a qual realiza a discussão sobre “A greve enquanto luta emancipatória. Os Novos Caminhos do Internacionalismo Operário e da Construção do Estado-Novíssimo-Movimento-Social<sup>21</sup>”, a esse respeito aponta

---

<sup>19</sup> Segundo Lira (2006, p.36) O liberalismo, isto é, o Estado Liberal Burguês, sabia muito bem da necessidade, diante das resistências, de ceder. A pregação democrática filosoficamente centrada na liberdade, igualdade e fraternidade, ao tempo que respaldava um modelo de sociedade baseada no individualismo contratualista e no sagrado direito de propriedade, negava-se a interferir nas relações de produção, a fim de disciplinar as relações de trabalho.

<sup>20</sup> Muito embora partam do mesmo ponto – a exploração do trabalho humano – as doutrinas sociais extraproletárias – designação grafada por De Ferrari (1976, p.75) – não questionam o Estado moderno e suas instituições. Pregam o intervencionismo, a fim de estabelecer mecanismos de correções do liberalismo, em face das injustiças, da miséria e do sofrimento dos trabalhadores. (LIRA, 2006, p.33).

<sup>21</sup> Esta nova reestruturação estatal calca-se na ideia de complementaridade entre o Estado e o terceiro setor enquanto via de um espaço público não estatal. Sem, contudo, excluir-se a confrontação intrínseca ao relacionamento desses dois agentes. Reconhecidos os limites do Estado, a lógica da reciprocidade, própria do

“A confluência das Propostas Marxistas e Anarquistas e o Confronto da Neosocialdemocracia<sup>22</sup> com o Ultraliberalismo<sup>23</sup>”. Segundo a autora

A identificação dessas teorias políticas que, aliás vem permeando o presente estudo, é imprescindível para identificar como elas vem tentando não só explicar – teorizar – os fenômenos sociais do presente, mas, sobretudo como aplicar sobre eles alternativas práticas e teóricas disponibilizadas para uma nova articulação global a ser desencadeada pela sociedade contemporânea”. (LIRA, 2006, p.169).

Nesse sentido Lira (2006, p.171) realiza reflexões pautadas nas concepções anarquista e marxista de defesa do fim do Estado e a manutenção do Estado. Já sobre a concepção da neosocialdemocracia discute a reestruturação do Estado de direito e sua relação com o Estado-Providência<sup>24</sup>. E por fim sobre a concepção do ultraliberalismo analisa a defesa do Estado Empresário. Ainda nessa terceira parte do estudo, a referida autora apresenta “Em meio as Crises do Sindicalismo, os Caminhos do Novo Internacionalismo Operário e o Estado-Novíssimo-movimento-Social” e por fim “A Greve Como Fonte Primordial do Direito do Trabalho”.

Sobre o sindicalismo, Lira (2006) discute que:

[...] estaria mergulhado em uma crise de identidade no mundo inteiro. Por isso deverá ele reunir tradições contestatórias e de participação do passado, para transformá-las – sobretudo – a oposição – em complementaridade. Há de estar centrado numa verdadeira democracia participativa, para livrar-se do burocracismo reinante, deve ainda preparar-se para desafio globais. [...].

Por fim, há de se articular com outros movimentos sociais, em busca de uma verdadeira cidadania, da democracia e da qualidade de vida, através do binômio: desafio da lógica reivindicativa versus desafio cultural sindical. (LIRA, 2006, p.178).

Para essa interpretação da crise do sindicalismo na atualidade, Lira (2006) utiliza como fundamento teórico de seu estudo o livro, já citado anteriormente, “Trabalhar o mundo: os

---

princípio da comunidade, e a lógica da cidadania, própria do princípio do Estado, abre-se o caminho, para uma política progressista. (LIRA, 2006, p.174).

<sup>22</sup> Sobre a Neosociadocracia Lira (2006, p.168) explica que “A maioria das teorias políticas e constitucionais contemporâneas volta-se para um Estado Social e Democrático do Direito: para uma versão re-humanizada do capitalismo: ou mesmo para reconstituição do Estado Social Democrático de Direito”.

<sup>23</sup> “[...] o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social e do Pleno Emprego; ou melhor, do modelo de economia política de raiz keynesiana, fez aparecer, a partir da era Tacher/Reagan chamado de neo-liberal e aqui designado por ultraliberalismo”. (LIRA, 2006, p.168).

<sup>24</sup> Segundo Santos (1992, p.47) O Estado-Providência é a política dominante nos países centrais na fase de “capitalismo organizado”, constituindo, por isso, parte integrante do modo de regulação fordista. Baseia-se em quatro elementos estruturais: um pacto entre o capital e o trabalho sob a égide do Estado com o objetivo fundamental de compatibilizar capitalismo e democracia; uma relação constante, mesmo que tensa, entre acumulação e legitimação; um elevado nível de despesas em investimentos e consumos sociais, e uma estrutura administrativa consciente de que os direitos sociais são direitos dos cidadãos e não produtos de benevolência estatal.

caminhos do novo internacionalismo operário”, do autor Boaventura de Sousa Santos (2005) e também desse mesmo autor, o livro “A gramática do tempo: para uma nova cultura política” (2006). Sobre o livro de Santos (2005), Lira (2006) conclui que:

[...] fica confirmada a tese de que um novo internacionalismo operário afasta-se da visão espacial limitada ao Estado-Nação: aglutina, na verdade, todas as atividades produtivas e todas as alternativas de trabalho e rendas, além de articular com outros movimentos e instituições não necessariamente vinculadas ao mundo do trabalho. É exatamente nesse novo espaço e nessas esferas de relações sociais que a greve deve retomar o seu caráter político-revolucionário. (LIRA, 2006, p.173-174).

E sobre o segundo livro citado “A gramática do tempo: para uma nova cultura política” de Santos (2006), Lira (2006) expõe a base de sua conclusão sobre a greve.

Do segundo livro citado provém a reafirmação desse caráter político revolucionário da greve e confirmação da sua importância no âmbito das lutas apontadas por Boaventura de Sousa Santos como essenciais à construção da alternativa por ele denominada Estado-novíssimo-movimento-social, sempre a partir da perspectiva de consolidação de uma democracia verdadeiramente participativa. (LIRA, 2006, p.174).

Na reflexão de Lira (2006), baseada em Santos (2005) no Estado-novíssimo-movimento-social teria que haver um novo sindicalismo vinculado aos trabalhadores formais, informais e aos novos movimentos sociais. Consideramos relevante para a construção da presente pesquisa a reflexão de Lira (2006) quando trata da defesa de um novo modelo de organização sindical, no qual a greve deve ser elemento principal orientação do direito ao trabalho.

Ressaltamos também a discussão de Lira (2006) ao expor que a greve deve fazer parte de movimento social amplo, global e de caráter político-revolucionário, organizada contra a hegemonia do sistema capitalista. No entanto, para que isso seja possível, Lira (2006, p. 190) utiliza os apontamentos de Santos (2005) na sua exposição sobre a articulação a nível global dos sindicatos utilizando a organização de redes cibernéticas para trocas de informações e conhecimentos.

Santos (2005, p.190-191) cita sindicatos e movimentos que segundo ele já aderiram a redes cibernéticas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederación General del Trabajo, Madri (CGT) entre outros. Segundo Lira (2006, p.190) o objetivo da utilização das redes cibernéticas nas discussões de Santos (2005) é expor a problemática trabalhista em nível mundial “a fim de desvendar os problemas do trabalho e seus vínculos com a globalização hegemônica em nível planetário”.



Na última parte do estudo de Lira (2006) destacamos como relevantes para esta pesquisa o quatro itens das conclusões de Lira (2006, 204): 1) que “O Direito do Trabalho prioriza as relações individuais em detrimento das relações sindicais” (relações coletivas), 2) que no início do século XIX os sindicatos e greves tinham um caráter emancipador, político-revolucionário, 3) que os sindicatos na atualidade assumiram um modelo reivindicativo e se encontram em crise, necessitando de reorganização e, por fim, 4) que há contraposição da sociologia crítica ao que a Lira (2006) denomina

[...] velho internacionalismo operário - hierarquizado, centralizado, voltado para debates restritos a uma elevada burocracia tendente à diplomacia reivindicativa - e propõe um novo internacionalismo operário organizado em rede, descentralizado e orientado para mobilização local, transnacional e global bem como sincronizado como os novos movimentos sociais. Esta proposta teórica retoma, do passado, um ideal imprescindível para o presente: a internacionalização dos movimentos sociais organizados. (LIRA, 2006, p.207).

Os quatro pontos que destacamos da conclusão de Lira (2006) apontam críticas consideráveis para modelo de sindicalismo na atualidade e realiza ponderações sobre velho internacionalismo aludindo a um novo internacionalismo operário ligado aos movimentos sociais apontados na obra de Santos (2005).

Em continuidade ao levantamento de trabalhos científicos sobre o Internacionalismo na atualidade encontramos no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a dissertação de Maira Neiva Gomes, sob o título “O sindicato reinventado: possibilidades de construção do sindicalismo cosmopolita no século XXI”, publicada em 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Esse estudo se localiza na área do direito, porém a autora alega refutar o direito positivado que compreende a aplicação da legislação sem considerar as questões sociais. Contrariamente ao exposto, a autora compreende o direito como um produto das relações de poder na sociedade.

A dissertação de Gomes (2012) embora não enfoque o Direito do Trabalho, buscou retrata-lo em sua explanação percorrendo a história do sindicalismo, tendo o sindicato como uma ordenação jurídica que representa os trabalhadores.

Gomes (2012, p.44) inicia sua pesquisa com a descrição dos períodos: do estágio selvagem a escravidão, do feudalismo ao capitalismo. Com a descrição desses períodos a autora busca demonstrar o desenvolvimento das relações de trabalho e também entender como foram organizadas as instituições em defesa dos trabalhadores.

Gomes (2012) destaca primeiramente, que na Europa do século XIX, os sindicatos eram considerados ilícitos, porém, tinham reconhecimento substancial dos trabalhadores. Entretanto, devido à sua grande força de aglutinação da grande massa de trabalhadores e por provocar diversos prejuízos aos patrões, os sindicatos acabaram sendo legalizados, possibilitando a intervenção jurídica do Estado, que tinha a intenção de frear as ações sindicais. A referida autora relata que é atrelado a esse período que surge o Direito do Trabalho.

Se o Direito do Trabalho é elaborado a partir das resoluções - ainda que temporárias - dos conflitos sociais entre os possuidores dos meios de produção e os trabalhadores, não se pode negar que a troca de narrativas entre os últimos é essencial para a construção da norma. Ora, são as narrativas de uma greve, de uma negociação, de uma estratégia política que possibilitam a troca de experiências e a evolução na construção da norma. (GOMES, 2012, p.51).

Sendo assim, Gomes (2012) realiza uma explanação em relação as diferentes etapas do desenvolvimento do capitalismo, da organização dos trabalhadores e a evolução do Direito do Trabalho em decorrência dos embates entre capital e trabalho. Em outras palavras a autora (p.96) destaca que a intenção é entender essas diferentes etapas para verificar se é possível ocorrer mudanças no tipo de organização sindical atual. Considerando que segundo a mesma autora (p.213) há na atualidade uma crise do sindicalismo, e a esse respeito destacamos dentre os autores e obras que fundamentaram o estudo de Gomes (2012) o autor Boaventura de Souza Santos na obra “Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário”, com esse embasamento Gomes (2012, p. 213) aponta que “No passado recente, o sindicalismo esteve vinculado aos trabalhadores estáveis, de forma vertical, ou seja, a organização sindical se adequou aos moldes taylorista/fordista, vinculado à categoria profissional de forma corporativa”.

Entretanto, segundo Gomes (2012, p.214) este modelo sindical vertical encontra-se em crise devido as novas orientações neoliberais de reordenação do mundo do trabalho, entre elas: o desemprego, a baixa na oferta de empregos estáveis, o aumento do número de trabalhadores terceirizados, a inclinação dos sindicatos ao modelo corporativo que acaba por lutar, na maioria das vezes, pelas categorias de trabalhadores estabilizados, excluindo-se os “trabalhadores precarizados” e também devido a individualização das relações de trabalho.

De acordo com Gomes (2012, p. 215) “É importante também notar que a intensificação do desejo de reconhecimento das individualidades tem como consequência a tendência dos indivíduos deixarem de se reconhecerem nas instituições, inclusive no sindicato”. Todos esses

problemas influenciam para a diminuição da imagem dos sindicatos como órgãos de representação dos trabalhadores

A crise do sindicalismo também se deve às alterações no modo de pensar da sociedade. A sociedade de hoje já não é mais tão hierarquizada, segmentada quanto antigamente. Os princípios da democracia, da igualdade e da liberdade estão mais arraigados na cultura. Além disso, o poder tornou-se menos visível, seja nas relações de trabalho, seja nas demais formas de convívio social. A estrutura sindical rígida, extremamente hierarquizada, já não se faz mais eficiente para atender às demandas e aos anseios dos trabalhadores. (GOMES, 2012, p.215).

Diante de toda essa problemática envolvendo o sindicalismo, Gomes (2012, p.216) faz o seguinte questionamento “Como seria possível então superar tal impasse? ”. Em resposta a essa pergunta a autora aponta que “[...] o sindicato deve, assim como o fez em toda sua história, se reinventar, amoldando-se à realidade e incorporando os anseios sociais que se manifestam tanto no trabalho quanto nas diversas dimensões da vida” (p.216). Sobre a reinvenção dos sindicatos (p.218) a autora apresenta algumas pistas ao tratar dos “Sentidos Possíveis da globalização: Dominação Financeira X Novo Internacionalismo Operário” (2012, p.218). A esse respeito a autora aponta que

[...] a globalização não pode ser compreendida apenas como algo destruidor dos laços sociais. Não se pode negar que as inovações tecnológicas – especialmente a internet - possibilitaram uma interação entre culturas que pode construir vínculos de solidariedade em escalas até então não imaginadas. Se o capitalismo moldou a ideia de “Estado Nacional” para, depois, tentar desmantelá-la e com isso possibilitar a instituição de um novo padrão de relações mundiais, que denomina “globalização”, sob uma perspectiva de exploração entre povos, não seria possível aos trabalhadores buscar conceber uma nova forma de construção de solidariedade, em escala mundial? (GOMES, 2012, p.218).

Para tanto, Gomes (2012) aponta como “nova forma de construção de solidariedade internacional” a alternativa de reinvenção da organização dos trabalhadores no século XXI, a utilização de redes internacionais sindicais. Para Gomes (2012, p.238) “Embora a globalização apresente sua forma perversa, as tecnologias que a alicerçam permitem amplas possibilidades de rearticulação política dos trabalhadores”. Sobre essas possibilidades de rearticulação sindical, via internet, a autora cita exemplos de redes internacionais, já existentes, como: FITIM – Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Contraf/CUT –Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro, Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS, CNM/CUT – Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Nesse sentido, “A organização em rede, em nível internacional, que faz uso das novas tecnologias de comunicação, pode auxiliar o movimento sindical a buscar uma forma inovadora de atuação”. (GOMES, 2012, p. 241).

A esse respeito, Gomes (2012, p.275) indica a perspectiva de construção de um Sindicalismo Cosmopolita

Mas também é necessário conceber um sindicalismo cosmopolita – no sentido grego e originário do termo -, ou seja, que possibilite a construção cidadã em níveis mundiais. Nesse sentido, “trata-se de afirmar que o trabalhador é antes de tudo um cidadão e que os seus direitos de cidadania não podem ser afetados negativamente pela sua condição de trabalhador”. (SANTOS e COSTA *apud* GOMES, 2012, p. 256).

Ou seja, para o ideal do sindicalismo cosmopolita, Gomes (2012, p.210) propõe que todos os trabalhadores devam fazer parte dos sindicatos, sejam eles trabalhadores precarizados, contratados por tempo parcial ou temporariamente, subcontratados ou terceirizados, vinculados à economia informal”. Por isso Gomes (2012) assinala que:

A crítica do sindicalismo cosmopolita deve se dirigir a todas as dimensões economicistas que sustentam a civilização capitalista. Em outras palavras, se a construção de direitos sociais – em especial, os trabalhistas – permite diminuir a exploração da força de trabalho, ela por si só não assegura a construção das liberdades de forma democrática, inclusiva e cidadã. Ela é apenas uma etapa necessária para que os indivíduos tenham condições de assegurar sua sobrevivência, elemento essencial para que eles conquistem sua emancipação completa.

O sindicalismo cosmopolita deve abandonar as noções totalizadoras e homogeneizadoras para absorver as reivindicações amplas, complexas e multifacetárias do corpo social. Criando leques cada vez mais amplos de solidariedade internacional, ele pode buscar construir a igualdade, dentro das diferenças.

É, portanto, um sindicalismo reinventado, que absorve as aspirações republicanas de cidadania e democracia participativa direta de seu nascedouro, moldando-as para a construção de um novo internacionalismo cosmopolita. (GOMES, 2012, p.276-277).

O estudo de Gomes (2012) defende, portanto, a adaptação do sindicalismo as mudanças no mundo do trabalho. A autora aponta que os sindicatos devem se apropriar de toda tecnologia disponível para articular a classe trabalhadora em nível mundial, sem a exclusão ou diferenciação por tipos de trabalho, seja ele formal ou informal.

Com a dissertação de Gomes (2012) finalizamos apresentação de dissertações relacionadas ao internacionalismo. E verificamos nas pesquisas de Albuquerque (2009) Lira (2006) e Gomes (2012) existência de uma proposta de reflexão acerca do internacionalismo: “O Novo Internacionalismo Operário” proposto por Santos (2005), que defende uma aliança dos sindicatos aos movimentos sociais a nível nacional e internacional, propondo acolhimento de trabalhadores informais e desempregados aos sindicatos e sugerindo também a articulação internacional utilizando a atuais tecnologias de comunicação e informação, como a internet.

Com a busca no banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES) verificamos que há poucos estudos (Teses e dissertações) sobre o internacionalismo na área de ciência política e sociologia, evidenciando pouca produção de conhecimento relacionada a essa tão importante temática. Isso é sintomático e pode ter relação com o momento atual de crise da organização dos trabalhadores. Como já explicitamos, parte dos estudos que encontramos sobre esse tema são ligados à área do Direito e fundamentados no “Novo Internacionalismo Operário” proposto por Boaventura de Souza Santos (2005).

A seguir discorreremos sobre os artigos científicos que foram levantados na busca por estudos que tivessem relação como o internacionalismo proletário. Esses textos foram encontrados em revistas científicas disponíveis no portal de periódicos SciELO Brasil, no período de 1998 a 2015.

Iniciamos com o artigo científico encontrado no portal de periódicos SciELO Brasil publicado na Revista de Sociologia e Política, que integra o Programa de Apoio a Periódicos da Universidade Federal do Paraná da autora Ângela Lazagna (2008), intitulado “Nacionalismos e internacionalismo: um debate entre Michael Löwy e Michel Cahen”, a autora explica que “*Este artigo consiste em um debate realizado entre Michel Löwy e Michael Cahen em meados dos anos 1990 e revisto para esta publicação*”, conforme a nota de rodapé de Lazagna (2008, p. 101) Lowy e Cahen autorizaram a publicação de seus artigos e revisaram a tradução de Lazagna para a língua portuguesa. Desse modo Lazagna (2008) informa que utilizou como base para produção de seu texto os artigos: “Nacionalismo do sul” do autor Michel Löwy (1995-1996) e o artigo “Nacionalismo dos terceiros mundos para um debate em resposta a Michel de Löwy” do autor Michael Cahen (1996-1997), ambos artigos haviam sido publicados em Francês na revista *Critique communiste*.

Segundo Lazagna (2008) a discussão de Löwy e Cahen trata da:

[...] necessidade do aprofundamento de uma reflexão, a partir da teoria marxista, sobre o problema dos nacionalismos e do internacionalismo em tempos de mundialização. Esse aprofundamento, segundo os autores, faz-se necessário sobretudo por meio de uma reflexão que rompa criticamente com uma visão eurocêntrica dos diferentes nacionalismos e que supere a atitude de muitos marxistas de desprezarem tudo aquilo que não seja diretamente relevante à “consciência de classe”. (LAZAGNA, 2008, p.101).

Portanto, para melhor compreensão das ideias expostas no artigo de Lazagna (2008), primeiramente, faremos exposição das reflexões e posicionamentos de Michel de Löwy sobre nacionalismo e internacionalismo no artigo “Nacionalismo do Sul” (1996-1997), e logo após

faremos a exposição das reflexões e contraposições de Michael Cahen no artigo “Nacionalismo dos terceiros mundos para um debate em resposta a Michel de Löwy” (1996-1997).

No artigo traduzido por Lazagna (2008), Löwy considera que houve pouco aprofundamento da concepção marxista sobre a questão nacional, e aponta que o aspecto fenomênico do desenvolvimento do nacionalismo, de forma parcial, opõe-se à mundialização.

Ou seja,

A escalada de nacionalismos é um fenômeno mundial que parece, ao menos em parte, ser uma reação à mundialização da economia. No entanto, em cada região do mundo – e em cada país – são também as condições específicas que favorecem o desenvolvimento dos movimentos identitários e nacionais.

Esses movimentos podem ser, de acordo com cada caso, ora democráticos e emancipadores, pois que reagem às formas de opressão econômica, política e cultural; ora regressivos, intolerantes, agressivos, voltados contra as minorias ou nações dominadas. A fronteira entre ambos é móvel, considerando que certos movimentos são, por sua vez, libertadores e opressores ou transformam-se de democráticos em agressivos. (LÖWY *apud* LAZAGNA, 2008, p.104).

Desse modo, para Löwy é flexível a fronteira entre nacionalismo opressor e libertador e faz a distinção entre o nacionalismo imperialista, em que nações subjagam ou oprimem outras nações, e contrariamente a isso o autor demonstra a relevância dos embates nacionalistas dos povos oprimidos, no qual diz que

Se o marxismo deve ao conceito de “imperialismo” a possibilidade de evitar as armadilhas do falso universalismo eurocêntrico, ele não pode, segundo Löwy (1995-1996, p. 81), “ignorar impunemente a importância das culturas nacionais ou a legitimidade da luta pelos direitos nacionais democráticos. (LÖWY *apud* LAZAGNA, 2008, p. 102).

Segundo Löwy as lutas das nações oprimidas contra o imperialismo e em busca da democracia nacional, da autonomia política e cultural, são denominadas nacionalismo anti-imperialista, nacionalismo populista ou nacionalismo progressista, todos estes são considerados por Löwy “nacionalismos emancipadores”. Na introdução de seu artigo, Lazagna (2008) apresenta o que ela considera que Löwy compreende por “nacionalismo emancipador”:

[...] um nacionalismo de tipo emancipador latino-americano (da Bolívia e do México, por exemplo), cujos atuais contornos foram sendo esquadrihados nas últimas décadas: o movimento dos indígenas pelo reconhecimento dos direitos nacionais e culturais dos seus povos, em coalizão com outros grupos ou classes oprimidos. Löwy detém-se, nesse caso, no conteúdo da resolução adotada por muitas organizações indígenas mexicanas na Convenção Nacional Democrática convocada pelos zapatistas em Chiapas, em novembro de 1994, cujo documento denuncia o caráter centralizador e homogeneizador do Estado e reivindica um autonomismo político que reconheça, de fato, a existência do pluralismo e aceite a participação efetiva dos povos indígenas

na vida democrática. Esses movimentos, que se contrapõem a um longo processo histórico de dominação – agravada pela fase neoliberal do capitalismo – imposta a esses povos, trazem à tona novas idéias de nações e de modalidades de luta anti-imperialista, o que mais uma vez evidencia que a tradição marxista deve superar muitas de suas fórmulas explicativas dicotômicas – o internacionalismo em detrimento dos nacionalismos, as classes sociais em detrimento das múltiplas etnias, a nação enquanto sinônimo de Estado (daí advindo a ideia de que todo movimento nacionalista é, por princípio, “burguês”) – para viabilizar uma análise que contemple os alcances e os limites da construção de um projeto de “superação de todas as formas de opressão”. (LAZAGNA, 2008, p. 102).

Na interpretação de Löwy por Lanzagna (2008, p.107) “[...] talvez a necessidade de uma estratégia internacionalista seja hoje melhor percebida que no passado”. Para ela, segundo Löwy, mesmo o nacionalismo mais progressista tem limites que devem ser considerados, pois, os maiores problemas da atualidade ocorrem em âmbito internacional e não há possibilidade de serem elucidados em um só país “como a discrepância crescente entre o Norte e o Sul, a crise do capitalismo mundial ou ameaça da catástrofe ecológica sobre o planeta”. (LÖWY *apud* LAZAGNA, 2008, p.108).

Portanto, no ponto de vista de Löwy é necessário ocorrer uma articulação dos movimentos nacionais emancipadores com a concepção de mundo internacionalista do marxismo a fim de enfrentar os problemas originados pela mundialização do capitalismo. A esse respeito Löwy descreve

Como visão de mundo internacionalista, o marxismo – contrariamente às suas múltiplas contrafações nacional-burocráticas – tem a vantagem de uma posição universalista e crítica que cria a possibilidade de escapar das paixões e da embriaguez da mitologia nacionalista. Mas isso não significa que ele pode ignorar impunemente a importância das culturas nacionais ou a legitimidade da luta pelos direitos nacionais democráticos. Em outros termos, seu universalismo não pode permanecer abstrato, fundado sobre a simples negação das particularidades nacionais, mas deve tornar-se um verdadeiro universal concreto (Hegel), capaz de incorporar, sob a forma de uma síntese (*Aufhebung*) dialética, toda a riqueza do particular, todos os tesouros culturais da diversidade humana. (LÖWY *apud* LAZAGNA, 2008, p. 108).

Conforme as exposições de Löwy *apud* Lazagna (2008, p. 108) é por causa do conceito de imperialismo que o marxismo conseguiu ultrapassar o “falso eurocentrismo” que tem a pretensão de impelir as nações, (especificamente as subdesenvolvidas) sob o pretexto de desenvolvimento social, à “vida burguês-industrial moderna: propriedade privada, economia de mercado, expansão econômica ilimitada, produtivismo, utilitarismo, individualismo possessivo e racionalidade instrumental” (LÖWY *apud* LAZAGNA, 2008, p. 109). Contrário a essa lógica Lazagna (2008, p.109) observa que Löwy, ao final do artigo, aponta o marxismo e o seu “valor universal” essencial “a libertação dos seres humanos de todas as formas de opressão, dominação, alienação e degradação”. Löwy ainda aponta que só o

[...] universalismo crítico e concreto desse tipo, que enxerga o horizonte de um futuro emancipado, é capaz de ultrapassar tanto os nacionalismos limitados quanto os culturalismos míopes como os etnocentrismos e os colonialismos”. (LÖWY *apud* LAZAGNA, 2008, p.109).

No artigo “Nacionalismo dos terceiros mundos para um debate em resposta a Michel Löwy” o autor Michel de Cahen realiza um contraponto às reflexões de Löwy sobre o nacionalismo e internacionalismo. Cahen *apud* Lazagna (2008, p. 102) aponta que há uma lacuna de conhecimento na teoria marxista em relação ao “tratamento da questão da etnicidade política e da sua relação com as classes sociais, com os movimentos de libertação colonial, bem como com os movimentos nacionalistas [...]”. Segundo Cahen a etnicidade política (sendo o nacionalismo uma das suas formas) não é nem reacionária nem progressista. Simplesmente, *ela é*. A etnicidade concerne ao imaginário, ela é um sentimento. (CAHEN *apud* LAZAGNA, 2008, p.111).

A esse respeito Lazagna (2008) compreende que a reflexão de Cahen pode ser dividida em 4 (quatro) problemas principais acerca da origem da “anti-etnicidade dos marxistas”, a:

1) identificação da etnia à “raça”; 2) visão reducionista da etnia como resultado de uma “invenção do capitalismo, do imperialismo ou do stalinismo”; 3) concepção eurocêntrica e jacobina da nação, que acaba por reduzi-la ao Estado (ganhando força uma análise do Estado-nação em vez do “Estado de uma nação”) e 4) redução “da análise do sentimento nacional das pessoas” à “análise da teoria da nação”. (CAHEN *apud* LAZAGNA, 2008, p. 102).

Diante desses quatro problemas Lazagna (2008) explicita como Cahen concebe cada um. No item 1): identificação da etnia à “raça” Cahen aponta que nação e etnia precisam ser entendidas como “fenômenos de cristalização identitária totalizante” em que estão inseridas em um período de tempo e amplitude variadas: “todas as nações são etnias, mas nem todas as etnias são nações”. (CAHEN *apud* LAZAGNA, 2008, p. 102). Ou seja, segundo Cahen nem todas as nações são etnias porque para a construção dos Estados-nação muitas etnias são envolvidas em movimentos homogeneizadores que desconsideram suas identidades anteriores.

Na tentativa de explicitar melhor a reflexão de Cahen acerca da identificação da etnia à “raça” Lazagna (2008) utiliza as ideias de Poulantzas (1975) e Braga (2005):

A estreita identificação entre Estado e nação – o primeiro como responsável pela formação da segunda – reforça um dos principais traços do Estado capitalista, já sublinhado por Nicos Poulantzas em seu livro *Poder político e classes sociais* (POULANTZAS, 1975): a imposição da unificação dos indivíduos de uma sociedade



“na universalidade política do Estado-nação”. A nação, concebida dentro dos limites dessa concepção, opera antes de tudo por meio de uma lógica supraclassista e supra-identitária e quase sempre homogeneizadora, no sentido de garantir a unidade de uma maioria social “instável” que legitime os interesses de grupos sociais “em ‘interesses nacionais’, de molde a legitimar a imposição de sua plataforma político-programática específica”. (LAZAGNA, 2008, p. 103).

Portanto, a reflexão de Cahen a esse respeito complementa que:

Esse nacionalismo estatista é opressor das etnias [...]. Ele provoca, pois, fortes reações étnicas que tentam instrumentalizar os grupos sociais poderosos, mas que, na sua totalidade, são reações anti-estatais. Contrariamente à previsão de Senghor – “Na África, o Estado precedeu a nação” –, esse nacionalismo, por fim, destrói o Estado. Eis também porque as direções revolucionárias deveriam apoderar-se do ressentimento étnico na luta contra o Estado capitalista da periferia. (CAHEN *apud* LAZAGNA, 2008, p.113).

Nessa explanação, o enfoque está na argumentação de que os processos de lutas de classes acontecem em “complexidades histórico-identitárias” diferentes. Nessa linha argumentativa o autor conclui que, mesmo com as tentativas de homogeneização das etnias ou povos oprimidos em Estados-nação, existem embates, nos quais estes povos buscam a libertação contras a mais variadas formas de opressão. Como exemplo Cahen, aponta os Palop (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa):

No caso particular dos Palop (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), Cahen rompe com um conjunto de análises que classifica a luta anticolonial ocorrida nessas formações sociais como “lutas de libertação nacional”. Logo, a crise do Estado na África a que assistimos após os trágicos períodos de guerra civil que assolaram esses territórios é, de fato, a crise decorrente da ausência dos estados-nação, a crise dos estados território nos quais se ausenta uma legitimação moderna. O processo, por exemplo, da *produção* da “nação moçambicana” e a extensão da nação por toda a sua população foi – e ainda é –, segundo Cahen, o fio condutor do projeto político opressor de um partido-Estado: a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). Esse é um projeto que não possui como princípio a valorização das etnicidades (isto é, das nações pré-coloniais) – e a possível produção de uma nova “pan-identidade” – mas que, ao contrário, impõe uma “nova identidade” – a construção do “Homem Novo” – como antagonista às identidades precedentes. (LAZAGNA, 2008 p. 103).

Nesse exemplo Cahen relata como a construção de um Estado-nação pode oprimir as etnias que compõem o mesmo território. Cahen discute que para a formação de um Estado-nação é preciso impor novas identidades aos povos, um “Homem Novo” desvalorizando as identidades que precedem o Estado-nação e caracterizam os grupos étnicos.

No item 2) Cahen *apud* Lazagna (2008, p. 102) discute a visão reducionista da etnia como resultado de uma “invenção do capitalismo, do imperialismo ou do stalinismo”, a esse respeito Cahen explica que:

[...] algumas formas de opressão, ainda que integradas global e indiretamente ao capitalismo, podem ser-lhe anteriores e não diretamente classistas - o que, por sua vez, não significa em absoluto que elas não possam ser integradas ao programa libertador de um movimento classista” *na condição de que esse movimento saiba compreender seus fundamentos e suas formas de expressão.* (CAHEN *apud* LAZAGNA, 2008, p. 102).

Nesse ponto, Cahen discorda de Löwy, ao assinalar que a concepção marxista considera somente a luta de classes e não valoriza os movimentos sociais nacionalistas sob a hipótese de não possuírem perspectiva emancipadora ou de serem influenciadas pelo imperialismo. Ainda em contraponto a Löwy, Cahen (2008 p.109) relata que em meio aos movimentos sociais nacionalistas, as lutas anticoloniais também podem ser classificadas como “lutas de libertação nacional”.

No item 3) sobre o problema da concepção eurocêntrica e jacobina da nação, que acaba por reduzi-la ao Estado, Cahen realiza

A crítica a uma concepção que reduz os muitos nacionalismos a um sinônimo de retrocesso e de reacionarismo procura, certamente, expulsar as análises meramente economicistas dos processos etnopolíticos. Porém, muitas vezes, esse economicismo retorna, por assim dizer, pela porta dos fundos, sob novas formas e disfarces: quando a análise omite-se da tentativa de apreensão de lutas e de contradições que não estão imediatamente subordinadas às classes sociais (nesse caso entendidas como classes fundamentais). Longe de pretender esgotar os múltiplos eixos da problemática, a publicação deste debate procura iluminar— ao menos em parte — alguns caminhos percorridos pela tradição marxista, mas, desta vez, sob o prisma de novos universos empíricos e contextos sociopolíticos. (CAHEN *apud* LAZAGNA, 2008 p.103).

O quarto problema levantado nas reflexões de Cahen é a redução “da análise do sentimento nacional das pessoas” à “análise da teoria da nação”, em que crítica a visão linear da história na visão de Marx, que inicia com a menor nação: as tribos antigas até a nação na idade média e depois a nação mercadológica do sistema capitalista. Cahen explica

O que deve ficar é claro que a marcha da humanidade não é ir do menor ao maior, mas em direção a uma dialética de uma construção-desconstrução permanente dos níveis de identidades ligados entre si; o surgimento de níveis mais amplos (um sentimento nacional europeu, por exemplo) de maneira alguma significa o desaparecimento de níveis mais restritos (sentimento nacional por um país, por exemplo), podendo mesmo revificá-los. (LAZAGNA, 2008 p.110).

Sob esse aspecto Cahen *apud* Lazagna (2008, p.117) nega que os movimentos nacionalistas podem contribuir para o encaminhamento do socialismo, que aos poucos diminuiria o sentimento de pertencimento a nacionalidade encaminhando-se para “[...] à nação mundial. *A questão nacional não é uma etapa: ela pode e talvez deva ser, imperativamente, um*

*aspecto, um componente da revolução permanente, da revolução socialista e nela permanecer*". (CAHEN *apud* LAZAGNA, 2008 p.117, grifos do autor).

Pois, para Cahen *apud* Lazagna (2008, p.110) o "Inter-nacionalismo não é, de modo algum, antinacionalismo. Podemos tornar nossa a frase de Marx, contanto que ela esteja inteira: "Proletários de todos os países, *nações e povos oprimidos*, uni-vos!" (MARX e ENGELS, 2008, grifos do autor).

Em síntese consideramos relevante nesse artigo a reflexão de Löwy sobre os movimentos nacionais emancipadores, que, no interior das nações podem contestar a opressão capitalista e carregam a possibilidade de articulação das lutas em nível internacional contra o sistema capitalista. Já no debate de Cahen destacamos a discussão sobre a importância das lutas pela libertação de etnias oprimidas no interior das nações. Essas lutas segundo a reflexão de Cahen, representam parte de uma luta maior: a luta pela superação do modo de produção capitalista.

Prosseguindo a busca de produções científicas que tratam do internacionalismo, encontramos o artigo científico "Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial", do autor Andrey Cordeiro Ferreira (2014) publicado revista científica Sociedade e Estado. vol.29. no.1 Brasília Jan./Apr. 2014 e disponível no portal de periódicos SciELO Brasil, em 2014.

Segundo Ferreira (2014, p.2) a finalidade do artigo é realizar uma discussão crítica com algumas abordagens que tratam do tema: descoloniais/pós-coloniais encaminhando as discussões sob um prisma global envolvendo a produção teórica e "política do anticolonialismo", os questionamentos também envolvem "a relação estrutural entre colonialismo e capitalismo e o conceito de internacionalismo oriundo do socialismo e do anarquismo, em meados do sec. XIX". (FERREIRA, 2014, p.2).

Deste artigo destacamos a abordagem de Ferreira (2014) sobre o internacionalismo, ao qual assinala que:

[...] foi uma tentativa de contraposição à colonialidade dos saberes/relações geradas pelo capitalismo, e suas implicações não foram, todavia, dimensionadas. O internacionalismo contrapunha-se ao universalismo civilizatório burguês e ao particularismo tradicionalista de diferentes ordens. O conceito de internacionalismo pode ser um operador estratégico para a descolonização epistemológica e base de uma reapropriação crítica da teoria do imperialismo e do colonialismo; isso porque a ideia de internacionalismo partia de uma definição de economia completamente distinta daquela que posteriormente seria consolidada, seja pelas versões economicistas, seja pelas visões culturalistas. A ordem colonial-imperialista opera por lógicas produtoras de segmentações (étnico-raciais, nacionais, religiosas) e marginalizações (centro-periferia, sujeito-objeto) inerentes ao seu saber/poder. Demonstraremos como a segmentaridade do sistema mundial pode ser interpretada e contraposta

epistemologicamente por essa perspectiva, relocalizando o lugar da economia política dentro do paradigma de análise da história. (FERREIRA, 2014, p.2).

Desse modo, Ferreira (2014, p.264) aponta o internacionalismo como contraposição a colonialidade<sup>25</sup> dos saberes/relações, a segmentaridade do sistema mundial e o ambiente de estratificação étnico racial, na teoria e na política e as transformações implicadas pela asserção “descolonial”<sup>26</sup>. A intenção de Ferreira (2014, p. 264) é “[...] instituir o caráter étnico-racial-cultural como princípio organizador da estrutura de poder e, logo, supor as raças<sup>27</sup> como unidades de organização social”.

Para tanto, Ferreira (2014, p. 258) assinala que o “colonialismo (definido pelo autor como relação específica de poder mediada pela existência de uma administração colonial) ” está associado pela distinção ou diferenciação de pessoas por raças e conseqüentemente a hierarquização algumas raças em detrimento de outras.

Sobre a questão da distinção racial, Quijano *apud* Ferreira (2014, p.262) “A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista”. E ainda em Quijano *apud* Ferreira (2014, p.259) aponta que na colonização Europeia sobre a América, a divisão do trabalho capitalista, foi organizada segundo classificação e sobreposição de raças.

---

<sup>25</sup> Colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas por culturas e estruturas coloniais no sistema-mundo capitalista/moderno/colonial/patriarcal. “Colonialidade do poder” se refere a um processo de estruturação crucial no sistema-mundo moderno/colonial que articula regiões periféricas na divisão internacional do trabalho com a hierarquia racial/étnica (GROSFUGUEL *apud* FERREIRA, 2014, p.257).

<sup>26</sup> A descolonização é, em certa medida, a consecução ou complementação do processo de democratização e formação do Estado nacional que se deu de forma imperfeita (FERREIRA, 2014, p.263).  
[...]

Do ponto de vista político, a descolonização é a democratização, mas é também a luta contra o eurocentrismo, do ponto de vista epistemológico, e contra a dominação estrangeira, europeia, no plano das relações sociais. A luta contra o eurocentrismo na teoria é a luta contra a dominação imperialista na sociedade, que dentro dessa formulação é a dominação estrangeira/europeia. (FERREIRA, 2014, p.263).

<sup>27</sup> Quijano *apud* Ferreira, (2014, p.259) [...] ao tratar de uma “raça dominante”, associa inevitavelmente o racismo a grupos sociais, como se o racismo implicasse a existência de raças como unidades de organização e ação social. Assim, na síntese de Quijano, a colonização da América pelos impérios europeus pode ser sintetizada da seguinte maneira: o colonialismo unificou diferentes povos através da criação de um novo conceito – o de raça – que passou a ser um princípio de hierarquização associada à divisão do trabalho capitalista. Essa hierarquização era um dos traços característicos do colonialismo e do eurocentrismo, mas sobreviveu à situação colonial e tornou-se um dos fatores centrais da desigualdade no sistema mundial. Ao considerar que as raças foram produzidas pelo colonialismo, sendo seu traço distintivo principal, a colonialidade do poder é especialmente a continuidade de um traço (a desigualdade racial) dentro da ordem pós-colonial.

Portanto, Ferreira (2014) considera a hierarquização racial originada na fase colonialista até período pós-colonial<sup>28</sup> da atualidade, acirrou conflitos no interior das nações. Nesse sentido, Ferreira (2014, p.281), destaca o conceito de segmentaridade, que em síntese é a “multiplicidade das formas de organização social” característica anterior a formação das nações. Porém, com advento do capitalismo-imperialista os problemas de hostilidade racial entre essas diversas formas de organização social ou povos se acirraram.

Para melhor entendimento da relação da segmentaridade com o capitalismo-imperialista, Ferreira (2014) explica

O capitalismo-imperialismo é um sistema de múltiplas hierarquias entrecruzadas. Mas essas hierarquias não estão assentadas sobre relações entre unidades-raciais, ao contrário, estão assentadas sobre a diferenciação do poder político e econômico que organiza a sociedade em classes e que engloba as demais segmentações de maneira não somente a entrecruzá-las com as diferenciações de classe, mas a evitar que uma polarização antissistêmica se desenvolva, de modo que o racismo é tanto uma forma de afirmar cultural e epistemologicamente a superioridade de determinadas sociedades, quanto um instrumento de distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos. Essa afirmação é ontológico-político-epistemológica, e faz parte de uma luta de classificações, pois é inerente à estrutura de poder negar os seus conflitos estruturais. E os particularismos cumprem muito bem essa função de neutralizar a polarização antissistêmica global. Tentar colocar as raças como a base da estrutura de poder é, em grande medida, reificar essa estratégia política e epistemológica. O que o imperialismo fez através da situação colonial, e continua fazendo através da refuncionalização das segmentaridades, pelo desenvolvimento de políticas particularistas, é tentar impedir a emergência de uma polarização antagonica que mude substancialmente a estrutura de poder e de divisão do trabalho. (FERREIRA, 2014, p.284).

É considerando a questão da segmentaridade como aspecto precedente à composição das nações e como alternativa para diminuição de conflitos raciais e libertação dos trabalhadores em relação ao capitalismo – imperialista, que Ferreira (2014) realiza a reflexão crítica da teoria internacionalista e das normas gerais da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) no século XIX, destacando o princípio da unicidade dos trabalhadores sem distinção de raças:

Essa analítica reconhece que não existe uma dualidade dada, mas uma multiplicidade de segmentações de natureza nacional, racial e religiosa/ideológica através das quais a unidade de classe internacionalista é construída. Aqui se coloca então, ao mesmo tempo, um projeto histórico-político distinto (da emancipação e autodeterminação), mas que, ao invés de supor e reificar a dualidade a partir do nacional, reconhece essas

---

<sup>28</sup> “[...] para qualificar o pós-colonial (mas sem o fetichismo das situações idílicas, nas quais as formas de dominação/exploração desapareceriam), o melhor caminho não é necessariamente elevar o colonialismo a um princípio a-histórico que estaria presente em todas as formas de dominação, mas sim pensar efetivamente no que é a situação colonial e no que é o processo de descolonização em termos históricos e sociológicos, e seu produto, o “pós-colonial”. (FERREIRA, 2014, p.277).

diferenciações e singularidades e introduz o internacionalismo como componente que visa neutralizar os impactos político-históricos das singularidades, ressignificando sua existência. Aqui podemos dizer que a economia política mobilizada nessa análise é abrangente, é uma análise econômica e política que cria exatamente o reconhecimento de que os grupos sujeitados pela dominação são heterogêneos, que a polarização não é dada e que não existe uma diferença ou antagonismo absoluto derivado da origem (nacional, racial etc.), e que não deveria se expressar em disputas internas entre os próprios subalternos (FERREIRA, 2014, p.18).

Nesse sentido, de acordo com Ferreira (2012, p.25) a concepção internacionalista considera a amplitude “internacional de dominação do capital e de colocar a ação política em termos mundiais e não exclusivamente “nacionais”. Ferreira (2012, p.25) também sugere teoricamente a identificação do “estatuto do imperialismo e do sistema mundial, e, no plano ético-político, uma estratégia de ação e organização de resistência antissistêmica como política mundial”. E ainda, Ferreira (2012) conclui seu artigo com a exposição de que:

Ao mesmo tempo, tentamos mostrar que uma ruptura epistemológica precisa desnaturalizar o principal componente da cultura eurocêntrica, a ideia de evolução histórica e centralidade do Estado nacional e refutá-lo. O internacionalismo foi a tentativa mais acabada de questionamento, pois se contrapunha ao triunfalismo comercial burguês e ao nacionalismo e aos particularismos existentes. Essa análise legou a ideia da emancipação internacional e do protagonismo universal dos subalternos como alternativa à libertação nacional. E, na teoria, permite que vejamos como o imperialismo e o colonialismo se articulam exatamente através da segmentaridade que, longe de ser negada, foi sistematicamente instrumentalizada pelo colonialismo e imperialismo. Ao mesmo tempo, em teoria, não podemos perder de vista a heterogeneidade e as contradições internas do colonialismo, nem dos próprios grupos subalternos, e como eles se constituem num mesmo processo histórico dialético. (FERREIRA, 2012, p.32).

Com o artigo de Ferreira (2012) encerra-se a busca de produções científicas analisadas no Brasil (BDTD, CAPES e SciELO). Sobre essas obras, apresentamos o quadro abaixo, onde realizamos uma síntese descrevendo a temática abordada e a conclusão geral de cada estudo encontrado na busca. E diante da pouca produção encontrada, fez-se a busca de livros publicados em língua portuguesa e espanhola e que tratam da temática Internacionalismo, os quais foram encontrados os seguintes: Vladimir Ilitch Lenin (1981), Leon Davidovich Trotsky (1985), Annie Kriegel (1986) e Paul Krugman (1997), os quais tratamos após a apresentação da tabela de síntese produções científicas encontradas.

## Quadro 1 – Síntese da busca nos repositórios BDTD, CAPES e SciELO sobre Internacionalismo proletário e Internacionalismo

TÍTULO	AUTOR	PROGRAMA	FUNDAMENTAÇÃO	CONCLUSÃO
O INTERNACIONALISMO E AS FÁBRICAS RECUPERADAS.	María Alejandra Paulucci Bosh.	Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.	Antonio Gramsci (1992) e (1995), Marx (1968) e (2002), Offe (1992) e (1994), Trotsky (1979), Sarda de Faria (1997) e (2005), Antunes (1999) e (2000) entre outras.	O estudo demonstra na prática como trabalhadores da fábrica recuperada CIPLA, através da resistência de sua luta, estão interessados em ampliar os espaços políticos de lutas, sob orientação da concepção de mundo marxista, aliando-se a uma “programação política internacional”, articulada com movimentos de fábricas recuperadas da Argentina, Uruguai, Venezuela, e também com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
TA NEGOCIAÇÃO COLETIVA SUPRANACIONAL E OS CONFLITOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: do novo internacionalismo operário às lutas emancipatórias contra-hegemônicas	Annelies de Ferreira Albuquerque (2009)	Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Recife/Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco	Boaventura de Souza Santos (1996, (2000), (2005) e (2006), Barros (2007), Bauman (1998), (1999), (2001), (2003) e (2005) Catharino (1979), Cicco Azevedo (2008), Delgado (2007), Ferrari (1973), Nascimento (1998) e (2004), Ricardo Antunes (1999) e (2006), Andrade (2008) entre outros.	As reflexões de Albuquerque (2009) são fundamentadas no “Novo Internacionalismo Operário” proposto por Boaventura de Souza Santos (2005) que apresenta a sugestão da articulação com: os movimentos sociais nacionais e internacionais, com instituições não vinculadas ao trabalho e uma nova forma de organização sindical que rompa com o corporativismo ou neocorporativismo agrupando em seu interior todos tipos de trabalho formais ou informais, o trabalho precarizado, o autônomo, o terceiro setor. Ou seja, propõe a constituição de representações sindicais de uma nova e atípica categorias que envolva todos os de trabalhadores do novo e (precário) mundo do trabalho. Desse modo também aponta as greves como espaços de luta capaz de reunir todas essas novas e atípicas categorias de trabalhadores juntamente com as categorias já existentes.
A GREVE POLÍTICO-REVOLUCIONÁRIA E A EMANCIPAÇÃO SOCIAL: do novo internacionalismo operário ao estado-novíssimo-movimento-social	Fernanda Barreto Lira (2006)	Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Recife/Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco	Boaventura de Souza Santos (2005) e (2006), Hobsbawm (1981), Marx (1987) e (2001), Engels (1980), Andrade (1971) e (2005), Nascimento (1989) e (2000), ALTHUSSER (1969), ANTUNES (1985), Luxemburgo (1970) entre outros.	As conclusões de Lira (2006) estão também fundamentadas em Boaventura de Souza Santos (2005) apontam também para o “Novo Internacionalismo Operário” e sua articulação com as “greves políticas revolucionárias” utilizando as redes cibernéticas para unir os trabalhadores em nível internacional. Ainda sobre as greves Lira (2006) destaca da teoria de Boaventura de Souza Santos de que as greves são fundamentais para a construção do chamado Estado-novíssimo-movimento-social que esta pautado em uma democracia participativa.
O SINDICATO REINVENTADO: possibilidades de construção do sindicalismo cosmopolita no século XXI	Maira Neiva Gomes (2012)	Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)	Boaventura de Souza Santos (), Touraine (1996), (2007) e (2008), Thompson (2002, v.2, v.3) e (2004), Ramos (2009) e (2011), Hobsbawm (1995), (2003), (2007) e (2009), Luxemburgo (2007), Mandel (1990) entre outros.	O estudo de Gomes (2012) também se fundamenta em Boaventura de Souza Santos (2005) o qual propõe os conceitos: o “Novo Internacionalismo operário” que aponta a solidariedade internacional entre os mais amplos movimentos sociais e também aponta o conceito de um “Sindicalismo Cosmopolita” que se utiliza de todos os meios tecnológicos advindos com a globalização para articular, solidarizar os trabalhadores de modo internacional. Para tanto propõe a utilização de “redes internacionais sindicais”, para realizar a comunicação e organização dos trabalhadores via internet. Em relação ao modelo de sindicalismo verticalizado e corporativo Gomes (2012) realiza a crítica de que este estaria em crise em decorrências das orientações neoliberais de reordenação do mundo do trabalho, e que este não atenderia mais os interesses do novo mundo do trabalho, então, como alternativa a autora aponta a reinvenção do sindicalismo ajustando-se a realidade atual do mundo do trabalho, ou seja, um sindicalismo cosmopolita que agregue em seu interior todos os trabalhadores precarizados.
NACIONALISMOS E INTERNACIONAL	Ângela Lazagna	Programa de Apoio a Periódicos da Universidade	Angela Lanzagna (2008), Michael Löwy (1974) e (1995-1996), (1997) e	Em síntese Löwy realiza reflexões sobre os movimentos nacionais emancipadores, que no interior das nações podem contestar a opressão

ISMO: um debate entre Michael Löwy e Michel Cahen		Federal do Paraná	(2000), Michel Cahen (1994), (1995), (1996-1997), (1999), (2006) Marx e Engels (2008) entre outros	capitalista e carregam a possibilidade de articulação das lutas em nível internacional contra o sistema capitalista. Já no debate de Cahen os apontamentos são sobre a importância das lutas das etnias oprimidas pela sua libertação no interior das nações. E que estas lutas segundo a reflexão do autor, podem representar parte de uma luta maior: a luta pela transformação do modo de produção capitalista.
COLONIALISMO, CAPITALISMO E SEGMENTARIDADE: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial	Andrey Cordeiro Ferreira	Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 1 Janeiro /Abril 2014 Instituto de Ciências Sociais - Campus Universitário Darcy Ribeiro UNB	Quijano (2005), Lenine (1984), Grosfoguel (2007), Fanon, (1968) entre outros.	Ferreira (2014) fundamenta se em Quijano (2005) para tratar do conceito de colonialidade, que em outras palavras se define como uma administração colonial e realiza a distinção entre colonizados e colonizadores, fundamentando-se na sobreposição de raças em detrimento de outras. Ferreira (2014) também aponta que a segmentaridade foi metodicamente operada pelo colonialismo e pelo imperialismo, para justaposição de raças. Entretanto, oposto a isso, Ferreira (2014) aponta que o internacionalismo foi a concepção mais completa de indagação, porque era contrária à mercantilização burguesa e ao nacionalismo. E a sua análise indica a atuação histórica dos subordinados na luta pela libertação nacional. E ao reconhecimento da multiplicidade de segmentações as quais a união da classe internacionalista se justapõe.

Fonte: organizado pela autora.

## 2.1 CONSIDERAÇÕES

Como resultado desse levantamento foram encontrados seis produções científicas, sendo que três delas, quais sejam as dissertações de mestrado: Albuquerque (2009), Lira (2006) e Gomes (2012), logo cinquenta por cento da produção científica encontrada sobre internacionalismo, disponível nos bancos de teses e dissertações BDTD e CAPES, estão ligadas a área do Direito e estão fundamentadas teoricamente na obra “Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário” (2005) e “A gramática do tempo: para uma nova cultura política” (2006), ambos do autor Boaventura de Souza Santos (2006). O novo internacionalismo operário para o referido autor, se configura na ampliação da luta para além do território nacional, no distanciamento de uma luta circunscrita a espaço territorial do estado-nação, apontando a concentração de todos os ramos ou áreas de atividades produtivas, sejam elas formais ou informais, aponta também a necessidade de reinvenção dos sindicatos, que são considerados por ele como corporativos, propondo também a conjunção dos trabalhadores precarizados (terceirizados e autônomos) e também os desempregados. O autor assinala também a necessária articulação com os diferentes movimentos sociais nacionais e internacionais existentes. Também recomenda a utilização de redes cibernéticas para auxiliar na interação, na comunicação, vinculação e organização dos trabalhadores em nível internacional.



Especificamente na obra “A gramática do tempo: para uma nova cultura política” (2006) o autor trata da construção daquilo que ele denomina como o Estado-novíssimo-movimento-social, que, segundo Lira (2006, p.207) “[...] propõe uma versão dialética entre os poderes públicos, o terceiro setor e os movimentos sociais”. Nessa proposta de organização estatal, estes setores trabalhariam em complementaridade, porém, considerando os embates e limites entre eles, a fim de construir uma política que o autor considera progressista.

A outra metade das produções encontradas corresponde à dissertação de Bosh (2007) e os artigos de Lazagna (2008) e Ferreira (2014) e possuem orientação teórica aproximada de diferentes correntes do pensamento marxista.

O estudo de Bosh (2007) trata do movimento internacional de fábricas recuperadas, um movimento de trabalhadores de fábricas que em decorrência de um “processo pré-falimentar”, assumiram a administração da fábrica, e de maneira organizada trabalhavam na tentativa de manutenção dos postos de trabalho e de garantia dos direitos trabalhistas. Este movimento realizou a reivindicação de estatização das fábricas em processo pré-falimentar por parte do governo da época. E na tentativa de fortalecer o movimento de fábricas recuperadas os trabalhadores buscaram auxílio de movimentos sociais nacionais e internacionais para manter a fábrica funcionando.

A pesquisa de Bosh (2007) esta fundamentada em autores como Karl Marx, Leon Davidovich Trosky e Antonio Gramsci, entre outros, como já exposto. Destacamos que esse trabalho apresenta iniciativas práticas de expropriação do capital na atualidade. Também ressaltamos a articulação internacionalista da fábrica CIPLA com movimentos de fábricas de outros países e com movimentos sociais na tentativa de manter a resistência em relação aos embates com o governo que tenta conter a recuperação das fábricas.

O artigo de Lazagna (2008) está fundamentado nas Obras de Michel Lowy e Michel Cahen, e aborda os movimentos nacionais emancipadores e a questão das etnias. Do artigo de Lowy sublinhamos a defesa da existência de nacionalismos emancipadores, que de certo modo se contrapõem em parte ao nacionalismo burguês. O autor aponta que deveria ocorrer articulações dos nacionalismos emancipadores com o internacionalismo marxista, ou seja, como o internacionalismo proletário, pois os efeitos da mundialização do capitalismo são sentidos tanto em nível nacional como internacional. Do artigo de Cahen ressaltamos o debate sobre a existência de lutas étnicas, anteriores ao capitalismo, no interior dos estados-nacionais e os apontamentos de que essas lutas também podem fazer parte da luta pela transformação do sistema produção capitalista.

O artigo de Ferreira (2008) está fundamentado em Anibal Quijano (2005) e trata da questão da segmentaridade, colonialismo, colonialidade e sua relação com o internacionalismo e imperialismo. Desse artigo pontuamos a discussão do internacionalismo proletário que tem como princípio a união de todos os proletários, países, nações e povos oprimidos em contraposição à segmentaridade, ou seja, a justaposição de raças, instrumentalizada na atualidade, segundo Ferreira (2008), pelo imperialismo. Salientamos, de acordo com Quijano (2005) a segmentaridade foi originada na época da colonização europeia, ou melhor oriunda do colonialismo, que homogenizou “diferentes povos” através” do conceito de raça, iniciando a hierarquização social atrelada à divisão do trabalho capitalista. Ainda conforme Quijano (2005) essa hierquização caracteriza-se pela colonialidade, que nada mais é do que a continuidade da “desigualdade racial” na sociedade atual.

Com base nesse conjunto escasso de estudos localizados nos bancos de teses e dissertações BDTD e CAPES e no portal de periódicos SciELO, apontamos para uma insuficiente reflexão e produção teórica marxista revolucionária sobre o tema do internacionalismo nos anos atuais. Fator que pode refletir uma crise de direção e de organização da classe trabalhadora, constatamos que a área de ciências sociais e humanas tem se dedicado pouco a produzir conhecimentos científicos em relação a tão importante tema como o internacionalismo proletário, necessário para o processo de emancipação da classe trabalhadora, enquanto que as propostas “novo internacionalismo operário” de Boaventura de Souza Santos tem tido até bastante produção, se observarmos que metade dos estudos encontrados são fundamentados no conhecido autor reformista português. Contudo, com o objetivo construir um embasamento teórico consistente, diante das poucas produções científicas encontradas, também realizamos a busca de livros sobre o internacionalismo, os quais abordamos a seguir.

## 2.2 RESULTADO DA BUSCA DE LIVROS PUBLICADOS SOBRE INTERNACIONALISMO

No livro “Problemas de política nacional e internacionalismo proletário”, publicado em espanhol, de Vladimir Ilitch Lenin (1981), consideramos significativas as reflexões acerca do Programa Nacional do POSDR (Partido Operário Social-Democrata Rússo) na questão que tratava do direito à autodeterminação das nações e a relevância desse direito para a construção do internacionalismo proletário. Segundo Lenin (1981, p.48, tradução livre da autora) “[...] por

autodeterminação das nações se entende sua separação estatal das coletividades de nacionalidade estranha, se entende a formação de um Estado nacional independente”.

Nesse sentido Lenin (1981) entende que as nações oprimidas pelos países imperialistas devem lutar pela sua separação e reconhecimento da autonomia nacional enquanto Estado. Deste modo, Lenin (1981, p.121) complementa seu ponto de vista, afirmando que

Marx, tendo em conta sobretudo os interesses da luta de classes do proletariado nos países avançados, destacava ao primeiro plano o princípio fundamental do internacionalismo e do socialismo: o povo que oprime outros povos não pode ser livre. Precisamente a partir do ponto de vista dos trabalhadores alemães, Marx em 1848 exigiu que a democracia vitoriosa na Alemanha proclamasse e colocasse em prática, a liberdade dos povos oprimidos pelos alemães. (LENIN, 1981, p.121, tradução livre da autora).

Portanto, para que a autodeterminação fosse possível, Lenin (1981, p.122) orientava que, em relação aos movimentos nacionais democráticos-burgueses e a exaltação do sentimento nacionalista burguês, os proletários das nações oprimidas deveriam contestá-los e buscar aliar suas lutas ao proletariado das nações opressoras. A esse respeito Lenin (1981) afirmava que:

As tarefas do proletariado desses países, tanto na culminação de suas transformações democráticas burguesas como em ajuda à revolução socialista em outros Estados, não podem ser cumpridas sem defender o direito das nações à autodeterminação. Neles é singularmente difícil e importante a tarefa de fundir a luta de classes dos trabalhadores das nações opressoras e trabalhadores das nações oprimidas. (LENIN, 1981, p. 122-123, tradução livre da autora).

Nesse sentido, Lenin (1981, p.107) aponta como conclusão a construção de uma *comunidad internacional*, ou seja, a luta conjunta dos proletários das nações oprimidas e opressoras em prol da derrubada do capitalismo pela construção do socialismo a nível mundial.

O marxismo não transige com o nacionalismo, por mais “justo”, “limpo”, sutil e civilizado que este seja. Em vez de todo nacionalismo, o marxismo defendia o internacionalismo, a fusão de todas as nações na unidade maior. (LENIN, 1981, p. 27, tradução livre da autora).

De acordo com Lenin (1981) a luta conjunta opõe-se à tendência burguesa de isolamento nacional. Nesse sentido, a luta do proletariado nacional deveria ser contra a burguesia nacional e também na articulação com os proletários dos outros países.

Na busca por livros que tratam do tema internacionalismo, encontramos também o livro: “A revolução permanente” de Leon Davidovich Trotsky (1985). Nessa obra o autor relata que os temas principais foram escritos em 1905 observando o início das insurreições na Rússia, mas, que somente em 1928, quando Trotsky é exilado em Alma-Ata (República do

Cazaquistão) consegue tempo para reavaliar, reescrever e terminar a escrita da teoria da revolução permanente. Desse modo, Trotsky (1985) descreve o conceito de revolução permanente seguindo a

[...] concepção de Marx, significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes. (TROTSKY, 1985, p.22).

De acordo com sua análise sobre a situação da Rússia, Trotsky (1985) afirma que teria que haver primeiramente a fase da revolução democrática burguesa, proletária e camponesa, para extinguir o regime monárquico e feudal. Após a extinção desses regimes os socialistas utilizariam a abertura benéfica da democracia, para conscientizar e organizar o proletariado, estes, por sua vez, aliando-se aos camponeses realizariam a segunda fase: a revolução socialista. De acordo com Trotsky (1985, p.96) essas duas fases de desenvolvimento histórico são necessárias para que se possa implantar a ditadura do proletariado.

Nesse livro Trotsky (1985, p.38) também contrária a ideia de socialismo de um só país, de Josef V. Stalin e aponta que a revolução socialista deverá acontecer no âmbito nacional, mas, logo em seguida, terá que ocorrer em âmbito internacional. Pois, segundo Trotsky (1985, p.140) “Com a criação do mercado mundial, da divisão mundial do trabalho e das forças produtivas mundiais, o capitalismo preparou o conjunto da economia mundial para a reconstrução socialista”. Portanto, o desenvolvimento do capitalismo e o internacionalismo para Trotsky (1985, p.24) compõem o terceiro elemento da teoria da revolução permanente. E nesse sentido

O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente. (TROTSKY, 1985, p.24).

Contudo, destacamos que para Trotsky (1985) a reflexão de que a revolução socialista poderá ocorrer em países em desenvolvimento, porém, só terá sucesso se ocorrer em países desenvolvidos. Porque, segundo o mesmo autor, as nações em desenvolvimento enfrentarão

inúmeras dificuldades para manter a transição para o socialismo, devido a força de intimidação e assédio do sistema capitalista. Trotsky (1985, p. 140) advertia sobre esses possíveis entraves, tomando como exemplo os problemas enfrentados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), alegando: “A divisão mundial do trabalho, a subordinação da indústria soviética à técnica estrangeira, a dependência das forças produtivas dos países avançados em relação às matérias primas asiáticas etc., etc., [...]”. Portanto, Trotsky (1985, p. 127) alega reiterar as reflexões de Lenin de que as revoluções socialistas em termos nacionais deveriam ser impulsionadas a provocar a revolução socialista em nível mundial.

A seguir discorreremos sobre a obra de Annie Kriegel (1986) *Las internacionales obreras* (1864-1943), e reiteramos que, entre outras obras, essa foi utilizada como base para escrever o capítulo anterior sobre a três edições da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), sendo assim, nos reportamos a essa obra de modo sintético.

Kriegel (1986) passa a história descrevendo detalhadamente o contexto histórico, os movimentos dos trabalhadores franceses e ingleses de 1860, que antecederam e impulsionaram a constituição da I AIT (1864 - 1876), relata fatos marcantes de sua inauguração em 1864, destaca as dificuldades que a organização enfrentou para organização dos trabalhadores de forma internacional, aponta os principais congressos, os principais intelectuais que atuaram e orientaram a I AIT, os princípios, as organizações de trabalhadores que a compuseram, retrata as concepções/tendências e as disputas internas que elas geraram, discute sobre a fundação da Comuna de Paris (1871) e sua relação com a primeira internacional e por fim trata do processo de dissolução da I AIT em 1876.

Sobre II Associação Internacional dos Trabalhadores (1889-1916) ou “Internacional Socialista” Kriegel (1986) trata de uma nova tentativa de unificação dos trabalhadores de forma internacional, em um contexto de expansão do *movimento obrero* (movimento dos trabalhadores) internacional, do sindicalismo, e do socialismo organizado a partir de 1880 na Europa. Então baseado nesses acontecimentos Kriegel (1986) relata a participação de Friedrich Engels na fundação da II AIT e dos principais intelectuais, como Rosa Luxemburgo e Vladimir Ilich Lenin, que deram sequência à organização após o falecimento de Engels em 1895. A autora descreve os principais congressos, o legado advindo da I AIT e as inovações da II AIT, a difícil tarefa de unificar novamente os trabalhadores, a sua composição e admissão de partidos políticos, o choque das concepções anarquista, reformista, revisionista e marxista no seu interior, e por fim trata do processo de dissolução da II AIT em 1916 ocasionadas pela adesão ou não de seus membros a I Guerra Mundial (1914-1918).

Sobre a organização da III Associação Internacional dos Trabalhadores (III AIT) ou “Internacional Comunista” (IC) Kriegel (1986) relata a sua criação e organização (1919) em meio a revolução Russa, o seu reordenamento sob a orientação de Vladimir Ilich Lenin, seus princípios, principais congressos, sua reorganização após o falecimento de Lenin em 1924 e ascensão de Josef Vissarionovitch Stalin ao cargo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. A autora também descreve as distorções dos princípios iniciais da IC após as orientações de Stalin e por fim a dissolução da III AIT por Stalin em 1943.

Ainda na busca de literaturas que tratassem do internacionalismo na atualidade é possível encontrar a obra de Paul Krugman denominada “Internacionalismo *pop*” (1997). Tal obra representa um contraponto às discussões sobre internacionalismo proletário oriundo da concepção marxista, que convoca a união dos trabalhadores de todos os países na luta pelo fim do sistema capitalista, formuladas na I Associação Internacional dos trabalhadores, no século XIX. Krugman (1997) discorre sobre o comércio internacional através de uma série de ensaios, evidenciando, por exemplo como a competição externa tem sido, erroneamente, considerada como uma possível causa de problemas econômicos.

O referido autor inicia a obra apontando os equívocos daqueles que consideram que os governos deveriam focar-se no estímulo à competitividade, sobre isto, Krugman (1997) afirma:

Numa analogia grosseira, mas não inteiramente injustificada, é tão difícil um governo comprometido com a ideologia da competitividade realizar uma boa política econômica como é difícil um governo comprometido com o criacionismo realizar uma boa política científica, mesmo em áreas sem relação direta com a teoria da evolução. (KRUGMAN,1997, p. 20).

Em continuidade, no seu segundo ensaio, o autor refere-se a uma reafirmação dos argumentos apresentados no primeiro ensaio e de como alguns intelectuais reagiram à sua contraposição à ideologia da competitividade. O autor aponta, por exemplo:

Em contraposição a Prestowitz e Thurow, que fornecem razões coerentes, embora falhas, para a preocupação com a competição internacional, Cohen fornece um alvo mais difícil. Basicamente, ele nos pede que aceitemos a “competitividade” como uma essência inefável incapaz de ser definida ou medida. Dados que parecem sugerir a importância dessa essência são citados como “indicadores”, seja lá o que isso significa, enquanto os que não o fazem são descartados como não-confiáveis. Em seu artigo e em outros textos, ele emprega persistentemente uma retórica que parece retratar o comércio internacional como um jogo com vencedores e derrotados; porém quando desafiado em qualquer ponto específico, ele nega tê-lo dito. Não me entra na cabeça como um conceito tão vago pode ser um guia útil para a política. (KRUGMAN, 1997, p. 30).

Krugman (1997) faz ainda uma análise crítica sobre os discursos baseados no senso comum em relação ao comércio internacional, ironizando e chamando de “internacionalismo *pop*” a falta de aprofundamento de algumas elocuições sobre comércio mundial nos Estados Unidos. Krugman (1997) assinala que esses discursos ocultam a realidade econômica do país e aponta a produção de textos superficiais e anti-intelectuais em revistas americanas, como propagadores desses discursos. Nesse sentido explica:

É fácil entender por que o internacionalismo *pop* exerce tamanha atração sobre o público. Com efeito, ele compara os Estados Unidos a uma empresa que costumava desfrutar de um imenso poder monopolista, o que lhe proporcionava cômodos lucros apesar das práticas empresariais desleixadas, mas que enfrenta agora um ataque de novos competidores. (KRUGMAN, 1997, p. 117).

Para Krugman (1997) os discursos construídos e repetidos sobre a economia internacional nos Estados Unidos estavam repletos de enganos e erros teóricos grotescos, o qual cita como exemplo, e de forma proposital em que consiste o discurso sobre o “internacionalismo *pop*”:

Como ponto de partida, gostaria de citar uma afirmação típica sobre economia internacional. (Deixemos de lado os números por um momento.) Ei-la: “Precisamos de um novo paradigma econômico, porque atualmente os Estados Unidos fazem parte de uma economia realmente global. Para manter seu padrão de vida, os Estados Unidos têm de aprender a competir em um mercado mundial cada vez mais acirrado. É por isso que a alta produtividade e a qualidade dos produtos se tornaram essenciais. Precisamos trazer a economia norte-americana para os setores de alto valor que gerarão empregos para o futuro. A única forma de sermos competitivos na nova economia global é forjarmos uma nova parceria entre governos e empresas. (KRUGMAN, 1997, p.116).

O referido autor argumenta que pessoas que dizem coisas como essas se julgam inteligentes, sofisticadas e voltadas para o futuro. Elas não sabem que estão repetindo um conjunto de clichês enganadores que chamou de “internacionalismo *pop*”. E ainda o autor relata que o discurso de “internacionalismo *pop*” exerce uma forte atração sobre quem o escuta porque “ele compara os Estados Unidos a uma empresa que costumava desfrutar de um imenso poder monopolista, o que lhe propiciava cômodos lucros [...], mas que enfrenta agora um ataque de novos competidores”. (KRUGMAN, 1997, p. 116). A esse respeito o mesmo autor se opõe alegando que esse discurso é falso, pois, “uma economia nacional guarda pouquíssima semelhança com uma empresa”. (KRUGMAN, 1997, p. 117).

E sendo assim, Krugman (1997) orienta o que os alunos de graduação em economia realmente precisam saber sobre o comércio internacional:

[...] seria ótimo se os alunos de graduação obtivessem uma noção quantitativa mais realista do que a que o internacionalismo *pop* parece ter da extensão limitada em que os Estados Unidos realmente passaram a integrar uma economia global. [...] Além disso, é preciso certa perspectiva histórica com que contestar as tolas alegações de que a situação norte-americana atual é totalmente sem precedentes: os Estados Unidos não são e talvez jamais venham a ser tão abertos ao comércio internacional como a Grã-Bretanha desde o reinado da rainha Vitória. (KRUGMAN, 1997, p. 118).

Para Krugman é um erro comum, o pensamento de que as nações devem competir por um “mercado mundial” como se fossem empresas, aponta que “Um curso de graduação em economia deveria inculcar nos estudantes a ideia de que o comércio internacional não diz respeito à competição, mas à troca mutuamente benéfica”. (KRUGMAN, 1997, p. 118).

Como exemplo Krugman (1997) cita a cidade de *Los Angeles* que acabara de passar por uma recessão, apontando que o fenômeno da internacionalização da economia não deve ser tratado com temor, tendo em vista uma possível competição global que acarretaria no fechamento de postos laborais, pois

[...] se você não focalizar o curtíssimo prazo nem o futuro especulativo, verá em *Los Angeles* uma economia que, como a dos Estados Unidos, relaciona-se com o resto do mundo de uma forma às vezes difícil de compreender, mas basicamente sensata e lógica[...]. (KRUGMAN, 1997, p.206).

Segundo o autor a economia de *Los Angeles* não esta baseada na indústria, mas, sim na oferta de serviços de consumo local e conclui que esta riqueza pode ser muito mais sólida do que o abstrato discurso do “internacionalismo *pop*”.

Contudo, compreendemos que o “internacionalismo *pop*” se trata de um discurso de cunho mercadológico que teve origem nos Estados Unidos e que incentiva inculcação ideológica da competitividade internacional e a disputa do referido país pelo domínio do comércio internacional, o qual visa a manutenção de sua economia. Porém, em contraposição ao “internacionalismo *pop*” nos reportamos ao internacionalismo proletário de origem marxista que propõe como fim último união de todos os trabalhadores para realizar a superação do sistema capitalista.

Diante dos diferentes enfoques de internacionalismo realizamos, porém, o esclarecimento que adotamos o princípio de internacionalismo proletário, em que se propõe a união de todos os trabalhadores do mundo pela superação do sistema de produção capitalista, originados nas reflexões teóricas de Karl Marx e Friedrich Engels em suas orientações à I Associação Internacional dos Trabalhadores.



Conduziremos o estudo especificamente para as estruturas de organização sindical na atualidade, tendo como objeto de estudo três sindicatos que representam a área da educação na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, buscando levantar possíveis indícios de articulação internacionalista entre os trabalhadores em educação.

### 3 COMPARATIVO DA ESTRUTURA DE SINDICATOS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI-ARGENTINA E A ARTICULAÇÃO INTERNACIONALISTA

#### 3.1 HISTÓRICO DA UNE-SN-UNIÓN NACIONAL DE DOCENTES, SINDICATO NACIONAL: *COMITÉ DE BASE DE CIUDAD DEL ESTE-ALTO PARANÁ-PARAGUAI*

Trataremos do histórico da *Unión Nacional de Docentes, Sindicato Nacional* (UNE-SN). Para tanto, utilizamos como fontes os livros de Becker<sup>29</sup> e Benítez<sup>30</sup> (2009) e também na obra Benítez<sup>31</sup> (2010). A partir daí, tratamos especificamente da história oral da estrutura de organização sindical da *Unión Nacional de Docentes, Sindicato Nacional-Comité de Base Ciudad del Este-Departamento* (estado) *Alto Paraná-Paraguai*, doravante denominaremos esta instituição pela sigla UNE-SN-CDE e quando referirmos a entidade a nível nacional utilizaremos a sigla oficial UNE-SN. Destacamos que, conforme levantamos na pesquisa de campo, a entidade não possuía documentos arquivados sobre sua história. Por este motivo, o histórico foi construído através da entrevista (o roteiro da entrevista encontra-se no Anexo I) com uma sindicalizada antiga (ex-dirigente sindical) que teve intensa atividade nesse sindicato. Também explicitamos que mantivemos alguns termos ou nomenclaturas em língua espanhola a fim de preservar os sentidos e características dessas palavras.

Sobre o contexto político que antecedeu a criação da UNE-SN a nível nacional, Becker (2009) assinala que o Paraguai foi governado por uma ditadura militar, no período de 1954 a

---

<sup>29</sup> Gustavo Becker M. é advogado, Doutor em Direito, especialista em Direito Social e em Direito Empresarial (Universität zu Köln, Alemanha), e em Gestão pública com ênfase em Educação (Harvard Institute for International Development - HIID). Diretor executivo do Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política, de la Universidad Católica (CIDSEP-UC). Docente de Pós-graduação em diversas universidades. Ex-membro do Conselho Nacional de Educação e Cultura do Paraguai. (BECKER E BENÍTEZ, 2009, p.47, tradução livre da autora).

<sup>30</sup> Miguel Angel Aquino Benítez realizou estudos de doutorado no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, cursou estudos de Mestrado em Sociologia na Universidade de Nova Iorque. Bacharel em Ciências Políticas na Universidade de Gonzada de Spokane, Washington. É professor e pesquisador universitário e consultor nacional e internacional. Foi investigador principal em estudos sobre Educação Média e Desenvolvimento no Paraguai, em Convênio com a Universidade Católica-Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Secundária (MECES) 1998. Também é investigador nos estudos sobre atualização do Marco Jurídico e Estrutura Organizativa do Ministério de Educação. Programa de Melhoria da Educação Primária MEC-BID. 1997. Coautor de características e tendências do Sistema Educativo no Paraguai (1970-1987). Preliminares de uma aproximação crítica. CIDSEP-Universidad Católica 1991. Coautor do Estudo Considerações sobre a Situação do Docente: Petição do Salário Mínimo para o Professor paraguaio. Apresentado ao Congresso Nacional. OTEP 1986. (BECKER E BENÍTEZ, 2009, p.47, tradução livre da autora).

<sup>31</sup> “Eladio Benítez Núñez-Secretario Geral UNE-SN” e autor do livro: *Una nueva Educación, para una nueva Cultura* (BENÍTEZ, 2009, pg.8, tradução livre da autora).

1989 que impedia a criação de sindicatos. Em decorrência desse fato os anos seguintes a 1989 foram anos decisivos para a volta da democracia no Paraguai.

A Ditadura de Stroessner significou, entre outras coisas, o cancelamento virtual de todos os sindicatos e atividade política que não fora partidário ao regime, e a vigência permanente e ininterrupta do Estado de Sítio por quase 35 anos. As relações de trabalho em nível da empresa privada, a partir de 1962, eram regidas por um Código de Trabalho, de “selecionada” vigência em função dos interesses do regime. Os trabalhadores do setor público, por sua vez, eram regidos pela Lei 200 do Estatuto do Funcionário Público, que proibia explicitamente a sindicalização. Além disso, havia hegemonia da ideologia do ditador chamada de “democracia sem comunismo”. Estes foram os anos dourados da Guerra Fria no Paraguai. (BECKER, 2009, p. 15, tradução livre da autora).

De acordo com autor, até 1989, a ditadura militar no Paraguai proibia os docentes e qualquer trabalhador do setor público de se organizar em sindicatos. Além disso, o governo proclamava os docentes como um dos triunfos (orgulho) da nação paraguaia. Ainda segundo Becker (2009, p. 22, tradução livre da autora) “Esse suposto apostolado, anunciado de tempo em tempo era um dos sustentadores do próprio sistema, porque os professores eram considerados pelo regime autoritário como os soldados do regime, o “exército branco da paz”. Apesar dessa ideologia pregada constantemente pelo regime militar, Becker (2009, p. 22, tradução livre da autora) sinaliza “Uma realidade diferente ao triunfalismo declamado pela propaganda oficial”, já que o trabalho docente se via na mais precarizada situação. Posteriormente,

Com a queda do sistema de Stroessner, que ocorreu em 1989, um novo processo começa no Paraguai, possibilidades antes proibidas apresentavam-se, dando a possibilidade aos trabalhadores organizarem-se, para defender os seus direitos e reivindicações, longamente reprimidos.

Neste contexto, se constituiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT) como sendo a primeira Central Democrática do país, isso ocorreu em 1989, surge assim no Paraguai a expressão organizada dos trabalhadores motivados pelo Humanismo Cristão, pensamento que durante a ditadura, era sustentado pela Juventude Operária Católica. A partir desse momento a nova central começa a organizar os trabalhadores em diferentes setores e se identifica totalmente com os princípios que historicamente apoiaram o movimento da Juventude Operária Católica (JOC), que foi gravemente perseguido durante a ditadura.

Também viu a necessidade de organizar os educadores dentro da mesma linha ideológica (Humanismo Cristão) então se pensou a criação de uma Federação de professores. Considerando-se que na época já existiam duas organizações de educadores; uma organização identificada como muito próxima ao governo e ao partido dominante, e a outra organização foi identificada com os princípios defendidos pelo pensamento comunista, por estas razões os trabalhadores do setor da educação planejaram uma terceira alternativa, pois nenhuma das organizações existentes respondia às exigências e às necessidades da maioria dos trabalhadores em educação e da cultura. Consideravam que uma das características da cultura paraguaia é a crença em Deus e a Virgem, e este sentimento não era contemplado por uma das organizações existentes, porque no seu pensamento não acreditava na existência de um ser superior. Da mesma forma, a busca pela independência não era possível com a outra organização, porque era muito comprometida com o governo dominante. Deve ser lembrado que durante a ditadura esta organização de trabalhadores da educação era

chamada de "Exército Branco", devido à sua má práxis dirigencial. Estas razões geraram as condições necessárias para pensar a criação de uma organização que servisse verdadeiramente os interesses dos Trabalhadores em Educação do Paraguai, assim como suas idiossincrasias, crenças, necessidades de autonomia e independência. (BENÍTEZ, 2010, pg.9, tradução livre da autora).

A ditadura militar no Paraguai terminou em 1989, mas, somente três anos depois, no ano de 1992, foi instituída no país a democracia de forma constitucional. Segundo Becker (2009, p. 26, tradução livre da autora) foi o “ano de esperança com a nova Constituição, através da qual a sociedade recupera liberdades civis e políticas e iniciam uma urgente e há muito tempo aguardada, reforma da educação”.<sup>32</sup> Em meio a esta conjuntura e coincidindo com a data de comemoração do dia dos professores no Paraguai, foi criada *UNE-Unión Nacional de Educadores*,

Em 30 de abril de 1992, coincidindo com a celebração do dia do professor em uma Assembléia Constitutiva, realizada na chácara Ykua Sati Assunção, fundou-se a UNE com a participação de delegados provenientes de várias associações da *Capital, Central, San Pedro, Chaco, Caaguazú Cordillera*. Na Assembléia, foi decidido constituir uma organização de segundo grau, ou seja, uma federação sob o nome de União Nacional de Educadores (UNE) com fins, princípios e objetivos enquadrados dentro do pensamento Humanista Cristão, declarando-se entre outras coisas apartidárias e não confessionais. Ao mesmo tempo se filia à Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT).

Inicialmente, o nome da organização foi União Nacional de Educadores (UNE), aprovada na sua Assembléia Constituinte já mencionada, este nome foi mudado em 1997, alterando pela UNIÃO NACIONAL EDUCADORES (CNT), sempre sob a estrutura organizacional de uma Federação (segundo grau), vale informar, ingressando às associações ou sindicatos como membros da UNE e UNE-CNT. Em 1999, foi necessário alterar a política organizacional e assim foi constituída como uma organização de primeiro grau, ou seja, um sindicato nacional, por isso hoje se chama Unión Nacional de Educadores. Sindicato Nacional (UNE-SN), dando a possibilidade de filiações individuais dos trabalhadores da educação, não obstante, como política de fortalecimento organizacional há a constituição dos *Comités de Base*, instância na qual se organiza aos companheiros pertencentes a uma instituição, área ou distrito para responderem mais rápido as necessidades próprias dos sócios, no qual se projeta o protagonismo do trabalhador da educação, e se rejeitam os modelos que projetam o PATERNALISMO, MESSIANISMO, UNICOS LÍDERES, etc.

A mudança de Federação a Sindicato Nacional possibilitou o fortalecimento econômico da organização, pois permitiu a contribuição individual dos associados, circunstância que não era possível na estrutura de uma federação. (BENÍTEZ, 2010, p.10, tradução livre da autora).

A *UNE- Unión Nacional de Educadores* (sigla e nomenclatura inicial) começou seu processo de organização do setor de educadores com o apoio da *Central Nacional dos*

---

<sup>32</sup> Entretanto, a “UNE-SN, entende que a reforma da educação planejada na década de 90 falhou, porque mais do que qualquer coisa que não respondeu às necessidades reais de ser paraguaio, a mesma se encarregou de copiar modelos estrangeiros que não tinham nada a ver com a realidade nacional paraguaia, portanto, o seu fracasso era previsível. (BENITEZ, 2010, pg.7, tradução livre da autora).

*Trabajadores*<sup>33</sup> (C.N.T.) do Paraguai, a qual se filiou em 1997. Vale destacar que, a C.N.T. é uma organização de terceiro grau. Pois, no Paraguai existe uma classificação das organizações de trabalhadores: as confederações são consideradas organizações de terceiro grau, as federações são organizações de segundo grau e os sindicatos organizações de primeiro grau. A C.N.T., segundo Benítez (2010, p. 11) também está filiada [...] *a la Confederación Sindical de las Américas (CSA) y a la Confederación Sindical Internacional (CSI)*.

Com a filiação a C.N.T., a UNE muda a nomenclatura para *UNE-CNT-Unión Nacional de Educadores-Central Nacional dos Trabalhadores*. Com isso Becker (2009 p.26, tradução livre da autora) afirma que “[...] ressurgue a expressão organizada dos trabalhadores de inspiração humanista cristã”. Linha ideológica adotada pela C.N.T. O Humanismo Cristão, defende a auto realização do homem dentro da estrutura dos princípios cristãos. E nestes moldes a UNE-CNT defendia uma ampla cooperação com todos os cidadãos e instituições para alcançar melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores.

Como federação a UNE-CNT filiava somente as instituições como: associações e sindicatos. Então, em 1999 houve a necessidade de mudar novamente sua política organizativa, transformando-se em sindicato nacional, e desse modo, passou a filiar docentes de forma individual, melhorando a situação econômica da entidade, passando a nomenclatura utilizada na atualidade, *UNE-SN-Unión Nacional de Docentes, Sindicato Nacional*. Tornando-se uma organização de primeiro grau.

De acordo com Becker (2009, p.27, tradução livre da autora) a UNE-SN “ É uma organização sindical de caráter nacional que integra trabalhadores da educação e cultura nos níveis inicial, básico, médio e superior” do ensino público do Paraguai. Representa docentes, diretores, coordenadores e supervisores escolares a nível nacional. Está organizada em

---

<sup>33</sup> A Central Nacional de Trabajadores C.N.T. é uma organização sindical e um movimento de trabajadores, cuja missão principal é: mejorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do Paraguai. Na construção de um poder organizado dos trabalhadores, e a construção de uma nova sociedade autogestionada, na qual tenha pleno vigor os princípios proclamados pela organização em sua Declaração de Principios.

A Central Nacional de Trabajadores C.N.T., é herdeira e continuadora histórica do Movimento Sindicalista Paraguaio (M.S.P.) e da *Central Cristiana de Trabajadores (C.C.T.), das Ligas Agrarias Cristianas (L.A.C.)* e da Coordenação Nacional dos Trabalhadores e suas organizações Urbanas e Campesinas.

A Central Nacional de Trabajadores é uma Organização Sindical de Terceiro Grau, sem fins lucrativos, que associa, Sindicatos, Federações, Comitês, Associações de trabalhadores ativos e passivos, Cooperativas, Moradores e Organizações de agricultores.

A Central Nacional de Trabajadores C.N.T., emerge da Cultura Nacional e da realidade presente, é humanista integral, auto-gerida, livres e democráticas, popular, solidaria, antiimperialista e de projeção latino-americanista. É autónoma a respeito de partidos políticos, do setor empresarial, do Estado, e de entidades religiosas, estando sujeito apenas às normas constitucionais, leis nacionais e estatutos da C.N.T. ([http://www.cnt.org.py/quienes\\_somos.html](http://www.cnt.org.py/quienes_somos.html), tradução livre da autora).

*Coordinaciones Departamentales*<sup>34</sup> (estaduais) e *Comités u Organizaciones de Bases*<sup>35</sup> (regionais), distribuídos nas principais cidades do país, segundo Benítez (2010, p. 11, tradução livre da autora) há *organizaciones de base*, distribuídas em 13 dos 14 departamentos do Paraguai.

Um marco na história desse sindicato

[...] é a greve geral de 1997, que constitui o ponto de consolidação e decolagem a nível nacional da UNE [...]. Essa foi a primeira greve nacional dos professores na qual participou a UNE [...] A UNE ainda uma era pequena organização sindical, mas a partir daí, começou a crescer. (BECKER, 2009, p. 26, tradução livre da autora).

Na atualidade, a UNE-SN segundo seu sítio oficial<sup>36</sup> (tradução livre da autora) “se constitui um sindicato nacional, autônomo, participativa e pluralista, democrática, a solidário com outros setores e comprometido com a justiça social”. Em outras palavras, esta instituição sindical se projeta oficialmente como um sindicato de significativa representatividade dos trabalhadores em educação pública do Paraguai e busca obter maior espaço de participação social na luta pela consolidação de uma sociedade justa e equitativa.

Para levantar a história oral da UNE-SN-CDE, realizamos uma entrevista com a Prof. Msc. Noemi Alvares<sup>37</sup> sindicalizada desde a sua criação e comendo a primeira gestão do sindicato no período de 2003 a 2007.

Em relação a criação da UNE-SN-CDE, a docente relatou que foram por dois motivos. O primeiro foi que, quando assumiu o concurso de professora na escola *Centro Regional de Educacion Dr. Gaspar Rodrigues de Francia* havia uma associação de funcionários (docentes, secretarios, serviços gerais) denominada *AEDE Asociación de Educadores Del Este*. E se fazia necessário que esta associação estivesse dependente ou filiada a um sindicato legalmente instituído. Sem isso, se ocorressem greves, estas não eram consideradas válidas legalmente. Então, era necessário organizar legalmente a associação, subordinando-a a um sindicato. Diante disso, houve a aceitação pelos docentes da proposta de criação da UNE-SN-CDE. O segundo motivo foi pelas dificuldades que o setor da educação estava enfrentando na época (1999).

<sup>34</sup> Art.91 Nos em departamentos, os *Comités u Organizaciones de Bases* poderão constituir uma coordenação ou subordinação, com não menos de três Comitês, eleger os coordenadores, a fim de abordar as políticas sindicais regionais ou departamentais. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 19, tradução livre da autora).

<sup>35</sup> Art. 86: O *Comité u Organizacione de Bases*, é a estrutura fundamental da UNE-SN e será composto por um número não inferior a 20 membros, a sua jurisdição será institucional, interinstitucional, setorial, distrital, regional ou nacional setorial. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 19, tradução livre da autora).

<sup>36</sup> <http://www.unesn.org.py/>

<sup>37</sup> Mestre em Educação, Especialista em Educação, Licenciada em Ciência da Educação e graduada em Direito. Foi diretora da escola do Centro Regional de Educação Dr. Gaspar Rodrigues de França em *Ciudad del Este*, concursada desde o ano de 1980 e aposentou-se em 2014.

Relatou também que os princípios e objetivos sob os quais sindicato foi fundado, foram a melhoria da educação e da carreira docente e contra *Reforma Educativa*<sup>38</sup> no Paraguai.

Noemi Alvares contou que, no ano de 1999 compareceu na escola *Centro Regional de Educación Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia* em *Ciudad del Este*, o secretário geral Lazaro Rojas do CEN-*Comité Ejecutivo Nacional da UNE-SN* (direção central do sindicato, localizada *Asunción-Paraguai*) e apresentou a proposta da entidade passar a respaldar a função docente na região de *Ciudad del Este*. Essa proposta foi aceita pelos professores dessa escola por *moción secundada* (moção de apoio). A partir desse acontecimento se iniciou em 1999 um período de preparação para a fundação da UNE-SN-CDE.

Conforme a entrevistada afirmou, a UNE-SN-CDE, foi institucionalizada oficialmente no ano de 2003, como órgão dependente do CEN da UNE-SN. A entrevistada relatou que, auxiliou amplamente no processo de organização da entidade, a qual foi designada a ocupar o cargo de *secretaria laboralista*, exercendo essa função no período de 2003 a 2007. Havia também os cargos de *Secretaría de la Parte Económica*, *Secretaría de los Conflictos*, e o *Secretario*, que na realidade era o Presidente, totalizando 4 (quatro) cargos na organização. Os demais membros eram os sindicalizados.

Conforme Noemi Alvares, a partir de 2003, a organização começou um período de captação de filiados nas escolas públicas de *Ciudad del Este*. Também se captava novos filiados nas denominadas *Jornadas Sindicales*<sup>39</sup> da UNE-SN-CDE. O objetivo das *Jornadas Sindicales* era repassar informações e abordar temas de interesses dos docentes. Foram também realizados congressos da UNE-SN, nos quais os objetivos eram passar informações aos docentes e reunir as reivindicações que os professores traziam. Nos referidos congressos a entidade também começou a fazer novas sindicalizações. A UNE-SN-CDE começou as atividades com 41 sindicalizados, chegando em 2007, a 222 sindicalizados.

Sobre a estrutura física e material da UNE-SN-CDE, a docente relatou que a entidade não dispunha de sede própria, automóveis, mobiliários, computadores e também não havia funcionários contratados ou dirigentes liberados, especificamente para o trabalho sindical. No

---

<sup>38</sup> [...] a reforma educativa paraguaia deve ser entendida de acordo com Duarte (2011) dentro da agenda educativa dos países latino americanos, que na década de noventa tiveram um denominador comum: a reforma de seus sistemas educativos. Estas reformas se implementaram e devem ser entendidas como parte de uma reforma maior, ou seja, a reforma de Estado, da gestão pública e das políticas sociais. O contexto das reformas educativas implementadas foi caracterizado fundamentalmente por organismos internacionais como CEPAL - UNESCO, BID, BM e FMI, que fixaram a orientação geral e por consensos e pactos nacionais facilitaram a implementação. Dessa forma a presença dos organismos internacionais financeiros como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento financiaram as estratégias e assessoramento técnico. (SIMONETTI e ORSO, 2013, p.4).

<sup>39</sup> Cursos de formação sindical para sindicalizados da UNE-SN.

entanto, durante o período de sua gestão 2003 a 2007, Noemi Alvarez enquanto diretora da escola *Centro Regional de Educación Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia*, organizou uma sala com equipamentos de escritórios, com computador e internet cedido pela escola, e um fax cedido pela entrevistada. Porém, esse escritório funcionou durante o período que esteve na direção da UNE-SN-CDE. Porque conforme a entrevistada, a organização dessa sala fora uma iniciativa sua, não sendo organizada com recursos do sindicato.

Sobre os requisitos para realizar a sindicalização, conforme os dados coletados na entrevista, inicialmente não era necessário ser professor concursado, e poderia ter vínculo empregatício privado ou público. Podendo o docente do setor privado validar a sindicalização quando houvesse concurso público, sendo este o modo de ingresso para trabalhar no ensino público do Paraguai. Segundo Noemi Alvares, poderiam se sindicalizar todos trabalhadores da área da educação, de todos os níveis e modalidades: *los niveles iniciales, escolar básica, media, la universitaria*, também a educação permanente, inclusiva e indígena. Destacou também que o único requisito para sindicalização era que os trabalhadores tivessem *planilha* (folha de pagamento) para realizar o desconto da taxa sindical, no valor de 1% (um por cento) do salário.

Sobre a questão do transporte para realizar o trabalho sindical, relatou que eram utilizados os próprios carros dos dirigentes, porque o sindicato não possuía meios de transporte. Porém, a UNE-SN liberava uma porcentagem dos recursos provenientes das sindicalizações para o custeio das atividades. A UNE-SN liberava uma parte da verba dos descontos dos salários dos docentes sindicalizados para o *Comité de Base Ciudad del Este* para realizar cursos de formação, aluguel de transporte para congressos e outras atividades sindicais.

De acordo com Noemi Alvares, o ano de 2007 foi marcado pela primeira eleição de dirigentes da instituição, e como ela exercia também um cargo de direção de escola, decidiu não se candidatar mais para a direção do sindicato. Ressaltou que havia uma proibição no *Estatuto del Educador* do Paraguai no artigo 41 do referido documento, em que o dirigente sindical não poderia exercer cargo de direção escolar. Então, relatou que, a partir daí, a cada 5 (cinco) anos começaram a realizar as eleições para dirigentes da UNE-SN-CDE. A entrevistada informou que nesse período iniciou o mandato de Oscar Villar, atual presidente da UNE-SN-CDE, o qual entrevistamos com o objetivo de levantar informações sobre a estrutura de organização na atualidade.

Os dados da pesquisa apontaram que as principais greves realizadas pelo sindicato, foram as *Huelgas docentes* (greves docentes) na década de 1990, que mobilizou o setor da educação contra a *Reforma educativa* no Paraguai, pelo aumento salarial e pelo *escalafón docente*, que era um aumento por antiguidade e uma gratificação dada aos docentes como



incentivo pelo seu estudo.

Em relação à articulação internacional na história oral da UNE-SN-CDE, ao realizarmos a pergunta se houve alguma secretaria sindical que tratasse dessa temática envolvendo sindicatos de trabalhadores em educação de outros países, a entrevistada respondeu que não houve, pelos menos, no período de 2003 a 2007 que participou ativamente do sindicato.

Perguntado se houve eventos (congressos, conferências, jornadas), pautas de reuniões, convites formais para participação conjunta entre a UNE-SN *Ciudad del Este*, APP-Sindicato Foz do Iguaçu e U.D.P.M. *Puerto Iguazú* e se existiam arquivos que documentassem essas atividades, a entrevistada respondeu que não havia.

Quando perguntamos se sem ser entre a UNE-SN/APP/U.D.P.M., se tinha ocorrido algum outro tipo de articulação entre os trabalhadores em educação a nível internacional e se existiam arquivos que documentassem essas atividades a entrevistada respondeu que em 1977, antes da UNE-SN-CDE ser criada, houve os congressos da C.O.P.E.A Centro Organizador Perfeccionamiento Educativo Americano (Cordoba-Argentina), uma organização interamericana de formação docente contínua. Tais eventos foram realizados no Brasil-Foz do Iguaçu, no Paraguai-*Ciudad del Este* e na Argentina-*Puerto Iguazú*.

E ainda, relatou que, a UNE-SN em parceria com a IEAL-Internacional da Educação para América Latina<sup>40</sup> realizaram em 2006, no Paraguai, um congresso em nível da América Latina. Com o objetivo de formar líderes e pequenos líderes sindicais. Neste foram convocados todos sindicalizados. E também compareceram docentes formadores, da Colômbia, de Espanha que dirigiram o evento e realizaram palestras sobre temas que envolviam a docência. Esse congresso representa o um indício de articulação internacionalista, porém sem ser com os sindicatos pesquisados neste estudo. No referido evento participaram também os sindicalizados do *Comité de Base* da UNE-SN-CDE,

---

<sup>40</sup> A Internacional da Educação representa mais de 30.000.000 professores, trabalhadores da educação. Temos mais de 360 organizações membros em 170 países e territórios ao redor do mundo. Desde a pré-escola à universidade. Como uma das 10 Federações Sindicais Mundiais, e é o único que representa profissionais de educação em todo o mundo, a Internacional da Educação une todos os professores, trabalhadores da educação onde quer que estejam...

A Internacional da Educação protege os direitos de todos os professores e alunos. Contribuí para o desenvolvimento das organizações democráticas para professores e pessoal de educação, incentiva a solidariedade e cooperação mútua.

Luta contra o racismo e a discriminação na educação e na sociedade, promovendo boas relações entre trabalhadores da educação em todos os países.

A Internacional Educação é a voz do sector da educação no mundo. (<http://www.ei-ie-al.org/>, tradução livre da autora).

Perguntamos também para a entrevistada qual era sua opinião sobre a articulação internacional entre os trabalhadores. Ela respondeu que era muito importante e que como docente esteve à frente de pesquisas científicas a nível das três fronteiras (Paraguai-Brasil-Argentina). Percebeu que existem docentes interessados em uma formação mais complexa, todavia, não possuem oportunidades. Pois, não existe uma organização das três fronteiras, em que possam intercambiar esses interesses educativos, tanto para docentes que estão em formação, como para docentes que já estão formados e lecionando.

### 3.2 HISTÓRICO DA APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ-NÚCLEO SINDICAL DE FOZ DO IGUAÇU-PARANÁ-BRASIL

Para compreender e situar essa instituição no espaço e no tempo, a princípio, realizamos um breve relato do contexto histórico que antecedeu a criação da APP-Sindicato, em nível estadual, porque este sindicato atende especificamente os trabalhadores do estado do Paraná-Brasil. Para tanto utilizamos a obra de Gonçalves (2007). A partir daí, descrevemos especificamente a história da APP-Sindicato núcleo sindical de Foz do Iguaçu, de agora em diante, denominamos APP-FI e quanto a referência ao sindicato a nível estadual utilizamos a sigla APP. Destacamos que o levantamento da história desta instituição foi obtido através da história oral, levantada mediante realização da entrevista com um antigo sindicalizado (ex-dirigente sindical) e que teve intensa atividade no sindicato. Levantamos, primeiramente, a história oral porque conforme a pesquisa de campo a entidade possui documentos impressos esparsos e fragmentados, que não contemplam sobre a história da APP-FI como um todo.

De acordo com o histórico apresentado no sítio eletrônico oficial da APP, foi a “Primeira organização criada pelos professores e professoras – da rede pública de ensino – do Paraná, em 26 de abril de 1947”, instituição que no primeiro momento foi denominada APP-“Associação dos professores do Paraná”, porque naquela época funcionários do setor público não poderiam se organizar em sindicato.

Conforme Gonçalves (2007, p. 68) “A fundação dessa associação deu-se nos limites da liberdade de organização sindical, permitida pela Constituição de 1946”. Sobre a questão da liberdade de organização dos professores nessa época, Gonçalves (2007) aborda o momento histórico que antecedeu a criação dessa instituição.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, até o golpe militar de 1964, verificam-se importantes contradições entre as formas de organização sindical institucionalizadas pelo Estado, sua vinculação ao chamado “trabalhismo”, de origem populista, e as principais organizações de movimentos classistas dos trabalhadores no campo e na cidade. Esses movimentos, no entanto, não prosperaram, em função da situação fascista e de repressão aos movimentos sociais, estabelecidas a partir do golpe militar de 1964. O velho Estado brasileiro, sob a gerência da ditadura militar, reprimiu de modo violento as manifestações dos movimentos sociais, perseguindo, torturando e matando importantes líderes do movimento operário. Ao final da década de 70 e início dos anos 80, a falência do tipo de gerenciamento militar tornou-se evidente, passando novamente o comando do Estado para um civil. (GONÇALVES, 2007, p. 13).

No período de ditadura militar (1964-1985), mesmo com a repressão dos movimentos representativos dos trabalhadores, a APP apresentou crescimento no número de associados. Segundo seu sítio eletrônico oficial: “em 13 de dezembro de 1981, numa assembléia realizada em Ponta Grossa, a entidade unificou-se com a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) [...] e com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP) [...]”. Segundo a apresentação histórica da entidade contida no Estatuto da APP (2012), passado o período ditatorial e com o advento da democracia:

Em 1988, a Constituição Federal garantiu aos (às) servidores (as) públicos (as) o direito à organização sindical. Logo, em 1989, fizemos nossa primeira reformulação estatutária passando de associação a sindicato. Depois, em 1995, quando nos filiamos à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1998, quando nos unimos aos funcionários de escola (Sinte-PR), e passamos a constituir uma categoria unificada, reformulamos nosso Estatuto. (ESTATUTO DA APP, 2012, p. 3).

Dessa apresentação histórica da APP, destacamos o ano de 1998, no qual a entidade se une ao Sinte-Sindicato dos Funcionários de Escola, passando a se chamar “APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná”, nomenclatura utilizada na atualidade. Ainda segundo o histórico exposto na página eletrônica da entidade:

A unificação da APP-Sindicato com o Sinte/PR surgiu da compreensão de que funcionários e funcionárias de escola também são educadores (as). A decisão reafirmou um desafio: organizar os trabalhadores e as trabalhadoras em Educação do Paraná em uma só categoria. (APP-SINDICATO, 2016, s/p).

Ainda conforme consulta no referido site, a entidade representa: “[...] professores (as), pedagogos (as) e funcionários (as) de pré-escola, ensino fundamental, médio e especial, independente do regime jurídico; das redes públicas estaduais e municipais do Paraná”. Em relação aos professores da rede municipal (pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental), pode representar somente em cidades onde não há sindicatos próprios, também representa os

educadores aposentados. Afirma-se que, em um cálculo aproximado “Hoje são mais de 65 mil sindicalizados [...] entre agentes educacionais I (função de Serviços gerais), agentes educacionais II (técnico administrativos), professores do quadro próprio do magistério (QPM) e do processo seletivo simplificado (PSS) ”.

Ainda segundo a página eletrônica da APP, “a entidade não esta sozinha”, está filiada a uma central sindical de trabalhadores a nível nacional: a CUT-Central Única dos Trabalhadores. Conforme sítio oficial, a APP também esta filiada à CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação<sup>41</sup> e ao Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública e ao Fórum dos Servidores Públicos do Paraná. A esse respeito, afirma-se que

No Brasil, todos os Trabalhadores em Educação estão organizados em sindicatos. Não foram poucas as vezes que nossa união e solidariedade produziram ações e propostas importantes de interesse dos professores e funcionários de escola, da ativa e aposentados.

Por isso é que estamos filiados à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), ao Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública e ao Fórum dos Servidores Públicos do Paraná. (APP-SINDICATO, 2016, s/p).

Desse modo, o sindicato propõe, de acordo com sua página eletrônica, a unificação da categoria dos educadores de todo o estado do Paraná. A estrutura da APP esta composta por uma Direção Estadual com sede em Curitiba-Paraná e 29 (vinte e nove) Direções Regionais ou Núcleos Sindicais distribuídos pelo estado. Destes destacamos especificamente para essa pesquisa o Núcleo Sindical de Foz do Iguaçu.

---

<sup>41</sup> De acordo com o site oficial a CNTE é uma Confederação com cinquenta entidades sindicais brasileiras filiadas, sendo vinte e seis estaduais e vinte e duas municipais e duas distritais [...]. Através destes sindicatos a CNTE mostra a sua força como representante Nacional.

Estas entidades lutam pela valorização dos Trabalhadores em Educação, pautando-se pela mobilização, pela profissionalização, pela carreira, pelo piso salarial profissional nacional, pela garantia dos direitos sociais e pela ampliação dos espaços de cidadania.

As lutas encaminhadas por greves, manifestações, caravanas, protestos e ocupações contam com imensa participação da base e marcam os últimos anos de história da categoria. Uma base formada por uma grande maioria de mulheres, revelando uma dimensão fundamental para o enfrentamento e as estratégias de luta contra a desprofissionalização, arrocho salarial e a múltipla jornada de trabalho.

Nesta luta contínua pela melhoria da educação, das condições de vida, todos são importantes: professoras, professores, funcionárias, funcionários e especialistas. Reunidos em Sindicatos – instrumentos de ação para novas conquistas que refletirão no futuro do país, abrindo com certeza possibilidades mais amplas de felicidade. (www.cnte.org.br).

Para levantar a história oral da APP-FI entrevistamos, no mês de maio de 2016, um sindicalizado antigo que ocupou o cargo de primeiro dirigente/presidente da entidade em Foz do Iguaçu, o professor Nelson José Spiers<sup>42</sup>.

O entrevistado relatou que iniciou suas atividades no sindicato aderindo a um movimento grevista<sup>43</sup> em 1979. Esclareceu que nesse período de greve, compôs um grupo que concorreu a eleição da APP-FI, para a gestão de 1979 a 1981. Então, fora eleito para a vice-presidência. No entanto, acabou por presidir o sindicato, pois a presidente eleita, Ivone Muller, não assumiu o cargo. Em decorrência disso, Nelson José Spiers permaneceu na direção do sindicato até 1981, período em que ocorreu nova a eleição.

Sobre a história da APP-FI, o entrevistado lembrou que a entidade iniciou suas atividades em 1971. Porém, o entrevistado ainda não fazia parte da direção. De acordo com suas memórias, era apenas uma “salinha” no Colégio Estadual Bartolomeu Mitre, na qual tinha poucos mobiliários de escritório e arquivos para guardar a documentação dos sindicalizados. Nesse local relatou que recebiam e enviavam correspondências e faziam os contatos com Direção Estadual da APP-Sindicato em Curitiba.

Nelson José Spiers afirmou que em 1979, após a sua eleição sindical e início do mandato da chapa vencedora da qual ele fazia parte, iniciou uma conversa com a Direção Estadual da APP em Curitiba para locação de um escritório para APP-FI. Após essa, conversa, o vice-presidente da Direção Estadual da APP alugou uma sala (escritório) na Avenida Brasil (centro de Foz do Iguaçu), espaço em que se iniciou o atendimento aos sindicalizados. Recebiam as reivindicações e respondiam as dúvidas dos sindicalizados, como também realizavam os contatos com a Direção Estadual da APP em Curitiba.

Como marco na história da APP, lembrou sobre duas movimentações grevistas. Uma foi a movimentação grevista realizada em 1966, em que os professores se concentraram na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná. Reivindicavam aumento salarial. Relatou que a referida movimentação conduziu a um significativo aumento nos vencimentos dos professores da época, concedido pelo ex-governador do Paraná Paulo Pimentel (gestão 1966-1971). O segundo marco na história da APP-FI foi a movimentação grevista realizada em Foz do Iguaçu,

---

<sup>42</sup> O entrevistado é professor aposentado, graduado em História e pós-graduado em Organização Social Política Brasileira e Estudos Sociais e História e em Didática Moderna e Novas Práticas de Ensino, com aproximadamente 30 (trinta) anos na carreira de professor em sala de aula, Diretor de escola por 5 (cinco) vezes e o primeiro Chefe do Núcleo Regional de Educação em Foz do Iguaçu.

<sup>43</sup> Destacamos que neste período o Brasil era governado por uma ditadura militar. Neste regime funcionários públicos, como os professores, não poderiam realizar greve propriamente dita, por esse motivo esclarecemos que o entrevistado utiliza os termos “movimentação grevista” para se referir aos “congressos”, que nada mais eram do que as greves que realizavam para lutar pelas reivindicações da época.

no ano de 1979. No qual reivindicavam a regulamentação do Estatuto do Magistério e carreira salarial. Explicou que o movimento teve ampla adesão dos professores em todo o estado do Paraná. Por ser um ano de eleição para governador, os candidatos ao cargo tiveram contato com o movimento grevista e o novo governador eleito na época, José Richa (ex-governador), quando assumiu o cargo (gestão 1983-1986), propôs um aumento salarial significativo para os professores, mas não se lembrava exatamente quanto. Para os aposentados, o entrevistado estimou um aumento de até 1.400% (Um mil e quatrocentos por cento). Complementando a informação do entrevistado sobre as greves, o site oficial da APP relata as seguintes greves históricas nas décadas de 1980 e 1990:

**1980** – Acontece mais uma greve e novamente a APP adere ao movimento que surge na base.

**1981** – Ocorre a quinta greve. Em maio é promovida a unificação das três associações do Estado em torno da APP. As demais eram a Associação dos professores Licenciados do Paraná (APLP) e a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP).

**1986** – A inflação descontrolada leva os(as) professores(as) a mais uma greve por salários. É realizado acampamento em frente do Palácio Iguazu e o movimento termina com o acordo em torno do piso de três salários mínimos.

**1988** – O governo descumpre o acordo do piso de três salários mínimos e os(as) professores(as) voltam à greve. São reprimidos (as) com violência no dia 30 de agosto.

**1989** – Com a conquista do direito dos(as) servidores(as) públicos(as) à constituírem sindicatos a APP deixa de ser uma associação. Adota a marca APP-Sindicato e o nome oficial de Sindicato dos professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná.

**1990** – Refeitos dos acontecimentos de dois anos antes, os professores fazem nova greve.

**1995** – A APP-Sindicato se filia à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1996 o movimento Em Defesa da Escola Pública se reelege para segundo mandato na APP-Sindicato. Hora-atividade, IPE e reposição salarial dos três últimos governos são as bandeiras de luta.

**1996** – A categoria conquista a reestruturação da tabela salarial, aumentando o ganho dos vencimentos dos(as) professores(as).

**1997** – Ocorre a unificação sindical entre professores(as) e funcionários(as) de escolas públicas em Congresso Unificado. Na época os(as) funcionários(as) eram representados(as) pelo Sinte/PR. É mantida a marca APP-Sindicato, mas o nome oficial muda para Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

**1998** – Começa a luta pelo plano de carreira. A APP-Sindicato continua sua mobilização contra as medidas neoliberais, como a Paranaeducação e o Pladepe. O governo Lerner investe contra a entidade, cortando a consignação da mensalidade sindical em folha de pagamento. Oito professores(as) e funcionários(as) de escolas

realizam greve de fome como forma de pressão sobre o governo. No ano seguinte o governo recua. (APP-SINDICATO, 2017, s/p/).

Destamos as referidas greves conforme a página oficial da APP, porque a partir de 1986 o entrevistado passou a chefiar o Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu, portanto não relatou estas greves históricas na entrevista.

O entrevistado destacou ainda que, inicialmente o trabalho sindical não era realizado em secretarias, havia o Presidente, a Tesoureira e a Vice-Tesoureira. Esclareceu que o cargo de Vice-Presidente se encontrava vago, pois, o próprio entrevistado foi eleito para este cargo, mas assumiu a Presidência pela desistência da Presidente eleita. Informou que os dirigentes trabalhavam de forma voluntária. Havia somente uma funcionária (datilógrafa) contratada pelo sindicato, que cumpria expediente no escritório da Avenida Brasil, Centro de Foz do Iguaçu-Paraná.

No que tange aos recursos materiais, expôs que o sindicato possuía mobiliários e equipamentos de escritório necessários para o trabalho desenvolvido, como: estantes, mesas, armários, máquina de escrever e telefone. Os recursos para manter a APP-FI eram provenientes da Direção Estadual da APP em Curitiba, a qual realizava o desconto sindical diretamente do holerith (folha de pagamento) dos professores, não especificou quanto era descontado.

O entrevistado acredita ainda que cerca de oitenta por cento dos quinhentos professores da época (1979) estavam sindicalizados, ou seja, quatrocentos professores sindicalizados. Indicou ainda que, para ingressar na carreira docente se fazia necessária a inscrição no processo de seleção realizado pelo Núcleo Regional da Educação de Foz do Iguaçu, apresentando a documentação que comprovava os títulos exigidos para o exercer a docência. Através dos documentos definia-se a matéria (disciplina), na qual o professor era habilitado a lecionar. Informou que estudantes universitários possuíam autorização para exercer a docência, desde o primeiro ano de graduação. Também relatou que, inicialmente, o sindicato atendia apenas os professores de 5ª à 8ª série do ensino fundamental e do ensino médio.

Em relação articulação internacional na história oral da APP-FI, Nelson José Spiers indicou, por fim, não saber de qualquer evento ou articulação entre APP-FI e sindicatos de trabalhadores em educação da fronteira com a Argentina e Paraguai. Mas, relatou que como também foi chefe do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu em 1986, foram organizados alguns encontros com as equipes pedagógicas das três fronteiras. Sendo que eram eventos para trocas de idéias, de experiências e atividades que visavam expandir o conhecimento sobre a realidade do ensino da Argentina e do Paraguai.

Observou ainda que em 1986, propiciou total apoio a primeira edição do Encontro

Internacional dos professores de Educação Física. Neste encontro, foram convidados professores de outros países. Relatou que este evento foi realizado no extinto espaço de eventos Oeste Paraná Clube. Citou que o encontro fora idealizado pelo professor Almir Grun (professor de Educação Física) e continua até o presente ano, sendo realizado no mês de janeiro. Informou que hoje, o evento possui fama mundial, participam pessoas de todas as regiões do mundo e estas ficam hospedadas nas escolas públicas de Foz do Iguaçu.

Por fim, o entrevistado disse que entende a articulação internacional entre os trabalhadores como uma excelente ideia não só para a fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, devíamos ter contatos com todos os países da América Latina, visto que todos têm traços comuns dada a origem Portuguesa e Espanhola, países que também eram unidos até o ano de 1100.

### 3.3 HISTÓRICO DA U.D.P.M.-UNIÓN DE DOCENTES PROVÍNCIA DE *MISIONES*-COMITÉ DE BASE PUERTO IGUAZÚ-MISIONES-ARGENTINA

Para compreender e situar essa instituição no espaço e no tempo, iniciamos a exposição descrevendo o histórico da *Unión de Docentes de la Provincia de Misiones* denominada sob a sigla U.D.P.M. a nível Estadual (*Provincial*), para, a partir disso, descrever especificamente a história da U.D.P.M. *Departamento Sindical de Puerto Iguazú*, doravante denominada U.D.P.M.-PI. Destacamos que esse histórico foi elaborado através da entrevista com um sindicalizado antigo (ex-dirigente sindical e de intensa atividade nesse sindicato), porque na pesquisa de campo levantamos que a entidade não possuía documentos arquivados sobre sua história. Explicamos que mantivemos alguns termos ou nomenclaturas em língua espanhola a fim de preservar os sentidos e características dessas palavras.

A U.D.P.M. é um sindicato com caráter de associação, segundo seu Estatuto (1989) representa os professores e os secretários de escolas da educação pública da província (estado) de *Misiones* na Argentina. Conforme o artigo 1 do Estatuto da U.D.P.M. (1989, p.4, grifo no original, tradução livre da autora) “a entidade foi fundada em 28 de março de 1970 [...] C.-A atividade e categoria de representados agrupará os trabalhadores da educação dependentes do *Consejo General de Educación de la Provincia de Misiones* em todos os seus ramos, níveis e modalidades”. Desse modo, estão representados pela U.D.P.M.: a *Educación Inicial* (45 dias a 5 anos de idade), a *Educación Primaria* de 1º às 6º séries ou 7º series, dependendo da região (a partir de 6 até 12 ou 13 anos de idade dependendo da região), a *Educación Secundaria* ou *Polimodal* 7º às 9º séries e 1º, 2º e 3º anos (13 ou 14 anos dependendo do estado/província, a



18 anos). Segundo o Estatuto da U.D.P.M. (1989) as modalidades de educação que o sindicato também representa são: *Educación especial, domiciliar y hospitalária, técnico-profissional, artística, permanente de jovens y adultos, rural, intercultural bilíngüe* (voltada para os povos indígenas), *en contextos de privación de libertad*.

Segundo os dados históricos contidos na página eletrônica da entidade<sup>44</sup>, no ícone sob o título *Nuestra Historia*, a U.D.P.M. possui 46 anos de existência, se constitui como uma organização de 1º grau, está filiada à *Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA)*. Seu órgão superior da U.D.P.M. é o *Congreso Extraordinario de Delegados Departamentales*, sendo que todas as resoluções votadas e aprovadas nesse congresso são obrigatoriamente acatadas pelos filiados. A *Comisión Directiva* é a direção central do sindicato e tem a função de implementar as resoluções. Segundo o artigo 41 do Estatuto da U.D.P.M. (1989, p.15): “A entidade Sindical será administrada por uma *Comisión Directiva* decorrente de Eleições Gerais composta por quinze secretarias, três delegados titulares e três delegados suplentes [...]”. Na atualidade a *Comisión Directiva* esta composta por um grupo de docentes denominado *A.Do.Mis: Asociación de Docentes Misioneros*.

Segundo o sítio oficial a entidade “conta com *Delegaciones Departamentales* em 17 *Departamentos* do estado, é integrada pelos *Delegados Departamentales* que são eleitos por voto secreto e direto dos filiados”. A organização sindical da base se realiza sob a eleição de representantes em cada escola da província (estado) de *Misiones* que são os *Delegados escolares*, eleitos por turno do mesmo modo que os *Delegados Departamentales*.

Conforme a legislação Argentina, destacamos que a U.D.P.M. possui *personeria gremial* (reconhecimento nacional) de sindicato com característica de associação, conforme a resolução Nº 96/95 do *Ministerio de Trabajo de la Nación Argentina*. Possui legitimidade e exclusividade para representar os docentes da educação pública do estado de *Misiones*,

Que o Ministério do Trabalho da Nação Resolução nº 96/95, depois de um longo processo administrativo-jurídico, iniciado em 1984, por Expte. No. 75.636 / 84, no artigo 1º resolve conceder a Unión de Docentes da Província de *Misiones*, seu reconhecimento sindical como associação com caráter de associação de Primeiro Grau, para agrupar os trabalhadores do C.G.E. em todos os seus ramos, níveis e modalidades e área de atuação em todo o território da província de *Misiones*, excluindo qualquer outro sindicato seja qual for a sua denominação ou âmbito de atuação.

Por estas razões, e com a finalidade de esclarecer a representação e o caráter exclusivo que possui a **U.D.P.M.** e a fim de evitar futuros inconvenientes, afirmamos que esta síntese informativa encontra sustentação e registro na Lei 23.551 de Associações Sindicais. (UNIÃO DOS PROFESSORES NA PROVINCIA DE MISSÕES, 2016, s/p, grifos no original, tradução livre da autora).

<sup>44</sup> <https://www.udpmonline.com/nuestrahistoria>

Nesse sentido, a entidade esclarece na sua página eletrônica que segundo a *Ley Nacional de Asociaciones Sindicales* Nº 23.551 só pode receber *personeria gremial* a associação que possui mais de quinze mil e quinhentos filiados pagantes, como é o caso da U.D.P.M. Também de acordo com a referida Lei, o artigo 31 estabelece o direito de exclusividade das associações com reconhecimento por parte do estado ou *Personería Gremial* de defender e representar perante o Estado e empregadores os interesses individuais e coletivos dos trabalhadores, intervir nas negociações coletivas e observar o cumprimento das *normas laborales*. Ainda a esse respeito, a entidade explica que através da *personeria gremial*, possui plena legalidade para realizar atividades de caráter sindical, especialmente em conflitos coletivos. Desse modo, a U.D.P.M, é o “único Sindicato Docente no estado de *Misiones* que possui tal capacidade jurídica e todas a suas ações se encontram controladas pelo órgão de aplicação, o M.T.E. e S.S. (Ministério do Trabalho e Seguridad Social) (Artículo 56º *Ley 23.551*) ” (*UNIÓN DE DOCENTES DE LA PROVINCIA DE MISIONES*, 2016, s/p, tradução livre da autora).

Ainda de acordo com o icone *Nuestra História* contido no sítio oficial:

O sindicato tem em sua história, ser o único que combateu o sistema neoliberal introduzido na década passada, enquanto que muitos que hoje se dizem combativos, eram meros observadores da deteriorização da escola pública, desse modo, a **U.D.P.M.** também possui como antecedente, ser o único sindicato a ter observado e interpretado as intenções da frente Renovadora que buscava o fortalecimento da escola pública e gratuita, bem como o reconhecimento que este governo estava tentando transmitir aos colegas professores. Confiantes nas boas intenções do governo renovador, o Grupo **A.DO.MIS.** e a **U.D.P.M.** empreenderam um caminho cheio de críticas que rompia com a tradicional postura das associações sindicais, mas a convicção de mais de 20 mil colaboradores e apoiadores **A.DO.MIS.**, permitiram alcançar, o que, sem dúvida, hoje é capaz de defini-lo com muito êxito em matéria sindical docente, produto da responsabilidade tanto pessoal como sindical, dos estudos e dos aspectos práticos reais na hora levantar a problemática do setor. (*UNIÓN DE DOCENTES DE LA PROVINCIA DE MISIONES*, 2016, s/p, grifos no original, tradução livre da autora).

Conforme o exposto, a U.D.P.M. adota um modelo de negociação comprometido com a coalizão política, “a Frente renovadora” na Argentina, e sob esse compromisso aponta que conta com o aval da maioria dos sindicalizados. O regime de negociação esta baseado no respeito e acompanhamento mútuo entre sindicato e *Consejo General de Educación de la Provincia de Misiones-Argentina* (Estado), os quais desenvolvem um trabalho conjunto para por em prática ações em benefício do setor da educação. Assim sendo, o sindicato expõe na sua página eletrônica:

Este acompanhamento sincero e mútuo teve como base fundamental, a criação de uma mesa de negociação permanente, no qual se discutem todos os movimentos em matéria educativa, e cujos resultados possuem a força de consenso entre o Ministério e o Sindicato, o que motivou que ao longo de sete anos ao estado de *Misiones* pudesse alcançar e superar as metas estabelecidas pelo Ministério da Nação, como prova de apoio da docência ao estilo sindical desenvolvido pela **agrupação A.DO.MIS**. a frente do único sindicato **UDPM**, e podemos dizer com orgulho que nós duplicamos as filiações desde que assumimos o cargo, em 2003, até este ano, obtínhamos somente o acompanhamento do docente propriamente dito, ensino em si, mas também o seu núcleo, formando hoje uma grande família docente. (*UNIÓN DE DOCENTES DE LA PROVINCIA DE MISIONES*, 2016, s/p, grifos no original, tradução livre da autora).

A U.D.P.M. assinala ainda em seu sítio eletrônico que através desse compromisso com o *Consejo General de Educación de la Provincia de Misiones-Argentina* (estado) foi composta uma mesa de negociação permanente, na qual se discute todas as questões relativas ao setor educacional. Sendo assim, a instituição aponta que desenvolve um novo modelo de sindicato pautado em propostas, discussões e chegada a um consenso entre sindicato e Estado, e que desse modo têm conseguido muitos avanços, para a carreira docente e para a melhoria da Educação do estado de *Misiones*.

Conforme já exposto, ao realizarmos a pesquisa de campo verificamos que a U.D.P.M.-PI não possui documento arquivados sobre sua história. Portanto na tentativa de levantar a história oral da entidade, realizamos uma entrevista com um sindicalizado antigo e de intensa participação na U.D.P.M.-PI.

O nome do entrevistado é Celso Pepe Bogado<sup>45</sup>, o qual relatou que foi um dos primeiros dirigentes da entidade em *Puerto Iguazú* (ex-dirigente sindical da U.D.P.M.-PI), e atualmente o docente esta em processo de aposentadoria. O entrevistado se candidatou pela agrupação *A.do.mis-Asociación de Docentes Misioneros* (grupo ou tendência no interior da U.D.P.M.) a direção do *Departamento Sindical*, no período de outubro a dezembro 2002. Venceu a eleição com voto dos 20 ou 30 dos 160 sindicalizados à época, pois, poucos se interessavam em participar da votação. Exerceu a função de *Delegado Departamental de Puerto Iguazú*, e região que abrange as cidades de *Puerto Libertad*, *Colonia Wanda* e *Puerto Esperanza*. Desempenhou três mandatos consecutivos, com a duração de três anos cada, durante o período de 2003 a 2011. Informou que em 2011, ano em que se ausentou do cargo, haviam setecentos sindicalizados.

O entrevistado não soube responder em que período a U.D.P.M.-PI iniciou suas atividades, porém, disse que houve outros *Delegados Departamentales*, que trabalharam antes

---

<sup>45</sup> O entrevistado é professor de escola secundária, estudou Engenharia Aeronáutica, curso no qual se capacitou em Matemática, Física e Química, disciplinas que leciona na cidade de *Puerto Iguazú-Misiones-Argentina*.

dele. Também informou que, quando ingressou em 2003, a U.D.P.M.-PI ainda não estava organizada de forma institucionalizada conforme o estatuto da entidade.

Celso Pepe Bogado destaca como pontos principais da história da U.D.P.M.-PI, o início de 2003, período em que começou a organização e oficialização do sindicato na localidade, seguindo os regulamentos do Estatuto da U.D.P.M. (1989). Destacou a realização de eleições de *Delegados Escolares* por turno, em cada escola, para facilitar o acesso e a circulação de informações entre o sindicato e as escolas. Para tanto, precisou realizar um trabalho de conscientização dos docentes sobre a importância de defender a escola pública e os direitos dos trabalhadores. Também relatou que teve muitas dificuldades com a ausência de tempo disponível para fazer esse trabalho, pois realizava o trabalho nas horas livres, de modo voluntário, visto que não possuía liberação para o trabalho sindical. Relatou ainda que, teve muito apoio e acompanhamento dos colegas professores, que começaram a trabalhar em equipe, auxiliando-o no trabalho sindical.

Sobre a estrutura física e material, o entrevistado explicou que, não havia. Mas, que em 2003 organizou, na escola em que trabalhava, um escritório provisório da U.D.P.M. e puderam contar pela primeira vez com um espaço para o trabalho sindical. Ainda relatou que, nesse mesmo ano, juntamente com colegas docentes, apresentaram um projeto para compra de um terreno amplo para a construção do escritório do sindicato, que viria a ser um espaço de lazer e uma sala ampla para eventos. Todavia, explicou que esse projeto não se efetivou.

Sobre a questão do transporte para realizar o trabalho sindical informou que, o fazia com seu próprio automóvel e apresentava os comprovantes de gastos e o sindicato reembolsava. Informou também que a nível estadual, a *Comisión Directiva U.D.P.M. (Posadas-Misiones)* possuía automóveis para auxiliar no trabalho sindical.

Sobre a questão de recursos humanos (funcionários) disponíveis para o trabalho sindical o entrevistado informou que não havia, mas lutou para fossem contrados funcionários pelo sindicato, licença sindical e um automóvel para realizar o trabalho em cada um dos dezessete *Departamentos Sindicales* da U.D.P.M. no estado de *Misiones*. Ainda afirmou que, somente a *Comisión Directiva* da U.D.P.M em *Posadas* possuía licença sindical e que havia doze dirigentes liberados para a realização do trabalho sindical.

Sobre quais princípios e objetivos o sindicato foi fundado, o entrevistado afirmou que, acreditava que era o mesmo de sindicatos do Brasil e do mundo: lutar pelos direitos dos trabalhadores e tudo o que se refere a esses direitos, também pelas melhorias das estruturas escolares para que pudessem realizar um bom trabalho. No seu entendimento esses princípios

eram universais e sobre isso se estruturou a atuação da U.D.P.M. E também acreditava que prevalecia na entidade o ideal progressista.

Quanto ao ingresso na carreira docente e sobre quais requisitos se realizava a sindicalização, Celso Pepe Bogado respondeu que em *Misiones* existem três cargos docentes estes podem sindicalizar-se a U.D.P.M.: Docente Titular, Docente Interino e Docente Suplente. O Docente Titular é reconhecido pelo estado como possuidor da cátedra, e não pode ser retirado de seu cargo, o Docente Interino ocupa temporariamente um cargo vago, e o Docente Suplente realiza o trabalho substituindo o Docente Interino ou Titular, quando usufruem de licença ou afastamento. Explicou que quando começam a exercer a docência, iniciam como Docente Suplente ou Interino. E para tanto se apresenta os *títulos* (Comprovantes da formação) à *Junta de Clasificación Disciplinaria* (órgão público responsável pelo setor da educação em *Puerto Iguazú*). Afirmou que esse modelo de contratação de professores não é um concurso público, mas, que o *Estatuto Docente* prevê concurso. No entanto, são raras as vezes que são realizados, porque envolvem embates políticos.

Afirmou ainda que o sindicato levantava recursos financeiros com os sindicalizados, através do desconto sindical. Indicou que o sindicato representa os docentes desde o nível primário (que inclui a Educação Infantil, Educação Geral Básica: EGB I: 1ª, 2ª e 3ª séries e EGB II: 4ª, 5ª e 6ª séries) o até a educação de nível médio e que também aceita o ingresso dos secretários de escola, mas, que os porteiros e serviços gerais tinham um sindicato à parte, os quais na sua visão, deveriam ser defendidos pelo sindicato dos docentes, ou seja, pela U.D.P.M.

O entrevistado informou ainda que houve muitas manifestações e greves nacionais, que ajudaram a derrubar a Lei Federal da Educação (Lei nº 24.195/1993), uma lei que destruía a educação pública no país. Essa lei desprotegia ao docente e tinha uma grande tendência em formar pessoas competitivas com perspectivas de serem comerciantes e promovia a individualidade. Por causa da referida lei, os docentes fizeram muitas greves nacionais, enfrentando dias de chuva e até mesmo a zero grau de temperatura. A nível estadual (provincial), também tiveram greves importantes contra a referida lei. Indicou que estava presente em uma grande manifestação em *Posadas* (capital de *Misiones*) e que o governo recebeu muito mal os professores, e seus colegas foram presos e agredidos por causa da manifestação contra a legislação. Porém, relatou que se sentia orgulhoso por ter participado desses movimentos. Relatou que na cidade de *Puerto Iguazú* e região, havia um tensionamento do estado contra as greves, e que muitas vezes essas greves foram encabeçadas por ele com seu próprio automóvel, sem ao menos estar filiado a U.D.P.M., filiando-se depois. Por fim, relatou que os docentes não conseguiram fazer com que todas as reivindicações fossem atendidas, mas,

ao menos derrotaram a referida lei e criou-se uma nova, (Lei da Educação Nacional Argentina, Lei nº 26.206, de 2006).

Sobre a organização da U.D.P.M.-PI em secretarias o entrevistado informou que o trabalho sindical não estava dividido em secretarias, que no início nem mesmo havia *Delegados Escolares* para cada escola. Indicou, porém, que se tinha o interesse em criar organização departamental e secretarias departamentais, porém, sem êxito.

Em relação articulação internacional na história oral da U.D.P.M.-PI, o entrevistado indicou que não houve uma secretaria que tratasse da articulação internacional entre os sindicatos de trabalhadores em educação de outros países, mas, que tentou realizar o primeiro encontro da tríplice fronteira de intercâmbio das leis, da problemática e do planejamento de um programa regional que acabou não se concretizando. A intenção era ter uma secretaria de representação local, departamental, estadual (provincial) e nacional integrada da mesma maneira com o Brasil e com o Paraguai

Celso Pepe Bogado indicou que em 2003 compareceu ao Colégio Estadual Bartolomeu Mitre em Foz do Iguaçu, buscando realizar um contato com o sindicato em educação da cidade. Dessa forma fez contato com a APP-FI, e realizaram então uma reunião em conjunto. Também foram convidados professores de *Ciudad del Este*, porém, o entrevistado não se recorda o nome dos convidados de *Ciudad del Este* com os quais conversou, porque não compareceram. Desse modo, houve somente a participação de representantes da APP-FI. A finalidade do encontro era reunir e iniciar um estudo de intercâmbio das leis e dos problemas regionais dos países envolvidos e a incorporação de leis e experiências que fossem de cada país. O entrevistado informou que havia a intenção de iniciar uma organização que trabalhasse os direitos dos professores da fronteira. Pois, acreditava que os países possuíam muitas regulamentações parecidas e problemas similares e que a ideia seria de criar um fórum e realizar encontros anuais, alternando os países sedes do evento. Porém, explicou também que o evento foi o único que ocorreu.

Por fim, o entrevistado apontou que deveria haver uma integração internacional, pois os problemas de toda a América do Sul são muito parecidos, e a separação consiste na bandeira e no limite geográfico, mas a história deveria unir os países. Também afirmou que, os países deveriam trabalhar sobre as raízes, a história, os interesses comuns e em função desses buscar integrar que tipo de educação que ofereceriam à juventude, garantindo o fortalecimento do continente e dos interesses, propiciando maiores benefícios, seja político ou comercial, a nível mundial. Defendeu ainda que os sindicatos tinham que se reunir e trabalhar sobre as mesmas

ideias, fazer com que o encontro dos sindicatos em educação da tríplice fronteira se tornasse uma tradição, um ano em cada país diferente.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES COMPARATIVAS SOBRE A HISTÓRIA DOS SINDICATOS E AS ARTICULAÇÕES INTERNACIONALISTAS

Após a descrição e estudo individual das histórias dos sindicatos: UNE-SN, APP e U.D.P.M., se faz necessária alguns destaques e análises comparativas, evidenciando as semelhanças e as diferenças, e as singularidades, a respeito da forma como estes iniciaram sua estruturação e também acerca das articulações internacionalistas encontradas em suas histórias:

- Sobre a história da formação dos sindicatos pesquisados, verificamos que de certo modo a ditadura militar e a suspensão dos direitos civis, sociais e políticos e dentre estes o corte das liberdades de organização sindical dos servidores públicos, influenciaram o modo como os sindicatos se constituíram. A respeito da UNE (nomenclatura inicial), fora criada em 1992, só pode se constituir três anos após o término da ditadura militar no Paraguai (1954-1989), com a instuição da democracia dada pela Constituição da República do Paraguai criada em 1992. Portanto, como instituição nacional a UNE-SN tem vinte e quatro anos de existência, e em *Ciudad del Este* fora criada no ano de 2003, contabilizando treze anos de funcionamento. Esse sindicato é relativamente novo se comparado a U.D.P.M. com quarenta e sete anos de funcionamento e a APP com setenta anos de atividade. A UNE-SN ainda está em fase de configuração, pois, verificamos mudanças na sua organização sindical: a organização nasce 1992 como a federação UNE, filiava associações e pequenos sindicatos. Posteriormente, em 1997, houve a filiação à C.N.T.-Central Nacional de Trabalhadores do Paraguai, mudando a nomenclatura para UNE-CNT. E em 1999, a entidade muda novamente sua organização política para o então sindicato, UNE-SN-Unión Nacional de Docentes, Sindicato Nacional, passando a filiar individualmente os trabalhadores em educação do Paraguai.

Já a APP foi constituída em 1947. Primeiramente fora criada como Associação dos professores do Paraná. E como associação perpassou o período de cerceamento das liberdades de organização dos trabalhadores, imposto pela ditadura militar no Brasil (1964-1985). Mesmo nesse período, continuou a se expandir enquanto organização. Então, com o fim da ditadura e reabertura democrática, houve a aprovação da Constituição Federal de 1988. A partir daí, no ano de 1989, a associação se transformou em sindicato, passando a filiar os servidores públicos em educação.

Em relação a U.D.P.M. encontramos similaridade com APP, pois esta que também representa os professores em nível estadual (*Provincia de Misiones-Argentina*) fora criada em 1970, e constituída como associação em meio ao período de ditadura militar na Argentina (1966-1973), e, mesmo atravessando este período, também cresceu enquanto organização. A singularidade da U.D.P.M., é que na atualidade ainda possui a característica de associação, e segundo a resolução Nº 96/95 do *Ministerio de Trabajo de la Nación Argentina* e a *Ley Nacional de Asociaciones Sindicales* Nº 23.551, a entidade recebeu a *personeria gremial* (reconhecimento sindical), por associar mais de quinze mil e quinhentos trabalhadores. Desse modo, está legalmente habilitada a representar os docentes da educação pública do estado de *Misiones-Argentina*.

- Outra observação geral diz respeito à representatividade dos sindicatos pesquisados. Ressaltamos que a UNE-SN se diferencia da APP e da U.D.P.M, porque possui representatividade nacional dos trabalhadores em educação, em termos de equivalência territorial o Paraguai possui a área de 406.752 quilômetros quadrados, a APP representa os trabalhadores em educação do estado do Paraná-Brasil, estado que possui uma área de 199.316 quilômetros quadrados dos 8.516.000 quilômetros quadrados da extensão territorial do Brasil, e a UDPM representa os docentes do estado de *Misiones-Argentina*, estado que possui 29.801 quilômetros quadrados dos 2.780.000 quilômetros quadrados de extensão territorial da Argentina. A UNE-SN estrutura-se nacionalmente em *Coordinaciones Departamentales*, localizadas em cada estado do Paraguai. E no interior destes estados são formados os *Comités u Organizaciones de Bases*. Destes são eleitos os *Delegados*, os quais têm a função de levantar os problemas dos sindicalizados e levar às reuniões do *Consejo Nacional de Delegados* com *Comité Ejecutivo Nacional*, assim como participar das deliberações votadas nas referidas reuniões. É perceptível que através dessa estrutura o sindicato possa obter uma visão ampla do que ocorre no setor educacional nas diversas regiões do país e definir intervenções de forma hábil e unificada, através de suas bases.

Já a APP possui representatividade a nível estadual (Paraná-Brasil), ou seja, representa um recorte regional da categoria de trabalhadores em educação no Brasil. Também possui suas bases, os denominados Núcleos Regionais, que tem função de levantar e intervir nos problemas de cada região do estado do Paraná, e levar para as Reuniões de Conselho Estadual, para as Assembleias Estaduais e para Direção Estadual da APP, para as possíveis deliberações e encaminhamentos.

De modo similar à APP, a U.D.P.M. também representa os trabalhadores da educação a nível estadual (*Provincia Misiones-Argentina*), ou seja, responde por um recorte da realidade



educacional da Argentina. Suas bases são denominadas *Departamentos Sindicales*, em que são eleitos os *Delegados Departamentales*, encarregados de repassar as informações da *Comisión Directiva* aos sindicalizados, fomentar a escolha de *Delegados Escolares* em cada estabelecimento de ensino, também de levantar os problemas do setor educacional de cada região, e levar aos *Congresos Provinciales Ordinarios* ou *Extraordinarios* (Congressos Estaduais) da U.D.P.M. e à *Comisión Directiva* da U.D.P.M. para apreciação e votação e deliberações sobre as ações que serão tomadas sobre cada assunto encaminhado.

- Outro ponto que destacamos, conforme os dados levantados nas entrevistas esta relacionado à estrutura física e material dos três sindicatos na região da fronteira. A UNE-SN-CDE, foi criada através do convite do então Secretario Geral da entidade: Lazaro Rojas. Este propôs a transformação da AEDE-Associação de Educadores del Este para o então sindicato. Esta proposta foi aceita pelos educadores da região. Conforme a entrevistada Noemi Alvares, não havia um espaço físico destinado ao sindicato. Por esse motivo, a entrevistada, que além de dirigente sindical exercia o cargo direção da escola *Centro Regional de Educacion Dr. Gaspar Rodrigues de Francia*, localizada *Ciudad del Este-Alto Paraná-Paraguai*, organizou um escritório para funcionamento da UNE-SN-CDE. Porém, com a sua saída da direção do sindicato, não houve locação de outro espaço para o funcionamento do sindicato.

Conforme o relato do entrevistado da U.D.P.M-PI, Celso Pepe Bogado, esse sindicato possui situação semelhante à organização do escritório da UNE-SN-CDE, em que não havia espaço de propriedade do sindicato. Por este motivo, o entrevistado também organizou um escritório na escola em que trabalhava. Informou que encaminhou um projeto a *Comisión Directiva* da U.D.P.M, para compra de um espaço para construção do escritório e espaço de lazer, mas o projeto não havia se efetivado até o momento de sua saída da direção da U.D.P.M.-PI, não sabendo relatar o motivo.

Segundo o entrevistado da APP-FI, Nelson José Spiers, inicialmente, no período de 1971 a 1979 o escritório da entidade também funcionou em pequena sala no Colégio Estadual Bartolomeu Mitre. E em 1979, quando o entrevistado assume a direção sindical em Foz do Iguaçu, reivindicou com a Direção Estadual da APP, a aquisição de um escritório para o funcionamento da entidade. Então, foi aprovada pela mesma a locação de um escritório, localizado, na época, na região central de Foz do Iguaçu, especificamente na avenida Brasil.

- Outra similaridade na história dos três sindicatos pesquisados foram a ocorrência de greves contra a precarização da carreira docente, influenciadas pelo início da implantação das políticas neoliberais e reformas educacionais no Paraguai, Brasil e Argentina. Conforme o entrevistado a APP-FI realizou importantes greves entre os anos de 1966 e 1979 e também

conforme o site oficial da APP houve outras greves significativas contra precarização do trabalho docente entre os anos 1980 e 1990. De maneira semelhante a U.D.P.M. e UNE-SN realizaram importantes greves na década de 1990 contra as reformas educacionais na Argentina e no Paraguai.

A entrevistada da UNE-SN-CDE relatou que as principais greves na história da categoria dos professores ocorreram na década de 1990, as denominadas *Huelgas docentes* (greves docentes), contra a *Reforma educativa* no Paraguai, e pelo aumento salarial por antiguidade e formação profissional. Destacamos que inicialmente as greves foram uma organização autônoma da categoria dos professores, porque a UNE-SN foi criada em 1992.

O entrevistado da U.D.P.M. informou que as principais greves do sindicato ocorreram na década de 1990 para derrubar a Lei Federal da Educação Argentina. Uma lei que segundo o educador seria nociva à educação pública do país. Realizamos uma pesquisa sobre qual seria a referida lei, e verificamos que foi a Lei nº 24.195, aprovada em 1993. Em síntese essa lei propunha:

[...] a descentralização ou a desconcentração do sistema educativo, o governo nacional manteve sob sua responsabilidade a regulação e a formulação das políticas educativas e a gestão das Universidades Nacionais. É importante assinalar que existiu e existe um movimento de transferências: de responsabilidades do Estado nacional às Províncias, destas aos municípios e, de maneira geral e não menos importante, atribuíram-se às instituições educacionais e aos agentes individuais responsabilidades e direitos antes outorgados ou minimamente assegurados pelo Estado. A promulgação da Lei Federal de Educação nº 24.195/93 emergiu nesse panorama de transferências dos serviços educativos às províncias e se constituiu como referência e marco fundamental para a chamada “transformação educativa”. (TORRIGLIA, 2004, pg.82).

Conforme o entrevistado, nesse contexto a U.D.P.M. foi uma das organizações de trabalhadores que compuseram importantes greves nacionais na Argentina, que culminaram com a derrubada da Lei Federal da Educação nº 24.195/93. Tanto que o entrevistado relatou que houve a construção e aprovação de uma nova Lei de Educação Nacional da Argentina, a Lei nº 26.206, de 2006, que substituiu a Lei nº 24.195, aprovada em 1993.

Já na APP-FI as principais greves relatadas foram: o denominado movimento grevista de 1966, em que os professores se reuniram na cidade de Ponta Grossa, reivindicando a criação do Estatuto Docente e aumento salarial. Também o movimento grevista de 1979, em que ocorreu primeira greve dos professores em Foz do Iguaçu, e que teve significativa adesão dos docentes da região, e em todo o estado do Paraná. Esta reivindicava regulamentação do Estatuto Docente e carreira salarial. Conforme o site oficial da APP destacamos as greves realizadas nas décadas de 1980 e 1990 contra a precarização do trabalho docente e as políticas neoliberais.

- Conforme o levantamento das histórias dos sindicatos pesquisados, apontamos como singularidades nas entidades pesquisadas: o caso da UNE-SN, que adota como dimensão filosófica o Humanismo Cristão, expressada primeiramente pela CNT-Central Nacional dos Trabalhadores do Paraguai, da qual a UNE-SN é filiada. Da APP-Sindicato ressaltamos o ano de 1997, período em que esta se une ao Sinte-Sindicato dos Funcionários de Escola. Desse modo, a entidade passa a compreender os funcionários de escola também como educadores. Passando a unificar a categoria dos trabalhadores em educação pública do estado do Paraná. Da U.D.P.M. observamos que existe uma mesa permanente de negociação com o governo, em que o *Consejo General de Educación de la Provincia de Misiones* e sindicato, realizam debates na busca de consensos sobre assuntos relacionado à educação e à carreira docente.
- Na história oral da UNE-SN não houve articulação internacional em forma de eventos: (congressos, conferências, jornadas), pautas de reuniões, convites formais para participação conjunta entre a UNE-SN-CDE, APP-FI e U.D.P.M. PI. ou secretaria sindical que tratasse da articulação ou relações internacionais. Porém, os dados revelaram que foram realizados eventos da UNE-SN-CDE, sem ser entre os sindicatos pesquisados, e sim com uma organização denominada C.O.P.E.A-Centro Organizador Perfeccionamiento Educativo Americano (Cordoba-Argentina) organização privada que realiza cursos de formação para docentes. A qual, realizou congressos em *Ciudad del Este*, Foz do Iguaçu e *Puerto Iguazú*, no ano de 1977. Também constatamos que, a UNE-SN em parceria com a IEAL realizou no ano de 2006 um congresso a nível da América Latina, para a formação de líderes e pequenos líderes sindicais. Para esse evento foram convocados todos os sindicalizados, e também compareceram docentes formadores da Colômbia e da Espanha, que dirigiram o evento e palestraram sobre temas relacionados à docência. Destacamos que o **congresso da UNE-SN e IEAL representa o primeiro indício de articulação internacionalista**, detectado na presente pesquisa, porém, sem ser entre os 3 (três) sindicatos pesquisados.

Em relação à articulação internacional na história oral da APP-FI, conforme os dados levantados na entrevista, não houve evento ou secretaria específica que tratasse da articulação entre APP-FI e sindicatos de trabalhadores em educação da fronteira com a Argentina e Paraguai. Mas, como o entrevistado trabalhou como Chefe do NRE-Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu em 1986, relatou que participou de encontros com as equipes pedagógicas das três fronteiras. Explicou que o objetivo desses encontros era a troca de experiências e de conhecimento sobre a realidade educacional do Paraguai (*Ciudad del Este*) e da Argentina (*Puerto Iguazú*). O entrevistado citou também que o NRE de Foz do Iguaçu apoiou o primeiro Encontro Internacional dos professores de Educação Física, em 1986, no qual

participaram professores da referida disciplina em outros países.

Em relação à articulação internacional no levantamento da história oral da U.D.P.M.-PI, não houve uma secretaria que tratasse da articulação internacional com os sindicatos de trabalhadores em educação de outros países. Mas, o entrevistado informou que tentou realizar o primeiro encontro da tríplice fronteira de intercâmbio das leis, da problemática educacional e do planejamento de um programa regional. E para tanto, indicou que em 2003 iniciou um diálogo com a APP-FI. A partir deste momento, ambas instituições sindicais realizaram uma reunião em conjunto, e convidaram também alguns professores de *Ciudad del Este*, mas, eles não compareceram. O assunto tratado na reunião foi sobre a criação de um fórum de debate sobre os direitos dos professores, pois acreditava que os países da fronteira Argentina-Brasil-Paraguai possuíam legislações educacionais similares. **Esta reunião representa o segundo indício de articulação internacionalista, encontrado nesta pesquisa, porém envolve somente a U.D.P.M.-PI e APP-FI.** Entretanto, conforme o dado levantado a reunião ocorreu uma única vez, não revelando os motivos de porque não houve continuidade das reuniões.

### 3.5 COMPARATIVO DAS ESTRUTURAS DE ORGANIZAÇÃO FORMAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA (BRASIL-PARAGUAI-ARGENTINA) E AS INICIATIVAS DE INTERNACIONALISMO

Esse segundo conjunto de entrevistas (o roteiro da entrevista encontra-se no Anexo II) foi realizado com o objetivo de levantar possíveis relatos de articulação sindical internacional e também com objetivos de realizar um levantamento atual da estrutura de organização formal e mesmo material, estrutura física e recursos materiais (suas sedes, meios de transporte e equipamentos de suporte ao trabalho sindical e recursos humanos), e se estas estruturas revelam indícios de uma organização sindical que aponte para iniciativas internacionalistas. Os entrevistados foram: Oscar Villar<sup>46</sup> atual *Delegado/Presidente* da UNE-SN-CDE, Fabiano

---

<sup>46</sup> Oscar Villar, é licenciado em Ciência da Educação, possui especialização em Administração, Avaliação e Guarani. Atualmente é professor aposentado no ensino público do Paraguai e estudante de Direito. Atua na UNE-SN-CDE desde o ano de 2005, e na exerce a função de Presidente da UNE-SN-CDE, desde 2007 terminando a primeira gestão em 2012, porém, nesse mesmo ano fora reeleito para mais um mandato de cinco anos, gestão 2012-2018).

Pereira Severino<sup>47</sup> Presidente da APP-FI e Orlando Bischels<sup>48</sup> *Delegado Departamental/Presidente* da U.D.P.M.-PI. Realizamos um questionário aberto com perguntas iguais aos três dirigentes dos sindicatos pesquisados, para que pudéssemos organizar o levantamento de dados de modo padronizado. Ressaltamos que conservamos algumas palavras citadas nas entrevistas com os dirigentes da UNE-SN-CDE e U.D.P.M.-PI em língua espanhola a fim de preservar suas definições e particularidades.

### 3.5.1 Entrevista com o atual dirigente da UNE-SN-CDE: procurando indícios de internacionalismo

A entrevista foi realizada com o atual Presidente da UNE-SN-CDE: Oscar Villar<sup>49</sup>. O entrevistado relatou que começou o trabalho no sindicato há onze anos atrás, em 2005, quando iniciou como *Delegado titular*, membro da direção do *Comité de Base Ciudad del Este*. Posteriormente, em 2007, ocorreram eleições sindicais por voto direto, a qual é realizada para um mandato de cinco anos. Explicou que se abre um período para inscrição de candidato, depois se fixa a data para a eleição sindical a nível nacional, departamental e regional. No ano de 2007, Oscar Villar se candidatou a eleição e foi eleito *Delegado/Presidente* da UNE-SN-CDE. Cargo que exerce na atualidade, pois, fora reeleito em 2012, cumprindo então o segundo mandato que encerrará em 2018. Desse modo, explicou que esta há oito anos na direção do sindicato em *Ciudad Del Leste*.

Segundo o entrevistado, a UNE-SN-CDE representa todos trabalhadores em educação concursados dependentes do MEC do Paraguai, nas seguintes funções: professores, professores aposentados, diretores e supervisores. Já os trabalhadores do serviço técnico de manutenção escolar, empregados ou contratados estão filiados a uma associação de funcionários que representa todos os níveis e modalidades da educação pública do Paraguai.

Sobre a composição da direção regional do sindicato, explicou que de acordo com a estrutura estatutária há um Comitê Central denominado *Comité Ejecutivo Nacional* da UNE-

---

<sup>47</sup> É Licenciado em Pedagogia e professor Pedagogo pelo Estado do Paraná, pertencente ao Quadro do Próprio do Magistério. Atua na APP-Sindicato desde o ano de 1999 e é o atual Presidente da APP-Núcleo de Foz do Iguaçu gestão 2015-2017.

<sup>48</sup> O entrevistado é professor de Matemática, Física e Cosmografia. Atualmente é diretor da Escola Número 875, *Doña Mercedes García Taratuty*. Atua na U.D.P.M. *Puerto Iguazú* desde o ano de 2003, e como *Delegado Departamental* desde 2008, sendo que em 2016 fora reeleito para ocupar o cargo até 2018.

<sup>49</sup> Oscar Villar, é Licenciado em Ciência da Educação, especialização em Administração, Avaliação e Guarani professor aposentado e estudante do curso de Direito.

SN localizado em *Asunción-Paraguai*, nos distritos ou cidades há os *Comités de Base*. No Estado de *Alto Paraná* existem seis *Comités de Bases* formados e um sétimo em processo de formação, dentre estes está o *Comité de Base de Ciudad del Este*. Cada *Comité de Base* tem uma quantidade de filiados, que vai de cem a duzentos filiados. O *Comité de Base* UNE-SN-CDE tem duzentos sindicalizados, atualmente, conta com seis *Delegados* que compõem a sua direção.

Sobre a separação do trabalho sindical em cargos ou secretarias e quais são elas, o entrevistado informou que os *Delegados* não estão divididos por secretarias. E os seis *Delegados* (dirigentes) são professores ativos, que se dividem no trabalho em sala de aula e no trabalho de representantes do *Comité de Base* da UNE-SN-CDE, participando das reuniões a nível nacional. Entretanto explicitou que o *Comité Ejecutivo Nacional* da UNE-SN, em *Asunción*, é organizado em secretarias.

Sobre a existência de trabalhadores liberados somente para o trabalho sindical o dirigente afirmou que esse é um problema vem enfrentando, que anteriormente havia a liberação de uma certa quantidade de áreas com liberação sindical, tinha dirigentes nacionais e regionais por resolução do MEC do Paraguai, o docente dirigente de um sindicato era liberado para trabalhar em sua organização. Mas, isso foi cancelado pelo atual Presidente do Paraguai Horacio Cartes. A UNE-SN tinha, mais ou menos, trinta liberações gerais e uma em *Alto Paraná*. O entrevistado também relatou que não havia funcionários contratados pelo próprio sindicato.

Quanto à estrutura física e material do sindicato sobre a existência de escritório, mobiliários, tecnologias de suporte, computadores, internet e etc... O entrevistado relatou que, a UNE-SN-CDE funciona em espaço provisório na escola *Centro Regional de Educacion Dr. Gaspar Rodrigues de Francia*, só utilizam o espaço quando tem reunião. Como organização não há um local próprio. Também não há materiais de escritório e cada delegado leva seu computador para usar nas reuniões. E quando realizam *Jornadas Sindicales* (cursos de formação) as escolas cedem os espaços para receber os cursistas, de modo que intercalam a realização dos cursos em diferentes estabelecimentos escolares.

Acerca do transporte dos *Delegados* para realizar o trabalho sindical, o entrevistado afirmou que realizam com seus veículos próprios e que tem reembolso para os gastos com combustível.

Quanto à existência de algum tipo de formação para a base e de que natureza, Oscar Villar explicou que, as capacitações sindicais são mensais, o *Comité Ejecutivo Nacional* faz a definição dos temas a serem tratados mensalmente nas capacitações. Relatou que, enfoca a

disseminação das novas informações e a formação sobre a legislação, reivindicações, aposentadorias, seguro de saúde, carreira docente, entre outros. Informou também no ano de em 2016 estavam discutindo, com o MEC do Paraguai, fundamentalmente a institucionalização de um plano de carreira docente em forma de lei. Sobre a parte pedagógica das formações, afirmou que, não aprofundam tanto porque existe um convênio com Instituto de Formação Docente (instituição conveniada ao MEC do Paraguai encarregada de formar pedagogicamente os docentes) que desenvolve um tema pedagógico por mês, durante um período de meio dia, pois a outra metade do dia é destinada a formação sindical, conforme um acordo realizado com o MEC do Paraguai. O entrevistado também explicou que antes tinham um dia inteiro destinado a formação sindical o “dia sindical” que o docente era liberado para ir essa formação, mas, o governo cancelou em 2015 e depois liberou somente meio dia de formação sindical.

A respeito da articulação internacionalista na estrutura sindical da UNE-SN-CDE, o entrevistado respondeu que há uma *Secretaria de Relaciones y Prensa* a nível nacional. No entanto, afirma, que as relações dessa secretaria são internas, e não há uma projeção internacional. Especificamente no *Comité de Base* da UNE-SN-CDE não há divisão em secretarias. E em relação ao trabalho dos seis *Delegados* (dirigentes) em *Ciudad del Leste*, relatou que não realizam atividades rotineiras de articulação internacional. Porque além do trabalho voluntário no sindicato, eles estão lecionando e dispõe de pouco tempo, tendo até mesmo dificuldades para se reunirem para tratar das questões internas da UNE-SN-CDE. Porém, recordou-se que houve reuniões em 2015 com a APP-FI e U.D.P.M.-PI, na tentativa de organização de um evento em conjunto que seria denominado I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Proposto pela autora desta pesquisa, juntamente com os professores: Silvana Aparecida de Souza e Sebastião Rodrigues Gonçalves da Unioeste-Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Campus Foz do Iguaçu. Lembrou também que, a UNE-SN-CDE participou do Congresso Estadual da APP-Sindicato realizado em Foz do Iguaçu, no início do ano de 2016, e ressaltou que na época da participação no Congresso Estadual da APP-Sindicato os seus colegas professores que também participaram entenderam a importância de criar um vínculo entre os sindicatos da fronteira.

Oscar Villar ressaltou também que a UNE-SN é filiada à nível nacional a *Central Nacional de Trabajadores* (CNT) e à nível internacional é filiada IEAL e ao denominado *Movimiento Pedagógico Latinoamericano*<sup>50</sup>. E sobre este referido movimento, o entrevistado

---

<sup>50</sup>. 1. O que é o *Movimiento Pedagógico Latinoamericano*?

indicou que, houve um congresso nacional realizado entre a UNE-SN e a IEAL, no qual foi apresentada a proposta do *Movimiento Pedagógico Latinoamericano* de estudar a realidade educacional na América Latina, do ponto de vista pedagógico e da carreira docente. Este evento ocorreu no ano de 2014 no Paraguai. Informou que, a partir do referido congresso, iniciou-se em 2015 um programa de formação para docentes em educação pública do Paraguai. As formações envolveram a articulação e luta da classe trabalhadora em educação em nível internacional.

O entrevistado esclareceu que considera interessante conhecer a realidade educacional e de organização de sindicatos de outros países. Pois, entende que as realidades são quase iguais, os problemas são similares e nesse sentido é importante a união, a relação e fortalecimento do vínculo para que possam trabalhar e lutar em conjunto, para o atendimento das reivindicações da classe trabalhadora.

### 3.5.2 Entrevista com o atual dirigente da APP-FI: procurando indícios de internacionalismo

O entrevistado Fabiano Pereira Severino<sup>51</sup> expôs que se filiou à APP no ano de 1999. Participando ativamente até a atualidade, totalizando dezessete anos de atuação na APP.

---

O Movimento Pedagógico tenta desenvolver a capacidade organizacional e propostas de políticas educacionais que são uma alternativa à proposta neoliberal, de modo que os sindicatos em educação são capazes de agir frente defesa da estrutura pública institucional educacional, e frente a sociedade.

A privatização e a redução das políticas estatais fizeram da educação pública uma mercadoria, e o mercado e tem desvalorizado o papel dos professores no desenvolvimento social de nossos países. Os sindicatos filiados a Internacional da Educação realizam a luta na defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade, garantida pelo Estado e de referência social.

No âmbito da Solidariedade sindical internacional, se pode desenvolver um processo sub-regional e continental de reflexões nas organizações sindicais, discussões, demonstrando seus próprios pontos de vista sobre as políticas públicas da educação, gestão democrática, orçamento, formação de professores, currículo inclusivo, avaliação do trabalho docente, e outra avaliação não padronizada, etc.

2. Quais são os fundamentos que sustentam o *Movimiento Pedagógico Latinoamericano*?

A Comissão Regional da Internacional de Educação para a América Latina, promoveu, juntamente com as organizações filiadas, uma reflexão e um debate que visou a elaboração de propostas pedagógicas, próprias, que sejam alternativas a imposta pelos neoliberais.

É urgente propor uma pedagogia alternativa em defesa da educação pública, enfraquecida e em processo de comercialização, consequência da implementação das políticas neoliberais na América Latina. A partir daí o Movimento Pedagógico tem como objetivo fazer avançar a integração do continente e devem ser guiados por uma perspectiva emancipatória e internacionalista. A pedagogia deve ser libertadora, e deve ter um propósito unificador e integrador. (UNE-SN *Conclusiones y propuestas-Congreso Nacional hacia el Movimiento Pedagógico Latinoamericano. Junio/2014, pg.39*, grifo no original, tradução livre da autora).

<sup>51</sup> Sindicalizou-se a APP-Sindicato no ano de 1999 como estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia, pois havia o direito a sindicalização de acadêmicos que ainda não lecionavam. Posteriormente em 2004 assumiu o concurso para a profissão de professor pedagogo na Rede Estadual de Ensino do Paraná, passando a pertencer ao Quadro do Próprio do Magistério, soma um período de dezessete anos militância na APP-Sindicato. Atualmente ocupa o cargo de Presidente da APP-Sindicato núcleo sindical de Foz do Iguaçu na gestão 2015-2017.



Conforme a entrevista, as informações da entrevista a APP-Sindicato representa os trabalhadores da Rede Estadual de Ensino público do Paraná, atende todos os regimes de contrato e os diversos quadros de pessoal envolvidos com a educação: Os concursados: professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM), os funcionários: Agentes Educacionais I-Serviços Gerais e Agentes Educacionais II-Técnicos administrativos do Quadro dos Funcionários da Educação básica (QFEB), e os funcionários Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE). Em relação aos contratos temporários representa: CLAD/CLT funcionários com Contrato de Trabalho pelo Regime de Consolidação das Leis Trabalhistas, contratados anteriormente ao Concurso Público de 2005/2006. Os funcionários de escola contratados temporariamente pela Empresa Terceirizada Paraná Educação (PEAD) e o Processo Seletivo Simplificado (PSS). E também representa professores das redes municipais em cidades de todo o estado do Paraná onde não há sindicatos próprios, como é o caso dos professores da rede municipal de Itaipulândia representados pela APP-FI.

Segundo o levantamento dos dados, a direção da APP é composta por dezessete secretarias que tem mandato de três anos, as secretarias são: a Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria de Administração e Patrimônio, Secretaria de Organização, Secretaria de Aposentados, Secretaria de Assuntos Municipais, Secretaria Educacional, Secretaria de Formação Política Sindical, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Sindicalizados, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Política Sindical, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Funcionários, Secretaria de Gêneros e Relações étnico-raciais e Direitos LGBT, Secretaria de Saúde e Previdência. Além destas, há a função do Representante de Base<sup>52</sup>, um a cada mil sindicalizados, sendo que Foz do Iguaçu possui mais de dois mil sindicalizados, logo tem direito a eleger dois Representantes de Base. E existe ainda, a reunião do Conselho Regional<sup>53</sup> que é composto por Representantes de Escola, eleitos em cada estabelecimento da Rede Estadual de Ensino.

Informou também que a APP não possui nenhuma secretaria que trate com exclusividade de assuntos internacionais entre a categoria de educadores. Mas explicou que as relações internacionais rotineiramente são englobadas pela Secretaria de Política Sindical e pela

---

<sup>52</sup> Representantes de Base são eleitos em assembleias regionais, na proporção de um para cada um mil sindicalizados (ou fração) no Núcleo Sindical.

<sup>53</sup> Composto pela diretoria regional, pelos representantes por local de trabalho, pelos representantes de municípios e pelos representantes de base junto ao Conselho Estadual da jurisdição no Núcleo Sindical. Suas atribuições são propor, acompanhar e avaliar campanhas reivindicatórias, as decisões políticas da diretoria regional, responsabilizar-se pelo processo eleitoral na jurisdição do Núcleo Sindical, apreciar e emitir parecer sobre o Plano Anual de Aplicação Orçamentária

Secretaria Educacional em casos que envolve o debate pedagógico. Observou, porém, que a maneira mais usual e formal é a de que os Presidentes e cargos similares tratem dos assuntos diretamente. Ressaltou ainda que, a APP é um sindicato de caráter estadual, sendo filiado à CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que esta por sua vez, possui uma secretaria de relações internacionais, e costuma realizar atividades com outros países. Pois a CNTE filiada à IEAL.

O entrevistado esclareceu que existe a liberação para que sindicalizados atuem somente no trabalho sindical, porém são liberadas sete representações para a Direção Estadual, inexistindo tal figura nos núcleos regionais, sendo que existem vinte e nove núcleos regionais da APP. Esclareceu que há a possibilidade de licença sem vencimento, porém, tal ato engessa o desenvolvimento na carreira e acarreta em prejuízos.

O entrevistado respondeu ainda que na sede estadual da APP têm funcionários próprios, e na APP-FI há uma funcionária contratada em regime CLT, a qual exerce a função de auxiliar administrativo.

Questionado acerca da estrutura física existente, indicou que em Foz do Iguaçu há desde o ano de 2009, escritório próprio da APP-FI, localizado no edifício Metrópole, composto por duas salas, uma sala na qual realizam o atendimento e uma sala para realização de reuniões e cursos, com espaço para, no máximo, trinta pessoas. Anteriormente a 2009, possuíam uma pequena sala, com metade do espaço da sede atual, que se localizava no segundo andar do mesmo edifício. Quanto à estrutura material indicou que possuem livros e alguns equipamentos como: computador, notebook, projetor multimídia, aparelhagem de som. Informou também que a direção tem intenção de fazer a aquisição de uma nova sede, adquirindo um espaço maior, para realização de cursos e reuniões ampliadas. Informou que havia uma organização financeira para isso, porém, com a greve de 2015, praticamente todo o dinheiro do caixa foi utilizado, razão pela qual tiveram que adiar o projeto.

Lembrou também que a entidade tem usado também as redes sociais como espaço de comunicação com os sindicalizados, utilizando-se de uma assessoria de comunicação inclusive, sendo contratada uma empresa para acompanhar as atividades. A empresa faz registro fotográfico, vídeos e agiliza o processo de publicação do material. Embora, boa parte dos textos seja escrito pela direção da APP-FI, ou revisto pela mesma. Relatou que a contratação da empresa possibilitou maior efetividade nas publicações da informações do sindicato.

Ao ser questionado sobre o suporte de transporte dos dirigentes sindicais para realização de trabalhos do sindicato, o entrevistado informou que a APP-FI tem veículo próprio e também faz o reembolso dos gastos com combustível quando sindicalizados utilizam o seu

automóvel para realizar trabalho sindical. Na realização de manifestações e assembleias e reuniões fora do município existe a possibilidade de locação de ônibus ou o custeio das passagens individuais para realização destas atividades.

Quanto à existência de formação de base pelo sindicato o entrevistado indicou que a APP-FI faz esse trabalho desde o ano de 2005. Sendo realizado anualmente, informou também que os cursos tiveram início com a formação da CNTE em conjunto com a Universidade Federal do Paraná, que certifica os eventos. As capacitações possuem em torno de sessenta ou oitenta horas. No ano de 2016, o curso de formação foi dividido em dois módulos. O primeiro módulo tratou sobre a luta de classes, sobre a história do movimento operário sindical no Brasil e a história da APP-Sindicato. O segundo módulo trata da comunicação sindical, um curso escolhido pelos sindicalizados, que se tratou de como utilizar as redes sociais, como estabelecer um diálogo, como falar com demais sindicalizados e não sindicalizados sobre a pauta do sindicato e como se realiza o trabalho sindical via internet. Em complemento as informações levantadas nesta entrevista, analisando a atas que registram por escrito as atividades da APP-FI, encontramos na ata Nº 3/2004, o registro do início de um curso de formação em 2004, realizado em parceria com a Unioeste-Campus de Foz do Iguaçu, tratava-se de um curso preparatório para o concurso de professores da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Sobre a articulação internacionalista, o entrevistado indicou que o internacionalismo é um elemento da luta dos trabalhadores e como a formação tem majoritariamente um viés do materialismo histórico, um viés marxista, o sindicato já trabalhou com o Livro “Manifesto do Partido Comunista”, com Antonio Gramsci, observando-se sempre a presença do viés da luta internacional. Expôs que nunca teve uma formação especificamente sobre o internacionalismo. Mas indicou que já realizaram, por exemplo, um curso de formação para funcionários de escola com uma etapa realizada em Foz do Iguaçu, através deste, realizou-se uma visita e uma conversa com os funcionários de escola da Argentina e do Paraguai.

O entrevistado explicou também já ter representado a APP-FI em um evento organizado pela IEAL em Pernambuco. Tratava-se do Simpósio Paulo Freire, no qual participaram boa parte dos países da América Latina. Informou que a UNE-SN por ser um sindicato nacional participou diretamente neste evento, e da Argentina compareceu a CTERA, além de representações sindicais da Colômbia, Venezuela, Peru, México etc. Informou também que, individualmente, no ano de 2010 participou de um evento na cidade de *Buenos Aires* na Argentina, tratava-se de uma conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), intitulada *XX Conferencia Iberoamericana de la Educación, Metas Educativas 2021: La Educación que queremos para la generación de los Bicentenarios*, o evento tratava de discutir

e estabelecer metas para área da educação, e os países ligados à OEA se comprometeriam a tentar por em prática até o ano de 2021.

Sobre sua opinião sobre a articulação internacional, o entrevistado esclareceu que, conhecer a realidade educacional e organizacional de outros países é um assunto que lhe interessa, visto que durante à época de formação pesquisou o assunto. Considera que é de fundamental importância conhecer a luta e de como as organizações trabalham, especialmente como são as políticas educacionais, em especial nesta na tríplice fronteira.

### 3.5.3 Entrevista com o atual dirigente da U.D.P.M.-PI: procurando indícios de internacionalismo

Para levantar os dados sobre a estrutura sindical da U.D.P.M.-PI foi entrevistado o professor Orlando Bischels<sup>54</sup> que iniciou a carreira docente em 1998 e atua no sindicato desde 2003, passando integrar a direção em 2008, como *Delegado Departamental* (Presidente), sendo que em 2016 foi reeleito para ocupar o mesmo cargo até 2018.

Indicou que a U.D.P.M. representa os trabalhadores em educação pública da Provincia de Misiones-Argentina, que cursaram *professorado* (Magistério) ou Licenciatura. Explicou que para se ingressar no quadro de professores se apresenta o registro do *professorado* ou de Licenciatura, além de dados como: seguridade social, endereço e títulos (diplomas), a *Junta de Clasificación e Disciplina*, órgão dependente do *Consejo General de Educación de la Provincia de Misiones*. Em caso de aprovação, o docente começa a lecionar nas escolas públicas.

Indicou que para exercer os cargos de *Delegados Departamentales*, a cada três anos é realizada uma eleição aberta com todos os filiados da U.D.P.M. Esclareceu ainda que o *Departamento Sindical* compreende quatro localidades que são: *Puerto Iguazú*, *Puerto Esperanza*, *Colonia Wanda* e *Puerto Libertad*. Expôs que o sindicato iniciou os trabalhos em 2008 com sete *Delegados Departamentales titulares* e sete suplentes, visto que eram setecentos filiados e que deve ter um *Delegado Titular* para cada cem filiados. Informou que na última eleição, realizada em 27 de maio de 2016, contabilizaram novecentos filiados e chegaram a nove *Delegados Departamentales titulares* e nove suplentes. E estes elegem entre si quem ocupará os cargos de Presidente, Vice-presidente, Secretario e Tesoureiro.

---

<sup>54</sup> O entrevistado é professor de matemática, física e cosmografia. Atualmente é diretor da Escola Número 875, *Doña Mercedes García Taratuty*, na cidade de *Puerto Iguazú-Misiones-Argentina*.

Explicou também que a Comissão Diretiva Central da U.D.P.M. possui quinze secretarias, mas tal divisão não existe nos *Departamentos Sindicales*. Ressaltou ainda que dentro da estrutura de seu sindicato não existe nenhuma secretaria especialmente designada para tratar de assuntos internacionais. Mas, que teve vontade de criar uma integração com o Brasil e com o Paraguai.

Questionado sobre a liberação de educadores para o trabalho sindical indicou que só existem essas liberações na *Comisión Directiva* na U.D.P.M. de *Posadas*. Relatou que os *Delegados Departamentales* trabalham de forma voluntária, não existindo funcionários contrados pelo sindicato.

Indicou ainda que o sindicato em *Puerto Iguazu* possui apenas um escritório cedido pela *Escuela 615 Iguazú*, localizada na avenida San Martín nº 486. A entidade possui alguns móveis de escritório, telefone, fax, internet, e material administrativo comprados e mantidos pela U.D.P.M. Não há computador, cada *Delegado Departamental* utiliza o seu computador pessoal.

Também relatou que não possuem automóvel para o trabalho sindical, mas que viajam para realizar atividades sindicais com automóvel próprio e recebem o reembolso dos gastos com combustível.

Na questão sobre a oferta de formação para a base indicou que existe um curso de formação sindical. No qual, tratam de temas sobre o *Estatuto Docente*, leis que regem a docência e direitos, as licenças por doença e sobre os diferentes quadros docentes. Pois existem docentes titulares, interinos e suplentes. Relatou que a formação não enfoca muito na política, é mais relacionada aos direitos que cada docente tem e quais são as funções dos *Delegados Escolares*. Indicou também que na formação não existe nenhuma temática voltada para a articulação da classe trabalhadora em nível internacional.

Sobre a articulação internacionalista, o entrevistado relatou que a entidade “mãe” dos sindicatos na Argentina é a CTERA, a qual a U.D.P.M. é filiada a nível nacional e internacionalmente é filiada a IEAL e ao *Movimiento Pedagógico Latinoamericano*, razão pela qual, receberam alguns cursos. Indicou também que houve eventos de vários encontros em nível internacional, um encontro tripartite entre as forças da trílice fronteira do qual participaram. Tratava-se de um evento das forças policiais dos três países em que as entidades policiais ofertaram capacitação aos docentes sobre segurança. Lembrou que o Paraguai também fez um curso com o mesmo tema, mas não era com a APP-Sindicato nem com a UNE-SN.

O entrevistado se recordou que a U.D.P.M. realizou um encontro com a APP-Sindicato em 2011 em *Puerto Iguazu*, denominado 1º Encontro Internacional de Educadores da Trílice

Fronteira (Anexo IV). A temática dos encontros foi sobre a política educativa de cada um dos países, sobre o sistema educacional: avanços e retrocessos. Também houve outro encontro em Pontal do Paraná, em que a *Comisión Directiva* da U.D.P.M participou a convite da APP, foi o Seminário Internacional “Os desafios dos/as Trabalhadores/ as em Educação frente a Integração Regional no Âmbito do Mercosul”, realizado no dia 01 de dezembro de 2011, o referido evento abriu os trabalhos do XI Congresso Estadual da APP (Anexo VIII). Mas conforme o entrevistado nesse encontro participou apenas a *Comisión Directiva* da U.D.P.M., e não se lembrava do motivo pelo qual não houve continuidade desses eventos.

Por fim, o entrevistado afirmou que, considera importante conhecer a realidade educacional e de organização sindical de outros países, pois, os países encontram-se muito próximos, possibilitando comparar como as coisas estão indo nos outros países. Entender a realidade da carreira docente, a precariedade dos vencimentos (salários), a segurança do trabalho. Na sua visão a educação esta sendo precarizada em todos os países.

### 3.6 CONSIDERAÇÕES COMPARATIVAS SOBRE AS ESTRUTURAS DE ORGANIZAÇÃO FORMAL DOS SINDICATOS PESQUISADOS E A ARTICULAÇÃO INTERNACIONALISTA.

#### 3.6.1 Regimes de trabalho que o sindicato representa

A UNE-SN-CDE representa, na atualidade, os professores, diretores e supervisores e os professores aposentados, em todos os níveis e modalidades da educação pública sob a responsabilidade do MEC do Paraguai.

Já a U.D.P.M. representa os trabalhadores em educação que cursaram o *professorado* (Magistério) e Licenciatura, contratados e registrados pela *Junta de Clasificación y Disciplina*, órgão dependente do *Consejo General de Educación de la Provincia de Misiones-Argentina*. Explicitamos que o *Estatuto del Docente* (lei nº 67/1963), documento que regulamenta a carreira docente na província de *Misiones-Argentina*, a garante a realização de concurso público, porém, segundo a entrevista, essa lei não é cumprida devido a questões políticas.

Por sua vez, a APP-FI representa os trabalhadores da educação pública do estado do Paraná, atendendo todos os regimes de contratos, sejam concursados ou temporários, os professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM), os funcionários (Agentes Educacionais I-Serviços Gerais e Agentes Educacionais II-Técnicos administrativos) do Quadro dos Funcionários da Educação básica (QFEB), os funcionários Quadro Próprio do Poder Executivo

(QPPE). Representa também os trabalhadores contratados pelos regimes: CLAD/CLT<sup>55</sup>, Paraná Educação<sup>56</sup> (PEAD) e Processo Seletivo Simplificado (PSS) e também representa professores das redes municipais em cidades onde não há sindicatos próprios. A APP-FI atende o município de Itaipulândia na rede municipal.

### 3.6.2 Modelo de composição da gestão sindical

Segundo o Delegado/Presidente da UNE-SN-CDE para a escolha de dirigentes o sindicato adota processo de eleição desde 2007, e somente os sindicalizados têm direito a votar. Cada mandato tem duração de cinco anos, sendo que pode haver reeleição de mais um mandato de igual período. A composição da direção do sindicato nos distritos ou cidades é organizada através de *Comités de Base u Organización de Base*. Atualmente a UNE-SN-CDE conta com seis *Delegados* que compõem a direção do sindicato e dentre esses se escolhe quem irá exercer a função de Presidente. No estado (departamento) de *Alto Paraná-Paraguai* existem seis *Comités de Bases* formados e um sétimo em processo de formação. Cada um tem de cem a duzentos filiados. Porém, levantamos no Estatuto da UNE-SN (2012) que o *Comité Ejecutivo Nacional* da UNE-SN é composto por dezenove membros distribuídos nas seguintes secretarias:

Art.47[...]

a) *Secretaría General*, b) *Secretaría General Adjunta y de Seguridad Social*, c) *Secretaría de Actas y Documentos*; d) *Secretaría de Finanzas y Proyectos*, e) *Secretaría de Relaciones y Prensa*, f) *Secretaría de Asuntos Laborales, Juridicos y Mediación de conflictos*, g) *Secretaría de Organización*, h) *Secretaria de Formación*, i) *Secretaría de Gestión Social*, j) *Secretaría de la Juventud, Igualdad de Género e Indígena*, k) *Miembros titulares 1-9*. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, pg.12).

Enquanto que conforme os dados levantados na UNE-SN-CDE não há divisão em secretarias.

Já na U.D.P.M.-PI para exercer os cargos de *Delegados Departamentales*, a cada três anos são realizadas eleições gerais, em que votam todos os filiados do *Departamento Sindical de Puerto Iguazú* e região (*Puerto Esperanza, Colonia Wanda e Puerto Libertad*). Em 2008 o sindicato tinha setecentos filiados e sete *Delegados Departamentales titulares* e sete *suplentes*. Na última eleição realizada em 27 de maio de 2016 chegaram a novecentos filiados e consequentemente a nove *Delegados Departamentales titulares* e nove *suplentes*. Destacamos

<sup>55</sup> São funcionários contratados em regime CLT-Consolidação das Leis do Trabalho, contratados anteriormente ao Concurso Público de 2005/2006 da Rede Estadual de Ensino no Paraná.

<sup>56</sup> São funcionários de escola contratados temporariamente pela Empresa Terceirizada Paraná Educação.

de acordo com a pesquisa ao Estatuto da U.D.P.M. (1989) que a *Comisión Directiva* do sindicato, situada em *Posadas-Misiones* é composta por quinze secretarias:

Artículo 41[...]

*1º) Secretaria General; 2º) Secretario Adjunto; 3º) Secretario Gremial; 4º) Secretario Ejecutivo y de Actas; 5º) Secretario de Organización y Despacho; 6º) Secretario de Hacienda y Finanzas; 7º) Secretario de Prensa, Cultura y Comunicación; 8º) Secretario de Acción Social; 9º) Secretario de Nivel Médio y Superior; 10º) Secretario de Modalidades Especiales; 11º) Secretario de Educación, Capacitación y Estadística; 12º) Secretario de Jubilados; Secretario de Educación Técnica, 14º) Secretario de Nivel Inicial; 15º) Secretario de Derechos Humanos, Vocal titular primero; Vocal titular segundo, Vocal titular tercero.* Porém, tal divisão não existe nos departamentos. (ESTATUTO DA U.D.P.M., 1989).

Os três cargos de *Vocal titular* se referem aos *Delegados Suplentes* que compõem a *Comisión Directiva* do sindicato. Enquanto que de acordo com os dados levantados na U.D.P.M.-PI, não há essa mesma organização em secretarias. Entre os nove *Delegados Departamentales titulares* e nove *suplentes*, são eleitos entre os pares quem ocupará os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro do sindicato.

Conforme o Presidente da APP-FI informou, a organização adota o processo de eleição que é realizada a cada três anos. A direção é composta por dezessete secretarias, que são: Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria de Administração e Patrimônio, Secretaria de Organização, Secretaria de Aposentados, Secretaria de Assuntos Municipais, Secretaria Educacional, Secretaria de Formação Política Sindical, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Sindicalizados, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Política Sindical, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Funcionários, Secretaria de Gêneros e Relações étnico-raciais e Direitos LGBT, Secretaria de Saúde e Previdência. Além das secretarias, existe ainda a função de Representante de Base<sup>57</sup>, na proporção de um a cada mil sindicalizados. A APP-FI possui dois mil sindicalizados, portanto dois Representantes de Base.

### 3.6.3 Licença para mandato sindical

<sup>57</sup> Art.33. Os/As Representantes de Base do Núcleo Sindical serão eleitos na proporção de um representante até mil sindicalizados/as; dois representantes até dois mil sindicalizados/as; e assim sucessivamente, devendo ser eleito igual número de suplentes.

§1º Poderá candidatar-se o/a sindicalizado/a que, na data da realização das assembleias regionais de eleição de representantes de base, tiver no mínimo seis meses de inscrição no quadro sindical da APP-Sindicato, na forma deste Estatuto, e estiver em dia com as mensalidades sindicais. (ESTATUTO DA APP-SINDICATO, 2012, p.15).



Sobre a existência de trabalhadores liberados para o trabalho sindical, o Presidente da UNE-SN-PI afirmou que essa é uma dificuldade do sindicato, que anteriormente havia a liberação de uma certa quantidade de áreas com liberação sindical, tinha dirigentes nacionais e regionais por resolução do MEC do Paraguai. Mas isso foi cancelado em 2015, pelo atual Presidente do Paraguai, Horácio Cartes. A UNE-SN tinha, mais ou menos, trinta liberações sindicais nacionais, sendo uma para o *Departamento* (estado) de *Alto Paraná*. E especificamente para UNE-SN-CDE não havia liberação para o trabalho sindical.

Já no caso da U.D.P.M., a liberação de educadores para o trabalho sindical só existe para a *Comisión Directiva em Posadas*, os demais *Delegados Departamentales* do sindicato trabalham de forma voluntária, conciliando com as horas livres do trabalho docente.

Na APP-Sindicato, o entrevistado esclareceu que existe a liberação para que sindicalizados atuem somente no trabalho sindical, porém são liberadas sete representações para a Direção Estadual. Inexistindo tal figura nos vinte e nove núcleos regionais da APP no estado do Paraná. Há a possibilidade de solicitar licença sem vencimento para dedicação exclusiva ao trabalho sindical, ficando o pagamento dos vencimentos a cargo do sindicato. Porém, tal ato engessa o desenvolvimento do trabalhador no plano de carreira e acarreta prejuízos salariais a quem optar por essa forma de trabalho.

#### 3.6.4 Contratação de funcionários (as) para o trabalho sindical

Segundo os entrevistados, a UNE-SN-CDE e a U.D.P.M.-PI não possuem funcionários contratados pelo sindicato e os *Delegados* trabalham de forma voluntária. Já a APP-FI tem uma funcionária contratada em regime CLT, sendo que esta funcionária exerce a função de auxiliar administrativo.

#### 3.6.5 Estrutura física e material

Quanto à estrutura física e material do sindicato, por exemplo: a existência de escritório, mobiliários, tecnologias de suporte, computadores, internet e etc... Os dados demonstraram que a UNE-SN-CDE funciona em um espaço provisório na escola *Centro Regional de Educacion Dr. Gaspar Rodrigues de Francia*, Centro de Ciudad del Este, porque utilizam o espaço somente quando têm reuniões. Portanto, não possuem um local de propriedade da UNE-SN-CDE. Também não há mobília e materiais de escritório, em relação

ao uso de computadores, cada *Delegado* utiliza seu equipamento particular. E relação aos cursos formação, *Jornadas Sindicales*, estas são realizadas em diferentes escolas da região de Ciudad del Este.

Com relação à U.D.P.M.-PI, o *Delegado Departamental* relatou que possui um escritório cedido pela *Escuela 615 Iguazú* e os móveis de escritório, telefone, fax, internet e material administrativo foram comprados e são mantidos pela U.D.P.M. Não há computadores, cada *Delegado Departamental* utiliza o seu computador pessoal.

Já no caso da APP-FI, na atualidade há uma sede própria, localizada no endereço: Travessa Cristiano Weirich, 91 - Centro, Foz do Iguazú – PR, no edifício Metrópole. O escritório foi adquirido com recursos próprios no ano de 2009. É composto por duas salas, uma sala na qual realizam o atendimento e outra sala para realização de reuniões e cursos. O espaço tem capacidade para receber trinta pessoas. Quanto à estrutura material, indicou que possuem livros, equipamentos como projetor multimídia, caixa de som. Lembrou também que possuem um computador fixo, um notebook, projetor e caixa de som. Ressaltou que a entidade contratou uma assessoria de comunicação para acompanhar as atividades do sindicato, registrar e publicar os materiais informativos das atividades.

### 3.6.6 Suporte de transporte

Sobre o transporte de *Delegados* da UNE-SN-CDE para realizar o trabalho sindical, os dados revelaram que os dirigentes realizam com seus veículos próprios, e recebem da UNE-SN um reembolso em dinheiro para os gastos com combustível.

Na U.D.P.M. Puerto Iguazú ficou demonstrado que não possuem automóvel para o trabalho sindical, que realizam atividades sindicais locais e viagens com o automóvel de cada *Delegado Departamental*, e recebem o reembolso financeiro da U.D.P.M para gastos com combustível.

Na APP-FI, conforme a pesquisa, os dirigentes utilizam o veículo de propriedade e manutenção do sindicato, e na realização de reuniões, manifestações e assembleias fora do município de Foz do Iguazú, o sindicato realiza-se a locação de ônibus e custeio de passagens individuais para participação dos sindicalizados em tais eventos.

### 3.6.7 Formação da base

Sobre a existência de algum tipo de formação para a base e de que natureza, os resultados apresentados pela UNE-SN-CDE foram que, o *Comité Ejecutivo Nacional* da UNE-SN faz a definição dos temas a serem tratados mensalmente. A formação enfoca a divulgação de novas informações, pautas de reivindicações, legislação, aposentadorias, seguro de saúde, carreira docente, entre outros. Em 2016 a formação enfocou a reivindicação da instituição de um plano de carreira docente em forma de lei, junto ao MEC do Paraguai. Verificamos que as formações da UNE-SN não enfocam a temática pedagógica de maneira aprofundada. Porque há um convênio com o Instituto de Formação Docente, instituição conveniada ao MEC do Paraguai, que é responsável por aplicar essa formação aos docentes, este desenvolve um tema pedagógico por mês, durante um período de meio dia. E a outra metade do dia é destinada à formação sindical, conforme um acordo realizado entre o sindicato e o MEC do Paraguai. Constatamos que a UNE-SN dispunha, anteriormente ao governo do Presidente Horácio Cartes, de um dia inteiro destinado à formação sindical, o “dia sindical”, em que os docentes eram liberados para participar da formação, porém o Presidente cancelou a formação em 2015, e após negociações, liberou somente meio dia de formação sindical.

Na U.D.P.M. também existe curso de formação sindical, no qual tratam de temas como o *Estatuto Docente*, legislação que regumenta a docência e direitos, licenças para tratamento de saúde. Conforme os dados levantados a formação não há temática política, os temas são voltados para os direitos dos docente e também tratam da função dos *Delegados Escolares* e *Departamentales*.

Ainda quanto à existência de formação da base pelo sindicato, sobre a APP-FI o entrevistado indicou que realizam desde 2005, há cerca de doze anos, anualmente um curso de formação. Informou que o curso iniciou em parceria da APP com a CNTE e UFPR-Universidade Federal do Paraná, esta última ofertou a certificação para os participantes dos cursos. Conforme a Ata nº 22 (2009, p.21,) esse curso encerrou, a nível regional, no dia 28 de novembro de de 2009, com a palestra da professora Silvana Aparecida de Souza da Unioeste-Campus de Foz do Iguaçu. E de acordo com a Ata nº 3 (2010, p.25,) ocorreu o encerramento geral, a nível estadual, do curso da APP/CNTE/UFPR, no dia 05 de março de 2010 em Curitiba. Complementando os dados levantados, em análise das atas da APP-FI, localizamos na ata Nº 3 (2004, p. 47) que registra o início curso de preparatório para concurso da Rede Estadual de Ensino no ano de 2004, em parceria com a Unioeste-Campus de Foz do Iguaçu.

Os dados revelaram que os cursos de formação da APP em geral tiveram torno de sessenta ou oitenta horas. No ano de 2016 com o curso de formação foi dividido em dois módulos. O primeiro módulo tratou sobre a luta de classes, a história do movimento operário sindical no

Brasil e a história da APP-Sindicato. O segundo módulo foi sobre a Comunicação Sindical, tema que teve como objetivo ensinar como utilizar as redes sociais e como realizar o trabalho sindical via comunicação.

### 3.6.8 Formação de Base com temática Internacionalista

O entrevistado da UNE-SN afirmou que na formação sindical um dos temas é a análise da realidade da América Latina do ponto de vista pedagógico, em que se analisa o tema do docente, como é o docente na América Latina. Essa formação ocorreu no ano de 2015, tendo sido o tema de vários encontros, contando inclusive com a IEAL, já que esta propõe o *Movimiento Pedagógico Latinoamericano* e no seu interior se discute a realidade docente na América Latina. Contudo, verificamos que não há formação com abordagem sobre internacionalismo proletário.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que a U.D.P.M. é filiada a CTERA, entidade que concentra maior número de filiação de sindicatos na Argentina. E internacionalmente a U.D.P.M. é filiada a IEAL e ao *Movimiento Pedagógico Latinoamericano*, razão pela qual receberam alguns cursos ofertados pelo referido movimento. O entrevistado relatou também que na formação sindical da U.D.P.M-PI não existe nenhuma temática voltada para a articulação da classe trabalhadora em nível internacional ou com o tema internacionalismo proletário.

Na APP-FI evidenciamos que o internacionalismo é um elemento da luta dos trabalhadores. E como a formação tem majoritariamente um viés do materialismo histórico dialético, já abordou o Livro “Manifesto do Partido Comunista”, e obras de autores como Antonio Gramsci, envolvendo o viés da luta internacional da classe trabalhadora. Expôs que nunca teve uma formação especificamente sobre o internacionalismo proletário. Mas indicou que já realizaram, por exemplo, um curso de formação para funcionários de escola com uma etapa realizada em Foz do Iguaçu e através deste realizaram uma visita e uma conversa com os funcionários de escola da Argentina e do Paraguai, porém essa articulação não teve continuidade.

### 3.6.9 Unicidade com trabalhadores de outras categorias e eventos internacionais

Verificamos que houve um congresso nacional entre a UNE-SN e a IEAL, no qual foi

apresentada proposta dos cursos de formação do *Movimiento Pedagógico Latinoamericano* que foi ofertado em 2014 aos sindicalizados da UNE-SN. Houve também um seminário em 2013, organizado pela *Coordinación Departamental de la Educación del Paraguai*. Este não teve caráter sindical e sim tema pedagógico, no qual foram convidados docentes da Argentina e do Brasil. Todavia, os dados levantados não revelaram quem eram os participantes ou de quais organizações.

Em conformidade com a pesquisa realizada na U.D.P.M.-PI evidenciamos alguns encontros em nível internacional: um encontro tripartite entre as forças policiais da tríplice fronteira sobre segurança: que ofereceram cursos aos docentes de *Puerto Iguazú*. Levantamos que os docentes do Paraguai também participaram do encontro. Sendo que os dados não demonstraram que se estavam filiados a UNE-SN-CDE.

Já na APP-Sindicato o entrevistado explicou também ter participado individualmente representando a APP-FI no simpósio Paulo Freire, evento realizado pela IEAL em Pernambuco. Do qual participaram a UNE-SN, a CTERA, além de representações sindicais da Colômbia, Venezuela, Peru, México etc. Informou também que, individualmente, no ano de 2010 participou de um evento na cidade de *Buenos Aires*: tratava-se de um encontro da OEA-Organização dos Estados Americanos intitulada *XX Conferencia Iberoamericana de Educación, Metas Educativas 2021: La Educación que queremos para la generación de los Bicentenarios* em que foram estabelecidas metas que os países ligados à OEA deveriam cumprir até o ano de 2021.

### 3.6.10 Filiação sindical em nível nacional e internacional

Da UNE-SN, Oscar Villar ressaltou também que tal sindicato é afiliado à IEAL através do programa de formação para docentes em educação pública do Paraguai, denominado *Movimiento Pedagógico Latinoamericano*, e à nível nacional, é filiado à Central Nacional de Trabajadores (CNT).

Da U.D.P.M. o entrevistado relatou que este sindicato era filiado à CTERA a nível nacional e a nível internacional é filiada a IEAL e ao seu *Movimiento Pedagógico Latinoamericano*.

Já a APP-Sindicato é um sindicato de caráter estadual, sendo filiado à CUT-Central Única dos Trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que por sua vez possui uma secretaria de relações internacionais e esta costuma atuar conjuntamente com outros países. A CNTE também é filiada à IEAL e no interior desta

participam do *Movimiento Pedagógico Latinoamericano*.

### 3.6.11 Secretaria de Assuntos Internacionais

Conforme o entrevistado no *Comité Ejecutivo Nacional* da UNE-SN, há uma *Secretaría de Relaciones y Prensa* (Secretaria Relações e Imprensa), porém, as relações são internas, a nível nacional, não havendo na mesma uma projeção internacional. E em relação ao trabalho dos seis *Delegados* da UNE-SN-CDE relatou que não realizam atividades de articulação internacional. Porque além do trabalho voluntário no sindicato, eles estão em sala de aula e dispõe de pouco tempo, tendo até mesmo dificuldades para se reunirem para tratar das questões internas da UNE-SN-CDE.

De acordo com o *Delegado Departamental* da U.D.P.M. PI a *Comisión Directiva* possui quinze secretarias, mas tal divisão não existe nos demais *Departamentos Sindicales*. Ressaltou ainda que dentro da estrutura do sindicato não existe nenhuma secretaria especialmente designada para tratar de assuntos internacionais, mas que teve vontade de criar uma articulação com o Brasil e com o Paraguai.

Conforme o relato do Presidente da APP-FI, a entidade não possui nenhuma secretaria que trate com exclusividade de assuntos internacionais entre sindicatos. Mas as relações internacionais, rotineiramente, são englobadas pela Secretaria de Políticas Sindicais e Secretaria Educacional. E a maneira mais usual e formal é a de que os presidentes e cargos similares tratem diretamente dos assuntos direcionados a relações internacionais, pois, não há na estrutura do sindicato uma secretaria de relações internacionais. Explicou também que a APP-Sindicato é um sindicato de caráter estadual (Paraná), mas que nacionalmente está filiado à CUT-Central Única dos Trabalhadores e a CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e esta última, por sua vez, possui uma Secretaria de Relações Internacionais e costuma realizar atividades com outros países e também é filiada à IEAL.

### 3.6.12 Articulação internacional entre UNE-SN, APP-SINDICATO e UNE-SN

Do conjunto dos relatos dos dirigentes da UNE-SN, U.D.P.M. e APP-FI e conclui-se que houve de fato: no ano de 2015 reuniões da UNE-SN, com a APP-Sindicato e com a U.D.P.M. para tratar da possibilidade de criação de um congresso em conjunto, denominado I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina (Anexo VII)

que seria organizado pela autora desta pesquisa juntamente com professores da Unioeste-Campus de Foz do Iguaçu (Silvana Aparecida de Souza e Sebastião Rodrigues Gonçalves). Entretanto, devido a questões de financiamento o evento não se concretizou. Houve também a participação das representantes da UNE-SN-CDE no Seminário Internacional da APP-Sindicato (Anexo III), realizado em 25 de janeiro de 2015 na cidade de Foz do Iguaçu (Complexo Rafain Expocenter), o evento abordou a resistência e organização dos (as) trabalhadores (as) na América Latina. Sobre o qual, segue um trecho da reportagem publicada sobre o evento, contida no site oficial da APP-Sindicato:

Ao dar as boas-vindas aos participantes, o presidente da APP, professor Hermes Silva Leão, expressou a alegria da entidade em criar este espaço de debate. “Com muita alegria que nós, da APP, acolhemos todos e todas, dos 29 Núcleos Sindicais e convidados. Nós temos procurado seguir o ensinamento do velho e bom Marx: ‘Trabalhadores do mundo, uni-vos!’”. E ficamos muito felizes de estarmos aqui, em Foz, esta fronteira que carrega simbolismo e desafios imensos para os povos latino-americanos, para a classe trabalhadora, e para os movimentos sociais e sindicais, com o intuito de refletir sobre os ataques cada vez mais rotineiros do capital contra a classe trabalhadora”, explicou.

O convidado principal da palestra foi o ex-secretário de Relações Internacionais da Central de Trabalhadores de Cuba, Leonel González, que atualmente faz parte do Centro Martin Luther King, de Havana, Cuba. Também palestraram Fátima Aparecida da Silva, secretária de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e a psicóloga e coordenadora da organização feminista ‘Sempre Viva’. Também compôs a mesa para uma saudação o sindicalista paraguaio Oscar Villar, da União Nacional dos Educadores. (APP-SINDICATO, 2016, s/p/).

O Seminário Estadual da APP-Sindicato foi realizado em Foz do Iguaçu no início do ano de 2016. A esse respeito, segundo dados levantados na entrevista com o dirigente da UNE-SN-CDE, que essa participação despertou em seus colegas dirigentes sindicais a importância da criação de um vínculo entre os sindicatos da fronteira.

Os resultados levantados na entrevista com o *Delegado Departamental* da U.D.P.M. foi realizado um encontro juntamente com a APP-Sindicato, em 2011, em *Puerto Iguazú-Misiones*, denominado 1º Encontro Internacional de Educadores da Tríplice Fronteira. O tema do encontro foi sobre a política educativa de cada um dos países, o sistema educacional e quais foram seus avanços e retrocessos. A respeito do encontro, levantamos no site oficial da APP-Sindicato a reportagem (Anexo IV) que descreve a realização desse evento:

APP promove encontro internacional na Argentina

Na última sexta-feira (5) aconteceu a terceira parte do 1º Encontro de Educadores da Tríplice Fronteira, em Porto Iguaçu, Argentina. A delegação brasileira participou do 1º Encontro Internacional para Reflexões Sindicais, promovido pela APP-Sindicato e União de Docentes da Província de *Misiones* (UDPM).

Cerca de 800 educadores do Brasil e da província (ou estado) de *Misiones* debateram práticas pedagógicas e políticas públicas para educação, além do papel dos sindicatos no Brasil e na Argentina. Janeslei Albuquerque, secretária educacional da APP, fez uma palestra sob o tema: “Estrutura e organização do sindicato dos professores e funcionários”, na qual também fez uma contextualização histórica sobre a educação no país “ A ideia de educação pública, gratuita, como direito de todos no Brasil, formalmente, em lei, tem apenas 23 anos”, explica Janeslei aos argentinos. Ela também apresentou programas do sindicato, como a campanha “ A educação quer mais” e materiais como o jornal 30 de agosto especial Semana Pedagógica, que foi distribuído para os participantes.

Valdivino de Moraes, secretário de Funcionário palestrou sobre “Política nacional e organização pedagógica do trabalho” e enfatizou as conquistas dos funcionários. O evento também contou com a participação da deputada Stella Maris Leverberg, além do ministro da educação da província de *Misiones*, Luis Jacobo, dirigentes da UDPM e da secretária geral da confederação dos Trabalhadores da Educação da República da Argentina (CTERA), Stella Maldonado.

O encontro é uma iniciativa do Coletivo de Funcionários da APP e contou com a organização de Maria Madalena Ames, secretária de sindicalizados. “No início se pensava em levar os funcionários para conhecer as escolas de outros países. Quando fizemos o contato na Argentina surgiu a ideia de abrir para todo o estado de *Misiones*, para que pudessem também os docentes participar. A APP, através do professor Julio e a Corina (professores argentinos), fez o contato e construímos esse encontro”, conta a secretária.

Valdivino de Moraes analisa o evento: “Eles estão com 6,4% do PIB investido em educação, enquanto no Brasil ainda está se aplicando 5,2%. É muito forte a luta contra a mercantilização da educação. Isso nos une, mas precisamos avançar ainda mais nesse debate. Uma coisa que nos diferencia é que eles estão centrados na valorização dos professores. Eles não estão trabalhando de forma unificada aos funcionários”, analisa. (APP-SINDICATO, 2016, s/p).

Tanto o entrevistado da U.D.P.M. como da APP-FI relataram a realização do encontro, o qual destacamos como principal indício de que já houve uma preocupação concreta com a articulação internacionalista entre a APP-FI e U.D.P.M., ou seja, entre sindicatos em educação da fronteira Brasil e Argentina. Sobre o evento também houve uma matéria televisiva (Anexo VI) veiculada pela imprensa local de Foz do Iguaçu em que informava que o encontro reuniu educadores do Brasil, Paraguai e Argentina, com o objetivo de intercambiar experiências sobre a educação, sobre organização sindical de professores e funcionários (Agentes Educacionais I e II). Porém, as fontes não revelaram de que instituição eram os representantes dos educadores Paraguaiois que participaram do referido encontro. Além do evento já relatado, houve também um outro encontro entre APP e U.D.P.M. em Pontal do Paraná (Praia de Leste). Mas para esse encontro a *Comisión Directiva* da U.D.P.M. foi convidada pela APP. Todavia, os dados revelados não demonstraram porque as relações entre APP e U.D.P.M não tiveram continuidade. Outro dado levantado foi a realização de uma única etapa do curso de formação da APP para funcionários de escola, no qual ocorreu uma etapa em Foz do Iguaçu, e uma visita e roda de conversa com os funcionários de escola de *Puerto-Iguazú-Argentina* e de *Ciudad del Este-Paraguai*.



### 3.7 DOCUMENTOS SINDICAIS SOBRE ARTICULAÇÃO INTERNACIONALISTA

#### 3.7.1 Documentos impressos da APP-FI: Atas, Informativo Especial e Folder

Conforme já relatamos, a UNE-SN-CDE e a U.D.P.M.-PI não possuem arquivos com documentos impressos que retratam as suas histórias e conseqüentemente não há documentos que apontam para articulações internacionalistas. Já na **APP-FI** foram encontrados documentos que tratam de fragmentos de sua história que apontam a realização alguns de eventos de articulação internacional. Os quais explicitaremos nesse item.

Os documentos analisados foram atas contendo a organização e programação de atividades como: cursos de formação (jornadas e congressos) abordando sobre o internacionalismo proletário, reportagens e convites formais para a realização ou participação em eventos entre a APP-FI, UNE-SN-CDE e U.D.P.M.-PI. Os quais apresentamos os resultados encontrados a seguir.

O Livro Ata nº 4 da APP-FI descreve as discussões e deliberações dos anos 2000 a 2004. Deste destacamos o relato do início da realização de um curso de formação relacionado aos “[...] cento e quarenta anos da Primeira Internacional Comunista, relacionando as primeiras discussões e ações com as propostas atuais” (ATA nº 3, 2004, p.48). O Curso de Formação teve na sua primeira edição sob o título de: I Jornada Internacional de Rememorização dos 140 anos da AIT. Iniciou no dia 28 de setembro de 2004 até 01/10/2008. O curso de formação teve cinco edições anuais, ocorrendo em períodos determinados e sempre aos sábados.

As instituições que apoiaram a APP-FI na organização do curso foram: Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Campus de Cascavel e Campus de Foz do Iguaçu, (tendo como um dos idealizadores o Prof. Dr. Sebastião Rodrigues Gonçalves) especificamente o Colegiado de Pedagogia, Colegiado de Enfermagem, CEL-Centro de Educação e Letras, Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias e Alimentação, Colégio Estadual Barão do Rio Branco e Colégio Estadual Bartolomeu Mitre.

O informativo especial (jornal impresso) Educação em Luta da APP-FI edição Março/Abril de 2009 (Anexo IX) explicita a justificativa da realização do curso:

Em 28 de setembro de 1864, foi lançado por Marx e Engels o manifesto de fundação da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores. Já o Manifesto Comunista publicado em 1848, orientava o proletariado do mundo a organizar-se em partidos políticos, sindicatos e associações para defender-se da exploração do capital sobre o trabalho.

Em 2004, fez 140 anos do primeiro manifesto da AIT. A exploração dos capitalistas sobre os trabalhadores permanece a mesma, tal e qual os fundamentos já constatados por Marx e Engels em meados do Século XIX. Mas, também foi constatado pelos respectivos comunistas que: “as idéias da classe dominante”. Por essa razão, hoje a ideologia burguesa é considerada a ideologia dominante, tendo como aliados a reprodução dessa ideologia, setores do proletariado que atuam como reprodutores do pensamento burguês.

Diante dessa conjuntura, os desafios são maiores para aqueles educadores que lutam pela superação das injustiças e das desigualdades sociais. Neste sentido, com o objetivo de construir a unidade organizar a classe trabalhadora, realizamos a Jornada de Rememorização da I Associação Internacional dos Trabalhadores em 2004. (EDUCAÇÃO EM LUTA-INFORMATIVO ESPECIAL DA APP-SINDICATO/NÚCLEO DE FOZ DO IGUAÇU, Foz do Iguaçu, Março/Abril, 2009, p.3).

O referido curso de tinha como proposta de atividade a formação de comitês locais (grupos de estudos), compostos por educadores, estudantes, partidos, sindicatos e qualquer segmento de trabalhadores que desejasse resgatar e preservar a memória da luta comunista internacional. A atribuição dos comitês locais era planejar e coordenar as atividades da Jornada Internacional de Rememorização da I AIT, também poderiam acompanhar eventos regionais e estaduais. Ao final do curso cada grupo teria como tarefa apresentação de um artigo relacionado a temática estudada. Destacamos a que informações referentes a realização das II, III, IV e V edições das jornadas estão contidas no Livro Ata nº 05 da APP-FI (2004).

A II Jornada Internacional de Rememorização da I Associação Internacional dos Trabalhadores ocorreu de junho a setembro e teve uma Jornada de encerramento em 08 de outubro de 2005 com 40 horas de carga horária. Segundo a Ata nº 32 (2005, p. 29) o tema abordado nos grupos de estudos foi o “Marxismo na América Latina”.

Conforme a Ata nº 9 (2006 p. 53) a III Jornada Internacional dos Trabalhadores ocorreu no dia 03 de junho de 2006 e encerrou no dia 21 de outubro de 2006, abordou temas como o “Marxismo na América Latina, Movimentos Sociais e Educação Popular, teve 40 horas de carga horária.

De acordo com a Ata nº 15 (2006, p.59) a IV Jornada Internacional de Rememorização da I Associação Internacional dos Trabalhadores, foi realizada no ano de 2007. Teve como temática geral Marxismo na América Latina: Estado, Movimentos Sociais, e Educação e com seguintes subtemáticas: Crise da Esquerda, Partidos, Sindicatos, Movimentos Sociais, A Educação na Perspectiva Socialista, História das Revoluções do séc. XX, Rebeliões Populares.

Segundo a Ata nº 5 (2008, p.85) a V Jornada Internacional de Rememorização da I Associação Internacional dos Trabalhadores teve abertura no dia 10 de maio de 2008 e encerrou-se no dia 15 de novembro de 2008. O Livro Ata Nº 6 da APP-FI, nas Atas de nº 11 (2009, p. 18) e Nº13(2009, p. 15) relatam a realização de uma reunião no dia 12 de agosto de

2009, na qual discutiu-se o encerramento das Jornadas, porém, as referidas atas não descrevem a motivação pelo qual o curso encerrou suas atividades.

Conforme as análises dos Livros Atas Nº 4, 5 e 6 da APP-FI, destacamos que as referidas edições da Jornada Internacional de Rememorização da I Associação Internacional dos Trabalhadores não apontam a participação de organizações sindicais da Argentina e do Paraguai, e sendo assim não houve a participação dos sindicatos em educação: UNE-SN-CDE e U.D.P.M-PI. Entretanto evidenciamos que a temática do internacionalismo proletário permeou as discussões das diversas edições da Jornada Internacional de Rememorização da I Associação Internacional dos Trabalhadores.

Em busca de documento que evidenciassem a articulação entre os sindicatos pesquisados, encontramos um convite formal da APP-Sindicato (Anexo VI), encaminhado em 10 de novembro de 2015, para uma reunião conjunta com a U.D.P.M.-PI e UNE-CDE para tratar da organização de um seminário (Jornada) em conjunto. Denominado I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. A seguir, destacamos parte do conteúdo do convite oficial da APP-FI direcionado a U.D.P.M.-PI (Anexo V):

APP-SINDICATO dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná vem respeitosamente convidar representantes da direção da UDPM-Unión de Docentes de la Provincia de *Misiones* para participar de uma reunião sobre a I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. A realizar-se em Foz do Iguaçu no dia 05 de dezembro as 09:00 horas da manhã, no Colégio Estadual Barão do Rio Branco, na Rua Silvino Dal Bó, 85-Jardim Polo Centro, nesta cidade. Na sequência dispõe-se a pauta da reunião e um memorial sobre as discussões já realizadas nas reuniões anteriores com representantes da UDPM-Argentina, UNE-SN-Paraguai e APP-Sindicato-Brasil.

**Pauta da Reunião:**

Apresentação da temática;  
Esclarecimento gerais sobre o evento;  
Definição orçamentaria sobre os custos do evento;  
Apresentação de sugestões para melhoria do cronograma do evento. (CONVITE DA APP-FI, 10 de novembro de 2015, p.1).

Ressaltamos que ocorreram seis reuniões no ano de 2015, na tentativa de organização da I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, reuniões com a presença de dirigentes a nível regional, a nível estadual e nacional dos três sindicatos pesquisados (UNE-SN, APP e U.D.P.M.). Nessas reuniões os dirigentes sindicais tiveram a possibilidade de conhecerem-se, expor, discutir e refletir sobre a realidade educacional e a organização sindical de seus respectivos países (Brasil-Paraguai-Argentina). Porém, o evento não se efetivou devido a problemas financeiros para o custeio do evento.

### 3.7.2 Estatutos da UNE-SN, APP-FI e U.D.P.M.-PI e a articulação internacionalista

Conforme a pesquisa por documentos que pudessem apontar indícios de articulação internacionalista, levantamos e analisamos os estatutos que regem as estruturas organização formal da UNE-SN, APP e U.D.P.M. Sob os apontamentos encontrados em relação aos indícios de articulação internacionalista explicitamos a seguir.

O Estatuto Social, documento que rege a organização da UNE-SN foi aprovado no dia 29 de junho de 2012, pela resolução 620 do *Poder Ejecutivo Ministerio de Justicia y Trabajo* em Assunção Paraguai. O documento contém noventa e nove artigos, e conforme as análises realizadas para levantamento de artigos que apontam para articulação internacionalista enfocamos os seguintes:

A seção dos princípios, fins e objetivos dispõe:

Art.10 PARA O CUMPRIMENTO DE SEUS PRINCÍPIOS, FINS E OBJETIVOS, PROPICIAR O DESENVOLVIMENTO DOS SEGUINTE MEIOS:

[...]

f) Promover relações de amizade com entidades sindicais nacionais e internacionais. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 5, tradução livre da autora).

Verificamos conforme as entrevistas e análise do estatuto que essas relações de amizade ocorrem nacionalmente através da filiação da UNE-SN a CNT-*Central Nacional de Trabajadores del Paraguai*, e internacionalmente com a IEAL-Internacional da Educação para América Latina, FLATEC-Federação Latino Americana de Trabalhadores da Educação e Cultura, CSA-Confederação Sindical das Américas e CSI-Confederação Sindical Internacional. Também houve relações de amizade com a APP no ano de 2015, na tentativa de organização do seminário I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina), reuniões e participação no Seminário Internacional da APP.

Outro ponto que destacamos do estatuto da UNE-SN é o “Art. 11 O PATRIMÔNIO SOCIAL SE INTEGRA COM: [...] d) Recursos de cooperação nacional e internacional. ” (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 6, tradução livre da autora). Ou seja, a entidade está aberta a receber recursos provenientes de solidariedade internacional para melhoria da estrutura sindical.

Conforme já relatado, no Estatuto da UNE-SN (2012), o sindicato esta organizado em 10 (dez) secretarias:

Art. 47. *Secretaría General, b) Secretaría General Adjunta y de Seguridad Social, c) Secretaría de Actas y Documentos; d) Secretaría de Finanzas y Proyectos, e) Secretaría de Relaciones y Prensa, f) Secretaría de Asuntos Laborales, Jurídicos y Mediación de conflictos, g) Secretaría de Organización, h) Secretaría de Formación, i) Secretaría de Gestión Social, j) Secretaría de la Juventud, Igualdad de Género e Indígena, k) Miembros titulares 1-9.* (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, pg.12).

Destas secretarias em relação às atribuições que apontam para a articulação internacional destacamos a *Secretaría General* (Secretaria Geral), *Secretaría de Relaciones y Prensa* (Secretaria de Relações e Imprensa) e *Secretaría de la Juventud, Igualdad de Género e Indígenas* (Secretaria da Juventude, Igualdade de Gênero e Indígena):

Art.51: CORRESPONDE A *SECRETARÍA-GENERAL*:

[...]

c) Assinar com o respectivo secretário, as atas, documentações e correspondência da UNE-SN e as resoluções do Comitê Executivo Nacional, as comunicações, petições, mandatos e poderes que se outorguem a profissionais para assumir a defesa dos direitos da UNE -SN, regulamentos internos, contratos e obrigações, convênios com entidades privadas e / ou públicas com organizações nacionais e/ou internacionais, conforme previsto neste estatuto. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 14, tradução livre da autora).

[...]

Art.56: CORRESPONDE A *SECRETARÍA DE RELACIONES Y PRENSA*:

[...]

b) Promover e manter relações com os sectores relevantes, a nível nacional e internacional. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 16, dá Tradução livre autora).

[...]

Art. 60: CORRESPONDE A *SECRETARÍA DE LA JUVENTUD, IGUALDAD DE GÉNERO E INDÍGENA*:

[...]

c) Representar a UNE-SN em instâncias nacionais e internacionais relacionadas com a sua secretaria. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 17, tradução livre autora).

Das atribuições da *Secretaría General* destacamos a realização de filiações com organizações sindicais internacionais, desmonstrando que a entidade reconhece a importância de estar vinculada internacionalmente e a regulamenta no estatuto. Quanto as atribuições da *Secretaría de Relaciones y Prensa*, ressaltamos a atribuição de promoção e manutenção de relações a nível internacional, porém conforme a entrevistas com o dirigente atual da UNE-SN o trabalho dessa secretaria esta direcionado relações internas e nacionais. E em relação a *Secretaría de la Juventud, Igualdad de Género e Indígena* evidenciamos uma de suas atribuições: a de representar a UNE-SN em instâncias internacionais relacionadas a temáticas que competem a esta secretaria, contudo com os dados levantados nas entrevistas sobre a história oral e estrutura de organização formal da UNE-SN-CDE não encontramos referências a relações deste sindicato com instâncias internacionais voltadas para a questão indígena, juventude ou da igualdade de gênero.

As análises os artigos 10, 11, 51,56 e 60 do Estatuto da UNE-SN (2012) demonstraram que existem exíguas preocupações com a articulação internacional, porém ainda de modo incipiente em relação a uma política sindical ampla fundamentada no internacionalismo proletário.

O Estatuto da APP foi aprovado pela Assembleia Estadual realizada em 15 de dezembro de 2012, contém duzentos e dezenove artigos, dentre os quais destacamos, os artigos que demonstraram uma proposição internacionalista. Também ressaltamos os seguintes indícios de internacionalismo descrito na página de apresentação do estatuto:

A APP-Sindicato, no seu estatuto expressa os princípios da Central Única dos Trabalhadores, da Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Internacional da Educação. Nossa inserção nessas organizações reitera Marx no Manifesto Comunista quando conclama: “Trabalhadores de todo o Mundo: uni-vos!”. Na luta permanente por uma sociedade justa, igualitária-socialista. (ESTATUTO DA APP, 2012, p.3).

Verificamos que essa apresentação assinala a importância com que a APP se dirige a união dos trabalhadores de todo o mundo, demonstra a compreensão de que a luta contra as injustiças, desigualdades e transformação do sistema capitalista, não se dará de forma parcializada, e sim de forma unificada. Ainda nesse sentido, destacamos o “Art. 3º. A APP-Sindicato tem como princípios: I- o apoio aos povos do mundo inteiro na luta pelo fim da exploração, pela soberania e autodeterminação;” (ESTATUTO DA APP, 2012, p.7).

Conforme as análises das atribuições das dezessete secretarias que compõem a estrutura de organização da APP, dispostas a partir do artigo 37 até o artigo 62 do Estatuto da APP (2012), as quais são: Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria de Administração e Patrimônio, Secretaria de Organização, Secretaria de Aposentados, Secretaria de Assuntos Municipais, Secretaria Educacional, Secretaria de Formação Política Sindical, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Sindicalizados, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Política Sindical, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Funcionários, Secretaria de Gêneros e Relações étnico-raciais e Direitos LGBT, Secretaria de Saúde e Previdência.). Destacamos que a Diretoria Estadual/Presidência e a Secretaria de Política Sindical apresentam atribuições que apontam para articulação internacional:

Art.45. São atribuições da Diretoria Estadual:

[...]

VII-manter intercâmbio com entidades dos trabalhadores da educação e organizações sindicais; (ESTATUTO DA APP, 2012, p.17).

Art.58. – São atribuições do/a Secretário de Política Sindical

[...]

II - organizar as relações sindicais externas, propondo planos de ação;

V - promover encontros e ações de solidariedade às lutas dos/as trabalhadores/as de todas as categorias profissionais;

VI - incrementar, juntamente com a Diretoria Estadual e as Diretorias Regionais, as relações intersindicais em todos os níveis;

VII - promover intercâmbio de experiências sindicais nacional e internacional, fazendo com que a APP-Sindicato participe e esteja representada nas atividades a que tenha sido convidada. (ESTATUTO DA APP, 2012, p.22).

De acordo com a análise das atribuições das dezessete secretarias, além da Direção Estadual, somente uma apresenta atribuição que aponta para a articulação internacional. Sobre a atribuição da Direção Estadual no art. 45, item VII, observamos que esta ilustra a prática, pois conforme a entrevista com o atual Presidente da APP-FI Fabiano Severino, a maneira mais usual e formal é de que os presidentes e cargos similares tratem diretamente dos assuntos de articulação internacional. Porém, enfatizamos que é atribuição formal da Secretaria de Política Sindical de acordo no art. 58, suscitar ações no sentido da articulação internacional e representar a APP nas atividades de intercâmbio que receber convite. Diante das evidências encontradas e apontadas no Estatuto da APP (2012) compreendemos que existe pouco planejamento em relação a uma política sindical para a articulação internacional.

O Estatuto da U.D.P.M. foi aprovado no ano de 1989, (em vigência há 28 anos), pelas resoluções Nº 96 em Nº677 do *Ministerio de Trabajo y Seguridad Social*. Esta formulado em duzentos e quarenta e um artigos que regimentam a estrutura de organização formal do sindicato.

Conforme análise do documento destacamos somente os indícios de articulação internacionalista, encontrados nos seguintes artigos:

ARTIGO 2: A entidade tem por objetivos e fins:

[...]

e) Representar os trabalhadores do estado perante os organismos estatais e/ou privados referentes a congressos estaduais, nacionais, internacionais, de natureza educacional, de trabalho ou cultural em todas as atividades, delegações, comissões ou instituições que devem ter representação. (ESTATUTO DA U.D.P.M. 1989, p.4, tradução livre da autora).

ARTIGO 50: São deveres e atribuições do *Secretario Gremial*:

[...]

4-Sustentar relações a nível intersindical e com outros organismos educativos e laborais. (ESTATUTO DA U.D.P.M. 1989, pg.12, tradução livre da autora).

Em relação aos objetivos e fins dispostos no artigo 2 do Estatuto da U.D.P.M. (1989) averiguamos que articulação internacional se dá através de representação do sindicato em atividades ou congressos internacionais. E quanto ao artigo 50, as atribuições do *Secretario Gremial* aponta relações intersindicais com outras organizações, mas não específica articulação

com sindicatos de outros países. De acordo com os dados levantados nas análises do Estatuto da U.D.P.M., observamos que apresenta limitada preocupação com a articulação internacional.

Diante da apreciação dos Estatutos da UNE-SN (2012), APP (2012) e U.D.P.M. (1989) ponderamos três reflexões comparativas, a primeira: os três estatutos indicaram uma pequena quantidade de dispositivos que tratam da articulação internacionalista, e de modo geral os dispositivos relatados remontam a participação e representação dos sindicatos em eventos como congressos. E a segunda reflexão, conforme já exposto, na análise do Estatuto da UNE-SN (2012), o mesmo apresentou cinco artigos que demonstram alguma preocupação com articulação internacionalista, enquanto que o Estatuto da APP (2012) apresentou três artigos e a U.D.P.M. (1989) apresentou somente dois artigos. A terceira reflexão é em relação a vigência dos estatutos, verificamos que os Estatutos da UNE-SN e APP são recentes, ambos de 2012, já o da U.D.P.M. é de 1989, em vigor há 28 anos. Considerando o Estatuto da U.D.P.M. como mais antigo em relação aos Estatutos da UNE-SN e APP, os três demonstraram que existe poucos dispositivos na estrutura de organização formal dos sindicatos em educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina que tratam da articulação internacionalista, e ausência de uma política sindical direcionada a práxis do internacionalismo proletário e conseqüentemente a consolidação da articulação internacionalista.

### **Quadro 2 – Síntese da busca por articulações internacionalista nos Estatutos da UNE-SN, APP, U.D.P.M. março de 2017**

ESTATUTO DA UNE-SN (2012)	ESTATUTO DA APP (2012)	ESTATUTO DA U.D.P.M. (1989)
Art.10 PARA O CUMPRIMENTO DE SEUS PRINCÍPIOS, FINS E OBJETIVOS, PROPICIAR O DESENVOLVIMENTO DOS SEGUINTE MEIOS: [...] f) Promover relações de amizade com os sindicatos nacionais e internacionais. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 5, tradução livre da autora).	Art. 3º. A APP-Sindicato tem como princípios: I- o apoio aos povos do mundo inteiro na luta pelo fim da exploração, pela soberania e autodeterminação; [...] VIII-a solidariedade e a unidade da classe trabalhadora;	ARTIGO 2: A Entidade tem os seguintes objetivos e fins: [...] e) Representar os trabalhadores do estado perante os organismos estatais e/ou privados referentes a congressos estaduais, nacionais, internacionais, de natureza educacional, de trabalho e de cultura em todas as atividades, delegações, comissões ou instituições que devem ter representação. (ESTATUTO DA U.D.P.M. 1989, pg.4).
Art. 11 O PATRIMÓNIO SOCIAL SE UNE COM: [...] d) Recursos de cooperação nacional e internacional. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 6, tradução livre da autora).	Art.45. São atribuições da Diretoria Estadual: [...] VII-manter intercâmbio com entidades dos trabalhadores da educação e organizações sindicais;	ARTIGO 50: São deveres e atribuições do <i>Secretario Gremial</i> : [...] 4-Sustentar relações a nível intersindical e com outros organismos educativos e laborais.
Art.51: CORRESPONDE A SECRETARIA-GERAL: [...] c) Assinar com o respectivo secretário, as atas, documentações e correspondência da UNE-SN e as resoluções do Comitê Executivo Nacional, as comunicações, pedidos, mandatos e poderes que se concedem a profissionais para assumir a defesa dos direitos da UNE -SN, regulamentos internos, contratos e	Art.59. – São atribuições do/a Secretário de Política Sindical [...] II - organizar as relações sindicais externas, propondo planos de ação; V - promover encontros e ações de solidariedade às lutas dos/as trabalhadores/as de todas as categorias profissionais;	



<p>obrigações, convênios com entidades privadas e / ou públicas com organizações nacionais e/ou internacionais, conforme previsto no estatuto Social. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 14, tradução livre da autora).</p>	<p>VI - incrementar, juntamente com a Diretoria Estadual e as Diretorias Regionais, as relações intersindicais em todos os níveis; VII - promover intercâmbio de experiências sindicais nacional e internacional, fazendo com que a APP-Sindicato participe e esteja representada nas atividades a que tenha sido convidada; (ESTATUTO DA APP, 2012, pg.22).</p>	
<p>Art.56: CORRESPONDE AO SECRETÁRIO DE RELAÇÕES E IMPRENSA: [...] b) Promover e manter relações com os sectores relevantes, a nível nacional e internacional. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 16, dá Tradução Livre autora).</p>		
<p>Art. 60: CORRESPONDE A SECRETARIA DE JUVENTUDE, IGUALDADE DE GÊNERO E ASSUNTOS INDÍGENAS: [...] c) Representar a UNE-SN em organismos nacionais e internacionais relacionadas com a sua secretaria. (ESTATUTO DA UNE-SN, 2012, p. 17, dá Tradução Livre autora).</p>		

Fonte: Organizado pela autora.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a categoria totalidade o todo não está separado das partes, ambos se complementam em um movimento dialético, portanto, no primeiro capítulo dessa dissertação buscamos compreender o internacionalismo proletário e aquilo que é a base contraditória o nacionalismo.

Compreendemos que o nacionalismo deriva inicialmente da palavra nação, que está ligada a origem, a descendência de um povo. O termo sofreu alterações no decorrer do desenvolvimento da sociedade, havendo certa indefinição na sua conceituação. Conforme Hobsbawm (1990, p. 27-28) a definição mais aceita de nação é “a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e, em geral falam a mesma língua e possuem uma tradição comum”. Compreendemos que estes elementos em comum passaram a desempenhar um papel ideológico: o sentimento de nacionalismo, de preservação do país em defesa da soberania em conflitos armamentistas.

Verificamos que a Revolução Francesa (Século XIX) marca o apogeu do sentimento de nacionalismo, pois a burguesia que havia se unido aos proletários para a derrubada das monarquias absolutistas. Após a vitória a burguesia apropria-se do poder de comando dos Estados-nacionais, criados nesse período, restando aos proletários a venda de sua força de trabalho a burguesia e sujeição a exploração de seu trabalho as burguesias nacionais e até mesmo internacionais. Nesse sentido, segundo Löwi (2000, p.34) Marx e Engels, entenderam o “[...] conceito de nação que remete a uma formação histórica ligada ao crescimento do modo de produção capitalista e cristalizado numa superestrutura política: o Estado-nação”. Ambos intelectuais apontaram também que o modo de produção capitalista havia se expandido a níveis mundiais. Desse modo, se fazia necessário que houvesse também uma organização da classe trabalhadora em nível mundial. Partindo desse entendimento Marx e Engels passaram a tecer reflexões sobre os fundamentos teóricos do internacionalismo proletário.

Compreendemos acerca da explicitação dos termos internacionalismo proletário, conforme Marx e Engels, “como proletários os trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.” (MARX E ENGELS, 2012, p. 38). Sobre o termo internacionalismo verificamos que tem etimologia na palavra internacional, e esta tem origem comum com nacionalismo. No entanto, a diferenciação ocorre com utilização do prefixo “inter” que significa “entre” nações, sistema socialista que preconiza a associação internacional dos trabalhadores e a aliança internacional do proletariado. Desse modo, a junção dos termos internacionalismo proletário se configura em

uma concepção que tem como objetivo a solidariedade, a fraternidade e a cooperação dos proletários mediante interesses comuns e contra o jugo do capital. A obra “Manifesto do Partido Comunista” (1848) aponta o princípio central do internacionalista proletário: “Proletários de todos os países, uni-vos! ”. (MARX e ENGELS, 2012, p. 67).

Entendemos que em meio aos avanços da consciência proletária (Europa, século XIX) de que o capital se ampliou de modo internacional, os trabalhadores também se conscientizaram que a forma dos trabalhadores se defenderem deveria ser através da organização internacional do proletariado. Tal consciência fortaleceu-se, pois, os trabalhadores perceberam que cada vez que realizavam um movimento de greve de forma circunscrita ao espaço territorial de seus países eram facilmente desgastados e enfraquecidos, porque os patrões buscavam força de trabalho barata em outros países, sendo necessário, portanto, unificar as lutas com trabalhadores de outros países.

Diante disso, no ano de 1864 foi fundada a I AIT-Associação Internacional dos Trabalhadores, criada por dirigentes sindicais conscientes da situação na qual a classe trabalhadora se encontrava, em que foram reunidas delegações de associações sindicais inglesas e uma delegação francesa (*Trade-Unions*). Também aderiram a I AIT seguidores de diversas tendências: os reformistas, os mutualistas, os anarquistas (seguidores de Pierre-Joseph Proudhon ou de Mikhail Bakunin), os cooperativistas e os comunistas. Após a criação da I AIT Marx e Engels participaram ativamente de sua organização e orientação teórica. Marx entendia que a I AIT foi uma “criação natural do movimento proletário” (SANTOS, 2002, p. 7), nascida “das tendências normais e irresistíveis da sociedade moderna”, a sociedade burguesa.

Inicialmente a I AIT lutava por questões de caráter econômico, após a entrada e participação ativa de Marx e Engels como membros do Conselho Geral, propiciaram maiores reflexões sobre as bases de funcionamento do sistema capitalista, propiciando a conscientização da classe trabalhadora sobre as origens de sua situação de exploração e a importância da luta em conjunto contra as injustiças geradas pelo modo de produção capitalista e até mesmo visando a sua superação.

Diante disso, a I AIT expandiu em número de seções e de adeptos, porém, entre 1869 e 1872 a I AIT foi abalada pela Guerra Franco-Prussiana e pela derrota da Comuna de Paris. As relações de disputas entre as tendências anarquistas e comunistas também se estremeceram, no interior da associação. Tais disputas tornaram-se mais intensas com as resoluções do Congresso de Haia em 1872, que inseriram nos Estatutos Gerais da I AIT o polêmico inciso 7a, que tratava da conquista do poder político pelo proletariado. Também com a expulsão da seção 12 de Nova York e ainda com as expulsões de Mikhail Bakunin e James Guillaume acusados de criar uma

organização secreta no interior da I AIT. Os fatos descritos tornaram insustentável a ruptura da organização, ocorrendo a sua dissolução em 15 de julho de 1876 na Conferência da Filadélfia.

Compreendemos que a I AIT despertou pela primeira vez na história a importância da união da luta dos trabalhadores de todos os países. Incitou os movimentos de trabalhadores a saírem da luta puramente econômica e se envolverem na luta pela conquista do poder político contra o sistema capitalista, auxiliando na elevação da consciência da classe trabalhadora, a qual se fundamentou na teoria marxista para compreender as bases da exploração do sistema capitalista. Enfim, tornou-se um exemplo de união dos trabalhadores de todos os países, o seu êxito foi evidente tanto que houve outras tentativas de reorganizar essa associação como a II AIT, III AIT e IV edições da AIT.

A II AIT (1889-1916) teve Engels como orientador teórico e participante ativo na organização, desde sua fundação até o seu falecimento (1895), aprofundando o conhecimento dos membros da II AIT sobre a concepção de internacionalismo proletário e sobre os ideais revolucionários.

O contexto histórico demonstrava um movimento de expansão do socialismo na Europa, a criação de partidos e sindicatos. Porém com o crescimento do número de membros, a II AIT passou a filiar somente partidos políticos excluindo-se os sindicatos como membros da associação. A filiação de partidos na II AIT resultou em uma nova forma de organizar e unificar os trabalhadores de modo internacional, diferenciando-se da I AIT que filiava associações sindicais (*trade unions*).

Das tendências que compuseram a II AIT, ressaltamos os reformistas, dos quais destacamos Eduard Bernstein, e os revolucionários, dos quais destacamos Lenin e Rosa Luxemburgo. As referidas tendências iniciaram um período de divergências no interior da II AIT. Os reformistas, representavam maioria no interior da II AIT, acreditavam que poderiam alcançar o socialismo pela reforma pacífica e gradual dentro do quadro de um Estado parlamentar neutro. Já os revolucionários, utilizando a concepção de internacionalismo proletário, indicavam como proposta a união de todos os trabalhadores do mundo em prol da revolução e ruptura do sistema capitalista.

A relação entre o grupo reformista e os revolucionários ficou ainda mais difícil com a decisão de entrada ou não dos trabalhadores na I Guerra Mundial. Além disso, devido a divergências teóricas entre os revolucionários Lenin e Luxemburgo, ambos não conseguiram entrar em acordo na constituição de um grupo que pudesse fazer frente aos reformistas. Tais embates culminaram com uma profunda cisão na II AIT. Destacamos a prisão de Rosa de Luxemburgo (1915-1916) e o abandono de Lenin a II AIT, pois entendia que esta não atendia

mais aos interesses da classe trabalhadora em nível mundial e que seria necessária a criação de uma III AIT (posteriormente denominada como IC-Internacional Comunista).

A III AIT ou IC foi criada (1919-1943), na Rússia, pelos sujeitos revolucionários, que haviam abandonado a II AIT devido a sua adesão a tendência reformista, dentre eles estava Lênin. A IC tinha como objetivo geral o retorno aos ideais da I AIT, de união do proletariado internacional num esforço conjunto em favor da preparação a revolução proletária em nível mundial, também em favor da instalação da ditadura do proletariado e centralização do Estado durante o processo de transição do sistema capitalista para o socialista e também em defesa do socialismo da URSS. Lenin orientou a elaboração do programa, as táticas, as condições disciplinares que os partidos deveriam seguir e também cinco congressos da IC entre os anos de 1919 a 1923, que ocorreram anualmente, até o falecimento de Lenin em 1924.

Após a morte de Lênin, sob a direção de Stalin na URSS ocorreram dois congressos da IC, em 1928 e em 1935. Em síntese ambos congressos trataram da difusão da ideia de socialismo em um só país, da tarefa dos PCs no auxílio da defesa da URSS e da luta contra a guerra imperialista. Estes temas causaram as principais divergências entre Stalin e Trotsky, culminando com expulsão de Trotsky da IC e da URSS. Após os congressos de 1928 e 1935 não houve organização de outros eventos da IC, e em 1943 a IC foi dissolvida devido a questões relacionadas à II Guerra Mundial.

Acerca da IV Associação Internacional dos Trabalhadores destacamos que foi fundada em 1938 na França, por Trotsky e o grupo denominado “Oposição de Esquerda Internacional”. Conforme já ressaltamos no período em que IV AIT foi fundada a IC ainda funcionava. Portanto, houve contradições por parte do movimento internacionalista sobre o reconhecimento ou não da IV Internacional.

Os membros da IV AIT declaravam-se adeptos do princípio da integralidade da teoria marxista e a necessidade de organização da revolução socialista mundial e também tinham como orientação a teoria da revolução permanente e o “Programa de Transição” elaborados por Trotsky. O objetivo dessas obras era ser referência programática para orientar a organização da IV AIT na construção de um movimento revolucionário mundial.

No documento “Programa de Transição” Leon Trotsky avalia que havia uma crise de direção do proletariado e reconhecia a fragilidade do movimento naquele momento, porém, apontava que era formada pelos quadros mais conscientes e capazes de dirigir o movimento revolucionário da época. Contudo, com a morte de Trotsky em 1940 e início da II Guerra Mundial, agrava-se a fragilidade da IV AIT com uma crise de direção. Terminada a II Guerra Mundial ocorreram outras tentativas de reorganizar a IV AIT, porém sem muita repercussão

para organização dos trabalhadores de forma internacional. Após a II Segunda Guerra iniciarse, ao menos na América Latina, um período de ditaduras militares no qual o nacionalismo se justapõe em detrimento ao internacionalismo.

Dos estudos sobre as I, II, III e IV AITs entendemos suas estruturas de organização, como foram orientadas pelos intelectuais que as compuseram, os êxitos da organização dos trabalhadores de diversos países, a conquista de direitos trabalhistas, a conscientização dos trabalhadores em relações de trabalho no sistema capitalista, os conflitos de concepções no interior das AITs, os rompimentos em decorrência desses conflitos e também a relação das AITs com a I e II Guerra Mundial. Os apontamentos evidenciaram movimentos complexos diante do contexto histórico em que funcionaram e os desafios de cada edição da AIT na tentativa de organizar a diversas tendências contrárias ao capitalismo em um projeto internacional em comum. Contudo, evidenciamos a ousadia daqueles que tentaram organizar os trabalhadores em nível internacional e meio as dificuldades que cada momento histórico apresentou.

Conforme os estudos realizados, após a IV AIT não encontramos um movimento sólido de criação de uma V Associação Internacional dos Trabalhadores ou uma organização internacional com outra denominação, a não ser organizações de trabalhadores (confederações) por segmentos e categorias. Por todo o exposto, trazendo a concepção de internacionalismo proletário para atualidade compreendemos que a sua prática evidencia um grande desafio, pois a organização dos trabalhadores encontra-se segmentada, os sindicatos que representam os trabalhadores organizam suas lutas de forma distintas, buscando sanar reivindicações específicas de cada categoria de trabalho. Apontamos que esse pode ser um dos sintomas de uma crise da organização dos trabalhadores a nível internacional, no momento atual.

Na tentativa de levantar que tipos de discussões tem sido realizada na atualidade sobre o internacionalismo, no segundo capítulo realizamos a busca nos bancos de teses de doutorado e dissertações de mestrado: BDTD iniciando a busca de 2002 até 2015, CAPES de 2011 até 2015 e no portal da Scientific Electronic Library Online (SciELO) de 1998 até 2015. Obtivemos como resultados da busca seis produções científicas, três dissertações de mestrado: Albuquerque (2009), Lira (2006) e Gomes (2012), representando cinquenta por cento do levantamento. Estes trabalhos estão ligados à área do Direito e estão fundamentadas teoricamente na obra “Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário” (2005) e “A gramática do tempo: para uma nova cultura política” (2006), ambos livros do autor Boaventura de Souza Santos (2006), os quais tratam do denominado pelo referido autor “novo internacionalismo operário”, que se caracteriza na expansão das lutas dos trabalhadores para outros países, na ampliação da luta no interior do território nacional, indicando a aglutinação

de todos os ramos ou áreas produtivas, formais e informais. Propõe a reorganização dos sindicatos de modo a integrar também os trabalhadores precarizados (terceirizados e autônomos) e também os desempregados. O autor assinala também a necessária articulação com os diferentes movimentos sociais nacionais e internacionais existentes. E também aponta a utilização de redes cibernéticas para auxiliar na interação, na comunicação, na vinculação e organização dos trabalhadores em nível internacional.

As outras 3 (três) produções científicas encontradas representam os demais cinquenta por cento, são a dissertação de Bosh (2007) e os artigos de Lazagna (2008) e Ferreira (2014), todos possuem orientação teórica aproximada de diferentes correntes do pensamento marxista.

A pesquisa de Bosh (2007) demonstrou a luta do movimento internacional de fábricas recuperadas. Um movimento de trabalhadores de fábricas em “processo pré-falimentar”, que assumiram a administração da fábrica, e de maneira organizada trabalhavam na tentativa de manutenção dos postos de trabalho e de garantia dos direitos trabalhistas. Este movimento realizou a reivindicação de estatização das fábricas em processo pré-falimentar por parte do governo da época. E na tentativa de fortalecer o movimento de fábricas recuperadas os trabalhadores buscaram auxílio para fortalecer a sua causa nos movimentos sociais nacionais e internacionais para manter a fábrica funcionando, como movimentos de fábricas recuperadas da Argentina, Uruguai, Venezuela, e também com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O artigo de Lazagna (2008) faz um contraponto comparativo entre os textos de Löwy no artigo “Nacionalismo do Sul” (1995-1996) e de Cahen no artigo “Nacionalismo dos terceiros mundos para um debate em resposta a Michel de Löwy” (1996-1997). No artigo Löwy (1995-1996) Lazagna conclui que ele propõe a articulação dos nacionalismos emancipadores com o internacionalismo marxista, ou seja, como o internacionalismo proletário, pois os efeitos da expansão mundial do capitalismo são sentidos tanto em nível nacional como internacional. Já no artigo de Cahen (1996-1997) Lazagna conclui que, em contradição a Löwi, que há uma lacuna de conhecimento na teoria marxista em relação a abordagem da etnicidade política e da sua relação com as classes sociais, com os movimentos de libertação colonial, bem como com os movimentos nacionalistas. Para Cahen a etnicidade política (sendo o nacionalismo uma das suas formas) não é nem reacionária nem progressista, a etnicidade é um sentimento. Nessa linha argumentativa o autor conclui que, mesmo com as tentativas de homogeneização das etnias ou povos oprimidos em Estados-nação, existem embates, nos quais estes povos buscam a libertação contras a mais variadas formas de opressão. E, portanto, as lutas étnicas, anteriores ao capitalismo, no interior dos estados-nacionais, também podem fazer parte da luta pela

transformação do sistema produção capitalista, representam parte de uma luta maior: a luta pela transformação do modo de produção capitalista.

Com o artigo de Ferreira (2008) compreendemos as questões do colonialismo, da segmentaridade, da colonialidade e sua relação com o imperialismo e internacionalismo. O autor pontua a discussão do internacionalismo proletário que tem como princípio a união de todos os proletários, países, nações e povos oprimidos em contraposição à segmentaridade, ou seja, a justaposição de raças, incentivada pelo imperialismo. Entendemos que a segmentaridade é originária da época da colonização europeia, do colonialismo, que homogenizou “diferentes povos” através” do conceito de raças, iniciando a hierarquização social atrelada à divisão do trabalho capitalista. Essa hierarquização apresenta-se ainda hoje pela colonialidade, que se define pelo prosseguimento da “desigualdade racial” na sociedade atual. Conforme o autor a concepção de internacionalismo questiona essa hierarquização, contrariando as relações mercadológicas burguesas e o nacionalismo. E na sua análise impele a atuação histórica dos subordinados na luta pela libertação nacional, e a consideração da multiplicidade de segmentações as quais a união da classe internacionalista se sobrepõe.

Com a referida busca verificamos que há pouca produção teórica sobre internacionalismo proletário na atualidade. Os resultados que destacamos foram as pesquisas fundamentadas basicamente em obras de Boaventura de Souza Santos, autor de tendência teórica reformista, demonstrando que há insuficiente preocupação da área de ciências sociais e humanas com o desenvolvimento de produções científicas sobre a categoria internacionalismo proletário. Apontando uma lacuna de conhecimento nesse tema, dada a sua importância para a unificação e emancipação da classe trabalhadora, perante uma conjuntura de fragmentação da organização dos trabalhadores ocasionada pela divisão do trabalho capitalista.

A fim de complementar a busca por produções teóricas recentes sobre internacionalismo, também realizamos busca de livros, os quais encontramos além de obras marxistas, encontramos uma diferente nuance com que o internacionalismo vem sendo abordado na atualidade, o livro: “Internacionalismo *Pop* do autor Paul Krugmam (1997). A seguir apontamos os livros encontrados e suas principais discussões.

Do livro “Problemas de política nacional e internacionalismo proletário”, publicado em espanhol, de Vladimir Ilitch Lenin (1981) destacamos a discussão de Lenin acerca do Programa Nacional do POSDR (Partido Operário Social-Democrata Rússo) no tratamento do direito à autodeterminação das nações e a relevância desse direito para a construção do internacionalismo proletário. Lenin (1981) defendia que as nações oprimidas pelos países imperialistas devem lutar pela sua separação e reconhecimento da autonomia enquanto Estado



nacional independente. O autor entende que para Marx “ [...] o princípio fundamental do internacionalismo e do socialismo: o povo que oprime outros povos não pode ser livre” (LENIN, 1981, p.121, tradução livre da autora. Para ele era necessário que os proletários das nações oprimidas contestassem os movimentos nacionais democráticos-burgueses e buscassem unificar suas lutas com o proletariado das nações opressoras. Ou seja, buscar a união da classe trabalhadoras de todos os países na constituição de uma *comunidad internacional*.

Do livro “A revolução permanente” de Leon Davidovich Trotsky (1985) ressaltamos que para o autor “O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes” (TROTSKY, 1985, p.24). Desse modo, entendemos que para esse autor o capitalismo organizou o conjunto da economia mundial para a transição ao socialismo e a revolução deveria acontecer na esfera nacional e logo após ocorrer em esfera mundial. Para este autor a revolução em só um país poderia sucumbir as pressões econômicas dos países capitalistas. Na sua visão o sucesso da revolução socialista viria somente da vitória do proletariado dos países mais desenvolvidos. Sendo assim a revolução no âmbito nacional representava uma etapa da revolução internacional ou mundial.

O livro *Las internacionales obreras* (1864-1943) Annie Kriegel (1986) compreendemos a organização das I, II, III edições da AIT. A obra expõe o contexto histórico, os movimentos dos trabalhadores que as impulsionaram, discorre sobre os principais congressos, sobre intelectuais que as orientaram, as concepções/tendências que a permearam, os conflitos internos, a divergências entre os membros das AITs em relação as I e II Guerra Mundial e seus processos de dissolução. Contudo, pudemos compreender que as três edições foram marcadas por disputas entre tendências e os desacordos entre estas que culminaram com a suas dissoluções, demonstrando também o desafio para unificar os trabalhadores em torno de um projeto em comum dada a diversidade de tendências.

O livro “Internacionalismo *pop*” Paul Krugman (1997), representa uma nuance curiosa e oposta à concepção de internacionalismo proletário originado nas reflexões marxistas. Krugman (1997, p.116) aponta uma diferente vertente de internacionalismo, o que ele denomina de “Internacionalismo *Pop*”: que seria uma crítica a um discurso utilizado nos EUA, de que o país precisa aprender a competir em um mercado mundial, investindo na alta produtividade e qualidade dos produtos. Elevando a economia para setores de alto valor, que pode abrir mais postos de trabalho no país. Krugman (1997) crítica o discurso de que os EUA para fazer parte da economia global devem também apostar na parceria entre governo e empresas. O referido autor censura esse discurso, e o chama de “clichê enganador”, aponta que é um erro comum o

pensamento de que as nações devem competir por um “mercado mundial” como se fossem empresas. Ao contrário, assinala a ideia de que o comércio internacional não diz respeito à competição, mas à troca mutuamente benéfica.

Da obra de Krugman (1997) podemos compreender que o capital consolidado internacionalmente utiliza como um dos meios de atuação o comércio internacional, em que nações, como EUA, competem acirradamente por um mercado mundial. Na tentativa de expansão dos lucros, utiliza de discursos enganadores (“internacionalismo *Pop*”), que são amplamente propagados para justificar suas ações exploração. O discurso de “internacionalismo *Pop*” demonstra que até mesmo a área do comércio internacional tenta se apropriar dos ideais do internacionalismo, imprimindo-lhe um novo significado e difundindo novos discursos ou ideologias atreladas ao sistema capitalista.

Os resultados após o levantamento de livros em relação ao internacionalismo na atualidade, reafirmaram que há pouca produção teórica sobre a internacionalismo proletário e e novas configurações do conceito de internacionalismo apontando a reformas no sistema capitalista, como o “Novo Internacionalismo Operário”, e não a sua ruptura. Também o termo tem sido utilizado até mesmo para discursos de cunho mercadológico como o “Internacionalismo *Pop*”.

No terceiro capítulo realizamos a pesquisa comparativa das estruturas de organização formal de três sindicatos da fronteira Paraguai-Brasil-Argentina, a UNE-SN *Ciudad del Este*, APP-sindicato Foz do Iguazu e U.D.P.M. *Puerto Iguazú*. Buscamos levantar nas histórias e nas estruturas de organização formal se houve articulação internacionalista entre estes sindicatos.

Dos resultados do primeiro conjunto de entrevistas sobre a história da UNE-SN-CDE, APP-FI e U.D.P.M.-PI pudemos perceber as semelhanças e as diferenças, quais sejam:

Observamos semelhanças nas dificuldades enfrentadas pelas três instituições, devido ao cerceamento das liberdades de organização sindical, nos períodos de ditaduras militares em seus respectivos países: no Paraguai (1954-1989) os fundadores da UNE-SN só conseguiram se organizar livremente para criá-la em 1992, três anos após o fim do período autoritário no Paraguai. Na Argentina (1966-1973) U.D.P.M é criada em 1970, como associação e não como sindicato e obtém essa nomenclatura até atualidade, porém adquiriu legalmente o direito de representar os trabalhadores em educação como um sindicato. No Brasil o período de ditadura militar foi de (1964-1985) e a APP foi criada 1947 também como associação e com essa nomenclatura perpassou o período de ditatorial e somente em 1989, após o término do período de ditadura pode se transformar em sindicato. A esse respeito ponderamos que nos períodos de ditadura militar no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1966-1973) a APP e U.D.P.M. não

tinham liberdade para se constituir enquanto sindicato, funcionavam como associações e no caso da ditadura no Paraguai (1954-1989) havia a proibição da criação de sindicatos ou associações, portanto a criação UNE-SN ocorreu somente no ano de 1992, após a queda do regime. Diante das dificuldades encontradas nas histórias das instituições pesquisadas para continuidade do trabalho sindical nos períodos de ditaduras militares, compreendemos que maior era a dificuldade para realizar a articulação internacional.

Evidenciamos, também, similaridades nas entrevistas com antigos dirigentes dos três sindicatos que relataram as principais greves contra a precarização do trabalho docente e contra as reformas educacionais oriundas das políticas neoliberais. Da APP destacamos as greves realizadas 1966 e 1979 e a greves das décadas de 1980 e 1990. Já da U.D.P.M. e UNE-SN destacamos também as greves realizadas na década de 1990.

Os sindicatos pesquisados apresentam diferenças no público representado. A UNE-SN representa os professores, diretores, supervisores e os professores aposentados concursados sob a responsabilidade do MEC do Paraguai. A APP, por sua vez, representa professores e agentes educacionais I e II e os professores e agentes educacionais aposentados concursados ou contratados temporariamente (QPM, QFEB, QPPE, PEAD, PSS e CLAD/CLT) pela Rede Estadual de Ensino do estado do Paraná-Brasil. E a U.D.P.M. representa os professores em nível estadual (estado de *Misiones*-Argentina).

Na questão das singularidades de cada sindicato apontamos: a dimensão filosófica Humanista Cristã adotada pela UNE-SN do Paraguai. Da APP destacamos que em 1997 a APP se unificou com Sinte-Sindicato dos Funcionários de Escola, passando a reconhecer os funcionários (Agentes Educacionais I e II) também como educadores, desse modo unificou docentes e funcionários administrativo e operacional na categoria de trabalhadores da educação da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Já na U.D.P.M. Observamos a existência de uma mesa permanente de negociação com o governo, na qual o *Consejo General de Educación de la Provincia de Misiones* e sindicato, realizam debates na busca de consensos sobre assuntos relacionado à educação e à carreira docente.

Em a relação à articulação internacionalista encontrada nas histórias dos sindicatos pesquisados, enfatizamos que a UNE-SN realizou um congresso internacional com a IEAL, no ano de 2006. No evento em que compareceram docentes formadores da Colômbia e da Espanha. O objetivo do evento era a formação de líderes e pequenos líderes sindicais. **Esse congresso representou o primeiro indício de articulação internacionalista da UNE-SN detectado nas histórias das organizações pesquisadas, porém, sem ser entre os três sindicatos pesquisados.**

**Conforme os dados levantados na história da APP-FI não houve articulação internacionalista entre APP-FI e sindicatos de trabalhadores em educação da fronteira com a Argentina e Paraguai.** Porém os dados revelaram a realização de eventos do NRE-de Foz do Iguaçu (órgão governamental), no ano de 1986: encontros com as equipes pedagógicas das três fronteiras-Brasil-Paraguai-Argentina e o Encontro Internacional dos professores de Educação Física.

E em relação à articulação internacionalista na U.D.P.M.-PI houve uma primeira reunião no ano de 2003 com a APP-FI na intenção de realizar um fórum de debate da tríplice fronteira de intercâmbio das leis, da problemática educacional e do planejamento de um programa regional. Convidaram também alguns professores de *Ciudad del Este*, porém, não compareceram. **Esse dado demonstrou o segundo indício de articulação internacionalista nas histórias das organizações pesquisadas, porém envolvendo somente a U.D.P.M.-PI e APP-FI.** Entretanto, a reunião foi a única que ocorreu, e os dados na revelaram o motivo pelo qual não houve outras reuniões.

Com as informações levantadas sobre a história dos sindicatos ficou demonstrado que houve somente duas iniciativas de articulação internacionalista: **a realização do congresso entre a UNE-SN e a IEAL, no ano de 2006, e a reunião U.P.D.M.-PI e APP-FI para tratar da criação de um fórum de debate em educação na fronteira, a qual não obteve continuidade.** Estes resultados demonstraram pouca preocupação na história das entidades sindicais pesquisada quanto à articulação internacionalista, talvez decorrente de insuficiente compreensão sobre a concepção de internacionalismo proletário.

O segundo conjunto de entrevistas foi direcionado para levantar a estrutura de organização formal atual da UNE-SN, APP-FI e U.D.P.M.-PI, e as articulações internacionalistas, das quais destacamos os seguintes resultados:

O modelo de escolha e de composição da gestão sindical da UNE-SN-CDE se dá por meio de eleição, realizada a cada cinco anos, em que votam todos sindicalizados, sendo eleitos seis *Delegados* e dentre estes escolhem quem ocupará o cargo de presidente. Na APP-FI ocorrem eleições a cada a cada três anos, votam somente os sindicalizados e a direção é composta por dezessete secretarias. Na U.D.P.M. ocorrem eleições gerais a cada três anos, votam somente os sindicalizados, são eleitos nove cargos de *Delegados Departamentales titulares* e nove suplentes. Vislumbramos que os três sindicatos têm processos de eleições gerais consolidados, sendo que nesse sentido a APP-FI e a U.D.P.M. se assemelham em relação ao período de tempo para realização das eleições, ambas a cada três anos. Estes sindicatos se diferenciam na composição da direção regional, enquanto que na APP-FI ocorre por meio da

distribuição do trabalho sindical em dezessete secretarias, na UNE-SN-CDE e UDPM-PI ocorre por meio da distribuição do trabalho aos *Delegados* da UNE-SN-CDE e *Delegados Departamentales* da U.D.P.M.-PI.

A respeito da licença para mandato sindical, na UNE-SN a liberação para o trabalho sindical ocorre somente para a direção a nível nacional. Portanto, na UNE-SN-CDE não há liberação para o trabalho sindical. Na U.D.P.M. só existe liberação para a *Comisión Directiva* a nível estadual e os demais *Delegados Departamentales* do sindicato conciliam o trabalho docente como o trabalho sindical. Na APP-Sindicato existem sete vagas de liberação para o trabalho sindical para a Direção Estadual e não há liberação para esse trabalho nos núcleos regionais, não há liberação para as Direções Regionais. Os dirigentes podem solicitar licença sem vencimento para dedicação exclusiva ao trabalho sindical, ficando o pagamento dos vencimentos a cargo do sindicato, no entanto os avanços no plano de carreira desses trabalhadores ficam prejudicados ao fazer essa opção de trabalho.

A UNE-SN-CDE e a U.D.P.M.-PI não possuem funcionários contratados pelo sindicato e os *Delegados* trabalham de forma voluntária. Já no caso da APP-FI, esta tem uma funcionária contratada em regime CLT-Consolidação das Leis do Trabalho, exercendo a função de auxiliar administrativo.

Quanto à estrutura física e material a UNE-SN-CDE não possui escritório, porém utiliza uma sala na escola *Centro Regional de Educacion Dr. Gaspar Rodrigues de Francia* para reuniões, e utiliza os auditórios de escolas para realização de cursos de formação. A APP-FI possui um escritório próprio, mobiliado, com aparelhos eletrônicos, computadores e internet, ou seja, dispõe de uma estrutura fixa para o atendimento aos sindicalizados. A U.D.P.M.-PI utiliza como escritório uma sala cedida por uma escola, contém móveis de escritório adquiridos pelo sindicato, também possuem telefone, fax, internet e material administrativo. Não possuem computadores, e por isso os *Delegados Departamentales* utilizam seus computadores pessoais para o trabalho sindical.

Tanto na UNE-SN-CDE quanto na U.D.P.M.-PI não há meio de transporte do sindicato para realizar o trabalho sindical, por isso, os *Delegados* utilizam seus veículos pessoais e recebem um reembolso para pagamento de combustível. Já a APP-FI possui um veículo próprio e custeia seus gastos com combustível e manutenção, também faz o reembolso dos gastos com combustível quando os sindicalizados utilizam seus automóveis próprio para realizar trabalho sindical. Também custeia parte da locação de ônibus para viagens a assembleias e manifestações no estado do Paraná. A outra parte destes gastos fica sob a responsabilidade da Direção Estadual da APP.

Quanto a formação da base, os temas que a UNE-SN oferece aos sindicalizados são: legislação, reivindicações, aposentadorias, seguro de saúde, plano de carreira docente. Sobre a parte pedagógica das formações há um convênio do MEC do Paraguai com o Instituto de Formação Docente, que desenvolve um tema pedagógico por mês durante um período de meio dia. A outra metade do dia é destinada à formação sindical, conforme um acordo realizado entre o sindicato e o MEC do Paraguai. Na APP-FI conforme a Ata nº 3 (2004, p. 47) houve em 2004 um curso de formação-preparatório para concurso da Rede Estadual de Ensino em parceria com a Unioeste-Campus de Foz do Iguaçu. E desde o ano de 2005 ocorrem cursos de formação com oferta anual, da APP-FI, iniciados em parceria com a CNTE, UFPR e posteriormente com a Unioeste-Campus de Foz do Iguaçu. A formação de base da APP-FI aborda temas como: a luta de classes, a história do movimento operário sindical no Brasil e a história da APP-Sindicato, a comunicação sindical entre outros. Já os cursos de formação sindical da U.D.P.M.-PI tratam de temas como o *Estatuto Docente*, leis que regem a docência e direitos, licenças para tratamento de saúde, funções dos *Delegados* na escola e na província e sobre os diferentes quadros docentes titulares, interinos e suplentes. Não enfoca na questão política, estando mais relacionada aos direitos dos docentes.

Em relação à formação da base com temática internacionalista, na UNE-SN houve formação sindical com a temática: análise da realidade da América Latina do ponto de vista pedagógico. Essa formação ocorreu no ano de 2015 em parceria com a IEAL e seu *Movimiento Pedagógico Latinoamericano*, movimento que discute a realidade docente na América Latina. De modo similar a U.D.P.M. juntamente com a CTERA também participa das formações do *Movimiento Pedagógico Latinoamericano* da IEAL, porém os dados não revelaram cursos com temática internacionalista.

Na APP-FI conforme os dados levantados, evidenciamos que o internacionalismo é um dos elementos da formação dos trabalhadores, e como a formação tem majoritariamente um viés do materialismo histórico, um viés marxista, o sindicato já trabalhou com o Livro Manifesto do Partido Comunista, com autores como Antonio Gramsci, observando-se sempre a presença do viés da luta internacional. Os dados demonstraram que foi realizado um curso de formação para funcionários de escola com uma etapa realizada em Foz do Iguaçu e através deste realizou-se uma visita e uma conversa com os funcionários de escola de *Puerto Iguazú-Argentina* e de *Ciudad del Leste-Paraguai*. **Este curso de formação para funcionários representa a terceira iniciativa de articulação internacionalista, entre APP-FI e U.D.P.M.-PI.**

Quanto a filiação sindical em nível nacional e internacional a UNE-SN é filiada nacionalmente à CNT-Central Nacional de Trabajadores. A U.D.P.M. a CTERA-Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina, e a APP é filiada a CUT-Central Única dos Trabalhadores e a CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **E os três sindicatos são filiados a IEAL-Internacional da Educação para América Latina e ao seu *Movimiento Pedagógico Latinoamericano*. Demonstrando que há articulação com organizações que representam os trabalhadores em educação em nível internacional.**

Na atualidade, em relação a unicidade com trabalhadores de outras organizações (órgãos governamentais ou sindicais) em nível nacional e internacional os dados revelaram que: na UNE-SN houve um seminário em 2013, organizado pela *Coordinación Departamental de la Educación del Paraguai*, no encontro foram convidados docentes da Argentina e do Brasil, e tratou de temas na área da educação, não especificando quais temas, explicitamos que esse evento não teve caráter sindical, pois a referida organização é caráter governamental do Paraguai. Já na APP-FI Sindicato houve um evento realizado pela IEAL em Pernambuco: Simpósio Paulo Freire, do qual participaram a UNE-SN do Paraguai e a CTERA da Argentina, além de representações sindicais da Colômbia, Venezuela, Peru, México etc. Houve também representação da APP no encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA) intitulada *XX Conferencia Iberoamericana de Educación, Metas Educativas 2021: La Educación que queremos para la generación de los Bicentenarios*, eventos realizado ano de 2010, na cidade de *Buenos Aires*. Os dados levantados na U.D.P.M.-PI também indicaram encontros em nível internacional das forças policiais da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, denominado encontro tripartite entre as forças da tríplice fronteira, nesse encontro as forças policiais ofertaram cursos de capacitação aos docentes sobre segurança.

Do conjunto das entrevistas com os três dirigentes atuais da UNE-SN-CDE, APP-FI e U.D.P.M.-PI sobre a articulação internacionalista concluímos que: Da U.D.P.M. houve um encontro com a APP-Sindicato em 2011 em *Puerto Iguazú*, com o tema: a política educativa da Argentina e do Brasil, o sistema educacional e os avanços e retrocessos. Também houve outro encontro em que a Comissão Diretiva da U.D.P.M participou a convite da APP, do Seminário Internacional em Pontal do Paraná-Paraná, sob o título “Os desafios dos/as Trabalhadores/ as em Educação frente a Integração Regional no Âmbito do Mercosul”, o evento aconteceu como abertura do XI Congresso Estadual da APP (Anexo VIII), realizado no ano de 2011. No ano de 2015 também ocorreram reuniões da UNE-SN com a APP-Sindicato e com a U.D.P.M. para tratar da possibilidade de criação de um seminário, a I Jornada dos Trabalhadores em Educação

da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, da qual participamos da organização que estava sendo realizada em conjunto a Unioeste-Campus de Foz do Iguaçu, especificamente em colaboração com os professores: Silvana Aparecida de Souza e Sebastião Rodrigues Gonçalves. Houve também a participação das representantes da UNE-SN-CDE no Seminário Internacional da APP-Sindicato (Anexo III) realizado em Foz do Iguaçu no início do ano de 2016, sobre o tema resistência e organização dos (as) trabalhadores (as) na América Latina.

Nos documentos impressos da APP-FI: Atas, Informativo Especial e Folder encontramos a realização da I, II, III, IV e V edições do curso de Formação denominado Jornada Internacional de Rememorização dos 140 anos da AIT, realizado entre os anos de 2004 a 2008. As referidas Jornadas trataram em termos gerais de um aprofundamento da teoria marxista, em destaque sobre a concepção de internacionalismo proletário. Nestes cursos participaram educadores filiados a APP, não houve a participação de sindicatos da Argentina ou Paraguai.

Verificamos também nos Estatutos de funcionamento da UNE-SN (2012), APP (2012) e U.D.P.M. (1989) que os três estatutos indicaram uma pequena quantidade de dispositivos que tratam da articulação internacionalista, apontam para a participação e representação dos sindicatos em eventos internacionais. E a segunda reflexão o Estatuto da UNE-SN (2012) apresentou cinco artigos que demonstram alguma preocupação com articulação internacionalista. O Estatuto da APP (2012) apresentou três artigos e a U.D.P.M. (1989) apresentou dois artigos. A terceira reflexão é em relação a vigência dos estatutos, os Estatutos da UNE-SN e APP são recentes, ambos de 2012, já o da U.D.P.M. é de 1989, em vigor há 28 anos. Considerando o Estatuto da U.D.P.M. como mais antigo em relação aos Estatutos da UNE-SN e APP, os três demonstraram que existe poucos dispositivos na estrutura de organização formal dos sindicatos em educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina que tratam da articulação internacionalista, e ausência de uma política sindical direcionada a práxis do internacionalismo proletário e conseqüentemente a consolidação da articulação internacionalista.

Diante de todos os dados levantados na presente pesquisa, consideramos que houve iniciativas de articulação entre a UNE-SN-CDE, APP-FI e U.D.P.M.-PI. Entretanto, na forma de reuniões, seminários e participação em congressos. Os dados da pesquisa demonstraram que foram um número relativamente baixo de articulações internacionalistas, de modo eventual, individualizado, descontínuo e esparsos. Não foram encontradas nas estruturas de organização formal dos três sindicatos uma formação da base fundamentada na concepção de internacionalismo proletário, ou mesmo secretarias de relações internacionais com atribuições dedicadas à criação de uma política sindical permanente voltada para criação de vínculos com



as organizações de trabalhadores de outros países. Contudo, mesmo com essa pequena quantidade de iniciativas de articulação internacionalista, percebemos que já há um princípio de preocupação com a união dos trabalhadores do Brasil-Paraguai-Argentina, decorrentes das similares ações de exploração das políticas neoliberais nessa região.

Compreendemos no primeiro capítulo que houve na história a organização da classe trabalhadora em nível internacional com sucesso, pelo menos por períodos determinados de tempo, mesmo com inúmeras dificuldades que cada contexto histórico apresentou. No segundo capítulo verificamos há na atualidade pouca produção científica sobre internacionalismo proletário, apontamos que isso pode se refletir na pouca prática do internacionalismo proletário na atualidade, ou vice e versa. Contudo cabe aos sindicatos como entidades de organizadoras da classe trabalhadora não somente trabalhar a formação específica de suas categorias de trabalho, que abordam suas realidades nacionais, estaduais e suas reivindicações, e sim atentar-se também para ações unitárias, integradas de luta. Ou seja, “despertar da inconsciência deste sono”, refletir em suas práxis a máxima “Trabalhadores do mundo uní-vos”.

### Quadro 3 – Síntese das articulações internacionalista encontradas na história e na estrutura de organização formal da UNE-SN/APP-FI/U.D.P.M.-PI

ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNE-SN-CDE	ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS DA APP-FI	ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS DA U.D.P.M.-PI
<b>ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS NA HISTÓRIA</b>		
A UNE-SN em parceria com a IEAL realizou no ano de 2006 um congresso a nível da América Latina, para a formação de líderes e pequenos líderes sindicais. Participaram os sindicalizados e também compareceram docentes formadores da Colômbia e da Espanha, que dirigiram o evento e palestraram sobre temas relacionados à docência. <b>Este congresso representa o primeiro indício de articulação internacionalista, encontrado na história da UNE-SN porém, sem ser entre os 3 (três) sindicatos pesquisados.</b>	Em relação à articulação internacional na história oral da APP-FI, conforme os dados levantados na entrevista, <b>não houve evento ou secretaria específica que tratasse da articulação entre APP-FI e sindicatos de trabalhadores em educação da fronteira com a Argentina e Paraguai.</b>	Em 2003 o Delegado Departamental U.D.P.M.-PI iniciou um diálogo com a APP-FI. A partir deste momento, ambas instituições sindicais realizaram uma reunião para tratar da criação de um fórum de debate sobre os direitos dos professores, pois acreditava que os países da fronteira Argentina-Brasil-Paraguai possuíam legislações educacionais similares. <b>Esta reunião representa o segundo indício de articulação internacionalista, encontrado na história da U.D.P.M.-PI, porém envolve somente a com a APP-FI.</b>
<b>ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS NAS ESTRUTURAS DE ORGANIZAÇÃO FORMAL</b>		
No ano de 2015 também ocorreram reuniões da UNE-SN com a APP-Sindicato e com a U.D.P.M. para tratar da possibilidade de criação de um seminário, a I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, da qual participamos da organização que estava sendo realizada em conjunto a Unioeste-Campus de Foz do Iguaçu (Silvana Aparecida de Souza e Sebastião Rodrigues Gonçalves). Houve também a participação das representantes da UNE-SN-CDE no Seminário Internacional da APP-Sindicato (Anexo III) realizado em Foz do Iguaçu no início do ano de 2016, sobre	Da U.D.P.M. houve um encontro com a APP-Sindicato em 2011 em <i>Puerto Iguazú</i> , com o tema: a política educativa da Argentina e do Brasil, o sistema educacional e os avanços e retrocessos. Também houve outro encontro em que a Comissão Diretiva da U.D.P.M participou a convite da APP, do Seminário Internacional em Pontal do Paraná-Paraná, sob o título “Os desafios dos/as Trabalhadores/ as em Educação frente a Integração Regional no Âmbito do Mercosul”, o evento aconteceu como abertura do XI Congresso Estadual da APP (Anexo VIII), realizado no ano de 2011. No ano de 2015 ocorreram reuniões da UNE-SN com a APP-Sindicato e com a U.D.P.M. para tratar da possibilidade de criação de um	U.D.P.M. houve um encontro com a APP-Sindicato em 2011 em <i>Puerto Iguazú</i> , com o tema: a política educativa da Argentina e do Brasil, o sistema educacional e os avanços e retrocessos. Também houve outro encontro em que a Comissão Diretiva da U.D.P.M participou a convite da APP, do Seminário Internacional em Pontal do Paraná-Paraná, sob o título “Os desafios dos/as Trabalhadores/ as em Educação frente a Integração Regional no Âmbito do Mercosul”, o evento aconteceu como abertura do XI Congresso Estadual da APP (Anexo VIII), realizado no ano de 2011.

o tema resistência e organização dos (as) trabalhadores (as) na América Latina.	seminário, a I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, da qual participamos da organização que estava sendo realizada em conjunto a Unioeste-Campus de Foz do Iguacu (Silvana Aparecida de Souza e Sebastião Rodrigues Gonçalves). Houve também a participação das representantes da UNE-SN-CDE no Seminário Internacional da APP-Sindicato (Anexo III) realizado em Foz do Iguacu no início do ano de 2016, sobre o tema resistência e organização dos (as) trabalhadores (as) na América Latina.	No ano de 2015 também ocorreram reuniões da UNE-SN com a APP-Sindicato e com a U.D.P.M. para tratar da possibilidade de criação de um seminário, a I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, da qual participamos da organização que estava sendo realizada em conjunto a Unioeste-Campus de Foz do Iguacu (Silvana Aparecida de Souza e Sebastião Rodrigues Gonçalves).
<b>FILIAÇÃO EM NÍVEL INTERNACIONAL</b>		
A UNE-SN é filiada a IEAL e ao <i>Movimiento Pedagógico Latinoamericano.</i>	A APP é filiada a IEAL e ao <i>Movimiento Pedagógico Latinoamericano.</i>	A U.D.P.M é filiada a IEAL e ao <i>Movimiento Pedagógico Latinoamericano.</i>
<b>CURSOS DE FORMAÇÃO COM TEMÁTICA INTERNACIONALISTA</b>		
Em relação à formação da base com temática internacionalista, na UNE-SN houve formação sindical com a temática: análise da realidade da América Latina do ponto de vista pedagógico. Essa formação ocorreu no ano de 2015 em parceria com a IEAL e seu <i>Movimiento Pedagógico Latinoamericano</i> , movimento que discute a realidade docente na América Latina. <b>No entanto os dados não revelaram cursos com temática internacionalista.</b>	Na APP-FI conforme os dados levantados, evidenciamos que o internacionalismo é um dos elementos dos cursos de formação dos trabalhadores, a formação tem majoritariamente um viés do materialismo histórico, um viés marxista, o sindicato já trabalhou com o Livro Manifesto do Partido Comunista, com autores como Antonio Gramsci. Os dados também demonstraram que foi realizado um curso de formação para funcionários de escola com uma visita e uma conversa com os funcionários de escola de <i>Puerto Iguazú-Argentina</i> e de <i>Ciudad del Leste-Paraguai</i> . <b>Este curso de formação para funcionários representa a terceira iniciativa de articulação internacionalista, entre APP-FI e U.D.P.M.-PI.</b> Conforme as análises dos Livros Atas Nº 4, 5 e 6 da APP-FI, destacamos que as cinco edições anuais da Jornada Internacional de Rememorização da I Associação Internacional dos Trabalhadores não apontam a participação dos sindicatos em educação: UNE-SN-CDE e U.D.P.M-PI. Entretanto evidenciamos que a temática do internacionalismo proletário permeou as discussões das cinco edições do referido curso de formação.	A U.D.P.M. juntamente com a CTERA também participa das formações do <i>Movimiento Pedagógico Latinoamericano</i> da IEAL, <b>porém os dados não revelaram cursos com temática internacionalista.</b>

Fonte: Organizado pela autora.

## REFERÊNCIAS

ALVARES, N. entrevista 1 [junho de 2016]. Entrevistadora: Sandra Regina Severo Kasper. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 1 arquivo. mp3. Pesquisa: **Entrevista sobre o histórico do sindicato: UNE-SN-CDE**. Parecer consubstanciado nº 1.044.565 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste.

ALBUQUERQUE, A. F. de. **A negociação coletiva supranacional e os conflitos sociais contemporâneos: do novo internacionalismo operário às lutas emancipatórias contra-hegemônicas.** 2009. Disponível em: <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/4740/arquivo6339\\_1.pdf](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/4740/arquivo6339_1.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ANDERSON, P. **Internacionalismo: um breviário: Anos 90.** Revista do Programa de Pós-Graduação em História, v.12, n.21/22, jan. /dez.2005, p. 13-42. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6367/3816>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ANTUNES, R.L.C. **O que é sindicalismo.** São Paulo. Editora Brasiliense S.A. 1980.

APP- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANA. Conteúdo online disponível em <<http://appsindicato.org.br/>> Acesso em 29 jul.2016.

BECKER, G.; BENÍTEZ, M. A. A. *De la cooptación a la autonomía: La búsqueda de identidad de las organizaciones docentes en el Paraguay.* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/6796-1442-4-30.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BENÍTEZ, E. *Una nueva Educación, para una nueva Cultura.* Asunción: Editora Litocolor SRL, 2010. Conteúdo online disponível em: <<http://www.unesn.org.py/publicaciones/LIBRO%20UNA%20NUEVA%20EDUCACION%20PARA%20UNA%20NUEVA%20CULTURA.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BISCHELS, O. entrevista 6 [julho de 2016]. Entrevistadora: Sandra Regina Severo Kasper. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 1 arquivo. mp3. Pesquisa: **Entrevista sobre a estrutura de organização formal do sindicato: U.D.P.M.-PI**. Parecer consubstanciado nº 1.044.565 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste.

BOSH, M. A. P. **O internacionalismo e as fábricas recuperadas**. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89810/239923.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOGADO, C. P. entrevista 3 [junho de 2016]. Entrevistadora: Sandra Regina Severo Kasper. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 1 arquivo. mp3. Pesquisa: **Entrevista sobre o histórico do sindicato: U.D.P.M.-PI**. Parecer consubstanciado nº 1.044.565 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste.

CARVALHO, E. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo. Xamã, 2008.

CARVALHO, E. J. G. **Novas perspectivas para os estudos comparados em educação**. 2008. Conteúdo *online*. Disponível em: <<http://www.sbec.org.br/evt2008/trab11.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2015.

CENTRAL NACIONAL DE TRABALHADORES (C.N.T.)  
<[http://www.cnt.org.py/quienes\\_somos.html](http://www.cnt.org.py/quienes_somos.html)> Acesso em: 28 dez.2016.

DEMO, P. **Metodologia Do Conhecimento Científico**. São Paulo. Atlas, 2000.

**DOCUMENTOS de fundação da IV internacional: congresso de 1938**. Trad. por Marcos Margarido. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

**ESTATUTO** da UNE-SN. *Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional*, 2012.

**ESTATUTO** da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, 2012.

**ESTATUTO** da U.D.P.M. *Unión De Docentes de la Provincia de Misiones*, 1989.

FERREIRA, A. C. **Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial**. *Soc. estado*. 2014, vol.29, n.1, p. 255-288. ISSN 0102-6992. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000100013)>.

FRIGOTTO, G. (org.) **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**.4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES. S.R. **As contradições históricas dos movimentos operários: a complexa organização política pela emancipação humana**. Rio de Janeiro. UERJ, 2015. Disponível em:

<[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_9c90365a90debd3412851689585ecf4d/Details](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_9c90365a90debd3412851689585ecf4d/Details)>.

Acesso em: 19 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Movimento operário e estado: a APP – Sindicato – a Organização e as lutas dos trabalhadores na educação da Rede pública estadual do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2007. Disponível em<<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/12123>> Acesso em: 20 ago. 2016.

GOMES, M. N. **O sindicato reinventado: possibilidades de construção do sindicalismo cosmopolita no século XXI**. Belo Horizonte: PUCMG, 2012. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito\\_GomesMN\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_GomesMN_1.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

HOBSBAWM, E. **A era do capital 1848-1875**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_.**História do marxismo: O marxismo na época da segunda internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **História do marxismo: O marxismo na época da terceira internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismo. Desde 1780: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

*INTERNACIONAL DE LA EDUCACIÓN PARA AMÉRICA LATINA.* Disponível em <<http://www.ei-ie-al.org/index.php/quienes/18-que-es-la-ie/1-internacional-de-la-educacion>> Acesso em 07 de jan. 2017.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Trad. NEVES, C.; TORÍBIO, A. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KRIEGEL, A. **Las internacionales obreras.** Paris: Ediciones Martines Roca, 1986. Acesso online disponível em: <<http://www.forocomunista.com/t16525-las-internacionales-obreras-1864-1943-libro-de-annie-kriegel-publicado-en-1964-1968-en-castellano>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

KRUGMAN, P. **Internacionalismo pop.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LAZAGNA, Â.; LÖWY, M. and CAHEN, M. **Nacionalismos e internacionalismo: um debate entre Michael Löwy e Michel Cahen.** Rev. Sociol. Polit. [online]. 2008, vol.16, n.31, pp.101-119. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000200009>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

LENIN, V. I. **Obras escolhidas.** Vol. II, São Paulo: Alfa-ômega, 1988.

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas.** Vol. III, São Paulo: Alfa-ômega, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sobre el internacionalismo proletario.** URSS: Progreso Moscú, 1980.

\_\_\_\_\_. **Problemas de política nacional e internacionalismo proletário.** URSS: Progreso Moscú, 1981.

LIRA, F. B. **A greve político-revolucionária e a emancipação social: do novo internacionalismo operário ao estado-novíssimo-movimento-social.** 2006. Disponível em: <[http://www.bdtd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=9090](http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9090)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

LÖWY, M. **Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias.** São Paulo: Xamã, 2000.

\_\_\_\_\_. **Por um novo internacionalismo.** Lutas Sociais, São Paulo: PUCSP, n. 5, p. 97-106, jul/dez, 1998.

LUXEMBURGO, R. **A Questão nacional e a autonomia.** trad. de Antonio Roberto Bertelli, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Editora Lafonte, 2012.

\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas.** V. 1, São Paulo: Alfa-Omega, 1970.

MUSTO, M. **Trabalhadores, UNI-VOS! Antologia política da I internacional.** São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer Pesquisa Qualitativa.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, A. **Marx, Engels e a luta de partido na primeira internacional (1864-1874).** Londrina: Ed.UEL, 2002.

SPIERS, N. entrevista 2 [junho de 2016]. Entrevistadora: Sandra Regina Severo Kasper. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 1 arquivo. mp3. Pesquisa: **Entrevista sobre o histórico do sindicato: APP-FI.** Parecer consubstanciado nº 1.044.565 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, F. P. entrevista 5 [julho de 2016]. Entrevistadora: Sandra Regina Severo Kasper. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 1 arquivo. mp3. Pesquisa: **Entrevista sobre a estrutura de organização formal do sindicato: APP-FI**. Parecer consubstanciado nº 1.044.565 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste.

SIMONETTI, P. S. R.; ORSO, P. J. **Reforma Educacional Paraguaia da Década de Noventa**. In HISTEDBR, XI, 2013, Cascavel. *Anais...* Acesso online disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo\\_simposio\\_4\\_641\\_patriciaroesler@hotmail.com.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_641_patriciaroesler@hotmail.com.pdf). Acesso em 08 jan. 2017.

TORRIGLIA, P. L. **A formação docente no contexto históricopolítico das reformas educacionais no Brasil e na Argentina**. Acesso online disponível em: <http://gepoc.paginas.ufsc.br/files/2016/08/TORRIGLIA-TESE-A-FORMAÇÃO-DOCENTE-NO-CONTEXTO-HISTÓRICO-POLÍTICO-DAS-REFORMAS-EDUCACIONAIS.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2016.

TROTSKY, L. **A revolução permanente**. São Paulo: Kairós, 1985.

UNIÓN NACIONAL DE EDUCADORES. SINDICATO NACIONAL (UNE-SN). *Conclusiones y propuestas-Congreso Nacional hacia el Movimiento Pedagógico Latinoamericano*. Assunção: San Miguel, 2014.

UNIÓN NACIONAL DE EDUCADORES. SINDICATO NACIONAL (UNE-SN). Disponível em <<http://www.unesn.org.py/>> Acesso em: 28 jul. 2016

UNIÓN DE DOCENTES DE LA PROVINCIA DE MISIONES (U.D.P.M.). Disponível em: <<http://www.udpmonline.com/inicio/nuestra-historia/>> Acesso em: 29 jul. 2016.



VILLAR, O. entrevista 4 [julho de 2016]. Entrevistadora: Sandra Regina Severo Kasper. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 1 arquivo. mp3. Pesquisa: **Entrevista sobre a estrutura de organização formal do sindicato: UNE-SN-CDE.** Parecer consubstanciado nº 1.044.565 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

SANTOS, B. S. **O estado, as relações salariais eo bem-estar social na semiperiferia: o caso português**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1992.

SANTOS, B. S (org). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

## ANEXO I

Entrevista sobre o histórico dos sindicatos: UNE-SN-CDE/APP-FI/U.D.P.M-PI

- 1) Qual é o seu nome? Qual é sua formação?
- 2) Que função exerceu no sindicato UNE-SN/APP/U.D.P.M.? Durante quanto tempo participou ativamente no sindicato? Em que período?
- 3) Que acontecimentos que marcaram a história da UNE-SN/APP/U.D.P.M. nessa localidade?
- 4) No início, que estrutura física e material o sindicato possuía? Havia sede própria, automóveis, mobiliários, computadores e etc?
- 5) Havia recursos humanos disponíveis para o trabalho sindical?
- 6) Sob quais princípios e objetivos o sindicato foi fundado?
- 7) Recorda quantos sindicalizados haviam no período inicial de sua trajetória? E quantos há na atualidade?
- 8) No início como se ingressava na carreira docente? E a sindicalização se dava sob quais requisitos?
- 9) No início como o sindicato captava recursos financeiros para a manutenção dos trabalhos?
- 10) No começo das atividades do sindicato que regime trabalho e funções atendia? Docentes? Funcionários? Diretores? Supervisores?
- 11) No início o sindicato representava os profissionais de que nível e modalidades de ensino?
- 12) Houve greves ou manifestações? Quantas? Você pode relatar como foram?
- 13) Havia organização do trabalho sindical em secretarias? Se sim quais eram as secretarias?
- 14) Já houve alguma secretaria sindical que tratasse da articulação internacional entre os sindicatos de trabalhadores em educação de outros países?
- 15) Recorda-se se já houve eventos (congressos, conferências, jornadas) pautas de reuniões, convites formais para participação conjunta entre a UNE-SN *Ciudad del Este*, APP-Sindicato Foz do Iguaçu e U.D.P.M. *Puerto Iguazú* ou se existem arquivos que documentam essas atividades?

- 16) Sem ser entre a UNE-SN/APP/U.D.P.M., já houve algum outro tipo de articulação entre os trabalhadores em educação a nível internacional? Existem arquivos que documentam essas atividades?
- 17) Qual é sua opinião sobre a articulação internacional entre os trabalhadores?

## ANEXO II

Entrevista sobre a estrutura de organização formal UNE-SN-CDE, APP-FI e U.D.P.M.-PI

- 1) Qual é o seu nome? E qual é a sua formação?
- 2) Qual é o seu regime de trabalho? Quais são os regimes de trabalho que o sindicato representa?
- 3) Como começou a sua militância no sindicato? E há quanto tempo atua no sindicato?
- 4) Que função desempenha no sindicato? Como é realizada a designação para esta função?
- 5) Como é composta a direção regional do sindicato?
- 6) Quantos cargos ou secretarias a direção possui? Quais são elas?
- 7) Existe alguma secretaria que trata de assuntos internacionais entre a categoria de educadores?
- 8) Existem educadores liberados somente para o trabalho sindical?
- 9) Existem funcionários contratados pelo sindicato?
- 10) Que estrutura física e material o sindicato possui? (Escritório, mobiliário, tecnologias de suporte, computadores, internet e etc).
- 11) Existe algum suporte de transporte que facilite a mobilidade dos dirigentes sindicais para realização de trabalhos do sindicato? Como automóveis ou ajuda de custos para o transporte local ou para viagens?
- 12) O sindicato oferece algum tipo de formação para a base? De que natureza?
- 13) Em meio a essa formação existe alguma temática que envolva a articulação ou a luta da classe trabalhadora em educação em nível internacional?
- 14) O sindicato que você representa organiza ações no sentido de buscar uma unicidade entre as outras categorias de trabalhadores em nível nacional? De que forma?
- 15) No decorrer do tempo de sua militância aconteceram eventos em nível internacional? Se sim pode citar quais foram? Em parceria com quais entidades? Possui arquivos documentais sobre esses eventos?
- 16) O sindicato que você representa é filiado a outros sindicatos ou organizações em nível nacional ou internacional? Quais? Existe um programa de ações de forma contínua em nível internacional?
- 17) O sindicato já participou de algum encontro, reunião, evento com a APP-Sindicato, UNE-SN e UDPM? Com o objetivo de realizar uma articulação, troca de experiências, formação entre outros?
- 18) Na sua opinião é importante conhecer a realidade educacional e de organização de sindical de outros países? Por exemplo, conhecer como organizam as lutas os sindicatos em educação da tríplice fronteira APP-Sindicato-Foz do Iguaçu, UNE-SN *Ciudad del Este* e UDPM-*Puerto Iguazú*?

## ANEXO III

### Seminário Internacional da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná

#### Destaques, Notícias

25/01/2016

Destaques, Notícias

#### Seminário aborda resistência e organização dos(as) trabalhadores(as) na América Latina

Evento antecede o XII Congresso da APP-Sindicato que, este ano, acontece em Foz do Iguaçu



Centenas de delegados participaram de atividade que chamou a atenção para a luta na América Latina | Foto: Leandro Taques

Como fazer frente ao aparente recrudescimento do conservadorismo na América Latina? Qual o papel dos trabalhadores e trabalhadoras na eleição dos governos de esquerda na última década nos países latino americanos? O ciclo progressista, nestes países, acabou? Estas e outras questões foram abordadas no Seminário Internacional promovido na noite desta segunda-feira (25), em Foz de Iguaçu, pela APP-Sindicato. O evento reuniu mais de 800 delegados(as) e convidados(as) para pensar sobre a organização, resistência e desafios – colocados pelo capitalismo – dos trabalhadores(as) na atualidade.

Ao dar as boas-vindas aos participantes, o presidente da APP, professor Hermes Silva Leão, expressou a alegria da entidade em criar este espaço de debate. “Com muita alegria que nós, da APP, acolhemos todos e todas, dos 29 Núcleos Sindicais e convidados. Nós temos procurado



Núcleos Sindicais

Secretarias

Tabelas Salariais

Acompanhe seu processo



APP-Sindicato  
105,603 likes



TV APP

Professor Hermes Silva Leão cham



RÁDIO APP

seguir o ensinamento do velho e bom Marx: "Trabalhadores do mundo, uni-vos!". E ficamos muito felizes de estarmos aqui, em Foz, esta fronteira que carrega simbolismo e desafios imensos para os povos latino-americanos, para a classe trabalhadora, e para os movimentos sociais e sindicais, com o intuito de refletir sobre os ataques cada vez mais rotineiros do capital contra a classe trabalhadora", explicou.

O convidado principal da palestra foi o ex-secretário de Relações Internacionais da Central de Trabalhadores de Cuba, Leonel González, que atualmente faz parte do Centro Martin Luther King, de Havana, Cuba. Também palestraram Fátima Aparecida d Silva, secretária de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e a psicóloga e coordenadora da organização feminista 'Sempre Viva'. Também compôs a mesa para uma saudação o sindicalista paraguaio Oscar Villar, da União Nacional dos Educadores.

Segundo González, a experiência alcançada com a derrota da Alca (Área de Livre Comércio da América Latina), em 2005, foi um exemplo da força dos movimentos sociais, entre eles o sindical. "O governo neoliberal fracassou na América Latina com a derrota da Alca por conta da luta dos movimentos sociais. Há quem diga que o papel de Chávez, Lula, Kichner, Evo foi fundamental para esta derrota. E sim, eles têm mérito. Mas o grande mérito foi da organização popular do movimentos populares e sociais. Estes governos progressistas foram eleitos por estes povos que resistiram, lutaram contra a privatização e exclusão social", relacionou.

Ele também citou os avanços alcançados na última década, quando 42 milhões de pessoas, na América Latina, saíram da situação de pobreza extrema. Mas, segundo o ex-deputado cubano, com o fortalecimento do modelo socialista nos países latino americanos, de certa forma, houve uma desmobilização. "Agora, mais que nunca, devemos voltar a nos reunir para discutir como pensar e continuar a nossa luta", alertou. Para González, o resultado das eleições em certos países latinos serve como um lembrete que a realidade pode mudar a qualquer momento. "É fundamental que o movimento sindical continue fazendo o trabalho de conscientização da classe trabalhadora para que a resistência aos ataques do capital continue".

A professora Fátima Silva, da CNTE e da Internacional da Educação (IE), traçou um rápido panorama da educação na América Latina. Ela falou da luta em comum na maioria dos países contra a mercantilização do segmento e contra os projetos e cartilhas do Banco Mundial. Também citou a fragilidade da democracia nos países latino-americanos e no impacto que as grandes mudanças ocorridas no mundo, nos últimos 50 anos, teve no continente. Segundo ela, nos últimos 50 anos o acesso a educação superior, nos países latinos, aumentou cinco vezes. Para ela, "manter um sistema democrático e de direitos" é a grande bandeira dos(as) trabalhadores(as). "Temos que valorizar o que conquistamos no Brasil, mas isto não significa que não devemos avançar para aquilo que realmente queremos", afirmou.

A psicóloga e feminista Nalu de Faria da Silva alertou que a durante muito tempo, inclusive nos espaços de esquerda, agenda feminista se limitava a olhar aspectos específicos da vida das



APP-Sindicato  
Rádio APP

27  
FAIXAS

Política de Cookies



Agenda

QUA  
15  
MAR  
2017

**Greve Geral da Educação**

Todos eventos

## ANEXO IV

### 1º Encontro Internacional para Reflexões Sindicais (APP e U.D.P.M.)

#### Notícias

08/08/2011

Notícias

## APP promove encontro internacional na Argentina

Educadores ultrapassam fronteiras e reúnem-se para reflexões sobre pedagogia e sindicalismo.



APP promove encontro internacional na Argentina

Na última sexta-feira (5) aconteceu a terceira parte do 1º Encontro de Educadores da Tríplice Fronteira, em Porto Iguazu, Argentina. A delegação brasileira participou do 1º Encontro Internacional para Reflexões Sindicais, promovido pela APP-Sindicato e União de Docentes da Província de Misiones (UDPM).

Cerca de 800 educadores do Brasil e da província (ou estado) de Misiones debateram práticas pedagógicas e políticas públicas para educação, além do papel dos sindicatos

## Sindicato

atu  
seu



Núcleos Sindicais

Secretarias

Tabelas Salariais

Acompanhe seu pro



APP-Sir  
106,971 like

Like Page

Be the first of your fri



TV APP



no Brasil e na Argentina. Janeslei Albuquerque, secretária educacional da APP, fez uma palestra sob o tema: "Estrutura e organização do sindicato dos professores e funcionários", na qual também fez uma contextualização histórica sobre a educação no país "A ideia de educação pública, gratuita, como direito de todos no Brasil, formalmente, em lei, tem apenas 23 anos", explica Janeslei aos argentinos. Ela também apresentou programas do sindicato, como a campanha "A educação quer mais" e materiais como o jornal 30 de agosto especial Semana Pedagógica, que foi distribuído para os participantes.

Valdivino de Moraes, secretário de Funcionário palestrou sobre "Política nacional e organização pedagógica do trabalho" e enfatizou as conquistas dos funcionários. O evento também contou com a participação da deputada federal na Argentina, e também secretária geral da UDPM, Prof. Stella Maris Leverberg, além do ministro da educação da província de Misiones, Luis Jacobo, dirigentes da UDPM e da secretária geral da Confederação dos Trabalhadores da Educação da República da Argentina (CTERA), Stella Maldonado.

O encontro é uma iniciativa do Coletivo de Funcionários da APP e contou com a organização de Maria Madalena Ames, secretária de Sindicalizados. "No início se pensava em levar os funcionários para conhecer as escolas de outros países. Quando fizemos o contato na Argentina surgiu a ideia de abrir para todo o estado de Misiones, para que pudessem também os docentes participar. A APP, através do professor Julio e a Corina (professores argentinos), fez o contato e construímos esse encontro", conta a secretária.

Valdivino de Moraes analisa o evento: "Eles estão com 6,4% do PIB investidos em educação, enquanto no Brasil ainda está se aplicando 5,2%. É muito forte a luta contra a mercantilização da educação. Isso nos une, mas precisamos avançar ainda mais nesse debate. Uma coisa que nos diferencia é que eles estão centrados na valorização dos professores. Eles não estão trabalhando de forma unificada aos funcionários", analisa.

A APP irá lançar um vídeo sobre o encontro. Acompanhe em nosso portal.

**Mais fotos na Galeria Multimídia (clique aqui).**

Veja mais:

**05/08 – La Voz de Cataratas: Reflexión Sindical**

**05/08 – Educadores Ultrapassam fronteiras: visita ao Paraguai**

**04/08 – Começa encontro de educadores na tríplice fronteira**

## Notícias Relacionadas



31 de março:  
Mobilização vai



Central promove  
seminário "30 anos



Greve não é falta!  
Educadores(as) têm

Ato estad

## RÁDIO APP



APP Sindi  
Rádio AP

27  
FAIXAS

Política de Cookies



Agenda

SEG  
27  
MAR  
2017

**Debat  
da Pre**

SEX  
31  
MAR  
2017

**Audiê  
Refor**

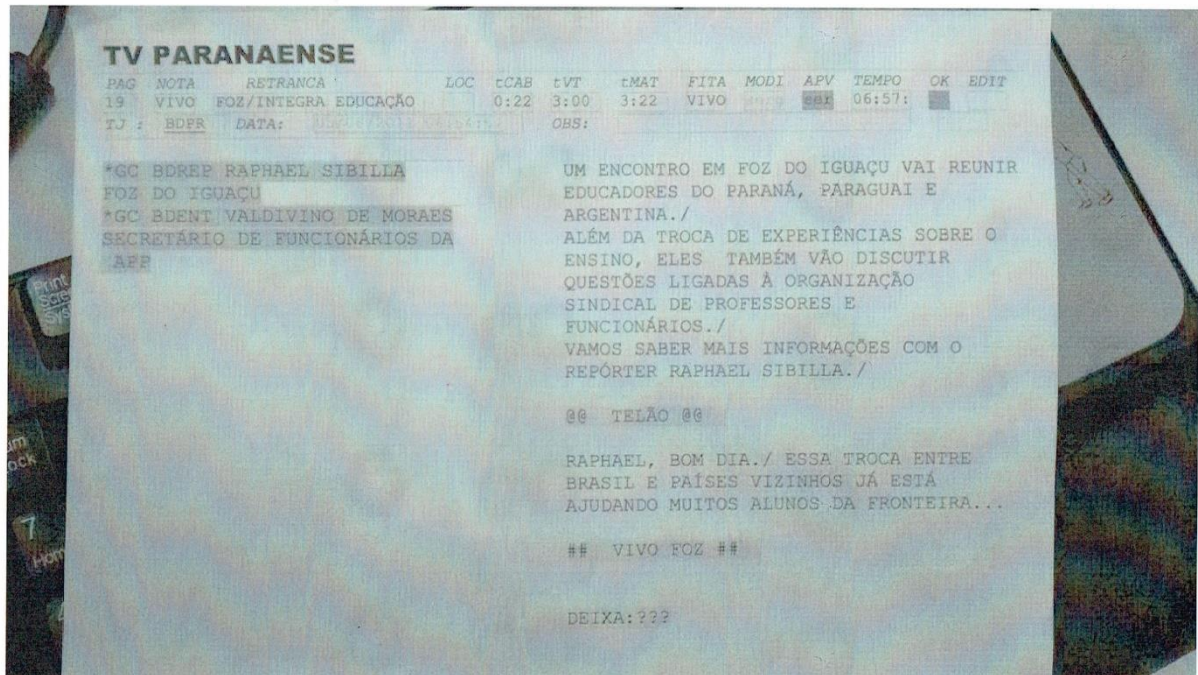
QUA  
05  
ABR  
2017

**Audiê  
"Efeit  
distr .**

Todos eventos


## ANEXO V

### Reportagem da RPC-Rede Paranaense de Comunicação sobre o 1º Encontro de Internacional para Reflexões Sindicais (APP e U.D.P.M.)



## ANEXO VI

### Convite da APP-FI direcionado a U.D.P.M.-PI

 <p><b>APP</b> SINDICATO Em defesa da escola pública. CUT CNE</p>	<p><b>NÚCLEO SINDICAL DE FOZ DO IGUAÇU</b></p> <p>Travessa Cristiano Weirich, 91 – sala 407 – Edifício Metrópole - 85851-140 – Foz do Iguaçu – PR</p> <p>Fone: (45) 3027-1893 Fax: (45) 3028-1893</p> <p>E-mail: <a href="mailto:fozdoiguacu@app.com.br">fozdoiguacu@app.com.br</a></p>
<p>FOZ DO IGUAÇU</p> <p>SANTA TEREZINHA</p> <p>SÃO MIGUEL</p> <p>MEDIANEIRA</p> <p>MATELÂNDIA</p> <p>ITAIPULÂNDIA</p> <p>MISSAL</p> <p>RAMILÂNDIA</p> <p>SERRANÓPOLIS</p>	<p style="text-align: right;">Foz do Iguaçu, 10 de novembro de 2015.</p> <p style="text-align: center; font-size: 2em; color: blue;">Anexo 6</p> <p style="text-align: center;"><b>CONVITE</b></p> <p>APP-SINDICATO Dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná vem respeitosamente convidar representantes da direção da UDPM-Unión de Docentes de la Provincia de Misiones para participar de uma reunião sobre a I Jornada dos Trabalhadores em educação da Tríplíce Fronteira: Brasil-Paraguai-Argentina. A realizar-se em Foz do Iguaçu no dia 05 de dezembro as 09:00 horas da manhã, no Colégio Estadual Barão do Rio Branco, sito a Rua Silvino Dal Bó, 85 – Jardim Polo Centro, nesta cidade. Na sequência dispõe-se a pauta da reunião e um memorial sobre as discussões já realizadas nas reuniões anteriores com representantes da UDPM-Argentina, UNE-SN-Paraguai e APP-Sindicato-Brasil:</p> <p><b>Pauta da Reunião:</b>          Apresentação da temática;          Esclarecimento gerais sobre o evento;          Definição orçamentaria sobre os custos do evento;          Apresentação de sugestões para melhoria do cronograma do evento.</p> <p style="text-align: center;">Memorial da Reunião do dia 01 de outubro de 2015</p> <p>Estiveram presente na reunião os representantes da APP-Sindicato: Fabiano e Tanea, Sandra Severo do Curso de mestrado da Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste-Foz do Iguaçu, Orlando Bishels, Silvia Corina Monteiro e Leiva Carmen Isabel da UDPM- Unión de Docentes Provincia de Misiones da Argentina, os representantes da UNE-SN não puderam comparecer devido a uma paralização dos trabalhadores no Paraguai, mas se prontificarão em se inteirar das decisões discutidas na reunião.</p> <p><b>1ª Momento</b> foi realizada uma explanação geral da organização das palestras do evento conforme o encaminhado em reuniões anteriores.</p> <p><b>2ª Momento:</b> Foi exposta a questão de que para o evento ser considerado como Congresso e receber a certificação devida, a Unioeste-Foz do Iguaçu regulamenta que o evento tem que durar três dias, e a nomenclatura Jornada, só pode ser de dois dias. Foi discutida essa questão com os representantes e devido ao alto custo que se tem um evento de três dias, os participantes da reunião definiram que o evento será uma <b>Jornada</b> de dois dias. Desse modo muda-se a nomenclatura do evento para <b><u>I Jornada do Trabalhadores em Educação da Fronteira-Brasil-Paraguai-Argentina.</u></b></p>
<p><b>“ EDUCAÇÃO EM LUTA! ”</b></p>	



## NÚCLEO SINDICAL DE FOZ DO IGUAÇU

Travessa Cristiano Weirich, 91 – sala 407 – Edifício Metrópole - 85851-140 – Foz do Iguaçu – PR

Fone: (45) 3027-1893 Fax: (45) 3028-1893

E-mail: [fozdoiguacu@app.com.br](mailto:fozdoiguacu@app.com.br)

FOZ DO IGUAÇU	<b>3ª Momento:</b> Ficou definido que os três sindicatos dividirão os custos do evento.
SANTA TEREZINHA	Nome do evento: <b><u>I Jornada do Trabalhadores em Educação da Fronteira-Brasil-Paraguai-Argentina.</u></b>
SÃO MIGUEL	Local a ser realizado: Anfiteatro da Unioeste Campus Foz do Iguaçu-Brasil (Anfiteatro gratuito). Quantidade de participantes: 300 pessoas sendo 100 vagas para cada sindicato. Data do evento: 14 e 15 de abril de 2016.
MEDIANEIRA	<b>Programação do Evento:</b> <b>Dia 14 de Abril</b> <b>Período da Manhã</b> <b>Credenciamento:</b> 8 h e 00 min. <b>Mesa de Abertura</b> (8 h e 30 min.): Composição da mesa com as direções sindicais presentes e demais autoridades.
MATELÂNDIA	<b>1ª Mesa de debate</b> (9h 00 min.): Os impactos da crise do capital na América Latina – A mercantilização da Educação. Palestrante: Um membro da Internacional da Educação para América Latina. <b>Coffee Break</b> (10 h e 30 min.).
ITAIPULÂNDIA	<b>Abertura Debate</b> (10 h e 45 min.): Sobre os impactos da crise do capital na América Latina – A mercantilização da Educação.
MISSAL	<b>Almoço</b> (12h 00 min.): Na Unioeste.
RAMILÂNDIA	<b>Período da Tarde:</b> <b>2ª Mesa de debate:</b> Breve apresentação do Sistema educacional dos países da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.
SERRANÓPOLIS	Palestrantes designado por cada sindicato. <b>3ª Mesa de debate:</b> Estrutura e funcionamento e principais lutas dos sindicatos APP-Sindicato Palestrantes designado por cada sindicato. <b>Período Noturno</b> <b>Momento de integração Cultural:</b> JantarOba ObaBottega Samba Show

“ E D U C A Ç Ã O E M L U T A ! ”



## NÚCLEO SINDICAL DE FOZ DO IGUAÇU

Travessa Cristiano Weirich, 91 – sala 407 – Edifício Metrópole - 85851-140 – Foz do Iguaçu – PR

Fone: (45) 3027-1893 Fax: (45) 3028-1893

E-mail: [fozdoiguacu@app.com.br](mailto:fozdoiguacu@app.com.br)

FOZ DO IGUAÇU	<b><u>Dia 15 de Abril de 2016</u></b>
SANTA TEREZINHA	<b>Período da manhã</b> <b>Passeata</b> (8h00min): Concentração na Praça Central de Foz (praça Bartolomeu Mitre) saindo em direção à Avenida Brasil.
SÃO MIGUEL	<b>Coffe Break</b> (9 h e 30 min. na Unioeste) <b>4ª Mesa</b> (10h 00): <b>A importância da luta dos trabalhadores de forma internacional</b> Palestrante: Sandra Regina SeveroKasper (Mestranda da Unioeste- Foz do Iguaçu). <b>Almoço</b> (12:00 na Unioeste)
MEDIANEIRA	<b>Período da Tarde</b> (13 h 30 min) <b>Composição da Síntese:</b> Da I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentinaencaminhamentos para organização das próximas edições do evento e criação de um Fórum permanente: Grupos de trabalho.
MATELÂNDIA	
ITAIPULÂNDIA	<b>Providencias serem tomadas</b> -Cada sindicato irá fazer orçamento sobre os seguintes itens, a fim de encontrar o melhor preço. Cartaz tamanho A3- 100 unidades para cada sindicato, sendo o total de 300 unidades. Folder: 1000 peças. Pastas: 300 peças Bolsas: 300 (Orçar valores para analisar as possibilidades de confecção).
MISSAL	
RAMILÂNDIA	- Marcar próxima Reunião ampliada com as direções dos três sindicatos para discutir com detalhes da construção do evento e divisão de tarefas.
SERRANÓPOLIS	-Agendamento da auditorio da Unioeste-Foz do Iguaçu para data definida e construção do processo de certificação -Buscar possíveis auxílios financeiros para o evento.

**“ E D U C A Ç Ã O E M L U T A ! ”**



## NÚCLEO SINDICAL DE FOZ DO IGUAÇU

Travessa Cristiano Weirich, 91 – sala 407 – Edifício Metrópole - 85851-140 – Foz do Iguaçu – PR

Fone: (45) 3027-1893 Fax: (45) 3028-1893

E-mail: [fozdoiguacu@app.com.br](mailto:fozdoiguacu@app.com.br)

FOZ DO IGUAÇU

SANTA  
TEREZINHA

SÃO MIGUEL

MEDIANEIRA

MATELÂNDIA

ITAIPULÂNDIA

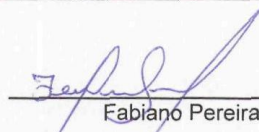
MISSAL

RAMILÂNDIA

SERRANÓPOLIS

Cronograma físico:

Discriminação do serviço	Valor
Cerimonial	Definir um orador dos sindicatos.
Alimentação	A ser orçado em Foz e dividido custo entre os três sindicatos.
Confecção de cartazes, folders, pastas e bolsas.	Orçamentos do PY, AR, BR em busca do melhor preço. Valor a ser dividido entre os sindicatos.
Locação de salão	Gratuito Anfiteatro da Uniãoeste-Foz do Iguaçu.
Estadia para participantes	Serão alojados sob a responsabilidade de cada sindicato, e sua respectiva cidade.
Certificados	Orçar em Foz.
Locação de equipamentos multimídia, som e imagem.	Orçar em Foz.
Transporte de participantes	A cargo de cada sindicato providenciar.

  
Fabiano Pereira Severino  
Presidente Núcleo Sindical de Foz do Iguaçu

APP - SINDICATO NÚCLEO  
SINDICAL DE FOZ DO IGUAÇU  
Travessa Cristiano Weirich, 91 - Sala 407 - 4º andar  
Edifício Metrópole - Centro - Fone: (45) 3027-1893  
Fax: (45) 3028-1893  
CNPJ: 06.76.693.225/0001-32

“ EDUCAÇÃO EM LUTA! ”

## ANEXO VII

### Reportagem da APP-FI sobre a tentativa de organização do evento que I Jornada dos Trabalhadores em Educação da Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina

Congresso da educação pública da tríplice fronteira será em abril – APP <http://appsindicato.org.br/index.php/congresso-da-educacao-publica-da-...>

#### Notícias

07/09/2015 Notícias

### Congresso da educação pública da tríplice fronteira será em abril

Evento reúne educadores(as) do Brasil, Argentina e Paraguai



Congresso da educação pública da tríplice fronteira será em abril

Nos dias 14 e 15 de abril, a Uniãoeste, em Foz do Iguaçu, será palco de um importante evento que deve analisar as lutas de sindicatos na região de fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai. O **"I Congresso de Trabalhadores(as) da Educação Pública da Tríplice Fronteira: Paraguai, Brasil e Argentina"** deve receber 300 pessoas que vão debater o papel dos sindicatos para o desenvolvimento da educação pública na região.

O congresso deve propor o debate, entre outras coisas, da compreensão da atual conjuntura internacional e latino-americana diante da ameaça do capital, que trata a educação como mercadoria e produto, tirando dos trabalhadores(as) a real possibilidade de ter acesso a uma educação pública de qualidade.

A APP-Sindicato será representada no evento, assim como a Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional (UNE-SN), do Paraguai e a Unión de Docentes Provincia de Misiones – Sede Puerto Iguazu (UDPM), da Argentina. Além disso, a IEAL – Internacional da Educação para América Latina -, CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação -, e o Ministério de Educação do Paraguai serão convidados para o evento.

No total, serão 300 participantes, onde 100 vagas são destinadas para cada país. Podem participar trabalhadores(as) em educação que atuam na educação básicas das redes públicas dos três países, além de estudantes de graduação e pós-graduação.

#### Notícias Relacionadas



Governo anuncia mais retrocessos na educação pública



Nova direção é eleita em congresso da CNTE



33º Congresso da CNTE aprova indicativo de greve



Núcleos Sindicais
Secretarias
Tabelas Salariais
Acompanhe seu processo

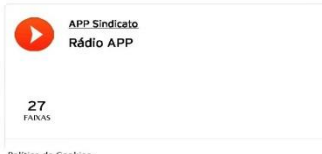
APP-Sindicato  
99.226 likes



#### TV APP



#### RÁDIO APP



Política de Cookies

Agenda

sem eventos

Todos eventos

## ANEXO VIII

### Reportagem sobre a participação da U.D.P.M. no XI Congresso Estadual da APP: Seminário “Os desafios dos/as Trabalhadores/ as em Educação frente a Integração Regional no Âmbito do Mercosul”

  [mais](#) [Próximo blog»](#) [Criar um blog](#) [Login](#)

## Solidariedade Internacional

### XX BRIGADA SURAMERICANA 2013

XIX Brigada Latino-Americada 2012  
Solidariedade Brasil / Cuba.  
Noticias de Prensa Latina.  
Radio Habana Cuba.  
Jornal Granma em Português.

### SEGUIDORES

Seguidores (60) [Próxima](#)



[Seguir](#)

### ARQUIVO DO BLOG

- ▶ 2013 (151)
- ▶ 2012 (306)
- ▼ 2011 (457)
  - ▶ 12/25 - 01/01 (1)

- ▶ 12/11 - 12/18 (9)
- ▶ 12/04 - 12/11 (6)
- ▶ 11/27 - 12/04 (5)
- ▶ 11/20 - 11/27 (9)
- ▶ 11/13 - 11/20 (8)
- ▶ 11/06 - 11/13 (13)
- ▶ 10/30 - 11/06 (1)
- ▶ 10/16 - 10/23 (10)
- ▶ 10/09 - 10/16 (12)
- ▶ 10/02 - 10/09 (13)
- ▶ 09/25 - 10/02 (6)
- ▼ 09/18 - 09/25 (11)
  - Juiz da Suprema Corte argentina apela a Obama pela...
  - Movimento por uma Universidade Popular
  - Novo castigo contra Renè González
  - A dívida é ilegal e imoral
  - Greve dos Correios: todo apoio a os trabalhadores
  - A absurda e cruel decisão da juíza Lenard contra R...
  - Para que se conozca la verdad de René González Seh...
  - Recebe Evo Morales título Honoris Causa de univers...
  - XI Congresso Estadual da APP – Sindicato dos Traba...**
  - Rousseff abre debates Asamblea ONU con tema palest...
  - Piden movilización mundial ante nuevo castigo de E...
- ▶ 09/11 - 09/18 (12)

quarta-feira, 21 de setembro de 2011

### XI Congresso Estadual da APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

TESE: AVANÇANDO RUMO AO SOCIALISMO

XI Congresso Estadual da APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, 02, 03 e 04 de dezembro de 2011.

### CONJUNTURA INTERNACIONAL

#### 1. A Crise Estrutural do Capital

A crise atual não é “só mais uma crise cíclica” que interrompe a “prosperidade capitalista”. Também não é um fenômeno quase fortuito, explicável por escolhas de agentes públicos ou privados ou por incidentes econômicos e políticos imediatos. O colapso do mercado

subprime e o estouro da bolha imobiliária estadunidense, seguida da falência de bancos foram apenas detonadores que precipiaram a crise. É um erro confundir estes detonadores superficiais com as causas essenciais das crises determinadas pelas contradições do sistema do capital.

O importante é destacar a especificidade desta crise como um momento da crise estrutural do capital. Mészáros indica que o sistema do capital, depois de vivenciar a era dos ciclos, adentra em uma nova fase, entre os fins de 1960 e início de 1970, inédita, de crise estrutural, marcada por um continuum depressivo que faz aquela fase cíclica anterior virar história. Embora possa haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural[1]. Para Mészáros, há um prolongamento das crises, sua frequência é mais curta, suas manifestações são mais destrutivas, e há uma tendência a tornar-se um continuum depressivo, em que uma recessão segue a outra. A crise estrutural do capital impõe ao regime vigente a incapacidade de proporcionar os bens que lhe serviam de justificativa no passado; trata-se de um período único na história do domínio do capital em que este se aproxima dos seus limites absolutos (não meros limites imediatos, mas limites últimos desta totalidade histórica) que não podem ser efetivamente superados sem o estabelecimento de um modo de produção e controle social socialista.

A sua novidade histórica torna-se manifesta em quatro aspectos principais: “1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção (...)); 2) seu escopo é verdadeiramente global (no sentido literal o mais ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é



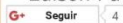
- ▶ 09/04 - 09/11 (6)
- ▶ 08/28 - 09/04 (7)
- ▶ 08/21 - 08/28 (9)
- ▶ 08/14 - 08/21 (17)
- ▶ 08/07 - 08/14 (11)
- ▶ 07/31 - 08/07 (10)
- ▶ 07/17 - 07/24 (6)
- ▶ 07/10 - 07/17 (9)
- ▶ 07/03 - 07/10 (7)
- ▶ 06/26 - 07/03 (14)
- ▶ 06/19 - 06/26 (2)
- ▶ 06/12 - 06/19 (16)
- ▶ 06/05 - 06/12 (9)
- ▶ 05/29 - 06/05 (10)
- ▶ 05/22 - 05/29 (2)
- ▶ 05/15 - 05/22 (23)
- ▶ 05/08 - 05/15 (17)
- ▶ 05/01 - 05/08 (29)
- ▶ 04/24 - 05/01 (9)
- ▶ 04/17 - 04/24 (5)
- ▶ 04/10 - 04/17 (3)
- ▶ 04/03 - 04/10 (10)
- ▶ 03/27 - 04/03 (4)
- ▶ 03/20 - 03/27 (15)
- ▶ 03/13 - 03/20 (20)
- ▶ 03/06 - 03/13 (5)
- ▶ 02/27 - 03/06 (12)
- ▶ 02/20 - 02/27 (8)
- ▶ 02/13 - 02/20 (9)
- ▶ 02/06 - 02/13 (10)

- ▶ 01/30 - 02/06 (5)
- ▶ 01/23 - 01/30 (4)
- ▶ 01/16 - 01/23 (5)
- ▶ 01/09 - 01/16 (7)
- ▶ 01/02 - 01/09 (6)
- ▶ 2010 (585)
- ▶ 2009 (314)

#### QUEM SOU EU



Edison Puente



Nasci no Equador atualmente naturalizado brasileiro. Tenho 51 anos, luto pela integração Latino Americana e do Caribe, sua soberania e independência.

[Visualizar meu perfil completo](#)

#### LISTA DE BLOGS

<http://convencao2009.blogspot.com>



Prefeitura e Câmara dos Vereadores de Limeira homenageiam médicos cubanos - Prefeito de Limeira entrega "Título de Agradecimento" aos médicos

extensa, contínua -- se preferir: permanente -- em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) seu modo de se desdobrar é rastejante -- em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado -- desde que acrescentássemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a maquinaria complexa agora ativamente empenhada na 'administração da crise' e no 'deslocamento' mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia" (Mészáros. Para Além do Capital).

A presente crise está longe de ter atingido o seu auge e está promovendo o maior assalto à economia popular que se tem notícia na história. Os recursos que até ontem faltavam para financiar políticas públicas hoje são esbanjados de modo desesperado em inéditas medidas de "estatização da falência capitalista" (até junho de 2009 já tinha sido injetado US\$ 28 trilhões para o salvamento dos monopólios capitalistas, valor igual a quase oito vezes o PIB da América Latina). Seu efeito imediato foi a parcial desaceleração da crise, mas deixa os Estados sem recursos e realimenta todas as contradições do capitalismo. Tais medidas se mostraram, no entanto, insuficientes para superar a crise que ressurgiu com força no segundo semestre de 2010 e se entende por 2011.

Para Mészáros as respostas de conciliação de classe fracassam: as políticas keynesianas e outras adaptações reformistas do passado não podem ter êxito duradouro. A crise estrutural é demasiado profunda para isto, coloca em risco a sobrevivência da humanidade. Uma saída sustentável exige uma transformação estrutural radical, que supere o capitalismo e inicie uma transição efetiva para o socialismo.

As principais implicações da crise estrutural evidenciam-se por um lado nos acordos de cooperação militar que contribuem para o contexto de iminência de guerras e para a manutenção da agressividade imperialista, e por outro na retirada sistemática de direitos dos trabalhadores.

#### 1.1. A Manutenção da Agressividade do Imperialismo

O imperialismo caracteriza-se principalmente pelas guerras, como uma forma de amenizar as crises e expandir, acumular e concentrar capital. Com a crise estrutural essa realidade se intensifica. Estamos no estágio histórico do desenvolvimento do capital transnacional em que, de acordo com Mészáros, o Estado nacional como gestor do capital fracassou em conter os antagonismos crescentes entre Estados. Logo, o capital incontrolável tende sempre a utilizar de um método para continuar existindo: a guerra.

Na África, por exemplo, o EUA deve instalar o AFRICOM, comando de um exército seu que ficará permanentemente no continente. De acordo com a Casa Branca, o objetivo com esse exército é combater o terrorismo e fortalecer os "regimes democráticos" da região. Contudo, sabe-se que o AFRICOM foi projetado como força interventora para apoiar governos africanos contra movimentos progressistas. Ao mesmo tempo, essa é a forma do Império ter mais condições de controlar o petróleo e os grandes recursos minerais daquele continente. No Oriente Médio, ao contrário do discurso crítico às guerras durante sua campanha, principalmente aos gastos despendidos a elas, Obama

## ANEXO IX

Informativo especial da APP-Sindicato/núcleo de Foz do Iguaçu – Março/Abril 2009

# EDUCAÇÃO EM LUTA

**Informativo da APP-SINDICATO/Núcleo de Foz do Iguaçu**

Travessa Cristiano Weirich, n.º 91, Edifício Metrópole, sala 213, 2º andar, Centro, Foz do Iguaçu. Cep: 85851-140

E-mail: [appfoz@foz.net](mailto:appfoz@foz.net) / [fozdoiguacu@app.com.br](mailto:fozdoiguacu@app.com.br) Fone: (45) 3027 – 1893 e Fax (45) 3028 – 1893

**FORMAÇÃO**

*Março/Abril de 2009*

*Especial*



## PROGRAMAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE 2009

**Curso para representantes de escola – Organização por Local de Trabalho (OLT) – APP/UFPR (60 horas)**

**Curso de Formação Política e Sindical  
APP/CNTE/UFPR**

**Sociedade, Estado e Educação (40 horas)**

**VI Jornada de Rememorização da I Associação Internacional dos  
Trabalhadores (AIT) (40 horas)**

**A educação e a escola a partir do pensamento de Antonio Gramsci (60 horas)**

**Conferência: O Ensino Público do Estado do Paraná: Uma Análise Crítica  
a partir do Materialismo Histórico-Dialético**

## VI JORNADA DE ESTUDOS DA AIT

Em 28 de setembro de 1864, foi lançado por Marx e Engels o manifesto de fundação da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores. Já o Manifesto Comunista, publicado em 1848, orientava o proletariado do mundo a organizar-se em partidos políticos, sindicatos e associações para defender-se da exploração do capital sobre o trabalho.

Em 2004, fez 140 anos do primeiro manifesto da AIT. A exploração dos capitalistas sobre os trabalhadores permanece a mesma, tal e qual os fundamentos já constatados por Marx e Engels em meados do Século XIX. Mas, também foi constatado pelos respectivos comunistas que: “as idéias dominantes de uma época sempre foram idéias da classe dominante”. Por essa razão, hoje a ideologia burguesa é considerada a ideologia dominante, tendo como aliados para a reprodução dessa ideologia, setores do proletariado que atuam como reprodutores do pensamento burguês.

Diante dessa conjuntura, os desafios são maiores para aqueles educadores que lutam pela superação das injustiças e das desigualdades sociais. Neste sentido, com o objetivo de construir a unidade e organizar a Classe trabalhadora, realizamos a Jornada de Rememoração da I Associação Internacional dos Trabalhadores em 2004. Em 2009, estamos organizando a VI Jornada de Estudos sobre a I AIT, que tem como finalidade debater os “50 anos da Revolução Cubana” e a “Atualidade do Marxismo”, buscando identificar no interior da classe trabalhadora, aqueles que lutam para a superação da estrutura de opressão, buscando a unidade nacional do proletariado.

### PROGRAMA 2009 – VI JORNADA DE REMEMORAZÃO DA IAIT

**ABERTURA- 18/04/09** – Foz do Iguaçu e Medianeira – 4 horas

\* Estudos nos grupos, totalizando 12 horas, nos meses de maio e junho.

**ENCONTRO REGIONAL DOS GRUPOS - Julho** – 8 horas – Foz do Iguaçu

\* Estudos nos grupos, totalizando 12 horas, nos meses de agosto e setembro.

**ENCERRAMENTO- 17/10/09** – 4 horas – Foz do Iguaçu

**Carga horária total: 40 horas**

A Coordenação da Jornada disponibilizará referência bibliográfica, referente aos temas em debate, aos grupos de estudo, o que deverá contribuir na elaboração do artigo pelos mesmos.

**Informações:** APP-Sindicato/Núcleo de Foz do Iguaçu.



Encerramento da III Jornada da AIT em 2006.

## ANEXO X

### Folder de divulgação da II Jornada Internacional de Rememoração da 1ª Associação Internacional dos Trabalhadores.

#### A Internacional

Letra de Eugène Pottier (1871) e música de Pierre Degeyter (1888)

De pé, ó vítimas da fome!  
De pé, famélicos da terra!  
Da ideia a chama já consome  
A crosta bruta que a soterra.  
Cortai o mal bem pelo fundo!  
De pé, de pé, não mais senhores!  
Se nada somos neste mundo,  
Sejamos tudo, oh produtores!

(refrão)  
**Bem unido fazemos,  
Nesta luta final,  
Uma terra sem armas  
A Internacional**

Senhores, patrões, chefes supremos,  
Nada esperamos de nenhum!  
Sejamos nós que conquistemos  
A terra mãe livre e comum!  
Para não ter protestos vãos,  
Para sair desse antro estreito,  
Façamos nós por nossas mãos  
Tudo o que a nós diz respeito!

(refrão)

Crime de rico a lei cobre,  
O Estado esmaga o oprimido.  
Não há direitos para o pobre,  
Ao rico tudo é permitido.  
À opressão não mais sujeitos!  
Somos iguais todos os seres.  
Não mais deveres sem direitos,  
Não mais direitos sem deveres!

(Refrão)

JORNADA INTERNACIONAL DE REMEMORAÇÃO  
140 ANOS DA 1ª AIT  
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

Abomináveis na grandeza,  
Os reis da mina e da fomalha  
Edificaram a riqueza  
Sobre o suor de quem trabalha!  
Todo o produto de quem sua  
A corja rica o recolheu.  
Querendo que ela o restituía,  
O povo só quer o que é seu!

(refrão)

Nós fomos de fumo embriagados,  
Paz entre nós, guerra aos senhores!  
Façamos greve de soldados!  
Somos irmãos, trabalhadores!  
Se a raça vil, cheia de galas,  
Nos quer à força canibais,  
Logo verá que as nossas balas  
São para os nossos generais!

(refrão)

Pois somos do povo os ativos  
Trabalhador forte e fecundo;  
Pertence a Terra aos produtivos;  
O parasitas deixai o mundo  
O parasitas que te nutres  
Do nosso sangue a gotejar,  
Se nos faltarem os abutres  
Não deixa o sol de fulgurar!

(refrão)

Uma vaga lembrança  
Nos nossos debates, companheiros,  
me parece às vezes  
haveremos esquecido algo.  
Não é o inimigo.  
Não é a linha.  
Não é a meta.  
Não consta de Breve Curso.  
Se nunca o tivéssemos salido  
não haveria luta.  
Não me perguntem o que é.  
Não sei como se chama.  
Apenas sei que é  
o mais importante  
aquilo que esquecemos.

ENZENSBERGER, Hans Magnus

#### JORNADA INTERNACIONAL DE REMEMORAÇÃO 140 ANOS DA 1ª AIT ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

#### REMEMORAÇÃO

Há 140 anos, foi organizada a primeira associação internacional de trabalhadores na Europa, com a contribuição direta de Marx e Engels. Essa foi a primeira organização oficial de trabalhadores que teve um caráter público e internacional, gestada a partir da liga internacional dos comunistas que existiu muito tempo na clandestinidade. Em 1848 foi publicado o Manifesto do Partido Comunista, também com a participação de Marx e Engels. Nas primeiras análises do manifesto, já está contida a preocupação em tornar público as ideias comunistas, tarefa essa que desde então vêm sendo feita por um conjunto cada vez mais amplo de trabalhadores comunistas, através de diversas organizações que tiveram origem na experiência da 1ª Internacional Comunista.

**Portanto**, 16 anos após a publicação do manifesto comunista, em 1864, foi organizada a primeira internacional, com objetivos de congregar os trabalhadores do mundo em uma única associação e ao mesmo tempo orientá-los e dar subsídios para as organizações de caráter nacional, em seus países, na luta anti-vapitalista. Para os participantes dessa Associação, uma vez que o capital tem caráter internacional, entendiam que era também necessário uma organização internacional da classe trabalhadora, para unificar todas as lutas contra o capital. As primeiras lutas de Marx e Engels foi pelo fim das organizações clandestinas, uma vez que era necessário tornar público as diferenças do pensamento burguês com o pensamento comunista.

**Outro** elemento, considerado necessário para a análise sobre o fim das atividades clandestinas da Associação e do pensamento comunista, pode ser assim considerado: Uma organização clandestina não poderia chegar ao poder, a não ser através de um golpe, o que seria considerado inviável, segundo Marx, por duas razões. Primeiro, um grupo que chega ao poder dessa forma, dificilmente consegue se manter, porque não encontra força suficiente, capaz de se garantir na defesa dos interesses do proletariado se os próprios proletários ignoram a existência desses grupos; segundo, que a razão principal da luta contra o capitalismo não é simplesmente pela tomada do poder por um pequeno grupo, mas pela destruição da lógica e dos mecanismos de dominação do capital, pela destruição da propriedade privada e do desenvolvimento tecnológico desigual e anti-humano.

Para rememorar os 140 de história da Primeira AIT Associação Internacional dos Trabalhadores, estamos realizando uma jornada internacional que terá início no dia 28 de setembro de 2004 com encerramento no dia 01 de outubro.

Para coordenar a Jornada em nosso estado, foi formado o Comitê Paranaense da Jornada Internacional de Rememoração da IAIT, em Foz de Iguaçu, no dia 30 de março último. Um dos objetivos deste comitê é planejar as atividades e acompanhar a formação de outros comitês interessados em participar do evento;

- estão contribuindo com esse evento as seguintes entidades
- UNIOESTE CAMPUS DE CASCAVEL HISTEDOPR
- UNIOESTE CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU Colegiado de pedagogia; Colegiado de Enfermagem; CEL Centro de Educação e Letras
- APP-SINDICATO dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria da Alimentação
- Federação dos Servidores Públicos
- Colégio Estadual Barão do Rio Branco
- Colégio Estadual Bartolomeu Mitre.

#### PROPOSTA DE ATIVIDADE

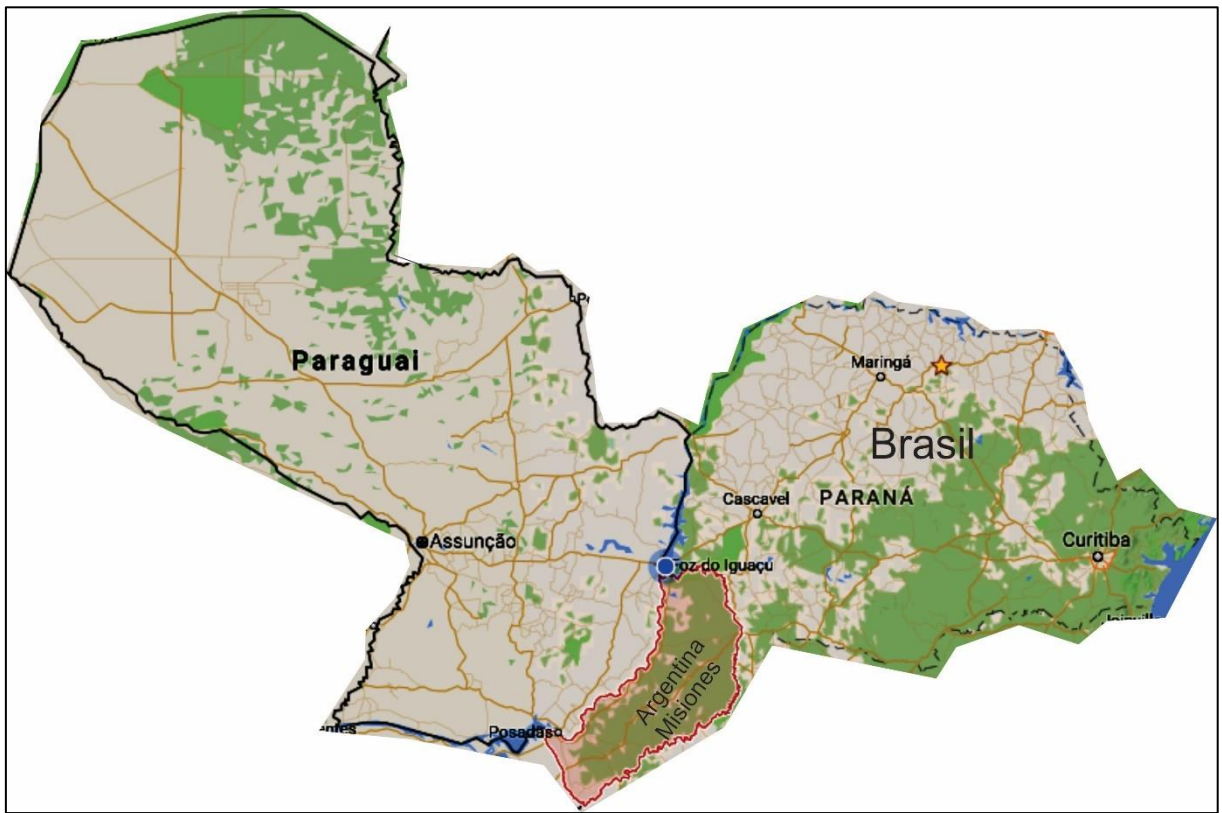
Orientamos que sejam formados comitês locais, para planejar e coordenar atividades da Jornada Internacional de Rememoração da IAIT, bem como para acompanhar os eventos regionais e estaduais. Os comitês locais podem ser formados a partir do interesse de educadores, estudantes, partidos, sindicatos, e por todo e qualquer segmento de trabalhadores que tenham manifesto interesse em resgatar e preservar a memória da luta comunista internacional.

#### SUBSÍDIOS

Para subsidiar os debates e atividades dos comitês locais, formulamos textos e estudos. Maiores informações podem ser obtidas junto ao sítio eletrônico do comitê estadual: [www.foz.unioeste.br/jornada](http://www.foz.unioeste.br/jornada)

## ANEXO XI

Mapa geográfico demonstrando a abrangência dos Sindicatos UNE-SN/APP/U.D.P.M.



## ANEXO XII

### Termo de consentimento livre esclarecido da Professora Noemi Alvarez da UNE-SN-CDE

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: comparativo da estrutura de sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Pesquisador responsável e colaboradores com telefones de contato: Sandra Regina Severo Kasper (45) 9104 2346

Convidamos Noemi Alvarez Nacoste Jubilada

a participar de uma entrevista que tem o objetivo de realizar uma pesquisa científica para comparar as estruturas de sindicatos em educação que representam a rede pública educacional da região fronteira: Brasil-Paraguai-Argentina, tomando-se como recorte de pesquisa a atuação das seguintes sindicatos em educação: APP- Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Pública) do Paraná (Sede Foz do Iguaçu - Brasil), UDFM- Unión de Docentes Provincia de Misiones (Sede Puerto Iguazú - Argentina) e UNE SN- Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional (Sede - Ciudad del Este-Paraguay). E verificar se existem iniciativas internacionalistas entre os sindicatos em educação dessa fronteira.

O projeto se caracteriza em uma pesquisa de campo e análise teórica para levantar os seguintes dados: Histórico das entidades sindicais citadas, páginas eletrônicas, documentos que estas entidades sindicais produzem e entrevista com dirigentes e um sindicalizado de significativa participação em cada sindicato. Buscar-se-á levantar a histórias, a Estrutura de organização formal, as concepções sociedade e os encaminhamentos dos sindicatos envolvidos neste estudo.

Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento a pesquisadora poderá ser contatada a qualquer momento e telefone: 45-91042346 e no e-mail sandrinhatca@hotmail.com. Entende-se que é importante realizar um estudo aprofundado sobre a real atuação dos sindicatos dos trabalhadores em educação da região fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, leva-se em consideração que os sindicatos tem sido uma das principais formas de luta e resistência dos trabalhadores em educação e em geral. Por este motivo a pesquisa fornecerá tanto aos participantes quanto a comunidade dados consistentes sobre como se organizam os sindicatos em educação da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, e se existe ocorrência de atividades em conjunto em relação aos três sindicatos pesquisados.

O TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa; sendo que o sujeito não pagará nem receberá para participar do estudo; será mantido a confidencialidade do sujeito e os dados serão utilizados só para fins científicos; o sujeito poderá cancelar sua participação a qualquer momento.

Será dado atendimento jurídico e solicitação de atendimento policial local (proteção) ao sujeito da pesquisa sobre quaisquer implicações que sua entrevista possa ocasionar. Caso ocorra algum imprevisto durante a execução do projeto de pesquisa, mesmo que seja chamar o socorro médico de emergência público da cidade de Ciudad del Este, no estado de Alto Paraná no Paraguai. Em caso de não comparecimento imediato do socorro médico público a pesquisadora em questão compromete-se a custear as despesas médicas particulares, o custeio será efetivado se o problema eventual que ocorrer for em decorrência da pesquisa em questão.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto de pesquisa: A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: comparativo da estrutura de sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável: Noemi Alvarez

Assinatura:



---

Eu, Sandra Regina Severo Kasper declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Foz do Iguaçu, 07 de junho de 2016.

## ANEXO XIII

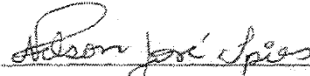
### Termo de consentimento livre esclarecido do Professor Nelson José Spiers da APP-FI

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: comparativo da estrutura de sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Pesquisador responsável e colaboradores com telefones de contato: Sandra Regina Severo Kasper (45) 9104 2346

Convidamos



Sindicalizada e Ex-integrante da direção da APP - Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Pública) do Paraná (Sede Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil) a participar de uma entrevista que tem o faz parte de uma pesquisa científica para comparar as estruturas de sindicatos em educação que representam a rede pública educacional da região fronteiriça: Brasil-Paraguai-Argentina, tomando-se como recorte de pesquisa a atuação dos seguintes sindicatos em educação: APP- Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Pública) do Paraná (Sede Foz do Iguaçu - Brasil), UDPM- Unión de Docentes Provincia de Misiones (Sede Puerto Iguazú - Argentina) e UNE SN-Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional (Sede - Ciudad del Este-Paraguay). E verificar se existem iniciativas internacionalistas entre os sindicatos em educação dessa fronteira.

O projeto se caracteriza em uma pesquisa de campo e análise teórica para levantar os seguintes dados: Histórico das entidades sindicais citadas, páginas eletrônicas, documentos que estas entidades sindicais produzem e entrevista com dirigentes e um sindicalizado de significativa participação em cada sindicato. Buscar-se-á levantar a histórias, a estrutura de organização formal, as concepções sociedade, os encaminhamentos dos sindicatos envolvidos neste estudo.

Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento a pesquisadora poderá ser contatada a qualquer momento e telefone: 45-91042346 e no e-mail sandrinhatoca@hotmail.com. Entende-se que é importante realizar um estudo aprofundado sobre a real atuação dos sindicatos dos trabalhadores em educação da região fronteiriça Brasil-Paraguai-Argentina, leva-se em consideração que os sindicatos tem sido uma das principais formas de luta e resistência dos trabalhadores em educação e em geral. Por este motivo a pesquisa fornecerá tanto aos participantes quanto a comunidade dados consistentes sobre como se organizam os sindicatos em educação da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, e se existe ocorrência de atividades em conjunto em relação aos três sindicatos pesquisados.

O TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da



pesquisa; sendo que o sujeito não pagará nem receberá para participar da entrevista; será mantido a confidencialidade do sujeito e os dados serão utilizados só para fins científicos; o sujeito poderá cancelar sua participação a qualquer momento.

Será dado atendimento jurídico e solicitação de atendimento policial local (proteção) ao sujeito da pesquisa sobre quaisquer implicações que sua entrevista possa ocasionar. Caso ocorra algum imprevisto durante a execução do projeto de pesquisa, mesmo que seja chamar o socorro médico de emergência público da cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Em caso de não comparecimento imediato do socorro médico público a pesquisadora em questão compromete-se a custear as despesas médicas particulares, o custeio será efetivado se o problema eventual que ocorrer for em decorrência da pesquisa em questão.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto de pesquisa: A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: comparativo da estrutura de sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável: Nelson José Spies

Assinatura: Nelson José Spies

---

Eu, Sandra Regina Severo Kasper declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Foz do Iguaçu, 08 de junho de 2016.

## ANEXO XIV

### Termo de consentimento livre esclarecido da Professor Celso Pepe Bogado da U.D.P.M.-PI

#### MODELO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título do Projeto:** : Comparativo das estruturas sindicais-UDPM (unión de Docentes Provincia de Misiones, UNE-SN (Unión Nacional de Docentes-Sindicato Nacional e APP-Sindicato dos trabadores em Educação do Estado Paraná.

**Pesquisador Responsável:** Sandra Regina Severo Kasper

Este projeto tem o objetivo de comparar as estruturas de sindicatos em educação da fronteira Brasil-Paraguai- Argentina

Para tanto será necessário realizar uma entrevista com o objetivo levantar a história da UDPM .

Durante a execução do projeto nos comprometemos com interpretações dúbias que a entrevista possa ocasionar. Podendo a pesquisadora ser contactada no telefone 45-91042346 e no e-mail: sandrinhatca@hotmail.com

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
4. procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste -CEP/Unioeste, através do telefone 3220-3272, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da projeto: **Comparativo das estruturas sindicais-UDPM (unión de Docentes Provincia de Misiones, UNE-SN (Unión Nacional de Docentes-Sindicato Nacional e APP-Sindicato dos trabadores em Educação do Estado Paraná.**

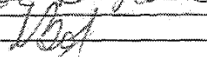
participe da pesquisa.

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma do sujeito da pesquisa e a outra do pesquisador responsável.

Foz do Iguaçu, 28 de Junho de 2016 .

Nome do sujeito/ ou do

responsável: Celso Nicolas Bogado

Assinatura: 70.433.110 

Eu, Sandra Regina Severo Kasper, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável.

054-03757-1547691

Data: 09/06/2016

Telefone : (45-91042346)

## ANEXO XV

### Termo de consentimento livre esclarecido do Professor Oscar Villar da UNE-SN-CDE

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: comparativo da estrutura de sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Pesquisador responsável e colaboradores com telefones de contato: Sandra Regina Severo Kasper (45) 9104 2346

Convidamos o OSCAR FRANCISCO VILLAR, PRESIDENTE DE  
COMITE DE BASE - CIUDAD DEL ESTE.

a participar de uma entrevista que tem o objetivo de realizar uma pesquisa científica para comparar as estruturas de sindicatos em educação que representam a rede pública educacional da região fronteiriça: Brasil-Paraguai-Argentina, tomando-se como recorte de pesquisa a atuação das seguintes sindicatos em educação: APP- Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Pública) do Paraná (Sede Foz do Iguaçu - Brasil), UDPM- Unión de Docentes Provincia de Misiones (Sede Puerto Iguazú - Argentina) e UNE SN- Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional (Sede - Ciudad del Este-Paraguay). E verificar se existem iniciativas internacionalistas entre os sindicatos em educação dessa fronteira.

O projeto se caracteriza em uma pesquisa de campo e análise teórica para levantar os seguintes dados: Histórico das entidades sindicais citadas, páginas eletrônicas, documentos que estas entidades sindicais produzem e entrevista com dirigentes e um sindicalizado de significativa participação em cada sindicato. Buscar-se-á levantar a histórias, a Estrutura de organização formal, a concepções sociedade e os encaminhamentos dos sindicatos envolvidos neste estudo.

Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento a pesquisadora poderá ser contatada a qualquer momento e telefone: 45-91042346 e no e-mail sandrinhatca@hotmail.com. Entende-se que é importante realizar um estudo aprofundado sobre a real atuação dos sindicatos dos trabalhadores em educação da região fronteiriça Brasil-Paraguai-Argentina, leva-se em consideração que os sindicatos tem sido uma das principais formas de luta e resistência dos trabalhadores em educação e em geral. Por este motivo a pesquisa fornecerá tanto aos participantes quanto a comunidade dados consistentes sobre como se organizam os sindicatos em educação da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, e se existe ocorrência de atividades em conjunto em relação aos três sindicatos pesquisados.

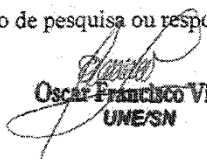
O TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa; sendo que o sujeito não pagará nem receberá para participar do estudo; será mantido a confidencialidade do sujeito e os dados serão utilizados só para fins científicos; o sujeito poderá cancelar sua participação a qualquer momento.

Será dado atendimento jurídico e solicitação de atendimento policial local (proteção) ao sujeito da pesquisa sobre quaisquer implicações que sua entrevista possa ocasionar. Caso ocorra algum imprevisto durante a execução do projeto de pesquisa, mesmo que seja chamar o socorro médico de emergência público da cidade de Ciudad del Este, no estado de Alto Paraná no Paraguai. Em caso de não comparecimento imediato do socorro médico público a pesquisadora em questão compromete-se a custear as despesas médicas particulares, o custeio será efetivado se o problema eventual que ocorrer for em decorrência da pesquisa em questão.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto de pesquisa: A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: comparativo da estrutura de sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura:

  
Oscar Francisco Villar  
UNE/SN



Eu, Sandra Regina Severo Kasper declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Foz do Iguaçu, 12 de julho de 2016.

## ANEXO XVI

### Termo de consentimento livre esclarecido do Professor Fabiano Pereira Severino da APP-FI

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: comparativo da estrutura de sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Pesquisador responsável e colaboradores com telefones de contato: Sandra Regina Severo Kasper (45) 9104 2346

Convidamos Fabiano Severino Presidente da APP – Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Pública) do Paraná (Sede Foz do Iguaçu – Brasil) a participar de uma entrevista que tem o objetivo de realizar uma pesquisa científica para comparar as estruturas de sindicatos em educação que representam a rede pública educacional da região fronteiriça: Brasil-Paraguai-Argentina, tomando-se como recorte de pesquisa a atuação das seguintes sindicatos em educação: APP- Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Pública) do Paraná (Sede Foz do Iguaçu - Brasil), UDPM- Unión de Docentes Provincia de Misiones (Sede Puerto Iguazú - Argentina) e UNE SN-Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional (Sede - Ciudad del Este-Paraguay). E verificar se existem iniciativas internacionalistas entre os sindicatos em educação dessa fronteira.

O projeto se caracteriza em uma pesquisa de campo e análise teórica para levantar os seguintes dados: Histórico das entidades sindicais citadas, páginas eletrônicas, documentos que estas entidades sindicais produzem e entrevista com dirigentes e um sindicalizado de significativa participação em cada sindicato. Buscar-se-á levantar a histórias, a Estrutura de organização formal, a concepções sociedade, os encaminhamentos dos sindicatos envolvidos neste estudo.

Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento a pesquisadora poderá ser contatada a qualquer momento e telefone: 45-91042346 e no e-mail sandrinhatica@hotmail.com. Entende-se que é importante realizar um estudo aprofundado sobre a real atuação dos sindicatos dos trabalhadores em educação da região fronteiriça Brasil-Paraguai-Argentina, leva-se em consideração que os sindicatos tem sido uma das principais formas de luta e resistência dos trabalhadores em educação e em geral. Por este motivo a pesquisa fornecerá tanto aos participantes quanto a comunidade dados consistentes sobre como se organizam os sindicatos em educação da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, e se existe ocorrência de atividades em conjunto em relação aos três sindicatos pesquisados.


O TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa; sendo que o sujeito não pagará nem receberá para participar da entrevista; será

mantido a confidencialidade do sujeito e os dados serão utilizados só para fins científicos; o sujeito poderá cancelar sua participação a qualquer momento.

Será dado atendimento jurídico e solicitação de atendimento policial local (proteção) ao sujeito da pesquisa sobre quaisquer implicações que sua entrevista possa ocasionar. Caso ocorra algum imprevisto durante a execução do projeto de pesquisa, mesmo que seja chamar o socorro médico de emergência público da cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Em caso de não comparecimento imediato do socorro médico público a pesquisadora em questão compromete-se a custear as despesas médicas particulares, o custeio será efetivado se o problema eventual que ocorrer for em decorrência da pesquisa em questão.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto de pesquisa: A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: comparativo da estrutura de sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável: *Fabiano Severino*

Assinatura: 

Fabiano Severino Presidente da APP – Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Pública) do Paraná (Sede Foz do Iguaçu – Brasil)

Eu, Sandra Regina Severo Kasper declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Foz do Iguaçu, 11 de Julho de 2016.

## ANEXO XVII

### Termo de consentimento livre esclarecido do Professor Orlando Bischels da U.D.P.M.-PI

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: comparativo da estrutura de sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Pesquisador responsável e colaboradores com telefones de contato: Sandra Regina Severo Kasper (45) 9104 2346

Convidamos Orlando Bischels Presidente departamental do sindicato UDPM (Unión de Docentes da Província de Misiones) de Puerto Iguazú - estado de Misiones na Argentina ) a participar de uma entrevista que tem o objetivo de realizar uma pesquisa científica para comparar as estruturas de sindicatos em educação que representam a rede pública educacional da região fronteira: Brasil-Paraguai-Argentina, tomando-se como recorte de pesquisa a atuação das seguintes sindicatos em educação: APP- Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Pública) do Paraná (Sede Foz do Iguazu - Brasil), UDPM- Unión de Docentes Província de Misiones (Sede Puerto Iguazú - Argentina) e UNE SN- Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional (Sede - Ciudad del Este-Paraguay). E verificar se existem iniciativas internacionalistas entre os sindicatos em educação dessa fronteira.

O projeto se caracteriza em uma pesquisa de campo e análise teórica para levantar os seguintes dados: Histórico das entidades sindicais citadas, páginas eletrônicas, documentos que estas entidades sindicais produzem e entrevista com dirigentes e um sindicalizado de significativa participação em cada sindicato. Buscar-se-á levantar a histórias, a Estrutura de organização formal, a concepções sociedade, os encaminhamentos dos sindicatos envolvidos neste estudo.

Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento a pesquisadora poderá ser contatada a qualquer momento e telefone: 45-91042346 e no e-mail sandrinhatica@hotmail.com. Entende-se que é importante realizar um estudo aprofundado sobre a real atuação dos sindicatos dos trabalhadores em educação da região fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, leva-se em consideração que os sindicatos tem sido uma das principais formas de luta e resistência dos trabalhadores em educação e em geral. Por este motivo a pesquisa fornecerá tanto aos participantes quanto a comunidade dados consistentes sobre como se organizam os sindicatos em educação da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, e se existe ocorrência de atividades em conjunto quantos três sindicatos pesquisados.

O TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da

pesquisa; sendo que o sujeito não pagará nem receberá para participar do estudo; será mantido a confidencialidade do sujeito e os dados serão utilizados só para fins científicos; o sujeito poderá cancelar sua participação a qualquer momento.

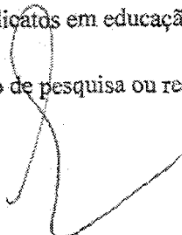
Será dado atendimento jurídico e solicitação de atendimento policial local (proteção) ao sujeito da pesquisa sobre quaisquer implicações que sua entrevista possa ocasionar. Caso ocorra algum imprevisto durante a execução do projeto de pesquisa, mesmo que seja chamar o socorro médico de emergência público da cidade de Puerto Iguazú, Misiones, Argentina. Em caso de não comparecimento imediato do socorro médico público a pesquisadora em questão compromete-se a custear as despesas médicas particulares, o custeio será efetivado se o problema eventual que ocorrer for em decorrência da pesquisa em questão.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto de pesquisa: A LUTA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: comparativo da estrutura de sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Orlando Bishels

Assinatura:



Orlando Bishels Presidente departamental do sindicato UDPM (Unión de Docentes da Província de Misiones) de Puerto Iguazú - estado de Misiones na Argentina.

Eu, Sandra Regina Severo Kasper declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Foz do Iguacu, 05 de Julio de 2016.